

DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

A CIDADE (DES)ORDENADA

CONCEPÇÃO E COTIDIANO DO CONJUNTO HABITACIONAL ITAQUERA I

AMÉLIA LUISA DAMIANI

ORIENTADOR: PROF^o DR. MANOEL FERNANDO

GONÇALVES SEABRA

1993

A MEU ORIENTADOR, PROFESSOR E AMIGO
MANOEL FERNANDO GONÇALVES SEABRA

*que, para a Geografia, significa a
dignidade de quem sabe ensinar e
representa a herança de um espaço
democrático de trabalho e reflexão.*

MEUS AGRADECIMENTOS

Aos habitantes de Itaquera I, e dos demais conjuntos, que se dispuseram a conversar comigo; especialmente, aos militantes dos movimentos sociais, com quem aprendi demais.

Aos funcionários da Cohab-SP, que nunca impuseram resistência ao meu trabalho, muito ao contrário, sempre me ajudaram: Jacob, Cecília, Natalina, Bete, e tantos outros.

A todos os entrevistados, que compuseram este trabalho.

Aqueles que, amigos, acompanharam-se na tese, dividiram-na comigo, sem os quais ela seria muito penosa: Germano Leostenes Alves Sobral (na pesquisa de campo e na documentação), Alexandre Souza da Rocha (na documentação e mapeamento), João Carlos Marini (na digitação) e Eloisa Helena Tulsi Tosoni (na transcrição de muitas fitas).

Aos amigos do curso do prof^o José de Souza Martins e a ele próprio, porque são fundamentais à minha formação, especialmente, Odette, Margarida, Jorge, Ana Fani, Ana Cristina, Sandra e Teresa.

Aos demais amigos com quem contei: Maria Elena (com sua arte cartográfica), Adriana (pelas fotos), Claudette (entre outras, nas dicas sobre informática), Djalma, Roberto, Palheta, Scarlato, Ior, Fumiko, que, em momentos diversos, estiveram comigo.

A prof^a Nilza Nunes da Silva, da Faculdade de Saúde Pública, da USP, por sua colaboração na composição da amostra estatística.

Um agradecimento especial à minha amiga Silmara, por quem tenho muito carinho, que compartilhou comigo os primeiros momentos da tese.

Por último, e sempre, à minha família, minha mãe, meus irmãos, meus cunhados, meus sobrinhos, cuja paciência, ajuda e atenção tornaram a tese possível.

INTRODUÇÃO

A época da dissertação de mestrado, ao me reportar à análise que iniciava, surgiu-me o esboço de uma avaliação crítica sobre a mesma:

"Nossa análise neste trabalho parece 'economicista'; de fato, privilegiamos o aspecto econômico, porque concebemos o processo produtivo guardando determinações fundamentais no capitalismo, que não são tão evidentes e exigem um esforço de desvendamento".(1)

Em seguida, justificava enquanto claramente política a discussão econômica de Cubatão, buscando no homem morador das favelas o trabalhador do centro produtivo em questão, mesmo que esta postura tivesse um caráter redutor como análise desse homem favelado e de seu dia a dia, que conscientemente sabia não recuperado, em toda sua amplitude. Mais ainda, havia um desvio da análise da favela para a do favelado, e deste como trabalhador. Embora, no capítulo final, a discussão da favela tenha sido retomada, ela não moveu todo o trabalho. Concluindo, essa forma urbana foi marginalmente avaliada.

Nos momentos finais da dissertação, a favela, os limites e as formas de apropriação dos serviços urbanos que a caracterizam, revelava a perda da cidade por parte desses núcleos e de seus moradores. Então, avaliei que essa perda da cidade não só resultava como se tornava condição de reprodução das relações sociais de produção, reportando-me a Henri Lefebvre e Agnes Heller no desenvolvimento da temática.

(1).Introdução de minha dissertação de mestrado, "Na busca das favelas o encontro do 'peão' que permanece", apresentada, em 1984, à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo.

Estava exposta uma inquietação que veio a perseguir os últimos anos de minha pesquisa e que se traduzia, no limite último, num tratamento do espaço não apenas como continente tardio de relações sociais, cuja lógica independesse dele⁽²⁾.

Minha tentativa de contribuição a essa discussão baseia-se menos na relação entre espaço e produção social, na qual aparece a teoria do valor como fundamental à concepção de espaço social; e mais na relação entre espaço e reprodução sociais. Em outros termos, espaço e formas de reprodução da formação econômico-social capitalista. Uma abordagem obviamente não exclui a outra. Do que se trata é do foco privilegiado de análise, do momento a partir do qual se recupera a globalidade social, já que produção e reprodução são momentos do processo produtivo no seu sentido mais amplo.

Influenciada por esse meu ponto de partida, de forma até ansiosa, como motor de meu raciocínio fugi de uma perspectiva econômica, comprometida com as relações de produção estritas no interior da fábrica (às quais me detive especialmente na dissertação de mestrado). Assim, o estabelecimento das relações entre o econômico, o político e o social se tornou mais complexo. Fiquei menos suscetível a considerar cada um desses níveis como reflexo um do outro, a partir da base econômica, e entrei no emaranhado do que poderia compor o social. O social não se autonomizou com uma instância em separado, mas, por outro lado, já não era tão facilmente desvendado a partir do econômico.

(2). Muitos autores geógrafos insistiram, em mais de um trabalho, nessa leitura alternativa do espaço, como Milton Santos, Ana Fani Alessandri Carlos, Odette Carvalho de Lima Seabra, Antonio Carlos Robert de Moraes e outros.

Surge, então, uma hipótese, aquela de aguçar o sentido da observação e da pesquisa face ao que aparece como marginal e trivial dentro dos processos sociais, e que a complexidade do mundo atual, especialmente da vida urbana, recolocaria. Com isso, passo pelo fascínio da difícil relação entre a micro e a macro histórias e examino, confesso de forma passageira, a contribuição da Geografia Comportamental e da teoria fenomenológica sobre o espaço vivido⁽³⁾. E concluo:

O apelo à psicologia, nos limites da Geografia Comportamental, ao behaviorismo, com a variação de estímulos implicando a variação de comportamento dos indivíduos, pode ter validade apenas nos limites da compreensão dos interesses e do ponto de vista da concepção da publicidade, da propaganda, da manipulação do imaginário social, através das quais se amplia qualitativa e quantitativamente o consumo e os produtos consumíveis.

- Em princípio, o espaço da vida cotidiana parecia dar conta de uma ampliação de perspectiva a respeito do social, a que me propunha. Contudo, a problemática desse espaço cotidiano amarrada ao espaço vivido (assentado, por sua vez, na fenomenologia) coloca-me diante de novos impasses, difíceis de superar; especialmente, a questão e o lugar do social e do histórico nessa temática.

(3).Dentro da bibliografia de apoio constam: Johnston, R.J., Geografia e geógrafos, São Paulo, Difel, 1986; Bettanini, Tonino, Espaço e ciências humanas, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982; Frémont, Armand, A região, espaço vivido, Coimbra, Almedina, 1980; Estébanez, José, Tendências y problemática actual de la Geografía, Madri, Cincel, 1982; Maffesoli, Michel, L'espace de la socialité, in: Vários autores, Espaces et imaginaire, Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble, 1979; Balandier, Georges, Essai d'identification du quotidien, Cahiers Internationaux de Sociologie, Presses Universitaires de France, 1983, volume LXXIV; Sansot, Pierre, Ville et Poésie, in: Revue Espaces et Sociétés, Paris, Anthropos, abril de 1975, n.15; Ladrière, Jean, Vida Social e Destinação, São Paulo, Convívio, 1979.

A questão da percepção do espaço sob esse ângulo acentuava o papel da experiência pessoal e o cunho antropológico de análise. Ambas considerações atraentes, mas particularmente pairavam dúvidas, como a da incorporação dinâmica e interna da concepção de sociedade e do social à análise. A relação entre o individual e o social é de intrincada resolução, e aparece como problema⁽⁴⁾. De outro lado, a relação entre a história humana como um todo, numa perspectiva antropológica, e a formação econômico-social capitalista em particular, como um momento dessa história, também apresentava uma solução complicada, inclusive em termos metodológicos.⁽⁵⁾

De qualquer forma, um tratamento de cunho fenomenológico remete à questão dos valores, do simbólico, resgatando o ponto de vista do habitante, sobre o qual, direta ou indiretamente, a pesquisa, em princípio, esboçava refletir. Inclusive, a problemática do espaço vivido acordou-me para as restrições de minha formação frente à psicologia, aos estudos de linguagem, aos seus fundamentos filosóficos, etc.

Não insisti nesse modo de reflexão, procurando um terreno mais conhecido e fértil. Considero um espaço aberto a posteriores pesquisas.

As primeiras aproximações teóricas a respeito do tema, assim se apresentavam.

(4).O tema da particularidade, da individualidade e da universalidade no interior do desenvolvimento do gênero humano aparece constantemente na obra de Agnes Heller; destaque: Sociología de la vida cotidiana, Barcelona, Península, 1977.

(5).O problema da interpenetração entre as leis universais e as leis específicas, enquanto leis do devir no desenvolvimento da formação econômico-social é tratado por Henri Lefebvre, especialmente, em O Pensamento de Levine, Lisboa, Moraes, 1975.

O capitalismo não é um sistema ou uma totalidade fechados, cuja estrutura acabada, pronta, trata-se de desvendar, e que somente se sensibilize com mudanças quantitativas. O que existe é um *"esforço no sentido da sistematização no sentido da coerência e da coesão"*.

O capitalismo configura, na verdade, um processo de desenvolvimento contraditório. Enquanto produção estrita de coisas, embora não se resume a ela, tende a transformar e sujeitar a natureza inteira, os diferentes lugares, e mais e mais elementos e momentos da vida social à lógica da mercadoria, da troca.

O crescimento industrial, o desenvolvimento da técnica, entrevendo uma produtividade sem limites; a importância do ócio, o controle não só da demanda solvável, mas dos desejos e necessidades dos consumidores, por parte dos que organizam a produção (destaque à publicidade, à ideologia do consumo); os limites de uma racionalidade burocrática, organizando o consumo, assentada no cotidiano, são algumas das leituras desse processo, que criam designações, tais como: sociedade industrial, sociedade técnica, sociedade do ócio, sociedade de consumo, sociedade burocrática de consumo dirigido, nascidas ou difundidas, já no início da segunda metade do século XX.

Este processo, portanto, não se consubstancia apenas como uma massa cada vez maior de mercadorias produzidas e nem de um ponto de vista apenas numérico, quantitativo. Todo conjunto social, a globalidade social se alteram com essa incorporação. Ela é subvertida, atingida na sua totalidade e em cada um de seus elementos, ao nível de sua substância material e de suas

significações. O esforço de reprodução da sociedade atinge outros níveis da prática social e os atinge de forma mais sutil. A valorização da atividade criadora tende a desaparecer, o "racional" e o organizado tomam seu lugar. O espaço, o tempo, o urbano, o cotidiano são colonizados, tingidos, metamorfoseados. Consolidam-se a idéia de espaço homogêneo - sujeito a compra e venda fragmentado funcionalizado e hierarquizado; a concepção de tempo linear - o do relógio, o do trabalho abstrato, invadindo o vivido - ; a concepção dos tempos cooptados - o tempo livre à televisão, à indústria do turismo, etc.-; as distâncias alongadas entre o trabalho e a moradia, consumindo o tempo restante, além de toda a burocracia aumentada nos pequenos fatos cotidianos, etc. Recriam-se novos conflitos, novas contradições.

Assim, a produção estrita de coisas, ou o acento no crescimento econômico, ou a ideologia do crescimento ilimitado quantitativo, medido em toneladas, em quantidades de produtos, em eficiência -, que vivemos, no mesmo momento em que se acentua, exige que a superemos, pois sua resolução transcende o nível estritamente econômico. Esta racionalidade quantitativa, produtivista, economicista, que no nível real e ideológico passa a dominar, atinge a complexidade das relações sociais, dos outros aspectos da realidade social: valores, conjunto de signos e significações, formas de vida. Está em jogo a simplificação, o enriquecimento ou o empobrecimento das relações sociais. Portanto, imbricada à noção de produção no sentido estrito, temos que lidar com a produção no sentido lato, amplo, equivalendo à produção do homem mesmo, a produção da natureza humana e à

reprodução da natureza, realizando-se, ao mesmo tempo, que a produção de coisas. A produção da civilização humana. E exatamente o acirramento das relações de propriedade, o desenvolvimento da propriedade privada, o das relações de dominação neste processo, corroboradas por estratégias políticas cada vez mais sofisticadas, colocam em níveis extraordinários e multiplicados o volume das alienações, a que estão sujeitos os grupos e os indivíduos. Lefebvre insiste que, neste momento histórico, já não se trata mais da elucidação do capitalismo através da reprodução dos meios de produção e da reprodução da força de trabalho, mas da questão da reprodução das relações sociais de produção, à qual Marx aludiria no Capítulo Inédito. Isto é, faz-se um percurso da idéia de produção de bens materiais, de produtos, até a produção da natureza pelo homem, a produção do homem por si mesmo, e, no interior desta produção no sentido amplo, a idéia de reprodução das relações sociais. A sociedade, da forma como está constituída, não só se perpetua produzindo novos produtos, mas reproduzindo relações sociais determinadas, de subordinação e de dominação. (6)

"A reprodução das relações de produção implica tanto a extensão como a ampliação do modo de produção e da sua base material ... o capitalismo constitui novos setores de produção e por consequência de exploração e de dominação; citem-se entre

(6). "... não há nem pode haver simples reprodução alimentada pela ideologia e seu corolário, a repressão. Não há reprodução das relações sociais sem uma certa produção de relações: não há aqui um processo puramente repetitivo." (Lefebvre, Henri, *A reprodução das relações de produção*, Porto, Escorpião, 1973; 1ª parte do livro *La survie du capitalisme*, onde aparece de forma concentrada o esforço de compreensão desse tema). Ainda do mesmo autor, o espaço estreitamente vinculado à reprodução das relações (sociais) de produção, e especialmente desenvolvido in *Espacio Y Política*, Barcelona, Península, 1976.

outros os seguintes setores: tempos livres, vida cotidiana, conhecimento e arte, e, finalmente a urbanização.”(7)

Da mesma forma, nas palavras de Andre Granou, pinçadas aqui de seu trabalho "Capitalismo e modo de vida" (profundamente mais completo e rico) está em jogo "a extensão da base social sobre a qual se reproduzem as relações de produção capitalistas", ou "o alargamento das mesmas a toda a sociedade, até ao modo de reprodução da vida".(8)

Esta expansão do capitalismo caminha em direção a tornar relevante para sua análise outros momentos da vida social, que podem estar no centro dos problemas atuais, permitindo a leitura do movimento de seu desenvolvimento. Estaria em jogo, além dos ciclos e circuitos da produção econômica, processos mais complexos, onde o esquema conceitual que define a base econômica e a superestrutura - reduzida a instituições e ideologia como reflexo da primeira, seria extremamente pobre.

Tempos e lugares que passivamente refletiam as relações de produção dominantes, ou preservavam outras relações tradicionais, se é possível no limite último pensar-se desse modo, cada vez mais devem ser observados, na leitura do processo de acumulação, no sentido cabal.

A ingenuidade desses tempos e lugares, sua inércia relativa vai se esboroando. Neles podem estar contidos pedaços fundamentais da explicação.

(7).Lefebvre, Henri, O pensamento marxista e a cidade, Póvoa de Varzim, Blisseia, 1972, pp.168-169.

(8).Granou, Andre, Capitalismo e modo de vida, Porto, Afrontamento, 1975.

A perda da cidade reaparece como tema, mas não necessariamente atrelada à pobreza material, à pobreza absoluta, na figura da ausência de serviços e equipamentos urbanos. Aparece, em última instância, como perda de fluidez da vida urbana, como perda da vida urbana propriamente, e de suas possibilidades. A deterioração da vida urbana não seria fundamentalmente função do crescimento das cidades, identificado ao crescimento de problemas e carências materiais estritas.

Algo de qualitativo e novo está acontecendo, ao mesmo tempo, a exigir observação. Pois é perversa e continuamente novo. Naqueles espaços e tempos marginais as relações pré-existentes estão sendo metamorfoseadas. Mais ainda, as relações de exploração no interior da fábrica são corroboradas, fora e dentro da fábrica, por relações de dominação. A sociedade, reproduzindo suas próprias condições, seivicia transformando tempos e espaços, em princípio, marginais. Desse modo, vê-se potencializada a capacidade de permanência das relações sociais.

Do que se trata é também deslocar, de certa forma, o centro "onde se produz e reproduz as relações globais".

° Durante um tempo, em função da polémica de Engels com Proudhon, retratada em "Para a questão da habitação"⁽⁹⁾, pareceu-me que descentralizar a temática das relações de produção predominantes - as de exploração direta do trabalhador - tendia à deformação dos verdadeiros problemas sociais. Nesse momento, a cidade como tema chegou a parecer um desvio face a esses verdadeiros problemas, do ponto de vista da transformação da

(9).Engels, F., Para a questão da habitação, Lisboa, Avante, 1984.

sociedade. A cidade restringida à reprodução da força de trabalho remetia à tônica da exploração direta do trabalho.

Uma nova perspectiva seria apenas moda a nos mover o raciocínio inconsciente, como uma onda internacional que nos atinge e cega?

O tratamento das cidades se complica, ainda mais, considerando a realidade urbana de países como o nosso, que assusta pela grandeza de algumas de suas cidades, exigindo explicações não convencionais, complicadores, à relação direta entre processo industrial e urbanização.⁽¹⁰⁾

Apesar do crescimento das cidades, a cidade como tal, não seria um atalho, mais ainda, um esconderijo, dos verdadeiros problemas sociais, que a sociedade coloca?

Essa inversão absoluta, face à convicção inicial de uma mudança necessária de perspectiva, tem uma raiz: no tema do cotidiano, que guarda a trivialidade aparente do social, é fácil perder-se a idéia de totalidade social, confundindo-se o cotidiano com o banal. Acreditando-se que iluminar a banalidade de forma espetacular já baste. No máximo, a utilização do "histórico" como o vagar por diferentes épocas à cata de similitudes e divergências furtivas e sugestivas. Sem projeto, o cotidiano representaria a ausência de compromisso com as grandes estruturas, o fascínio dessa ausência, num mundo em que o

(10).Veja a respeito dessa singularidade: Castells, Manuel, Problemas de investigação em sociologia urbana, Lisboa, Presença, 1975; Santos, Milton, O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979; e outros.

pensamento devotado a elas se mundializou e , ao mesmo tempo, esvaziou-se.

Contra-pondo-se a essa expectativa, acredito que é preciso localizar historicamente o cotidiano como tema, definir quando ele passa a contribuir para o desvendamento do social.

O cotidiano inclui o homem inteiro em seus diferentes momentos: o da vida privada, o dos lazeres, o do trabalho; e exatamente quando cada um desses momentos se constitui como tal, sustentado por instituições organizações, poderes, conhecimentos, é que o tema se torna crucial.

Quando cada momento se realiza como tal, e vive se repartindo ainda mais, é que o cotidiano aparece como totalidade. Totalidade costurada, arquitetada no seio da desintegração desse homem inteiro, homem cada vez mais cindido, dividido. A lógica, o pensamento analítico se realiza socialmente; cada momento da vida social tenta se estabelecer como realidade autônoma. Tenta criar um mundo.

Mais que isso, um momento compensa vazios dos outros momentos. Um vem colmar o outro. E todos são invadidos por cadeias de instituições e poderes, não dominados.

Para Philippe Ariès, o vazio de vida urbana é preenchido pela hipertrofia da vida familiar, cuja crise se projeta e se explica, portanto, através do urbano esvaziado.⁽¹¹⁾

Henri Lefebvre, que me serve, especialmente, de guia, mas a quem não posso responsabilizar por essas notas, dada a

(11).Ariès, Philippe, A família e a cidade. In: Figueira, S.A. e Velho, B. (orgs.), Família, psicologia e sociedade, Rio de Janeiro, Campus, 1981.

complexidade de sua teoria e suas transformações ao longo do tempo, frente às mudanças da própria realidade que pretendia ler⁽¹²⁾, e minha expectativa de uma busca particular e modesta, que me faz re-ler, num de seus escritos, o primeiro deles sobre o tema, ao tratar da vida cotidiana, desenvolve a idéia da ruptura entre o domínio da natureza e sua apropriação pelo homem. A partir daí, inclusive, é possível pensar no desnível, nas fissuras entre as conquistas humanas - a técnica e a ciência avançadas e o subdesenvolvimento do cotidiano, relegado aos resquícios desses avanços. E mais, essa falta de controle do que o homem, em princípio, domina, pois a vida cotidiana é particularmente o lugar do homem expropriado, sugere a inserção de meios de integração desse homem alheios à sua consciência, para fora de sua vontade. Neste sentido, fala da extensão do controle estatal, e do Estado, repousando sobre o cotidiano. A inscrição das técnicas, do saber no cotidiano, vindos do alto, reproduz a distância entre o poder e o homem comum. Ainda estamos diante da contradição maior entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações de produção (relações de exploração e dominação)

Essa totalidade que é o cotidiano, e que se realiza como espaço e tempo onde os pedaços se integram "pelo alto", reviveria, estenderia, revitalizaria a própria ordem industrial.

(12).O movimento do conhecimento de Henri Lefebvre sobre o cotidiano se expressa nos seguintes livros: Critique de la vie quotidienne I, Introduction, Paris, L'Arche éditeur, 1977 (escrito originalmente em 1946); Critique de la vie quotidienne II, Fondements d'une sociologie de quotidienneté, Paris, L'Arche éditeur, 1980 (escrito em 1961); La vida cotidiana en el mundo moderno, Madrid, Alianza Editorial, 1984 (escrito em 1968); e, Critique de la vie quotidienne III, De la modernité au modernisme (pour une métaphilosophie du quotidien), Paris, L'Arche éditeur, 1981 (escrito neste ano). Acrescente-se a esse conjunto, de forma mais marginal, Posição: contra os tecnocratas, São Paulo, Documentos, 1969.

Com o desenvolvimento do capitalismo é preciso reconhecer, como já mencionado, que não está aprisionado somente o tempo de trabalho — trabalho que se perde como trabalho qualitativo e realização do ser humano, através de sua atividade —; o tempo de não-trabalho sofre mais e mais interferências, da organização da indústria e das estratégias políticas. A rigor, em Marx, já aparecia que, a compreensão, de forma cabal, da lei da acumulação capitalista, exigia transcender o processo direto de produção e de exploração direta da força de trabalho, preocupando-se, naquele momento, com o levantamento das condições de habitação dos trabalhadores.(13)

Essa separação-integração tende a se projetar francamente no terreno. Um tratamento analítico da vida social preenche o espaço. E é necessário medir até onde desdramatiza a própria vida. São os espaços funcionais, já apontados.

Um certo saber, assegurado por forças políticas, realiza-se socialmente, praticando esse fracionamento. Trata-se do urbanismo moderno.

Os conjuntos habitacionais aparecem como uma de suas versões mais vulgarizadas. Neles, especialmente, o cotidiano programado parece encontrar sua forma mais adequada. Catalogando e discernindo necessidades e as isolando no terreno. Tudo é concebido separado, projetado isoladamente, sobre "ilhas" desunidas: as áreas de serviços e comércio, as de lazer e de habitação.

(13).Marx, Karl, El Capital, Argentina, Siglo Veintiuno, Tomo I, 1975, volume 3.

Retratariam uma cidade, um bairro, que perderam sua sociabilidade viva, como "autênticas maravilhas de monotonia e regimentalização", como espectro da cidade, fantasma de uma urbanidade orgânica? Essa funcionalidade extrema, que os caracteriza, faz com que se perca a imediatez, com relação ao espaço? Reduz os vários significados que pode ter um mesmo lugar, ratificando sua própria funcionalidade?

Então, eles podem representar o espaço de outra forma de pobreza, de novas alienações, como a pobreza de vida urbana.

O espaço dos conjuntos habitacionais, como face da deterioração do urbano passou à foco de interesse.

Que mundo é esse que impõe a lógica formal como prática? Segundo Michel Foucault em "Vigiar e Punir", não é tão novo; data da expansão da razão clássica, desde o século XVII, que, com a disciplina, fabrica corpos submissos e dóceis, a partir, inclusive, de espaços constituídos como minúsculos observatórios sociais⁽¹⁴⁾. E Lefebvre o emenda: "ele não distingue a presença do Estado na cena, ao lado da razão"⁽¹⁵⁾. Sem buscar essa gênese, é possível dizer-se que essa razão realizada é, também, a do mundo que cresce enquanto mundo; onde, especialmente, crescem as cidades; onde o crescimento demográfico ainda assusta, e o malthusianismo se preserva e se torna justificativa.

A leitura ideológica que está por trás de projetos como os dos conjuntos habitacionais, ou a sua justificativa, que tem um

(14).Foucault, Michel, Surveiller et punir, Paris, Gallimard, 1975.

(15).Lefebvre, Henri, De L'état - 1, L'état dans le monde moderne, Union Générale d'Éditions, 1976, p.162.

aspecto real, diante do tamanho das cidades, no corpo da sujeição às relações capitalistas de produção e à apropriação privada da terra e da habitação, é a da demografia galopante, a da necessidade de reprodução biológica, a da sobrevivência, face à quantidade dos déficits habitacionais ou ao montante das habitações necessárias; preterindo o estudo das relações sociais concretas, ou mascarando o plano da reprodução das relações sociais. Os problemas que surgirem neste nível terão também uma resposta institucional. Em nosso país, os grandes conjuntos habitacionais aparecem, entre outras, como solução habitacional barata, relativamente, e necessária para determinada faixa da população que, de outra forma, concentrar-se-ia em favelas e cortiços. (16)

Aqui chegamos a um ponto fundamental. O cotidiano não é somente ordem imposta, ele é, no plano subjetivo, uma organização de vida assegurada. Quando o banal do dia a dia, como se alimentar, vestir-se, alojar-se, locomover-se, produzir, faz parte da vida de forma segura. Com esses tempos, atividades e espaços conquistados de maneira que parece definitiva. É a ordem diária da segurança material. Tendo cotidiano se dorme em paz. Lefebvre define o cotidiano, neste sentido, como algo entre o infra-cotidiano e o supra-cotidiano, enquanto uma sorte de média social. No primeiro volume da "Crítica da vida cotidiana", ele adverte: *"por todos os lugares, homens e mulheres aspiram a*

(16). "O urbanista obedece passivamente às pressões do número e do menor custo; a funcionalidade que ele crê conceber se reduz ausência de funções 'reais', à função do puro olhar." (Lefebvre, Henri, La révolution urbaine, Paris, Gallimard, 1970, p.41).

estabelecer solidamente sua vida cotidiana, a escapar da insegurança, como da miséria”(p.60).

Países como o nosso, onde sobrevivem problemas de carências elementares, significaria que milhões de pessoas estão vivendo o infra-cotidiano. Aqueles que vivem nas favelas e cortiços, convivendo com a possibilidade iminente da perda da casa, têm na casa própria a ascensão ao cotidiano.

A estrutura rígida, que grandes conjuntos habitacionais pode significar, fica despercebida ou é deixada para um segundo plano, quando consciente. A funcionalidade extrema desenhada no terreno não é vivenciada como tal, mas enquanto necessidades básicas satisfeitas.

Simultaneamente, implodem-se grandes conjuntos habitacionais na Europa e nos Estados Unidos, quando aqui eles são construídos.

No limite último, no nosso caso, o conjunto habitacional pode representar a instalação no cotidiano? Nem sempre. Há casos em que apesar da estrutura urbana implantada, da casa própria assegurada, o cotidiano, para milhares de pessoas, não foi atingido. Cidade Tiradentes, um grande conjunto em Guaianazes, São Paulo, pode nos fornecer o exemplo. A interpretação é um desafio, que remete à própria relação entre forma e conteúdo.

Com conteúdos mais estéreis, por princípio, essa forma urbana delimita a vida humana. Mas as coações, que ela implica, são enfrentadas ao nível da prática urbana, que, por sua vez, recupera as múltiplas relações entre o homem e o espaço, expondo ambos à história, às estruturas e conjunturas, à cultura adquirida, às inserções sociais, até ao imaginário e imaginação sociais, aos desníveis e fissuras entre as macro estruturas e o

espaço vivido cotidianamente, que, então, caracterizam possibilidades de apropriação, também, múltiplas.

É o nível das relações dialéticas entre coações e apropriações, que inclusive, permite a inserção de imprevistos, resíduos, acasos, que a magia das possibilidades históricas torna real.

Mas sobra, como fato e problema, a força social e política que a rigidez dessa forma implica, porque, na expressão de Walter Benjamin, *"são espaços nos quais é difícil deixar rastros"*(17). Abruptamente se instalam e tendem a arrastar as referências anteriores. A re-construção é dolorosa.

A questão em nosso país fica complexa face ao primado das necessidades básicas, como já dito. A força reprodutora dessa forma por isso se amplificaria?

De qualquer modo, uma coisa é a concepção de espaço do arquiteto; outra pode ser a realmente vivida. Em última análise, poder-se-ia dizer que esse morador - com certo desenho urbano presente, segundo seus valores e modo de ser - com o tempo, ou num certo momento, vive o espaço projetado, nos termos do arquiteto. Poderá nunca fazê-lo, ou fazê-lo em conjunturas específicas; ou, ainda, em último caso, fazer coincidir sempre espaço do arquiteto e espaço do morador. Pode haver, e é o que observo, mais de uma interpretação, de um modo de viver um conjunto habitacional, que equivale a essas formas de interpretação e representação do espaço projetado. Neste sentido.

(17). Benjamin, Walter, Documentos de cultura, documentos de barbárie - escritos escolhidos, São Paulo, Cultrix - Editora da Universidade de São Paulo, 1986.

o modo de viver desses moradores pode realizar ou não, da forma prevista, o espaço projetado pelo arquiteto. Uns moradores já vivem seu rigor, outros não. A adequação entre forma e conteúdo é complicada.

Mas é possível se falar na neutralização absoluta desse espaço, assim organizado?

"Se a própria forma já traça a sua atividade, se promete um certo futuro, este futuro não é uma predestinação absoluta ou, se o é, ocorre uma revolta", escreve Henri Focillon.⁽¹⁸⁾

Mesmo quando a cotidianidade organizada, proposta nessa forma urbana, não atinge plenamente os moradores dos conjuntos, em especial no nosso caso, a hipótese é de que esse espaço planejado integraria, de um modo particular, o homem urbano ao país, à nação, ao Estado, o devolveria às atividades produtivas com uma certa configuração; o que não foge à proposta "ideal", mas, ao contrário, realizaria, de alguma forma, o constrangimento, que adere a essa forma, como significação. Trata-se da integração "pelo alto".

Embora pobre, definido por linhas muito elementares, o espaço dos conjuntos habitacionais é um eco do movimento moderno em arquitetura. Os arquitetos, contactados, envolvidos em sua concepção, afirmam sua inspiração "modesta" em Brasília.

A repetição, a idéia da quadra, a funcionalidade dos espaços, a massificação da produção norteiam a produção desses conjuntos. Estamos, ao lidar com os conjuntos habitacionais,

(18).Focillon, Henri, Vida das formas, Rio de Janeiro, Zahar, 1983, p.80.

refletindo sobre os limites do processo de vulgarização das concepções desse movimento. Historicamente, se ele ganha plena configuração nas primeiras décadas do século XX, esse processo de vulgarização data, especialmente, da segunda metade deste século. É um produto, na Europa, da segunda guerra mundial, da destruição das cidades, somada à expansão urbana. Ele se mundializa a partir de mais de um centro de influência. Conversando com um arquiteto brasileiro, a respeito de nossa experiência em conjuntos habitacionais, ele foi incisivo: *"nossa experiência está mais próxima da experiência russa, do que da francesa"*. Até como metáfora, ele queria acentuar que a experiência brasileira era muito elementar. Na verdade, a arquitetura e o urbanismo modernos chegam a nós tanto na sua configuração mais elaborada, a exemplo de Brasília, quanto na sua feição mais rudimentar, através dos conjuntos habitacionais, especialmente, da realização de grandes conjuntos habitacionais. Digo especialmente, porque, através dos grandes conjuntos habitacionais, a experiência arquitetônica e urbanística proposta é vivida de forma mais pura, menos acoplada e misturada a outros momentos e espaços da cidade. O resultado dessa representação específica do espaço, através dos grandes conjuntos, é mais nítido. É sofrido e vivido de forma mais límpida, em sua crueza, menos sujeito a outras influências concomitantes. Tanto assim se dá que, em mais de um momento, foram sugeridas políticas de inserção dos grandes conjuntos, na malha urbana, tendo em vista a realidade mais isolada que representam.

A idéia não é fazer uma crítica à arquitetura moderna, através dos conjuntos; pois, não caberia. Eles, especialmente no

país, não a expressam, convenientemente. Mas, ao mesmo tempo, trata-se de demonstrar o limite e os compromissos de um pensamento, deste pensamento-ação. A rigor, a representação do espaço, que norteia a arquitetura moderna aparece, aqui, como caricatura. Portanto, hipertrofia certos aspectos seus e com eles o umbral do significado a que pode chegar. A mundialização de um pensamento, que sofre desdobramentos e distorções, exige, necessariamente, ao ser lida, considerar o embate com realidades sociais distintas, que trava em países diferentes e conjunturas diferentes. Não há somente o movimento de uma idéia, mas o movimento de idéias, que se realizam em condições sociais diversas. Imbricados o real e o pensamento. Assim, desembocamos nas condições de realização, de um trabalho como esse, no nosso país. As comparações com outras experiências, de outros países, exigiria esforços redobrados. É notório, no entanto, que a experiência de grandes conjuntos, em muitos países, foi abolida. Foi comum usarem-se as implosões. Enquanto na França, em 1973, surge uma legislação impeditiva à construção de grandes conjuntos⁽¹⁹⁾, aqui no Brasil, à década de 70, essa

(19). "Apesar de todas as críticas, os Grandes Conjuntos se multiplicaram sobre a paisagem de Paris durante vinte anos. Era a resposta do Estado às demandas de habitação. Inundavam o horizonte submergindo as imagens românticas de Paris, e forjando uma nova e dura geração de moradores metropolitanos. Logo, um dia da primavera de 1973, desapareceram de repente como os dinossauros ... Desde a primavera de 1973 em diante, não se construiu um só Grande Conjunto, nem outros substituíram aos que se deterioravam. O conceito desapareceu. E, como os dinossauros, tratou-se de uma extinção repentina que, à primeira vista, seque sendo um mistério. Sem dúvida, os historiadores franceses, enroupados em seu cartesianismo, terão uma explicação definitiva: a "Circular Guichard" de abril de 1973. Como de costume, considerara-se que a história francesa foi mudada por decreto, de acordo com uma iniciativa do governo. É certo que a decisão do Senhor Guichard, ministro das obras públicas, de proibir a construção de qualquer conjunto residencial de mais de 2 000 habitações, sentenciou a morte da fórmula urbana que havia caracterizado os subúrbios metropolitanos franceses durante muitos anos." (Castells, Manuel, La ciudad y las masas: sociología de los movimientos sociales urbanos, Madrid, Alianza, 1986, pp.121/122).

experiência proliferou. E ela chegou a conjuntos de tamanhos descomunais, verdadeiras "cidades", de mais de 20 000 unidades.

A proposta é me deter num grande conjunto, o Conjunto Habitacional Itaquera I, em Itaquera, na Zona Leste, em São Paulo, que compreende os conjuntos Padre José de Anchieta, Padre Manoel da Nóbrega e Padre Manoel de Paiva. De forma mais esporádica, remeter-me-ei a outros conjuntos habitacionais, em especial, o Conjunto Habitacional Santa Etelvina ou Cidade Tiradentes, em Guaianazes, Zona leste, São Paulo.

Este trabalho tem como meta decifrar um dado espaço? Em si mesmo? Isolado? Não exatamente. O "não exatamente" expressa a conveniência da leitura da particularidade, nas suas relações mais globais. Neste caso, estudo, especialmente, um grande conjunto habitacional, chegando a quase 70 000 moradores, segundo dados oficiais, mas, através dele, outros conjuntos habitacionais, que não o repetem inteiramente, mas que o fazem, de certo modo. Pois, a concepção de espaço que norteou esse conjunto, as estratégias políticas - a política habitacional -, a que esteve sujeito, repetem-se, quanto a muitos outros conjuntos, a nível nacional. E porque, através dele, insistirei neste âmbito.

E a importância da particularidade? Sua importância está em ler, na medida possível de um pesquisador em específico, essas políticas e produções, mantendo certa profundidade, e, também, no reconhecimento de que a particularidade é desvendadora, principalmente porque esse espaço não é somente concebido, segundo o urbanismo institucional, ele é vivido, de forma particular, por sujeitos particulares, que lhe configuram, no

limite último. Ler, analisar essas formas finais, que aderem a esse espaço, representa tentar desvendar a relação existente entre a concepção e a vida nos e dos conjuntos habitacionais. O morador não é estritamente um usuário passivo, "habitar é uma atividade"; morador, qualifica, redefine, reproduz ou transforma as representações, que orientam a produção do espaço em questão.

Ainda merece consideração a importância do espaço da cidade como espaço diferencial.

O espaço da cidade, de um lado, caminha para a constituição da forma-conjunto, enquanto uma história de produção, em São Paulo, de uma cidade segregada, segmentada. Bonduki fala da importância dos anos 20 aos 40 deste século, na consolidação da periferia e no esvaziamento do centro de São Paulo, dados os termos de desenvolvimento da industrialização, as políticas urbanas, como o Plano Avenidas, nos anos 30, baseado numa proposta de reformulação da estrutura viária, etc.⁽²⁰⁾ Por outro lado, o espaço tem essa propriedade complexa de guardar tempos históricos, e os fixar - a questão das sobrevivências, tratada por muitos geógrafos, como Milton Santos com as rugosidades do espaço⁽²¹⁾, constituindo um impedimento ao movimento, imobilizando e impondo conteúdos; ao mesmo tempo, nesses tempos resguardados, aparece a memória da vida da cidade. Para seu habitante, metamorfoseada à sua experiência pessoal e social, faz

(20). Valladares, Licia do Prado (org.), *Repensando a habitação no Brasil*, Rio de Janeiro, Zakar, 1981, pp. 135 a 168.

(21). Santos, Milton, *Por uma nova geografia: da crítica da geografia à geografia crítica*, São Paulo, Hucitec/Ed. da Universidade de São Paulo, 1978.

reviver conteúdos avessos, muitas vezes, às formas atuais e impostas. O habitante dos conjuntos também vive o restante da cidade, como memória, outros modos de vida já vividos em outros lugares. Outros cantos da cidade, de onde vieram.

O espaço da cidade aparece como um nível intermediário importante ao processo de explicação. Se o nível global se impõe as políticas, o Estado, a empresa, as organizações e instituições -, esse espaço não os recebe passivamente⁽²²⁾. Se há uma maior proximidade entre as intenções e imposições do plano global, transposto ao terreno, e sua realização na cidade, através da forma-conjunto, já que é um espaço deshistoricizado e funcional, este encontra na própria cidade uma contradição.

Então, o conjunto seria a expressão da deterioração da cidade, como urbanidade viva, demonstrando limpidamente a racionalidade técnica e burocrática - como forma espacial do cotidiano organizado -, que já vem se impondo à e na cidade. O urbanismo institucional generaliza e sedimenta essa experiência de segregação. Mas, por outro lado, o espaço da cidade, de tempos complexos, tem como possibilidade re-produzir essa forma-conjunto, redefini-la e afrontá-la.

De qualquer forma, e apesar dos tantos conteúdos possíveis, porque não está absolutamente isolado da cidade e das outras experiências pessoais e sociais, o espaço preenchido pela forma-conjunto, sujeito ao que ela representa, não estaria sob pressão

(22). "A política do espaço não conhece este sêntido como meio homogêneo e vazio, no qual se aloja objetos, pessoas, máquinas, locais industriais, fluxos e redes. Uma tal representação se baseia sobre uma logística de uma racionalidade limitada e motiva uma estratégia que destrói reduzindo-os os espaços diferenciais do urbano e do 'habitar'." (Lefebvre, Henri, La révolution urbaine, Paris, Gallimard, 1970, p.68).

à redução dos diferentes conteúdos? A forma-conjunto não se imporia esteticamente na cidade, e assim, e inclusive, eticamente, constituindo-se num modo de vida, igualizando seus moradores no que diferem? A forma-conjunto, então, re-produziria socialmente seus moradores, re-compondo sua inserção social? Acrescente-se, o que já foi abordado, sobre a integração "pelo alto", como risco desse tipo de "habitat".

O diretor Robert Carpenter, no filme "Alguém me vigia", trabalha o moderno em Los Angeles. A câmera passeia sugerindo ângulos retos, perspectivas e distanciamento, no tratamento dos edifícios condominiais, que somam mais de 2 000 pessoas, cada um. Enormes edifícios enfileirados e prostrados uns frentes aos outros. Cada um perigosamente convive com o outro. As fachadas de vidro expõem a todos. A paisagem estimula o olhar estranho, que pode ser perigoso; em que um vigia o outro e não exatamente convive. De certa forma, pode-se perder o espaço interno da casa. Cada um representa um perigo para o outro, um intruso; e mais, todos contém o perigoso, pois retém a figura da vigilância, de forma interna. O que aparece como vigiar a partir do olhar do outro, potencializa-se na imagem interna que vigia a todos, controlando os edifícios: são os monitores dos prédios. O monitor representa o olhar, único e ameaçador. Ingenuamente técnico, detém o poder.

Em outubro de 1985, o jornal Voz da Comunidade, órgão informativo da Comunidade Católica da Cohab Itaquera I, conjunto que começou a ser entregue em 1978, escrevia em seu editorial: "a verdade é que só agora é que estamos sentindo o peso da estrutura

e da forma de construção dos conjuntos da Cohab, planejados e construídos para isolar as pessoas umas das outras, controlar e manipular politicamente. E é aí que nosso trabalho missionário se torna um desafio." O mesmo número relata os resultados do "Encontro dos Agentes de Pastoral das Cohabs", entre os quais consta: "tomar providências para não deixar que se construa mais desses tipos de conjuntos."

Num livro belíssimo, intitulado "Morte e vida das grandes cidades", Jane Jacobs constrói o que ela convencionou como um ataque contra as teorias mais usuais sobre urbanização e reconstrução de cidades, que a seu ver não observam a densa rede de interconexões, que se forma nas cidades, necessitadas que são de uma intrincada diversidade de usos. Diversidade de uma cidade, que equivale a não inibir idéias e oportunidades não oficiais, em vizinhanças ativas e ruas apropriadas, de tal forma que não reproduzam o estranhamento. (23)

A partir da redução dos princípios de planificação, que já reconhece na cidade jardim, de 1898, de Ebenezer Howard, ela desenvolve uma questão, à qual este trabalho deve se deter, que é a do "populacho etiquetado". Cada população uma etiqueta com seu preço correspondente. "Pessoas marcadas como os signos hexagonais dos urbanistas, sacudidas, expropriadas e desenraizadas como se sobre elas houvesse abatido uma potência conquistadora" (p.8).

A experiência dos conjuntos habitacionais não resume esse drama redutor, mas, também, é a cena onde ele se desenvolve. É o

(23). Jacobs, Jane, Muerte y vida de las grandes ciudades, Madrid, Península, 1973. Marshall Berman, em Tudo que é sólido desmancha no ar (São Paulo, Companhia das Letras, 1986), ao apreciar sua obra, define-a como expressão do modernismo da rua nos anos 60.

que as pessoas envolvidas definem como necessidade de adaptação a um outro modo de vida, para o qual abruptamente são acordadas. E ainda, um tema anexo, a ser oportunamente abordado: o da instalação na pobreza, que o conjunto pode representar, delimitando e fixando o perfil social de seu morador.

A escolha de Itaquera I, em Itaquera, Zona Leste de São Paulo, não é insignificante, nem aleatória. Trata-se da região que concentra mais de 60% da população de conjuntos habitacionais, produzidos, na capital, pela Cohab-SP - Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo -, representando mais de 10% da população total dessa zona.

O discurso das autoridades da Cohab-SP aponta a Zona Leste como a área mais propícia de São Paulo, à construção de grandes conjuntos habitacionais. Além de enormes terrenos disponíveis, como região pobre e pouco desenvolvida *"fez parte do escopo da administração Olavo Setúbal (1975-78) o desenvolvimento dessa região. Uma componente para fixação desse desenvolvimento seria justamente a parte da implantação de soluções habitacionais"*. (José Celestino Bourroul, à época presidente da Cohab-SP). Essa administração municipal inicia francamente o caminho para construção de grandes conjuntos habitacionais, em São Paulo, especialmente na Zona Leste.

Sempre contando com dados aproximados e subestimados, na Zona Leste são quase 400 000 moradores, agrupados em 16 conjuntos habitacionais, estando Itaquera I não só entre os maiores conjuntos da região, como dentre os grandes conjuntos, sendo o

mais consolidado e mais próximo da densa malha urbana. (24)

Itaquera I é, dos grandes conjuntos habitacionais da região, o primeiro a começar a ser construído. Esta é uma anotação importante, pois, na verdade, esses grandes conjuntos, na maioria das vezes, são produzidos em várias fases. Se começa grande, fica cada vez maior. É o caso de Itaquera I, dividido em três grandes fases consecutivas. Afora aquelas intermediárias, no interior desses três momentos mencionados. O processo de adensamento do conjunto, inclusive, motiva apreensões por parte dos moradores, incluindo até movimentos organizados, contrários ao adensamento. Que, no caso de Itaquera I, chegaram a paralisar as obras.

Mas, não é o fato estrito de ser o mais velho dos grandes conjuntos da Zona Leste de São Paulo, que conta. A data de construção de suas primeiras unidades habitacionais (exatamente, 2.270 unidades, entre casas e apartamentos), em junho de 1977, dista apenas 11 meses das primeiras unidades de outro conjunto, contíguo a ele, o conjunto Itaquera II, ou José Bonifácio, cujas unidades iniciais são construídas a partir de maio de 1978. Não é significativa a diferença quanto à comercialização. Itaquera I tem essas primeiras unidades comercializadas entre setembro de 1978 e janeiro de 1979; Itaquera II, os primeiros 730 apartamentos, em março de 1980. Com fases intermediárias diferentes, chega a coincidir a entrega das últimas unidades, em

(24). Em setembro de 1989, segundo dados da Cohab - SP, considerando-se o tamanho médio de 5 pessoas por família, e as obras em fase de construção, estimava-se em 381.665 pessoas, o total de moradores dos conjuntos da Zona Leste, equivalendo a 62,26% dos 612.985 moradores de conjuntos, construídos pela Cohab-SP, na Região Metropolitana de São Paulo. Isto significa, 10,75% dos 3 550 991 habitantes da Zona Leste, segundo dados de 1991, da Secretaria Municipal de Reforma Administrativa. Portanto, os dados são imprecisos.

Ainda a ressaltar que os 16 conjuntos habitacionais não aparecem isolados na paisagem, mas constituem verdadeiras manchas agrupadas, como a carta anexo dos conjuntos habitacionais de São Paulo demonstra.

setembro de 1982. Importa, sobre Itaquera I, o aspecto de estar, aparentemente, absorvido pela cidade.

Se, de alguma forma, os grandes conjuntos caracterizam um processo particular e problemático da produção do urbano, é preciso analisá-lo na sua configuração melhor acabada, mais próxima ao restante do corpo da cidade, inclusive, com a proximidade do metrô. Além disso, a relação, de um lado, do espaço destinado exclusivamente à moradia, e de outro, dos centros de serviços e comércio, dos chamados centros comunitários, das ruas e avenidas, é uma versão mais tênue da produção massificada de habitações, que veio a caracterizar, com o tempo, de forma mais rigorosa, os demais conjuntos; ainda que imerso na mesma estrutura urbana. Dos conjuntos pesquisados na Zona Leste, é o conjunto habitacional mais apropriado por seus moradores. Ele sofreu transformações, com o tempo, criadas pelos moradores em particular, pelos conselhos de moradores de cada prédio, pelos movimentos organizados do lugar. Seus moradores, embora com reservas, muitas vezes, são aqueles que mais parecem satisfeitos com seu lugar de moradia. É, neste caso limite, que é possível examinar-se o significado da forma-conjunto.

O espaço da vida cotidiana, mesmo num país como o nosso, amplia a noção da pobreza urbana, para além dos bolsões de pobreza absoluta, mesmo o considerando como uma utopia de massas enormes de empobrecidos moradores de favelas, cortiços, cantos de rua, indigentes, que aspiram uma vida organizada e uma casa segura. Um exemplo crucial é o da consolidação de um projeto de sociedade, pelo Estado, através do urbano. A redução das

necessidades sociais e urbanas às mais elementares; uma leitura funcional dos desejos humanos, produzindo um espaço rigoroso, segmentado e massificante, faz dos conjuntos-cidades laboratórios do processo de deterioração do urbano, como fenômeno pesado de conseqüências na reprodução da sociedade brasileira. Não somente como forma de vida urbana, mas delimitando as aspirações sociais. Assim, os termos da pesquisa tem como objetivo compreender os conjuntos habitacionais, como realidade e utopia, propostas pelo Estado: quem e que retórica marcam sua produção, e as formas de controle cotidianas nos mesmos: a política de desenvolvimento comunitário, etc. Contrariamente, visa também avaliar a apropriação cotidiana desse espaço pelos moradores: a plasticidade do espaço, em princípio, rigoroso.

CAPITULO 1 - ESTADO E HABITAÇÃO

O Estado tomava as rédeas de uma sociedade pretensamente à deriva, conturbada, ameaçada por conflitos sociais, convivendo com uma inflação crescente que corroía a economia cambaleante (biênio 62/63), e com a falta de consenso ou projeto político unificado.

Um Estado forte, sob a retórica do planejamento neutro⁽¹⁾, detonando planos, medidas, regulamentos, programas, fundos de investimentos, tendendo à criação da ordem para operar sem problemas as forças de mercado, impunha ao país a ditadura militar e consolidava o aliado ao capitalismo mundial. Isto significou, no nível econômico, a abertura do país a investimentos internacionais, sustentada por um corpo de empresas e incentivos estatais, que se precipitava, em proporções jamais vistas⁽²⁾. Era o caminho em direção ao Brasil Potência, à base da democracia restrita, isto é, dos "setores que suportam e legitimam a ditadura de classes aberta e seu Estado", o "Estado autocrático burguês", surgido da contra-revolução política, "para garantir a 'modernização', a incorporação e a industrialização nacional", com a "militarização e a tecnocratização das suas estruturas e funções".⁽³⁾

Mas o primeiro momento (1964/66) foi de perspectivas mais moderadas: conter a inflação, começar a crescer economicamente, responder às "massas órfãs". Um projeto de aparência conservadora

(1).Janni, Octavio, A ditadura do grande capital, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1981, primeira parte.

(2).Entre os inúmeros estudiosos, verificar a obra de Luciano G. Coutinho sobre o tema.

(3).Fernandes, Florestan, Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo", São Paulo, Hucitec, 1979, pp.42/43.

liberal. O governo Castello Branco buscava dosar o esvaziamento e a repressão aos movimentos da sociedade (nos meios operários e camponeses, lesados por uma política salarial de contenção), com a legitimidade política, depois da abrupta ruptura política. Para o campo, oferecia o Estatuto da Terra, em 1964⁽⁴⁾, para as cidades, que cresciam vertiginosamente nos anos 60, a política habitacional, centro de um discurso sobre o urbano, com a instituição do Plano Nacional de Habitação e a criação do Banco Nacional da Habitação (BNH), e do Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, pela lei nº 4.380, de 21 de agosto de 1964.

A proposta do BNH não era estritamente original, tanto com relação à habitação para a população de baixa renda, eis o exemplo das Carteiras Prediais, que existiam esboçadas nos anos 20, e consolidadas dos anos 30 à sua extinção em 1964, produzindo casas para seus associados; como face a propostas, desse cunho, mais abrangentes, de âmbito nacional, caso da Fundação da Casa Popular, instituída, por decreto, em 1946, e do projeto não realizado do Instituto Brasileiro de Habitação, à época janista.

Embora jamais tenha se aproximado de resolver a miséria urbana, potencializada sob a ditadura militar, os números de unidades produzidas alcançados superam e muito às experiências anteriores.

Os dados sobre os Institutos de Previdência somam 37 725 unidades, em 232 conjuntos habitacionais, em todo o Brasil, de

(4)."A mensagem com que o General Castello Branco encaminhou ao Congresso Nacional a proposta de reforma constitucional, que permitiria a aprovação do Estatuto da Terra, já estabelecia com clareza o objetivo da reforma agrária da ditadura: separar a cabeça do corpo - afastar os trabalhadores rurais dos grupos políticos de esquerda, como o PCB e as Ligas Camponesas, que, profunda e contemporaneamente envolvidos nos conflitos, davam-lhes direção política e dimensionamento histórico." (Martins, José de Souza, Caminhada no chão da noite, São Paulo, Hucitec, 1989, p.76).

1937 a 1964⁽⁵⁾. Os da Fundação da Casa Popular reduzem-se a 16 964 casas, em 143 conjuntos, construídos até 31 de dezembro de 1960⁽⁶⁾. Somente a Cohab-São Paulo, sujeita ao sistema BNH, até setembro de 1989, reunia 102.750 unidades habitacionais, em 35 conjuntos, sendo que o conjunto mais velho data de 1967. Em construção, acresciam-se mais de 15.355 unidades, sendo que destas somente 1.771 unidades seriam construídas em 2 novos conjuntos; as demais serão adensamentos dos conjuntos já existentes⁽⁷⁾. Segundo as estatísticas oficiais, até 1984 foram construídas 4 milhões e 236 mil unidades habitacionais no país, sendo que 52,39% desse total atendendo ao mercado popular. Os cinco anos do governo Figueiredo concentram a produção de 1 milhão e 240 mil moradias para esse mercado. Números, entretanto, ínfimos, para um déficit habitacional que, em 1985, era de 15 milhões de habitações no país; dado impreciso, mas assustador.⁽⁸⁾

A química para reter essa eficiência relativa da política habitacional da ditadura militar era um volume cada vez maior de recursos, especialmente à base do FGTS (Fundo de Garantia por Tempo de Serviço) e do SBPE (Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo), além de volumosos empréstimos internacionais, como os do Banco Mundial. Uma poupança forçada como o FGTS, criado pela Lei nº 5.107, em 14 de setembro de 1966, constituído por 8%

(5).Farah, Marta Ferreira Santos, Estado, Previdência Social e Habitação. Dissertação de mestrado, São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, 1983.

(6).Azevedo, Sérgio e Andrade, Luis A.G., Habitação e poder, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

(7).Relação Conjuntos Habitacionais Renda Popular, Direção de Integração-Comunitária. Cohab-São Paulo, setembro de 1989.

(8).Silva e Silva, Maria Ozanira da, Política Habitacional Brasileira - verso e reverso, São Paulo, Cortez, 1987.

dos salários pagos mensalmente, verso da instituição da instabilidade do emprego, configurou-se com^ga principal fonte de financiamento do BNH. O SBPE, por sua vez, é uma poupança voluntária num mercado interno que se propunha a crescer, sustentado por camadas altas e médias da burguesia.

Completa os elementos dessa química o cunho empresarial ou o caráter de investimento determinado à habitação, sob o regime da correção monetária, vindo de encontro às soluções anteriores baseadas no subsídio e na atuação a fundo perdido. E a transformação, já em 1971, do BNH, de autarquia a empresa pública, assumindo a posição de banco de 2^a. linha, repassando empréstimos a uma grande rede de agentes financeiros, evitando, assim, confrontos diretos.

A química não é perfeita; desde o início, assim aparece. Já nos primeiros anos, as Companhias de Habitação, estaduais e municipais, promotoras da política habitacional para o mercado popular ou de interesse social, que, em princípio, compreendia a população que ganhava entre 1 a 3 salários mínimos, e detinha, entre 1964 e 69, 40% das habitações financiadas, sofrem a inadimplência generalizada desse mercado, isto é, mutuários com mais de 3 prestações atrasadas. No início dos anos 70, esse quadro de insolvência se acentua e atinge 30% dos mutuários. Em fins de 1973, o índice de inadimplência da Cohab-SP era de 60%, segundo atas do conselho técnico da companhia.

Corrige-se a fórmula, o mercado popular é redefinido. Em meados dos anos 70, estende-se às camadas de 3 a 5 salários

mínimos. Hoje, já atinge até 12 salários mínimos, estabelecendo-se como média 8 s.m..(9)

Mas o montante dos empréstimos do BNH não se concentrou nas camadas populares, dirigiu-se não somente a outros segmentos da sociedade, como a outros investimentos que não à habitação. Há uma flutuação conjuntural dos destinatários, dando margem a denúncias de toda a ordem. Como a drenagem de recursos do FGTS para os estratos de renda maior, em princípio, sujeitos aos financiamentos do SBPE; avesso, portanto, da retórica do BNH. Na verdade, o FGTS está entre os fundos parafiscais para mobilizar a acumulação. Os assalariados são a grande fonte das inversões públicas ou da transferência de recursos ao setor privado.(10)

O grande hiato da produção de unidades habitacionais, pela Carteira de Operações Sociais - COS do BNH, foi entre 1970 e 74 (ano em que atinge um número de unidades inferior a 64); praticamente à época do "Milagre Brasileiro", quando o crescimento econômico se intensificava e parecia estável (68-73). Henry Cherkezian, diretor de planejamento da Cohab-SP dos meados de 70 e 80, e hoje assessor especial da Companhia de Desenvolvimento da Habitação, do estado de São Paulo - CDH localiza o grande boom da habitação popular entre 1975 e 1982, "quando morre por escassez de recursos". Em 1984, apenas 18% dos recursos originados do FGTS foram destinados a famílias com renda inferior a 5 salários mínimos.(11)

(9).Inclusive devido à perda relativa do valor do salário mínimo, no período.

(10).Singer, Paul, A crise do "milagre", Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

(11).Bolaffi, Gabriel e Cherkezian, Henry, BNH, bode expiatório. In: Novos estudos, São Paulo, Cebrap, outubro de 1985, nº.13.

Também é em meados da década de 70, que o BNH consolida a direção de uma política de desenvolvimento urbano⁽¹²⁾; ou o ramo da construção pesada se afirma frente ao de edificações, a partir de recursos em obras urbanas e pólos econômicos⁽¹³⁾. Em 1976, 34% das aplicações do BNH são dirigidas ao saneamento, transportes, urbanização, equipamentos comunitários, fundos regionais de desenvolvimento urbano e pólos econômicos⁽¹⁴⁾. "O saneamento básico foi a porta pela qual o BNH começou a aplicar no desenvolvimento urbano"; o que já se propunha pela lei de sua criação. Em 1971, foi criado o Plano Nacional de Saneamento Planasa -, e já em 1969, o BNH é autorizado a aplicar recursos do FGTS nos sistemas de abastecimento de água e esgoto. "Em 1973 é criado o programa Fundos Regionais de Desenvolvimento Urbano. Em 1974 são criados o Financiamento para Urbanização (Fimurb), Financiamento para Sistemas Ferroviários de Transporte Urbano de Passageiros (Fetren) e o Financiamento para o Planejamento Urbano (Fiplan). Em 1975 é criado o Apoio ao Desenvolvimento de Pólos Econômicos (Prodepo)."⁽¹⁵⁾

Em 1973, é instituído o Plano Nacional da Habitação Popular Planhap -. Tratava-se de um novo ingrediente na retórica da política habitacional, reafirmando a prioridade da habitação popular, sob a promoção das Companhias de Habitação. Com metas

(12).op.cit.nota 6.

(13).Maricato, Erminia, Indústria da construção e política habitacional, tese de doutorado, São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, USP, 1984.

(14).op.cit.nota 6, pp.86 e 87.

(15).op.cit.nota 13, pp.112 e 113.

arrojadas, para corrigir o déficit habitacional, cria Fundos Estaduais de Habitação Popular FUNDHAPS envolvendo a participação dos estados e municípios, no financiamento dos conjuntos habitacionais (Resolução do Conselho de Administração, RC nº 1/73).

Henry Cherkezian, em entrevista, define o espírito do Planhap: "lendo recentemente a lei de criação do Planhap, o Planhap foi uma idéia até que interessante, inclusive hoje está na constituição, quer dizer, colocou a habitação como um problema não só da União, mas dos estados e municípios. O Planhap visava o seguinte: primeiro, começou-se a verificar que o problema da habitação precisava ser planejado e planejado pelos próprios estados. O Planhap não era nada mais do que um convênio ou contrato pluri-anual. O BNH fazia sua programação pluri-anual, comprometia-se a financiar durante 5 anos aquele montante de recursos, e obrigava o estado a participar, criando fundos estaduais. Todas as operações de endividamento do setor público, antes do Planhap, iam uma a uma, ao senado federal, para verificar a capacidade de endividamento do estado, a capacidade de endividamento do município, e o Planhap foi um guarda-chuva. Você aprovava no senado, que o estado tal, durante os 5 anos, estaria liberado para contratar um montante de recursos. É uma coisa que nós estamos resgatando hoje, em 92."

Para ele, tendia a influir na relação entre estado e município, o que favoreceria a produção do conjunto habitacional, já que para realizá-lo se necessitava do envolvimento desses dois níveis de administração: a pavimentação e drenagem das águas

pluviais, a creche, o parque infantil, etc., diziam respeito ao município. Escola, postos de saúde e outros elementos urbanos, eventualmente, ao estado. E todos compunham o conjunto habitacional.

O estado de São Paulo foi um dos últimos estados a aderir ao Planhap, em 1975 (lei nº 905 de 18 de dezembro de 1975).

Em 1975, no âmbito do Planhap, é aprovada a RC nº 3/75, que aprova diretrizes básicas para o mesmo. Amplia a destinação da habitação popular às famílias até cinco vezes o maior salário mínimo vigente no país, ou até 22 UPCs (Unidade Padrão de Capital, a moeda do BNH, à época).

A medida atinge as Cohabs com graves problemas de inadimplência, ao estimular o atendimento a faixas mais altas do mercado popular. Estende-se a concessão de financiamentos para 500 UPCs, destinadas à aquisição, melhoria e ampliação de habitações. O custo limite de financiamento anterior, por unidade habitacional, era de 320 UPCs, e incluía em sua composição, além do custo do terreno, terraplenagem, construção e juros do empréstimo, os custos de infra-estrutura do conjunto. A época, a tendência, através de novas medidas, é criar linhas de financiamento específicas para infra-estrutura, tendo como pressuposto a existência do Planasa e a formação de companhias de saneamento estaduais, vinculadas a ele. A eficiência está em desonerar o custo da unidade habitacional, e, com um apanhado de novas resoluções, aperfeiçoar a idéia de ascensão social das famílias beneficiadas, através da casa própria, financiada pelo BNH, para viabilizar o sistema.

Consta do processo interno da Cohab-São Paulo, nº 33/74, a ameaça à liquidez dos agentes financeiros - as Cohabs -

"Mencione-se, ademais, que, a partir dos meados de 1972, os índices de custos da construção civil ultrapassaram, de muito, em sua curva ascensional, as variações percentuais verificadas no valor da UPC, e, em consequência, novas e graves dificuldades, se antepuseram às atividades das Cohabs, que tinham que compatibilizar, de forma quase impossível, de forma quase milagrosa o valor do empreendimento, o valor das unidades, as limitações angustiantes oriundas das tabelas de financiamento do BNH, que se tornaram manifestamente obsoletas, e reduzida capacidade de comprometimento da renda familiar dos inscritos".

O diagnóstico da Cohab-SP apontava pendências junto às empreiteiras, obras paralisadas, inadimplência e falta de adaptação do mutuário no conjunto habitacional, dúvidas sobre a escolha adequada de áreas para a construção de novos conjuntos, e, portanto, dificuldades na produção de novas unidades.

A Cohab-SP, em 1973, acumulava um prejuízo da ordem de 30 milhões de cruzeiros, considerado exorbitante à época. Face à pressão do BNH para o governo do estado participar da implantação do Planhap, a questão que um dos conselheiros do Conselho Técnico da Cohab-SP apresentava era a respeito do montante dos prejuízos que deveriam ser cobertos pelo município e pelo estado, assim como, sobre a extensão em que a Cohab "deveria cumprir a Resolução, manifestando a indefinição de qual seria a contribuição do município, se em terrenos ou em outros bens e serviços". Enquanto isso, outros conselheiros se manifestavam

otimistas, quanto ao impacto do Planhap, como incentivo à Cohab-
SP (Atas do Conselho Técnico da Cohab-SP, ano de 1973).

OS TERMOS DE UM PROJETO INTEGRADO DE HABITAÇÃO

Nesses anos, também, se inicia uma alteração na interna dos conjuntos habitacionais. A realidade de conjuntos sem infra-estrutura básica, depredados e com índices de rejeição elevados, um dos motivos apontados para a inadimplência, é enfrentada, de alguma maneira, cunhando-se a idéia do projeto integrado. Uma concepção urbana e social do conjunto habitacional começa a fazer parte dos discursos, com a negação do conjunto apenas como realidade física e financeira. A direção é a de programas e projetos de desenvolvimento comunitário, definindo a vida dos conjuntos habitacionais, e as bases de "integração do homem no desenvolvimento urbano".

"Nos conjuntos construídos na periferia do centro urbano fica mais evidenciada a idéia de que a habitação possui funções sociais e urbanas, e não pode ser encarada apenas do ponto de vista físico ou financeiro. Em conjuntos recém-habitados, a falta de serviços urbanos e equipamentos sociais ligados fase de adaptação do morador ao novo contexto de vizinhança, faz com que se reverta as expectativas em relação à casa própria."(Processo Interno nº 447/80, Cøhab-SP)

"A necessidade de harmonizar a família com o novo meio ambiente, físico e social, bem como a nova moradia e responsabilidades com ela adquiridas, faz com que se apresentem de fundamental importância a aplicação de técnicas de

desenvolvimento comunitário, que permitam acelerar os níveis de integração, interação, comunicação, e participação dentro dos novos agrupamentos residenciais criados, em cada cidade, pelas Cohabs.”(Processo Interno nº 65/80, Cohab-SF)

A RC nº 3/75 define o apoio e a ampliação de programas de desenvolvimento comunitário. Mas essa resolução não é a única a respeito, nem a primeira. Ao longo do tempo, as resoluções e medidas se amontoam, chegando a confundir e atordoar os agentes envolvidos.

Parece que a política de desenvolvimento comunitário se inicia em 1973, quando a Resolução da Diretoria nº 76/73 define o Programa de Estímulos ao Planhap - PEP - visando a participação do BNH na assistência técnica à reestruturação das Cohabs e apoio às administrações na *“formulação, execução, controle e aperfeiçoamento permanente de programas e projetos de desenvolvimento comunitário nos conjuntos habitacionais de interesse social.”(RD 76/73)*

Programas de financiamento para soluções promocionais em conjuntos habitacionais são instituídos, financiando o abastecimento de água, a pavimentação, a construção de centros comunitários nos conjuntos, etc.; tais como, o Financiamento para Urbanização de Conjuntos Habitacionais - FINC - (RD 31/73) e o Financiamento de Equipamentos Comunitários de Conjuntos Habitacionais FINEC - (RD 56/73). Mas já existiam programas correlatos, como o Programa de Treinamento e Assistência Técnica TREINAT (RC 29/71), com finalidades semelhantes. Há um processo de aperfeiçoamento desse entendimento urbano dos conjuntos habitacionais. No interior mesmo do TREINAT surge um

sub-programa, ASSITEC - Programa de Assistência Técnica -, parte da operacionalização da RD 76/73, insistindo para que estados e municípios assumam o compromisso de apoiarem administrativa e tecnicamente as Cohabs (RD 77/73). A RD 81/73 cria as Taxas de Cobrança e Administração (TCA) e de Apoio Comunitário (TAC) para *"ampliar as receitas das Cohabs e órgãos assemelhados, com vistas à cobertura dos respectivos custos operacionais."* Essas taxas incidem sobre a prestação do mutuário. A Taxa de Apoio Comunitário, cobrada nos carnês, deve ser utilizada na manutenção das equipes de apoio dos conjuntos, em benefício de atividades comunitárias; na construção e melhoria dos equipamentos comunitários; e, na aquisição de materiais solicitados pelos grupos e entidades, para a *"promoção de um desenvolvimento social organizado."* As lideranças dos movimentos nos conjuntos habitacionais cobravam, muitas vezes, a participação na administração dessa taxa, à qual não tinham ascendência.

Em 1974, cria-se a Assessoria de Desenvolvimento Comunitário, dentro da Carteira de Operações de Natureza Social (ADC/COS), para coordenação e planejamento dessa política junto aos agentes promotores.

Em 1975, a RD 47/75 disciplina, dentro do PEP, a participação do BNH em programas de desenvolvimento comunitário, ampliando-a. Inclui, entre suas preocupações:

amplo conhecimento sobre as dimensões, condições sociais, sanitárias, educacionais e econômicas das famílias a que se destina o Planhap;

preparação das famílias para ocupação da moradia, com plena noção de deveres e direitos;

promoção de programas educacionais e de treinamento profissional;

organização da vida comunitária nos conjuntos habitacionais, com o máximo de participação dos moradores;

desenvolvimento da vida associativa, para efeito puramente social ou para realização de trabalhos cooperativos, com vistas a manutenção de conjuntos e de cada uma das habitações ou com o fim de suplementar a renda familiar;

- adequação das disponibilidades de equipamentos comunitários às reais necessidades da população.

Observando-se as peculiaridades de cada núcleo, imaginava-se contar com os seguintes serviços: assistência médica e odontológica, ensino de 1º. e 2º. graus, inclusive técnico-profissional, orientação profissional, previdenciária e sindical, aproveitamento de mão-de-obra doméstica, sobretudo em trabalhos artesanais, manutenção de centros de recreação, biblioteca pública, postos policiais, estabelecimentos comerciais, feiras ou mercados, assistência a associação de moradores, etc.

Avaliações trimestrais, como sistema de fiscalização do BNH às Cohabs, determinariam os níveis de atuação das mesmas no sentido apontado.

O "Grupo Movimento Comunitário", do conjunto Itaquera I, reunido a 11 de outubro de 1980, com representantes da Cohab-SP, reclama do serviço social alocado no conjunto, que seria pago pela TAC, e não estaria dando assistência à população que necessita, sobrecarregado, que estaria, com serviços burocráticos

da Cohab. Ainda adverte: "o procedimento agressivo e arbitrário desta Cohab, foge às normas da Resolução 47/75 do BNH". Isto a propósito da reivindicação referente à administração pela comunidade, através de uma entidade representativa, de uma praça de esportes do conjunto, e da falta de clareza a respeito, por parte da Cohab. (Processo Interno nº 591/80, Cohab-SP)

O aperfeiçoamento dos programas comunitários, ao longo do tempo, com o oferecimento de cursos aos técnicos envolvidos e a regulamentação de novas medidas, insiste sobre o desenvolvimento de comunidade como um "processo que visa obter melhorias significativas na qualidade de vida de determinados grupos sociais com a participação planejada e integrada de técnicos e populações envolvidas." (Processo Interno nº 447/80, Cohab-SP)

Dois aspectos tendem a se destacar no interior desses programas:

a formação de associações de moradores, com a organização de lideranças.

"A preparação de moradores se constitui no momento de intervenção mais sério de todo o processo; é a hora de agir do técnico que, através de metodologia atualizada, procurará criar o clima para a implantação do associativismo que, como consequência, trará uma micro-sociedade forte e pronta para se integrar na macro-sociedade que a envolve, sem os medos naturais de um grupo que, até bem pouco tempo, era tratado como população carente por ser moradora de conjuntos habitacionais do Sistema Financeiro de Habitação." (Processo Interno nº 447/80, Cohab-SP)

Neste sentido, em 1979, o BNH encaminha às Cohabs o "Roteiro para Leitura e Discussão em Associações de Moradores", elaborado pela Cohab-Londrina, dentro do intercâmbio de material bibliográfico do campo social. Ele define o que é uma associação de moradores, o que reivindica, e a forma mais eficaz de fazê-lo, através de comissões de: capacitação profissional, saúde, educação e cultura, recreação e esportes, etc. (Processo Interno no 431/79, Cohab-SF)

apoio ao setor informal da economia, ou realização de cursos profissionalizantes, tendo em vista o aumento da renda familiar. Manifesta-se a relevância dos programas de capacitação profissional, inclusive como processo educativo. Que os centros comunitários dos conjuntos habitacionais sejam utilizados como locus dos cursos e projetos de treinamento, incentivados e orientados por equipes sociais.

Um modelo de aplicação de método de desenvolvimento comunitário em programas habitacionais do BNH, datado de 1979, e repassado às Cohabs, admite *"uma intervenção na vida econômica das comunidades, por considerar que o apoio institucional a esse setor é fundamental à fixação da população de determinadas faixas aos núcleos habitacionais"*; dada inclusive *"a instabilidade econômica reconhecida da população a que se dirige e a dificuldade de assumir o compromisso de compra de lote ou de casa"*.

Tem-se em mente:

"a proporção significativa dessa população em atividades do mercado de trabalho informal;

por outro lado, a existência de grupos marginalizados das oportunidades de trabalho existentes —mulheres, velhos e crianças com alto potencial a ser desenvolvido, como também pessoas sem habilidade ou de qualificação, que poderiam ser capacitadas para o ingresso no mercado de trabalho local.”

(Processo Interno nº 65/80, Cohab-SF)

A genealogia dos programas comunitários no Terceiro Mundo remete às formas de integração, da população colonizada, na década de 40, pela Inglaterra, na Ásia e África. No final da década de 40, essas experiências são transpostas para a América Latina, principalmente através do Programa Ponto IV, do presidente americano Truman, em 1949.

Chega ao Brasil nos anos 50, sob os auspícios da American International Association for Economic and Social Development (AIA), envolvendo, especialmente, o campo. E na década de 60, introduz-se o desenvolvimento de comunidade no meio urbano.

A Organização das Nações Unidas (ONU) passa a sistematizar e generalizar esse programa, como meio de integração da população “nos planos regionais e nacionais de desenvolvimento econômico e social”.(16)

Com base ainda na RC 3/75, no que respeita aos programas de desenvolvimento comunitário, outra resolução do Conselho de Administração do BNH, de nº 35/76, cria o Programa de Apoio aos Centros Sociais Urbanos, que beneficia conjuntos financiados pelo SFH, na faixa de interesse social - PROCENSO , priorizando como

(16).Fundação João Pinheiro, Diretoria de Planejamento Social e Urbano, Belo Horizonte, Avaliação da política e programas de desenvolvimento comunitário, Rio de Janeiro, BNH/DEPEA, 1982, pp.13/14.

localização os grandes e médios conjuntos habitacionais; vinculado, portanto, ao Programa Nacional de Centros Urbanos, criado em 1975, voltado prioritariamente às áreas periféricas dos grandes centros urbanos.

Os recursos das contribuições do BNH, dentro do Procenso, dirigem-se a: *"promoção do aproveitamento da mão-de-obra doméstica em trabalhos artesanais que propiciem o incremento da renda familiar; assistência e estímulo à formação de associações profissionais, culturais e recreativas; realização de pesquisas sobre condições sócio-econômicas das populações residentes nos conjuntos, seus níveis de aspirações e capacidade de participação no programa de desenvolvimento comunitário, etc."* (Processo Interno nº 030/77, Cohab-SP)

São equipamentos que vão de 600 a 4 200 m² de área construída, abrigando atividades comunitárias *"nas áreas de educação, cultura e desportos, do trabalho, da saúde e nutrição, incluindo a previdência e assistência social, recreação e lazer."* (17)

Todos esses programas reforçam a prevenção à deterioração dos conjuntos habitacionais e seu entorno, e a redução dos índices de inadimplência, com a *"maior integração do homem urbano nas suas condições societárias."* (Processo Interno nº 030/77, Cohab-SP) E também a importância da criação de canais de comunicação entre o poder público e a população.

(17).op. cit. nota 13, p.20.

Desde a vigência do decreto, a Cohab-SP tentou obter a implantação de CSUs, em alguns de seus conjuntos habitacionais. Em 1978, após entendimentos com dirigentes do programa, a Cohab-SP consegue a aprovação de CSU para o conjunto de Carapicuíba, que " *misteriosamente* foi deslocado de dentro do conjunto para outro extremo daquele município". A Secretaria de Negócios Metropolitanos do Estado de São Paulo era o órgão repassador dos referidos recursos.

Por outro lado, já em 1979, o BNH impõe limites à sua participação no Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos PNCSU tendo em conta o corte de recursos a fundo perdido, sofrido pelo Banco. (Atas do Conselho Técnico da Cohab-SP, de 1980)

As Companhias de Habitação dos estados e municípios brasileiros, que sofrem de forma generalizada um período de decadência entre 1970-74⁽¹⁸⁾, em 1974, organizam-se na Associação Brasileira de Cohabs - ABC -. Na verdade, a associação foi criada a partir do 2º. Seminário de Cohabs, promovido pelo BNH, em Porto Alegre, em dezembro de 1973.

Representando as Cohabs, junto ao BNH ou outras entidades de direito público, a associação passou a ser eco dos problemas que as Cohabs estavam enfrentando, "*pela necessidade inadiável do fortalecimento dos agentes mais cambaleantes do Sistema Financeiro da Habitação*", encarregados "*da difícil tarefa de atender à faixa de interesse social*" (Processo Interno nº 33/74, Cohab-SP); e espaço da troca de experiências em encontros

(18).op. cit. nota 6, pp.91/98.

trimestrais e anuais, de nível nacional, além da correspondência mantida.

Dizia-me o presidente da Cohab-SP, o engenheiro municipal José Celestino Bourroul, presidente da companhia em sucessivas gestões, de 1975 a início de 1983 : *"...era um terreno novo que todo mundo estava apalpando e a ABC tinha o condão de universalizar, tornar, vamos dizer, conhecidos de todos, os progressos e as dificuldades que cada um encontrasse."*

Os documentos da Cohab-SP pesquisados revelam, acima de tudo, que a ABC representou um intermediário importante entre o BNH e as Cohabs, criando uma forma de integração das Cohabs às políticas do Banco. As medidas, regulamentações, do Banco, eram decifradas nesses encontros, reelaboradas pelas Cohabs em particular. Os resultados dessas reelaborações, por sua vez, tornavam-se conhecidos, quer pelo intercâmbio das Cohabs, a partir da ABC, quer pela própria interferência do BNH. Formava-se um circuito de informações que tendia a consolidar as intenções do BNH e facilitava as formas de controle, criadas pelo Banco, como os inúmeros relatórios, que sistematicamente eram solicitados às Cohabs.

A política habitacional à essa época tinha uma geografia; o Planhap regulava a concessão de financiamentos: *"às cidades com população igual ou superior a 50 mil habitantes ou capitais de territórios federais; áreas metropolitanas definidas em legislação federal; e às localidades definidas pelo BNH para fins operacionais, como pólo de desenvolvimento ou onde estejam sendo implantadas ou ampliadas atividades econômicas geradoras de*

empregos em quantidade suficiente para garantir a viabilidade de novos projetos habitacionais." (RC 3/75)

Maria Ozanira da Silva e Silva, em "Política habitacional brasileira", trata do dinamismo da política em questão, em fins dos anos 70, inclusive, com medidas como o financiamento aos estados e municípios de 100% dos investimentos de infra-estrutura, com melhoria da infra-estrutura dos conjuntos habitacionais; a permissão, aos mutuários do SFH, para utilizar o FGTS na aquisição da casa própria, para amortização total ou parcial do débito; a diminuição do juro para o mercado popular, que ampliava o prazo de financiamento, mas reduzia as prestações. Contrapostas, no período, ao incremento da especulação imobiliária, com aumento dos preços dos imóveis e elevação dos aluguéis, teriam estimulado, cada vez mais, a classe média baixa ou até a classe média intermediária a buscar as Cohabs, para solucionar seu problema habitacional (p.68).

Nesse período, criam-se alternativas habitacionais no âmbito da política habitacional do Estado às populações, em princípio, marginalizadas das soluções em evolução nas Cohabs. São soluções mais rudimentares, como proposta habitacional e urbana, e têm como destinatária a população de 0 a 3 salários mínimos. Deveriam ser executadas com a participação das Cohabs.

Essas soluções que, de início, compunham-se com as propostas melhor elaboradas de conjuntos habitacionais, com a crise econômica e a emergência acentuada de legitimação do Estado, junto à população extremamente carente, tendem a se impor. Em 1986, entre as novas diretrizes da política habitacional brasileira aparecem o incentivo à autoconstrução e se evitar o

financiamento de grandes conjuntos habitacionais⁽¹⁹⁾, conjuntos que se consolidaram como grande solução, em fins dos anos 70 e início dos anos 80, amparados pelas autoridades militares, que com grande aparato, participavam de suas inaugurações. Como o conjunto habitacional Itaquera I, inaugurado, em sua primeira fase (Conjunto Habitacional Padre José de Anchieta), com a presença do presidente Ernesto Geisel.

Na verdade, já em 1984, o presidente do BNH, Nelson da Matta fazia discurso similar, isto é, *"redução do tamanho dos Projetos de Conjuntos Habitacionais, em face da redução dos recursos disponíveis, facilitando a execução dos empreendimentos fundamentalmente, atendendo à capacidade instalada de um maior número de empresas de construção civil."*⁽²⁰⁾

Em 1975, através da RC nº 18/75, é criado o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados - PROFILURB -, no interior do Planhap, para atender às populações das faixas de rendimento de zero a três salários mínimos, marginalizadas da produção dos conjuntos habitacionais; mais barato, o mutuário se responsabilizaria pela construção da casa, fornecendo-se condições de saneamento e infra-estrutura básica. Em 1978, o PROFILURB é reformulado, tendo em vista, até essa data, seu desempenho modesto. Aumentou-se o prazo de financiamento, e mais, dotou-se o terreno de unidade sanitária ou com unidade habitacional mínima a casa-embrião - já que o programa

(19).op. cit. nota 8, p.151.

(20).op. cit. nota 8, p. 89.

anteriormente foi estigmatizado como "favela urbanizada". Além disso, em 1977, cria-se o Programa de Construção, Conclusão, Ampliação e Melhoria da Habitação de Interesse Social - FICAM como financiamento a aquisição de terrenos, construção e melhoria de habitações destinadas, ainda, às populações de até 3 salários mínimos.

No final de 1979, institui-se o Programa de Erradicação de Submoradia PROMORAR -, insistindo no embrião como padrão habitacional; em 1984-85, surge o Projeto João-de-Barro, ambos, novamente, para as populações de até 3 salários mínimos. Em 1987, o presidente José Sarney lança o Programa Nacional do Mutirão. Institucionaliza-se a autoconstrução e o mutirão, a habitação volta a ficar a cargo do morador, como na primeira proposta do PROFILURB. A tabela 1 mostra os recursos destinados ao PROMORAR, em 1982, com a interferência internacional do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD).

Se houve um momento de ebulição maior da política habitacional, para as camadas populares, quando ela se estrutura, inclusive, como proposta urbana mais abrangente, este coincide, especialmente, com os governos militares dos generais Ernesto Geisel (1974-79) e João Baptista Figueiredo (1979-85). Mais de um autor, dentre os já citados, e autoridades da Cohab-SF entrevistadas, situaram a crise de grandiloquência dessa política, a partir de 1983. Em novembro de 1986, é extinto o BNH. A Caixa Econômica Federal assume os financiamentos

habitacionais.(21)

Os investimentos em obras urbanas, racionalizando e centralizando o controle de sua produção, ao mesmo tempo, retirando-lhe o caráter de serviços públicos subsidiados e localizados, são componentes da eficiência relativa e dos termos da produção dos grandes conjuntos habitacionais.

TABELA 1 DOTAÇÕES DO BNH PARA 1982

DOTAÇÃO CR\$ (BILHOES)

FAIXAS DE ATENDIMENTO	TOTAL DA DOTAÇÃO	JA COMPROMETIDOS	OBRAS NOVAS	REPASSE	ENTIDADE A REPASSAR
FAIXA A:MERCADO LIVRE	56,2	26,0	30,2		
FAIXA B:COOPERATIVAS	139,0	92,0	47,0	60,0	CAIXA ECON.FEDERAL
FAIXA C:COHABS	161,0	101,0	60,0		
FAIXA D:PROMORAR	33,0	30,0	3,0	17,0	BIRD

Fonte: Processo Interno nº 245/82, Cohab-SF

José Celestino Bourroul fala dos primeiros conjuntos, quando foram cometidos erros: "chegamos a perfeição de ter que destruir

(21). Em termos conjunturais, a crise do SFH se vinculou à política recessiva, vivida no país a partir de 1980, que limitou a arrecadação de suas duas fontes básicas de sustentação financeira, representadas pelo FGTS e caderneta de poupança; pelos elevados índices inflacionários que geraram crescente descompasso entre o pagamento das prestações do financiamento da casa própria e o saldo devedor remanescente no final dos contratos, fazendo com que, para atenuar essa situação, os reajustes das prestações fossem superiores aos reajustes salariais no período compreendido entre 1983 e 1986, até o estabelecimento do Plano Cruzado, em 28 de fevereiro, dando origem à situação crítica de elevação do índice de inadimplência que, em alguns momentos, chegou a ser superior a 60%. A situação financeira se agravou, ainda mais, com a retirada de recursos para saldar compromissos de liquidação extrajudicial, de entidades ligadas ao Sistema, bem como para cobertura de déficits públicos.

As limitações estruturais do SFH se expressam por sua ligação intrínseca com a política econômica implantada em 1964, além de objetivar a reativação da indústria da construção civil, contribuindo para atenuar o desemprego, principalmente nos períodos recessivos. Em suma, estruturalmente, o SFH se transforma em instrumento de política econômica e de acumulação do capital." (Silva e Silva, M. Ozanira, Política habitacional brasileira, p.134)

certas construções mal feitas, contratos mal feitos ... então vários núcleos, quando nós assumimos estavam inacabados, estavam inabitados como eu dizia, Bororé e Carapicuíba são exemplos em que a Cohab tinha construído um número expressivo de unidades, mas não podia entregar, porque careciam de melhoramentos fundamentais, e o grande problema era a falta de prática". Sobre o conjunto de Guaianazes, "eu diria que é uma situação singular, o problema de Guaianazes é que tinham lançado o conjunto, que não tinha água; depois que se descobriu que não tinha água. Foram feitas inúmeras experiências e implantado poços artesianos, tentativas de poços artesianos que não deram certo, nós mesmos quando vimos que aquilo era uma realidade, chegamos a desapropriar uma faixa para dar acesso à água, posteriormente, porque conduzimos paralelamente entendimentos com a Sabesp, que levou água lá, então, nós até desistimos da desapropriação". (Trata-se do momento em que assume sua gestão, em 1975).

Também, o ex-presidente da Cohab-SP, ao avaliar essa época de resoluções desses e de outros problemas, como época áurea, na qual influiria uma conjunção de fatores, muitos a nível municipal, que serão mencionados adiante, sobre a ajuda do Planasa, pondera: "naquela época, realmente, havia uma preocupação, porque adiantava, era fundamental para a elevação das populações que efetivamente houvesse saneamento básico, então, o Planasa, durante um certo tempo, evidentemente funcionou, depois foi havendo aquele interesse imediatista para certas regiões, eu me lembro, há certas coisas, por exemplo, Pernambuco. Eu me lembro que uma vez eles tiveram um atrito qualquer com o presidente do Banco; quando o presidente resolveu

ir lá, foi recebido por todo o governo, porque para eles aquilo era fundamental. Para São Paulo, se o BNH desse, ótimo, se desse, ela (a cidade) ia e tocava da mesma maneira, mas para eles lá no Nordeste era uma questão de vida ou morte". Em outro momento, continua apontando o que perpassa a racionalidade dos investimentos do BNH: "o próprio BNH, numa certa altura, para ganhar uma eleição no Nordeste, canalizou os recursos para o Nordeste, ganhou a eleição, mas os programas habitacionais foram a glória; então São Paulo, que dava retorno, tudo o que nós recebíamos, nós devolvíamos, porque o nível de inadimplência era muito baixo, nós vendíamos por um preço que estava inteiramente compatível com a capacidade de pagamento do pessoal, nós, então, que dávamos retorno, não éramos assistidos, porque eles davam preferência ao lugar. Porque aqui, como já era uma zona mais politizada, provavelmente implicaria numa derrota da eleição. Então, houve uma série de pecados, que cometeram, nós não estamos aqui para condenar ...". E, ainda, sobre um aeroporto no Pará:

o BNH com essa questão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, o BNH acumulou grandes recursos, vultosos recursos, só que a exemplo do que é hoje o INSS, era uma vaca leiteira, em que o governo se aproveitava para descarregar tudo, lá, então, houve deformações incríveis", e menciona o aeroporto do Pará, "... eles tinham que ter recursos para fazer um acesso, resultado, fizeram um nucleozinho habitacional, talvez umas 200 casas, era um número ridículo e descarregaram todo o custo desse acesso, como infraestrutura de melhoramento público do aeroporto, então, fizeram verdadeiras loucuras, quer dizer, para resolver problemas

grandes, eles descarregavam na parte de núcleos habitacionais."

Comenta, por outro lado, a força que o BNH, através de um diretor da área de interesse social, dava à São Paulo, inclusive, coagindo a Sabesp a fornecer água aos núcleos habitacionais da Cohab-SP. Da parte da Sabesp, revela a mesma disposição de dotação de água aos conjuntos habitacionais.

As tabelas 2 e 3 (que apresentam pequenas divergências nos dados) expõem o montante dos projetos realizados e em execução, no que respeita aos conjuntos habitacionais, incluindo os conjuntos Promorar, o Profilurb e embriões, embutidos nos conjuntos habitacionais tradicionais; deles representam, segundo autoridades da Cohab-SP entrevistadas, relativamente poucas unidades.

Também visando a população de até 2 salários mínimos, o conjunto Itaquera II ou José Bonifácio, como outros conjuntos, abriga 585 embriões de 23 m², em lotes de 100 m², para propiciar a ampliação futura da casa pelo morador, em princípio, até o limite determinado pela legislação vigente, que é de 72 m², para a casa popular (decreto Municipal nº 14025, de 19 de novembro de 1976). Diferente, no entanto, do Promorar, que equivale a lotes de 75 m², geminados no fundo, portanto, sem recuo que propicie a ampliação sugerida (segundo entrevista com o arquiteto Ubirajara Barone, coordenador do projeto de Itaquera II, feita pelo IPT, a 27 de setembro de 1984).

Quanto ao Promorar, Mutirão e Profilurb identificados, representam 4 699 unidades habitacionais, em 1982; considerando aquelas em execução, 7.221 unidades, definindo uma produção modesta de 7,28% e 7,64% dos totais das unidades concluídas e em

execução, até 31 de janeiro de 1983. Dados projetados à mesma época, sobre embriões de 23 m², anexados a alguns conjuntos habitacionais - Itapevi, Jardim São Paulo, Santa Etelvina, Jardim Sapopemba - somavam 8 937 unidades habitacionais, para camadas sociais de menor poder aquisitivo. (Processo Interno nº 610/83, Cohab-SP). Em 1989, dados da tabela apontam apenas 6 620 unidades, entre Promorar e Profilurb, claramente separadas das demais. Sobre os embriões contidos nos demais conjuntos habitacionais não possui dados.

Hoje a Superintendência de Habitação Popular - HABI da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano SEHAB desenvolve trabalhos para esse segmento da população, "incluindo produção de moradia por múltiplo e empreiteira (com infraestrutura), urbanização e melhoria em favelas, recuperação de cortiços e urbanização de lotes (implantação de infraestrutura)", somando o atendimento a 90.000 famílias, "das quais perto de 29 mil relaciona-se a empreendimentos em obras". Programas, estes, desenvolvidos, especialmente, com recursos do orçamento municipal. (22)

A produção da Cohab, criada em 1965⁽²³⁾, vinculada em 1977 à SEHAB, recém-criada, atinge hoje, especialmente, as camadas que se concentram em torno de 8 salários mínimos. Ensaia atingir a

(22).SEHAB, HABI, Da utopia à construção - a participação popular na política habitacional em São Paulo, In: Habitação e Urbanismo, suplemento da revista Projeto, São Paulo, Projeto Editores Associados, 1992.

(23). "A Cohab-SP é uma Sociedade Anônima de economia mista, criada através da Lei nº. 6 738, de 16 de novembro de 1965, na gestão do Prefeito Faria Lima ...

A composição acionária da empresa é, nesta data, a seguinte:

-Prefeitura Municipal: 99% das ações preferenciais

-Órgãos da Prefeitura: 1% das ações ordinárias." (Cohab-SP, A verdade sobre a Cohab-SP, São Paulo, 1989, pp.4 e 5).

realização de 20.000 novas unidades habitacionais, mas confronta-se com o obstáculo da liberação de recursos, solicitados à Caixa Econômica Federal.

Comparando-se a produção de unidades habitacionais nos conjuntos habitacionais da Cohab-SP entre 1982 e 1989 (ver tabelas 2 e 3) constata-se que as unidades construídas até 1982 correspondem a 62,76% das unidades realizadas até o final de 1989. Em 31 de janeiro de 1983, se consideradas as obras em execução, já estavam concluídas e em andamento 91,89% das unidades realizadas até o final de 1989. Os índices comparativos se atenuam ao considerar, também, as obras em execução, em 1989, para respectivamente, 54,60% e 79,95%. Seja como for, são valores representativos aqueles de até o início de 1983. Muitas das unidades projetadas e em licitação, em 1983, ainda não foram executadas; é o que revelam os totais projetados (tabela 2) e os executados até 1989 (tabela 3).

O BNH sempre teve o papel de incentivo à atividade na indústria da construção, que aparecia vinculado a uma grande meta e era elemento importante da química produzida pela política habitacional brasileira, com a geração de novos e maior quantidade de empregos. A essa indústria foram destinados créditos abundantes. Para Paul Singer, inclusive, exatamente esses créditos, repassados à construção civil, fizeram com que seu produto crescesse em 23% de 1967 para 68. *"Este foi o início do boom, que logo depois envolveu a indústria automobilística e outros ramos produtores de bens duráveis de consumo"*. Os construtores aceleram as obras, mas como já vimos o "programa

Tabela 2 - C O M A B - S.P
RELATORIO QUANTITATIVO DE UNIDADES HABITACIONAIS CONCLUÍDAS,
EM EXECUÇÃO E EM PROJETO (INCLUSIVE EM LICITAÇÃO)

PROJETO	UNIDADES CONCLUÍDAS POR ANO								TOTALS EM 31 . 01 . 83			
	Até 1975;	1976;	1977;	1978;	1979;	1980;	1981;	1982;	CONCL.	EXECUÇÃO	PROJ/LIC	TOTAL
STO NIGUEL	349;								349			349
IPE	249;					198;			447			447
SAPOENBA	1.092;				25;		176;		1.293	1.000		2.293
GUARULHOS	476;								476	128		604
GUAIANAZES		1.000;				260;			1.260			1.260
BORORÉ	135;	1.055;	178;		1.274;				2.642			2.642
STA. ETELVINA								959;	959	12.058	10.100	23.117
JD. SAPOENBA								2.826;	2.826	4.162		6.988
CARAPICUBA	1.296;	324;	3.220;	724;		2.676;	540;	3.400;	12.180	2.180	2.600	16.960
ITAQUERA I				2.270;	4.230;	1.630;	1.410;	2.720;	12.260		1.080	13.340
ITAQUERA II/III					1.030;	3.426;	11.448;	3.696;	19.600		4.400	24.000
ELISIO T. LEITE							2.920;		2.920			2.920
ITAPEVI									0	5.146	1.723	6.869
FERNÃO DIAS (Prom.);								418;	418	1.060		1.478
HUTIRÃO				1.010;					1.010			1.010
JD. SÃO PAULO				48;	20;	252;	540;		860	3.613	2.533	7.006
RIO G. DA SERRA									0		1.500	1.500
OSASCO									0		11.110	11.110
BARRO BRANCO								960;	960	250	6.279	7.489
GLEBA JAPEQUINH									0		6.050	6.050
GLEBA ROSANILIA									0		900	900
G. SÍTIO FRANÇAS								216;	216		900	1.116
GLEBA HORRANARA									0		2.300	2.300
FAZ. DO CARNO								98;	98		50.401	50.499
G. BARCEL I/II									0		2.000	2.000
GLEBA PESSEGO(Prof);								900;	900		11.338	12.238
JD. CONTINENTAL								449;	449		9.371	9.820
VILA MARIA (Prom.)						290;	152;		442		158	600
PRON. SÃO LUIZ								226;	477;		480	1.183
PRON. PARADA									296;	296	636	932
PRON. RIO CLARO									930;	930	500	1.430
PRON. R. TAVARES									0	826		826
PRON. C. GORDINHO									0		1.000	1.000
STA. ETELVINA VI									0		6.000	6.000
G. EDUCANDARIO									0		2.500	2.500
G. DOS PEREIRAS									0		3.800	3.800
T O T A L	3.597;	2.379;	3.398;	2.994;	7.617;	8.500;	17.542;	18.467;	64.494	29.931	140.151	234.576
ACRÉDITO	3.597;	5.976;	9.374;	12.368;	19.985;	28.485;	46.027;	64.494;	64.494	94.425	234.576	234.576

Até 31.01.83, 64.494 unidades concluídas e 29.931 em execução, totalizando 94.425 unidades habitacionais

NOTA:

UNIDADES CONCLUÍDAS : são unidades habitadas ou em comercialização

UNIDADES EM PROJETO/LICITAÇÃO: incluídos todos os terrenos da COHAB, com projetos nas mais diversas fases (desde executivo pronto, com anteprojeto, até projetos contratados com o BHH e com empreiteiras)

Tabela 3 - CONAB - SP - setembro de 1989
OS CONJUNTOS HABITACIONAIS E SUAS UNIDADES

LOCALIZAÇÃO							
ZONA	BAIRRO OU MUNICÍPIO	CONJUNTO HABITACIONAL	DISTÂNCIA DO CENTRO DA CIDADE	DATA DA ENTREGA	Nº DE UNIDADES	POPULAÇÃO ESTIMADA	UNIDADES EM CONSTRUÇÃO
NORTE	Parada de Taipas	Brigadeiro Eduardo Gomes (Elísio Teixeira Leite)	21 Km	1981	2.920	14.600	-
	Vila Nova Cachoeirinha	Guilherme Henrique da Silva Pinto (V.N.Cachoeirinha)	15 Km	a partir de dez/86	425	2.125	77
	Cidade Seródio - Guarulhos	Brigadeiro Haroldo Veloso (Guarulhos)	33 Km	1970	476	2.380	-
	Vila Sabrina	Fernão Dias	17 Km	1981 e 1983	1.478	7.390	-
	Jardim Peri	Jardim Antártica	16 Km	1988	200	1.000	1.408
	Vila Maria	Promorar V.Maria	15 Km	ago/1980	442	2.210	-
	Vila Brasilândia	Promorar Estrada da Parada	18 Km	set/1982	907	4.535	-
TOTAL					6.848	34.240	1.485
SUL	Capão Redondo	Sta. Margarida (Parque Fernanda)	24 Km	1987	557	2.785	-
	Campo Limpo	Adventista	24 Km	dez/86 e jan/87	3.399	16.995	464
	Campo Limpo	Presidente Costa e Silva (Parque Ipê)	22 Km	1968 e 1980	449	2.245	-
	Grajaú	Grajaú	33 Km	1988	82	410	-
	Grajaú	Brigadeiro Faria Lima (Bororé)	33 Km	1975, 1977 e 1981	2.642	13.210	-
	Jardim São Luís	Promorar São Luís	20 Km	julho/82	771	3.855	-
	Ipiranga	Belópolis	14 Km	1987	1.208 ^d	6.040	758
	Vila Prudente	Cintra Gordinho	12 Km	dez/88	720	3.600	-
	Vila Industrial	São Nicolau Valo Velho	14 Km	1987	411	2.055	194
TOTAL					10.239	51.195	1.416

LOCALIZAÇÃO							
ZONA	BAIRRO OU MUNICIPIO	CONJUNTO HABITACIONAL	DISTANCIA DO CENTRO DA CIDADE	DATA DA ENTREGA	Nº DE UNIDADES	POPULAÇÃO ESTIMADA	UNIDADES EM CONSTRUÇÃO
	São Miguel Paulista	Cap. P.M. Alberto Mendes Junior (S.M. Paulista)	32 Km	1967	349	1.745	-
	Itaquera	Padre José de Anchieta (Itaquera I)	21 Km	1978 a 1982	12.260	61.300	-
	Itaquera	José Bonifácio (Itaquera II e III)	28 Km	1980 a 1983	19.600	98.000	-
	Guaianazes	Stá. Etelvina (Cidade Tiradentes)	38 Km	1982 a 1986	11.562	57.810	9.233
	Guaianazes	Castro Alves (Barro Branco)	38 Km	1982 a 1985	2.185	10.925	970
	Guaianazes	Prefeito Prestes Maia (Guaianazes)	37 Km	1975	1.328	6.640	-
LESTE	Guaianazes	Presidente Juscelino (Jd. São Paulo)	38 Km	1983 a 1987	4.426	22.130	-
	Guaianazes	Sítio Conceição	38 Km	1988	1.078	5.390	-
	Guaianazes	Inácio Monteiro	37 Km	1987	2.012	10.060	314
	Vila Prudente	Teotônio Vilela (Jd. Sapopemba)	23 Km	1982 a 1983	6.988	34.940	-
	Sapopemba	Mascarenhas de Moraes (Sapopemba)	22 Km	1968, 1979 e 1981	1.293	6.465	-
	Sapopemba	Promorar Rio Claro	28 Km	1982	930	4.650	-
	Itaim Paulista	Itaim Paulista	42 Km	dez/86	105	525	-
	Itaim Paulista	Jardim Nazaré	36 Km	jan/87	600	3.000	-
	Bairro Terceira Divisão	Sítio dos Franças	26 Km	1982	216	1.800	-
	Itaquera	Profilurb Gleba do Pêssego	24 Km	1982	884	4.420	-
TOTAL					65.816	329.080	10.517

LOCALIZAÇÃO							
ZONA	BAIRRO OU MUNICIPIO	CONJUNTO HABITACIONAL	DISTANCIA DO CENTRO DA CIDADE	DATA DA ENTREGA	Nº DE UNIDADES	POPULAÇÃO ESTIMADA	UNIDADES EM CONSTRUÇÃO
	São Miguel Paulista	Cap. P.M. Alberto Mendes Junior (S.M. Paulista)	32 Km	1967	349	1.745	-
	Itaquera	Padre José de Anchieta (Itaquera I)	21 Km	1978 a 1982	12.260	61.300	-
	Itaquera	José Bonifácio (Itaquera II e III)	28 Km	1980 a 1983	19.600	98.000	-
	Guaianazes	Sta. Etelvina (Cidade Tiradentes)	38 Km	1982 a 1986	11.562	57.810	9.233
	Guaianazes	Castro Alves (Barro Branco)	38 Km	1982 a 1985	2.185	10.925	970
	Guaianazes	Prefeito Prestes Maia (Guaianazes)	37 Km	1975	1.328	6.640	-
LESTE	Guaianazes	Presidente Juscelino (Jd. São Paulo)	38 Km	1983 a 1987	4.426	22.130	-
	Guaianazes	Sítio Conceição	38 Km	1988	1.078	5.390	-
	Guaianazes	Inácio Monteiro	37 Km	1987	2.012	10.060	314
	Vila Prudente	Teotônio Vilela (Jd. Sapopemba)	23 Km	1982 a 1983	6.988	34.940	-
	Sapopemba	Mascarenhas de Norais (Sapopemba)	22 Km	1968, 1979 e 1981	1.293	6.465	-
	Sapopemba	Promorar Rio Claro	28 Km	1982	930	4.650	-
	Itaim Paulista	Itaim Paulista	42 Km	dez/86	105	525	-
	Itaim Paulista	Jardim Nazaré	36 Km	jan/87	600	3.000	-
	Bairro Terceira Divisão	Sítio dos Françaes	26 Km	1982	216	1.800	-
	Itaquera	Profilurb Gleba do Pêssego	24 Km	1982	884	4.420	-
TOTAL					65.816	329.080	10.517

LOCALIZAÇÃO							
ZONA	BAIRRO OU MUNICIPIO	CONJUNTO HABITACIONAL	DISTANCIA DO CENTRO DA CIDADE	DATA DA ENTREGA	Nº DE UNIDADES	POPULAÇÃO ESTIMADA	UNIDADES EM CONSTRUÇÃO
OESTE	Jardim Educandário	Jardim Educandário	23 Km	1983 e 1987	1.783	8.915	-
	Carapicuíba	Pres.Castelo Branco (Carapicuíba)	24 Km	1972 a 1983	14.358	71.790	360
	Itapevi	Tancredo Neves (Itapevi)	22 Km	1983 a 1986	3.706	18.530	-
	Raposo Tavares						1.577
TOTAL					19.847	99.235	1.937
TOTAL GERAL					102.750	513.750	15.355

(2) Favela em processo de urbanização. Número de famílias cadastradas: 5.700; população estimada: 28.500 (dados a confirmar)

falhou em relação aos assalariados pobres, pois entrava em contradição com a política salarial (que permitia apenas reajustamentos anuais dos salários), de modo que grande parte dos mutuários deixou de pagar as prestações ... Mas o programa foi um sucesso com a nova classe média, cujos ganhos tendiam a aumentar mais que a inflação ... "(24)

O mercado médio se destaca como clientela preferencial do BNH, entre 1970-74, "por ser este mercado atraente pelos juros mais altos que rende ao banco, de até 10% ao ano, enquanto o mercado popular, além de elevado nível de inadimplência apresentado até então, só rendia juros de 1 a 3% ao ano".(25)

Apontei também o limite do financiamento de cada unidade habitacional, para o mercado popular, como um fator de inflexibilidade desse mercado (320 UFCs); ampliado esse limite, e ele vem sendo ampliado sucessivamente - em 1975, para 500 UFCs; em 1978, média de 650 UFCs; em 1980, 800 UFCs; no momento equivale a até 2.500 UFFs (Unidade Padrão de Financiamento) - o mercado popular passa a ser uma alternativa a mais para a construção civil.

Os grandes conjuntos habitacionais, no final da década de 70, inclusive, significaram o desenvolvimento de métodos produtivos novos, dentro desse ramo produtivo. As construtoras foram pouco a pouco se sensibilizando com esse mercado. E com Itaquera I, dizia-me o arquiteto responsável, se festejava, a cada licitação aberta, a presença de novas construtoras. "Então a

(24).op. cit. nota 10, p.112.

(25).op. cit. nota 8, p.59.

primeira licitação, por exemplo, no caso de Itaquera, quando veio a licitação das casas de Itaquera I-A, que foi o primeiro conjunto, eram 650 casas licitadas, isso foi em 1977, início de 77, só apareceu uma empreiteira, e quase que a Cohab teve que pedir 'pelo amor de Deus' ... a Cohab deu suspiros de alívio por ter aparecido uma. E depois foram licitados os 1 620 apartamentos, os blocos de apartamentos de Itaquera I-A, apareceu também uma empreiteira que apareceu fazendo uma porção de exigências para participar. Ela estava fazendo um muitíssimo favor para a Cohab em participar da licitação, ela vinha de favor ..." (entrevista para o IPT, do coordenador do projeto de Itaquera I, arquiteto Jacob Aron Corch, em 1984). Em poucos anos, a indústria da construção, voltada à produção de grandes conjuntos habitacionais, já estava mais estruturada. Participaram da produção de Itaquera I as construtoras: Erg, Better, Balbo, Engeral, Jaú, Elage, Opus, totalizando 12.260 unidades habitacionais. O projeto de Itaquera II e III passa de 18 empreiteiras envolvidas, na construção de suas 19.600 unidades. (Processo Interno nº 782/82, Cohab-SF)

Os grandes conjuntos habitacionais adensamentos de conjuntos já existentes e novos projetos, como Itaquera I, II e III - significam a introdução de novos métodos produtivos, pelas construtoras: como a alvenaria estrutural, o projeto modulado de blocos, o sistema outinord, o sistema Coan (que apresentou inconvenientes, sugerindo a imploração de alguns prédios do Conjunto Habitacional de Carapicuíba, em 1991).

A partir de 1978, o Conjunto Habitacional de Itaquera I representa um verdadeiro laboratório para essas formas

construtivas. A Cohab, à época, permitia a utilização de sistemas não convencionais. "Então, acontece que todas elas partiram para esses sistemas mais ou menos racionalizados ou semi-industrializados. Empregando às vezes mais equipamentos e menos mão-de-obra, e outros, como por exemplo, alvenaria estrutural, empregando mais mão-de-obra, e menos equipamento, isso de acordo com as conveniências de cada um. Mas sempre com essa preocupação de fazer um produto durável, e seguindo o projeto e depois fazer um grande número de unidades, sei lá, 1 000 unidades em 12 meses, então, tinha que fazer rápido, fazer bem, fazer barato, para não perder dinheiro que entravam com custos por m² reduzidos ou pelo menos bem mais reduzidos do que eles estavam acostumados a trabalhar, mas com a vantagem que eles recebiam, não tinham que desembolsar dinheiro, não tinham que investir capital. E recebiam religiosamente, a Cohab pagava religiosamente. Então começaram a aparecer o que era uma empreiteira, depois duas, de repente a Cohab já tem 5, 6 trabalhando, de repente tem 10 e assim foram aparecendo as empreiteiras e com elas também, como propostas delas, também, os sistemas construtivos convencionais". (entrevista do arquiteto Jacob Aron Corch ao IPT).

A mim, em novembro de 1991, o arquiteto Jacob Aron Corch reitera: " bom, o problema é o seguinte: de repente, começou-se a fazer os chamados grandes conjuntos, e grandes conjuntos você tinha, a Cohab conseguiu os recursos junto ao BNH e ela tinha um prazo para fazer isso, ela tinha que usar rapidamente esses recursos, para conseguir novos, se ela não usasse num tempo reduzido, então, esses recursos, que o BNH tinha distribuído, era distribuído para as outras Cohabs, que se mostravam mais

eficientes, então, era uma briga para fazer o maior número possível de habitações, no tempo menor, então, o que se fez: as empreiteiras que se convidava, se orientava para usarem sistemas racionalizados, que diminuíssem, principalmente, o prazo de construção, então, o Itaquera também serve como experiência, como laboratório de uma construção racionalizada, essa linguagem, por exemplo, de alvenaria estrutural, bloco de concreto, uma modulação, outinord; enfim, uma série de sistemas, métodos construtivos não artesanais, e mais racionalizados, passam a ser usados, tendo em vista a diminuição do tempo, melhoria da qualidade da construção e diminuição dos custos, porque os custos também eram muito apertados; a empreiteira que vinha trabalhar, tinha que ganhar na quantidade e no tempo, não nas unidades em si."

Azevedo e Andrade, em "Habitação e poder", falam que a "dinamização desses conjuntos foi acenada para os empreiteiros como uma possível compensação pela perda de dinamismo do mercado médio."(p.112)

Erminia Maricato, em "Indústria de construção e política habitacional", destaca que a indústria da construção foi instrumento para o adiamento da crise econômica, com volumosa soma de recursos investidos pelos governos em obras públicas, de enormes dimensões. Um exemplo, é o Metrô de São Paulo. (p.98) O setor da construção pesada é atingido pela crise econômica a partir de 1977, o setor privado de edificações e incorporação imobiliária tardiamente se ressentiu, em 1982/83. (p.99)

M. Ozanira da Silva e Silva, em "Política habitacional brasileira", aponta que "a pressão popular faz com a que PHB seja

novamente assumida, nesse período, como uma alternativa de geração de emprego, de dinamização da indústria de material de construção e da construção civil, e, sobretudo, como instrumento de legitimação de um regime político que se tornava cada dia mais impopular".(p.70) Sobre este último aspecto, em outro momento de seu texto, volta a destacar a necessidade do Estado, como fonte de legitimidade, "desmontar gradativamente os mecanismos mais explícitos de coerção, principalmente o AI-5.".(p.65) A população urbana, empobrecida pela crise econômica e cunhando tentativas de reorganização política, que se generalizam desde 1977, retoma seu peso no cenário político nacional, inclusive, dadas as eleições diretas estendidas aos governadores dos estados e a envergadura do MDB, partido da oposição, na cidade.

A INTEGRAÇÃO DA POPULAÇÃO AO ESTADO

Gostaria de me centrar nessa questão da legitimidade do Estado, por último abordada, pois ela se insere, de forma crucial, não só e exatamente na produção da habitação para o mercado popular, mas na construção de conjuntos habitacionais, consolidando uma forma urbana particularmente suscetível à identidade estatal.

Octavio Ianni discute, em "A ditadura do grande capital", como "a sucessão e a multiplicidade de planos, programas e projetos governamentais, consubstanciados no sistema federal de planejamento, transformam-se em poderosa força produtiva complementar. Ou seja, por intermédio do sistema federal de planejamento, a ditadura conseguiu fazer com que se desenvolvessem as forças produtivas, as relações de produção, e, em consequência, a reprodução do capital."(p.43)

"Em todos os campos da vida social, a ditadura passou a estar presente, atuante."(p.22)

A política habitacional para as camadas populares fez parte dessa presença generalizada e configurou um projeto de sociedade alternativo, que se consolidou não exatamente no momento do "milagre brasileiro", quando o crescimento econômico sugeria, mas quando ele já "fazia água", na expressão de Paul Singer. Era parte da resposta à ebulição da sociedade civil, que tendia a se acentuar, face às contradições sociais cada vez mais agravadas,

com a superexploração do proletariado urbano e rural, e o recrudescimento da repressão política nos anos anteriores.

A política habitacional aparece como um dos sustentáculos da ditadura militar. As camadas órfãs, a casa. A classe trabalhadora, o emprego na construção civil.

As cidades apareciam como universos incontrolados, gelatinosos, sujeitos a desintegração de toda ordem, especialmente, porque cresciam demasiado. Não só e exatamente enquanto espaços politizados a enfrentar, mas espaços pré-políticos, inchados, desordenados, ameaçados pela subversão, pela revolta, como pelo carisma e pela demagogia. (26)

O pavor malthusiano, que o crescimento das cidades representa, invade o discurso das autoridades. Era preciso integrar, por meios não políticos, essa massa crescente, senão na economia, no país, sem ferir a sagrada propriedade privada da terra, no campo ou na cidade.

Em 1973, o presidente do BNH, Rubens Vaz da Costa, mostra nas primeiras linhas da apresentação do Planhap, em suas justificativas, ao então ministro do interior, o general José Costa Cavalcanti, a cidade como espaço em ebulição, não dominado:

"O aumento da população urbana decorre da elevada migração do campo para as cidades, estimada em cerca de 1.300.000 pessoas por ano, e do crescimento vegetativo da própria população urbana, que é superior ao fluxo migratório. Estima-se que o aumento da população das nossas metrópoles, cidades e vilas será superior,

(26).Ianni, Octavio, Classe e nação, Petrópolis, Vozes, 1986.

nesta década, a 2,7 milhões de pessoas por ano, o mais elevado do mundo ocidental. Em 1980, nossa população urbana será da ordem de 80 milhões de pessoas, superior à população total de qualquer país europeu, exceto a Rússia.

Os investimentos indispensáveis ao acompanhamento do ritmo tão explosivo de crescimento urbano e a melhoria da qualidade de vida serão vultosos. Entre estes destacam-se os necessários a evitar que prossiga a favelização dos centros urbanos e a eliminar, gradativamente, o elevado déficit habitacional representado pelo grande número de famílias que habitam moradias infra-humanas:

Além de proporcionar elevação social, mais conforto, segurança e bem estar a cerca de 10 milhões de brasileiros, permitirá paralelamente assegurar uma média de 200 mil novos empregos diretos e cerca de 800 mil indiretos por ano, além de estimular a indústria de materiais de construção, de grande importância para o desenvolvimento do País."

Numa leitura livre, apoiando-me em "A ditadura em questão", de Florestan Fernandes, destaco que o sentido desse período foi o de suavizar o "endurecimento" do período da junta militar e do governo Médici anteriores, insistindo sobre a recomposição e renovação da sociedade "a partir de cima", isto é, no congelamento da sociedade civil ou subalternização política persistente das classes operárias, sob a ritualização do Estado. Continua a sustentar-se na estática da reprodução da ordem.

Os grandes conjuntos habitacionais vêm se contrapor, através de uma homogeneização imposta, sujeita ao discurso da integração

urbana, à diferenciação do regime de classes, decorrente da própria aceleração do desenvolvimento capitalista, e que se manifesta no estado de inconformismo exacerbado, principalmente, nas metrópoles.

Não é possível, no entanto, subestimar a movimentação da sociedade civil.

A política habitacional brasileira fez parte da estratégia de *"democratização por dentro da ditadura"*.

O Estado mantém-se providencial, mas poroso às modalidades mais modernas, nem por isso menos destrutivas de clientelismo. Age, de forma modernizada, através da criação de instituições comunitárias, controladas pelos governos num arduo clientelismo institucional⁽²⁷⁾. Esse clientelismo institucional apresenta-se como gerenciamento de elites operativas, racionais, pragmáticas, civilizadas⁽²⁸⁾. Vai desde a tentativa de controle da organização da população, através da criação de associações de moradores modelares, estabelecendo normas de como organizá-las, e criando equipes sociais de acompanhamento cotidiano de sua realização; até o domínio das aspirações da população sua pretensa inserção no mercado de trabalho, com os cursos profissionalizantes, e a preocupação com a satisfação do morador no seu local de moradia -. Havia, então, um departamento no BNH, Departamento de Estudos e Pesquisas Aplicadas DEPEA que entre seus programas, incluía o "Programa de Melhoria das Condições de Habitabilidade dos Conjuntos Financiados pelo BNH".

(27).Martins, José de Souza, Não há terra para plantar neste verão, Petrópolis, Vozes, 1988, p.97.

(28).op. cit. nota 26, p.67.

Mas a esse clientelismo institucional se soma o clientelismo pessoal que aparece nos conjuntos habitacionais, como a relação de favor entre políticos e moradores, que retomarei depois. A modernização do clientelismo, com o clientelismo institucional, instaurado ao nível das estratégias políticas organizadas pelo governo central, não elimina o clientelismo pessoal, que essa forma urbana, no seu cotidiano, propicia reproduzir-se. A sobrevivência do clientelismo pessoal também é explicada pela distância entre os discursos eficientes e a modéstia da prática e dos investimentos reais, realizados nos conjuntos habitacionais.

Octavio Ianni dá uma contribuição ímpar ao definir essa retórica como aquela de uma cidadania regulada, segundo as conveniências de um poder estatal forte. Para ele, são sistemas despolitizantes, reduzindo questões sociais e políticas a problemas "técnicos".

A forma como se vê essas camadas sociais é pré-política, como massa anárquica, desigual, caótica, gelatinosa; não só sujeita à demagogia, como propicia a surtos de revolta.⁽²⁹⁾

Os documentos, regulamentos sobre os quais discorri anteriormente, são argumentos daquilo que Ianni define como a vida civil enquanto resultado do Estado.

Num trabalho importantíssimo Marta Ferreira Santos Farah aponta uma questão fundamental: porque o Estado no Brasil investe em habitação⁽³⁰⁾. Tratava-se do estudo das carteiras prediais, datadas dos anos 30 em diante (até 64), para não mencionar

(29).op. cit.nota 26, pp.20, 39 e 52.

(30).op.cit. nota 5.

incurções menores nos anos 20. A resposta é que o Brasil, que se industrializava, não precisava investir na reprodução de sua força de trabalho. Os trabalhadores à disposição abundavam. A conclusão a que chegou é de um Estado, carente em legitimação, que, entre outros investimentos, produzia conjuntos habitacionais.

A construção de conjuntos se configurava como um projeto estatal, pelo caráter de controle do espaço dos conjuntos, seu maior potencial de manipulação política, de tutela. Os trabalhadores mais politizados, à época os bancários, entre aqueles congregados em institutos de previdência, não reivindicavam a construção de conjuntos, mas maiores facilidades em financiamentos individuais.

Desse ponto de vista, pode-se procurar a genealogia dos conjuntos nas vilas operárias, produzidas e conduzidas por investimentos fabris, onde era possível o controle da vida do trabalhador, fora da fábrica. Mais ainda, a utopia, que essa forma urbana alimentava, era a de progredir na fábrica. Paulo Lício Rizzo, no seu romance operário, "Pedro Maneta"⁽³¹⁾ conclui com a apologia ao Estado. A aspiração, em última instância, do trabalhador migrante retratado - espanhol, morador da Móoca - era uma vida perfeita, constituída por uma carreira na fábrica, que fosse perfeita, como um trabalhador abnegado, para um Estado que o merecia. Bonduki⁽³²⁾ refere-se às vilas operárias em São Paulo, como cidadelas.

(31).Rizzo, Paulo Lício, Pedro Maneta, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942.

(32).op. cit. nota 20, Introdução.

Pois bem, Marta Farah se movimenta, conjunturalmente, no percurso desses mais de 30 anos de produção de conjuntos habitacionais. Conclui que houve conjunturas em que a partir dos conjuntos a política clientelística, distributiva, se desenvolveu. Há produções, em muitos casos esparsas, de inúmeros pequenos conjuntos, visando atingir maior número de eleitores; bem como, a partir de 1945, o aumento do tamanho dos conjuntos, muitos com mais de 1.000 moradias, acompanhados da implantação de equipamentos coletivos, servindo de símbolos das realizações do Estado. Há, portanto, ocasiões de controle e manipulação da vida nos conjuntos. O tempo todo eles serviram a uma política populista. A "função" do Estado era cumprida, e o legitimava. Obviamente, a autora também destaca que essa produção foi fruto das reivindicações dos trabalhadores, indicando, inclusive, o momento - meados de 1940 - quando se concentram, ou passam para o primeiro plano, as reivindicações por habitação, junto aos institutos de previdência, em detrimento das pensões e aposentadorias.

Aceitemos, por enquanto, seu argumento, isto é, não se trata, com relação à produção da habitação, da reprodução estrita da força de trabalho enquanto fundamental. Ocorre que o crescimento das cidades na América Latina colocou o problema do desenvolvimento relativamente restrito da industrialização. O mercado formal de trabalho não garantia a sobrevivência de boa parte da população urbana ativa à disposição.

O que se seguiu na produção científica foi a tentativa de analisar esse descompasso entre urbanização e industrialização, desembocando na demonstração da importância do setor informal, ou

marginal, ou terciário da economia, no processo de acumulação. A literatura a respeito é extensa. Segundo a construção impar de Milton Santos, em "Involução Metropolitana e Economia Segmentada: o caso de São Paulo" (1970, mimeo), o crescimento econômico supera o crescimento populacional das grandes cidades, no interior de uma economia urbana segmentada, rebaixando o rendimento médio e expandindo empregos mal remunerados, fruto das diversas temporalidades do capital.

Num trabalho dos anos 60, uma equipe do Instituto de Sociologia Urbana de Paris, refletindo sobre os modos de vida e a urbanização, insiste no descompasso não só entre urbanização e industrialização, mas também, envolvendo uma tríade, inclui o modo de vida. A indústria cultural, o desenvolvimento do consumo criavam aspirações nessa população urbana, que nem a urbanização, nem a industrialização, que a marginalizavam, davam conta de resolver. O descompasso era tripartite. Ao se referirem à África, América Latina e parte da Ásia, expõem:

"Os recém chegados, que constituem a maior parte da população desses países, não são então integrados à vida urbana por um emprego, mas através de uma participação, mais ou menos passiva e longínqua, nos modelos de consumo impostos pela dominação econômica dos países industrializados, dos quais os cidadãos só obtêm geralmente o reflexo ou o aroma, mas que constituem um de seus laços de fato com a sociedade urbana. Esses modelos penetraram suficientemente nos campos para contribuir com

o deslocamento da sociedade tradicional e seus gêneros de vida".(33)

Resta discutir se, quanto à inserção do Estado na questão urbana, o argumento da legitimação é suficiente. Sobre o aspecto dos investimentos estatais cobrirem um papel que os investimentos privados não têm fôlego de cumprir, aparece outra face do problema: aquela do desenvolvimento das forças produtivas sociais e do Estado nessa produção, configurando um elemento fundamental da socialização das forças produtivas, tendo como locus a cidade. A obra de Jean Lojkine caminha nessa direção. O significado dessas construção vem se contrapor a uma leitura estritamente política do papel do Estado no urbano. A complexidade do processo de acumulação de capital seria, neste último caso, subestimada. Contudo, como recupera Topalov⁽³⁴⁾, inúmeros autores, na década de 80, detiveram-se na questão da reprodução social, destacando novamente o elemento político na produção do urbano. Na observação das formas de estabilidade de algumas relações sociais fundamentais, reaparece a questão das políticas, dos poderes, dos modos de vida, das práticas cotidianas, que transcendem a fábrica e as formas de ação coletiva organizada.

Nos países do Bem-Estar, a atuação do fundo público põe no centro do exame a própria democracia, com a regulação institucional da alteridade, do outro, de seus direitos; interfere, definitivamente, no mercado, com a tendência à des-

(33).Institut de Sociologie Urbaine, Paris, Propositions de recherches sur la vie urbaine. In: Revue Française de Sociologie, Paris, Presses Universitaires de France, 1968, volume IX, p.160.

(34).Topalov, Christian, Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965. In: Revista Espaço e Debates, São Paulo, Cortez, 1988, nº 23.

mercantilização da força de trabalho, a partir do salário indireto, criando, inclusive, valores anti-mercados. Se, nesses países, pode-se ler, nesse fundo, tal profundidade⁽³⁵⁾, no Brasil a questão se coloca no interior de um Estado ditatorial, provedor, embora construindo uma ambiência tecnocrática e racional, que não passa de um Estado do Mal Estar, de cunho assistencial e repressor, cuja prática real está muito aquém da retórica que o envolve, no que respeita às camadas subalternas. A reprodução das relações sociais não se dá no interior do avanço da democracia, mas, de forma invertida, mergulhada na continuidade da "democracia restrita".

A mim, torna-se cada vez mais necessário precisar a importância do Estado na configuração não do povo, como define Ianni, no livro já citado, mas da população de assistidos, da integração no país de sua população. O povo aparece enquanto fruto da identidade coletiva que se cria e/ou se preserva, apesar do desenvolvimento do Estado na América Latina.

Uma população enorme que, principalmente, em momentos conjunturais críticos, ressalta, o que a caracteriza, sua superficialidade face ao desenvolvimento capitalista dependente, deve configurar-se e se integrar ao país, através de mecanismos reproduzidos pelo Estado. O papel do Estado, também, é o de produzir e reproduzir sua população. O esforço, neste sentido, tem, não somente um cunho econômico reprodução da força de trabalho, mas político, a ausência de importância econômica estrita, não dilui a importância política de integração no Estado

(35). Oliveira, Francisco de, O surgimento do antivalor. In: Novos Estudos, São Paulo, Cebrap, outubro de 1988, no. 32.

de uma população. Ao nível da reprodução das relações sociais, o político não está estritamente vinculado ao econômico. Mas, não há economia sem Estado. Apesar do mercado mundial, o Estado nacional tem sido um parâmetro e um limite necessários ao desenvolvimento do capitalismo.

A massa trabalhadora no país caminhava, com o desenvolvimento industrial, para uma diferenciação e identificação marcantes, à qual não bastava uma política populista, ao mesmo tempo, reproduzia-se como uma massa trabalhadora potencial, que sobrevivia apesar do empobrecimento crescente, da qual era preciso, também, assenhorear-se. Os termos do desenvolvimento do capitalismo no campo e na cidade transformavam as cidades em redutos dessa identidade proletária, bem como, e, ao mesmo tempo, dessa massa superficial, indistinta, pobre, e sujeitável. Ambas implicavam em rédeas, do ponto de vista da conservação de um Estado forte. A "*distensão política*" exigia o urbano ordenado, imposto, organizado, que os investimentos em infra-estrutura urbana, acentuados no período anterior, tornava possível. Revigora a idéia de produção de grandes conjuntos habitacionais.

AS CIDADES ORDENADAS

Não somente produzir verdadeiras cidades, por suas dimensões, como observar-lhes as formas de reprodução, como os programas de desenvolvimento comunitário sugerem. Parte da população urbana estaria sendo, assim, capturada por dado modo de vida. A alternativa era a seguridade social da casa própria, protegida pelo investimento estatal.

O BNH, e mesmo o Banco Mundial, quando investem nos conjuntos habitacionais, controlam não só a execução dos projetos, como, inclusive, detalhes de construção. Esclarece Henri Cherkezian: *"o BNH entrava no mérito se a maçaneta do banheiro era de bola ou de alavanca, a Caixa Econômica entra no mérito do projeto. Ela não quer aprovar o financiamento sem que você corte a declividade do beiral da janela..."*

Ao analisar-se os documentos sobre desenvolvimento comunitário tem-se a nítida impressão de que se trata de uma realidade tangível, de pequenas proporções, totalmente controlável; a ideologia é a de pequenas comunidades, para conjuntos com mais de 50.000 habitantes. O nível de controle imaginado, da ordem projetada para esse espaço, dá essa sensação: experimentar como modelo a ideologia do bairro, mediada pela continuidade da atuação de agentes do Estado.

Na verdade, a casa própria, produto da autoconstrução, na periferia da cidade, já fazia parte da paisagem, desde o final dos anos 40. Fixando as camadas populares, muitas vezes, em

loteamentos ditos clandestinos. É uma cidade clandestina, quanto à propriedade efetiva da terra, bem como quanto às normas do código de edificações vigente. A periferia como cidade clandestina é uma concessão necessária à falta de direitos à cidade. Cega as autoridades locais e centrais, numa cidade que cresce, fortalecendo a propriedade privada da terra urbana.

Um novo código de edificações, a tentativa de compatibilização das realizações dos diferentes órgãos da administração municipal e estadual, voltadas a infra-estrutura urbana, marcam o intento de criar essas "cidades ordenadas".

Em reunião em maio de 1976, a propósito da aprovação, junto à prefeitura do município de São Paulo, do projeto de arruamento, loteamento e construção do conjunto habitacional Itaquera I-A, o prefeito Olavo Setúbal opinou *"que se observadas todas as exigências do nosso Código de Edificações vigentes, as unidades produzidas pela Cohab-SP seriam totalmente inviáveis, pois o seu custo ultrapassaria, em muito, a renda que pretendemos atender, prognosticando que só clandestinamente a cidade pode crescer na proporção atual"*.

Todos assinalaram que a cidade crescia clandestinamente. Coloca-se, então, a reformulação do código de edificações, criando um capítulo para construções de interesse social. Uma comissão, que envolvia representantes da Cohab e da prefeitura, trabalha na regulamentação de artigos referentes a lei nº 8.266, de 20 de junho de 1975, fixando normas especiais para arruamentos, loteamentos, conjuntos habitacionais, edificações de interesse social; dá origem ao decreto municipal nº 14.025, de

19 de novembro de 1976, exaltado por todas as autoridades entrevistadas.

Entre as alterações propostas, constam:

"a) *Introdução de índices menos restritivos para alguns detalhes construtivos, como a altura de muros, pés-direitos, aumento do número de pavimentos, afim de baratear a construção da unidade habitacional; b) maior flexibilidade nos projetos de arruamento, no que tange às taxas de destinação de áreas: 1) para vias de circulação; 2) áreas verdes; 3) áreas institucionais, visando ao possível aumento das áreas destinadas habitação*". (Processo interno nº 46/76, Cohab-SF)

No seu artigo nono, dispõe o decreto nº 14.025: "*da área total, objeto do plano de arruamento e loteamento de interesse social, serão destinados, no mínimo 15% (quinze por cento) para áreas verdes e institucionais*". No seu parágrafo primeiro: "*poderão ser incluídos no cálculo de que trata este artigo, até o limite máximo de 5% (cinco por cento), os espaços livres de uso comum, internos às quadras edificadas com apartamentos, os quais não poderão ser utilizados para estacionamento*". O que equivale a reduzir a 10% as áreas verdes e institucionais, descontada a área verde interna às quadras.

O processo interno nº 212/76, da Cohab-SF analisando os benefícios dessa legislação faz a seguinte contabilidade, demonstrando o maior aproveitamento para uso residencial do novo código:

	legislação vigente	nova legislação
áreas verdes	15%	(15%) 10
usos institucionais	5%	
circulação	20%	13% (estim.)
totais	40%	23%
<hr/>		
Para 100.000 m2	40.000 m2	23.000 m2
área residencial líquida	60.000 m2	77.000 m2
<hr/>		
casas - lote mínimo	250 m2	80 m2
apartamentos - taxa de solo	70 m2	35 m2
<hr/>		

Abrandam-se, assim, as exigências da legislação municipal. A nova legislação é repassada em Fortaleza às demais Cohabs, através do Encontro de Representantes das Cohabs de todo o Brasil, patrocinado pela ABC, em novembro de 1976.

Todos exaltam o melhor aproveitamento de terrenos, possibilitando uma incidência menor desse fator, no custo global da habitação.

Diminuem-se as áreas verdes, a de usos institucionais, de circulação e sistema viário.

"Além disso, com os novos 'lotes mínimos' de 80 m2 e taxas de ocupação e construção mais favoráveis que as vigentes, pode-se aumentar ainda mais o aproveitamento.

O novo decreto permite, ainda, através de uma redução de 10 cm no pé direito mínimo, que seja aumentado mais um pavimento nos edifícios de conjuntos habitacionais, de 4 a 5 pavimentos."
(Processo interno nº 212/76, Cohab-SP)

A esses se somam outros benefícios, regulamentados pela nova legislação.

Essa legislação antecipou uma série de outras, que nela se basearam, espalhadas por vários municípios, nos meados dos anos 70. Fez-se, inclusive, para os municípios interessados na implantação de conjuntos habitacionais, uma minuta de sugestão de projeto de lei, elaborada pelo Conselho Consultivo Metropolitano de Desenvolvimento Integrado da Grande São Paulo - Consulti (Processo interno nº 404/77, Cohab-SP)

Sobre a programação da proposta urbana dos conjuntos, em janeiro de 1975, discorria o presidente da Cohab-SP, nesses termos: *"quanto à produção de novas unidades informou o Sr. Presidente da Cohab-SP que esta vem desenvolvendo um projeto para implantação de um conjunto habitacional, em área de sua propriedade, localizada em Itaquera, neste município, com cerca de 4.000 unidades residenciais, distribuídas entre casas e apartamentos, dentro de um programa integrado, analisando-se, desde o início do estudo do projeto, tudo que se relaciona com o conjunto habitacional: infra-estrutura, vida comunitária, transporte de massa, afim de se evitarem inconvenientes futuros"*. (Atas do Conselho Técnico, Cohab-SP, 1975) Tratava-se do que veio a ser o projeto do conjunto habitacional Itaquera I.

A casa própria, feita artesanalmente, pela própria família, em lotes, a maioria, irregulares, essa periferia que saía do controle, iria ser contraposta a uma periferia, incorporada à cidade legalizada, sem ganhar, exatamente, o direito à cidade. Mas seria a figura de uma periferia alvo do poder centralizado. Em princípio, uma vida segura, com água, asfalto, equipamentos sociais à disposição, em troca dessa ordem imposta. De meados dos anos 70 ao início dos anos 80, consolida-se essa ideologia-utopia

(o aporte de recursos a tornava possível): dar forma à periferia. Incluí-la, de alguma forma, à cidade. Produzir a cidade das necessidades elementares, dentro da cidade. O que se convencionou como projeto integrado. Começa com o discurso das cidades satélites como Carapicuíba, apenas ensaiado, no final dos anos 60. Realiza-se com as "cidades dormitórios" na Zona Leste da Capital, apontada como a única alternativa possível, quanto a grandes espaços vazios disponíveis. O primeiro grande projeto é Itaquera I, fusão dos sonhos dos poucos arquitetos da equipe de uma Cohab pequena e quase falida, da ética de conservadores paulistas, à época dirigentes, e da racionalidade centralizada e centralizadora, que os programas, investimentos, fundos, formas de controle do BNH sugeriam.

É uma situação, portanto, em que o Estado avança sobre a periferia. Organiza-a. E do ponto de vista do morador, trata-se de conseguir a casa própria, solução que desde os anos 40, deste século, persiste como utopia para as camadas populares.

Os grandes conjuntos habitacionais significavam uma experiência urbana de imensas dimensões e, protegidos pelo Decreto Municipal nº 14.025, avançavam sobre a cidade clandestina ou a periferia não dominada: a periferia rural aquela das chácaras, no limite da cidade a periferia desurbanizada e pobre, de maioria de casas autoconstruídas, muitas vezes, irregulares.

Os grandes conjuntos habitacionais são periféricos, instalados em terrenos adquiridos a preços reles. Os custos do terreno devem ser ínfimos, para viabilizarem o empreendimento. E

para melhor aproveitamento, soma-se a ampliação das densidades de ocupação do solo, que o decreto citado possibilita.

Significam uma reforma urbana, em certos trechos da cidade, especialmente sua porção leste, sem ferir a propriedade privada da terra urbana. (Veja, em anexo, carta da localização dos conjuntos habitacionais)

Desde o início, a proposta do BNH respaldava-se num mercado segmentado socialmente. Recriavam-se as diferenças dos segmentos sociais, aos quais eram atrelados financiamentos específicos.

Esse mercado segmentado pressupunha um tipo de habitação, um lugar na cidade, limites do direito à cidade, também, segmentados. As grandes construções, referentes aos grandes conjuntos, definem, também, um processo renovado de segregação espacial, e delimitação, novamente segmentada, do que se referia ao padrão popular, como concepção de cidade. É a integração desse morador na cidade, no país, no Estado, enquanto parte das classes subalternas, reproduzidas como tais. Dizia-me o ex-diretor de planejamento da Cohab-SP, Henri Cherkezian, de suas dificuldades, e posterior desistência, em implementar uma proposta urbanística composta, envolvendo mais de um segmento social, no terreno de Itaquera I. Se se caminhou para um processo de segregação espacial, era, inclusive, devido à rígida estrutura de financiamento do BNH. Em seus termos: "*boa, quando eu fui ao BNH, e bati de porta em porta, nas carteiras, para saber se cada um podia me dar um pedaço do dinheiro, porque dinheiro tinha aos montes; se eu podia fazer o programa de cooperativa, a renda naquela época era de 12 a 15 salários mínimos, ou se eu podia num outro pedaço chamar a iniciativa privada para fazer um outro*

programa, do tipo condomínio, do tipo à preço de custo, etc., para mesclar aquele terreno; pois a minha intenção não era só mesclar a faixa de renda, mas sim fazer com que determinados custos fossem absorvidos por quem podia pagar, então, você dá valores diferenciados, para terrenos lindeiros avenida, ou perto dos equipamentos, perto das praças, etc., ledô engano. No BNH, as carteiras eram empresas fechadas, então, você dava o terreno todo em garantia hipotecária, para conseguir um dinheiro do BNH. Para uma outra carteira te dar o dinheiro, ela queria, também, o terreno inteirinho para construir só aqui, e aceitava em segunda hipoteca, o próprio BNH, quer dizer, na verdade, o dinheiro era o mesmo, as carteiras é que são diferentes. Carteiras são modalidades de financiamento. Eu queria implantar um Cura, exatamente na linha em que nós estávamos entrando numa área quase rural, com uma população que mora entorno dos conjuntos, sem nenhuma infra-estrutura, sem água encanada, sem esgoto, muito menos esgoto, sem iluminação pública, pavimentação, sem galeria, etc., para que o impacto do conjunto novo, versus o entorno não fosse tão grande nós estávamos fazendo um conjunto asfaltado, com galeria, com não sei o que e tal. Enormes conjuntos, e você vai jogar aonde a água servida? Em cima da periferia, quer dizer, no fim você agrava o problema da periferia, enquanto aquilo era terra, a chuva absorvia e ponto final ... bom, as idéias todas, e muitas ficaram no papel, com proposta, etc. e tal; vieram sonoros não. Resultado, você tinha dinheiro, tinha a pressão da fila, os movimentos populares, o então PT, obrigando a gente a construir unidades habitacionais mais baratas, etc. e tal. Você tinha o

dinheiro, depois você tinha a pressão política de execução, você tinha a pressão dos empresários da construção civil, você tinha o dinheiro, aí não adianta você dizer não: aqui eu vou construir metade, porque a outra metade eu vou esperar que alguém me dê outro dinheiro, para fazer para outra faixa de renda. Acabamos fazendo esses grandes conjuntos. Só que a preocupação com relação a parte social, sociológica, de pessoas com a mesmíssima faixa de renda, foi para o brejo". (Em outro momento, argumenta que muitos falsificaram a renda declarada, e, portanto, na prática, há diversidade social no conjunto).

Em abril de 1979, a administração da Cohab-SP fazia uma avaliação dos terrenos adquiridos, num total de 16.929.339,207 m², em sua maioria grandes glebas, na Zona Leste⁽³⁶⁾. O presidente da Cohab-SP, à época, José Celestino Bourroul, em entrevista, avalia em 30 milhões de m², o total de terrenos, reunidos até 1983. Os terrenos de Itaquera I, foram adquiridos do BNH, em 1969, e equivaliam, de início, a 2.691.385,50 m². O BNH os conseguiu, por

(36). Terrenos adquiridos pela Cohab-SP, a partir de meados dos anos 70, discriminados em abril de 1979, constantes das Atas do Conselho Técnico:

Terreno	Área
Itaquera II e III -----	2.818.313,607 m ²
Elisen Teixeira Leite -----	280.160,00 m ²
Jardim São Paulo -----	968.122,60 m ²
Itapevi -----	1.865.513,00 m ²
Carapicuíba V -----	1.497.050,00 m ²
Santa Etelvina (quinhão 1) -----	863.568,00 m ²
Santa Etelvina (quinhão 5) -----	1.142.032,00 m ²
Santa Etelvina (quinhão 3) -----	1.009.160,00 m ²
Santa Etelvina (quinhão 4) -----	1.002.508,00 m ²
Santa Etelvina (quinhão 6) -----	1.134.323,00 m ²
Osasco -----	1.335.490,00 m ²
Av. Sapopemba Km 17 -----	978.473,00 m ²
Barro Branco -----	1.382.876,00 m ²
Rio Grande da Serra -----	656.750,00 m ²
TOTAL -----	16.929.339,207 m ²

repassa, do INPS. Denominavam-se sítios Maria Tereza e Caçapava, posteriormente apelidados Itaquera I.

Neste período foi possível armazenar grandes glebas, a baixos preços, equivalendo a cerca de 5% do custo total da produção dos conjuntos. Hoje o preço do terreno atinge 30% desse total.

A produção de grandes conjuntos habitacionais, neste sentido, aparece para algumas autoridades entrevistadas, sem qualquer cunho político ou estratégico, recebendo uma versão econômica mais imediata e oportuna: havia grandes terrenos, era do âmbito da economia de escala utilizá-los. Os custos de terraplenagem, infra-estrutura, os custos globais de sistemas construtivos industrializados eram viabilizados pela grandeza do empreendimento. E uma fila de espera, na Cohab-SP, de cerca de 300.000 inscritos, tornava emergente as soluções de massa. Hoje, essa fila é da ordem de 260.000 inscritos e recadastrados, e esse número sobe a 465.000 se se considera os que não atenderam ao recadastramento. (Relatório Anual, Cohab-SP, novembro de 1991)

Assim traduzia a questão Henri Cherkezian: *"na verdade, veja, a intenção não foi construir grandes conjuntos, a intenção é que nós tínhamos grandes terrenos, o problema era diferente."* Também, no que se refere à concentração de conjuntos na Zona Leste, ele responde: *"foi por exclusão, não foi por opção"*. E emenda o fato de haver uma série de projetos do estado, como o metrô, e da prefeitura, como a canalização do Rio Aricanduva, a duplicação da avenida Itaquera, etc., em direção à Zona Leste.

Além de terrenos do BNH, adquiridos pela Cohab-SP, referentes, hoje, à área dos conjuntos de Itaquera.

A política habitacional brasileira não teve a intenção de afrontar a propriedade da terra; socializá-la, de alguma forma, com a possibilidade de desapropriações para fins sociais. Imaginou-se abarcar alguns loteamentos clandestinos, mas não passou de discurso. Ao invés disso, sujeitou-se à propriedade privada da terra e às rendas que esta auferia, adquirindo terrenos, os mais baratos, na periferia distante, quando dizia respeito a projetos populares. O lugar do pobre é essa periferia distante. Os custos de terreno devem ser ínfimos, para viabilizarem a construção, tendo não só como parâmetro, mas como limite real, oficial e rígido, aquele dos financiamentos do BNH. Por isso, foi sempre no limite da cidade que o estoque de terras da Cohab-SP foi constituído. Sob o eufemismo de cidade satélite, quanto a Carapicuíba, e concepções urbanas de grandes conjuntos, que dariam conta de esgotar, internamente, as necessidades básicas de seus moradores, foi avançando para a periferia a produção da Cohab-SP.

Não era à população recém chegada à cidade que cuidava de dar um lugar, mas à população que, em muitos casos, há mais de 10 anos, vivia na capital e arredores, em cortiços, casas precárias, ou diante da perda do poder aquisitivo e da especulação imobiliária, não resistia ao aluguel cada vez mais caro.

Em São Paulo, se as primeiras medidas da Cohab, da década de 60, eram dirigidas à população favelada, nos meados de 70, mais um segmento da população era incorporado, uma população para a

qual os aluguéis tornavam-se impeditivos⁽³⁷⁾. Muitos representantes dessa população, se viviam uma situação precária quanto às condições da casa, muitas vezes, não a viviam em relação ao bairro. O anexo I, apresenta um quadro da qualificação do mutuário e de sua unidade habitacional - anterior e atual - em Itaquera I, e pode confirmar essas observações. Muitos se deslocaram de bairros mais centrais, para a Cohab I. A reprodução da terra urbana como mercadoria, cada vez mais cara, continua expulsando-os da cidade propriamente. É o que atestam as inúmeras transferências para os conjuntos habitacionais da Zona Leste, não oficializadas, mas detectadas nas entrevistas. Portanto, perdem a cidade insegura, para ganharem a segurança da periferia, senão controlada, passível de controle.

Se, por um lado, as Cohabs estavam atreladas à política centralizada no BNH; se dependiam de seus financiamentos; se mantinham com ele extensa correspondência, com a cobrança

(37). Em 1966, tendo Mário Amato como presidente, a Cohab-SP, com um capital inicial de dois bilhões de cruzeiros, propunha-se enfrentar o problema habitacional através de um programa de desfavelamento. O programa total abrangeria a execução de 4.000 unidades residenciais, contrapondo-se a dados sobre barracos da ordem de 5.000, ou 30.000 favelados. Quanto ao terreno, dirigiu-se a Patrimônio da Prefeitura Municipal de São Paulo, solicitando a localização e indicação das áreas disponíveis. (Atas do Conselho Técnico, Cohab-SP, 1966)

Em 1975, um parecer da Secretaria do Bem Estar Social - SERES - reafirmava ser a Cohab-SP o órgão apto a operacionalizar o Programa de Desfavelamento. A Lei nº 7.457, de 28 de abril de 1970, estabelecia a competência dessa Secretaria, para planejar a atuação municipal relativa à erradicação de aglomerados de sub-habitacões. Por força de posterior decreto, de nº 12.020, de 6 de junho de 1975, a competência pelo desfavelamento é acometida à Cohab-SP.

Caberia à Cohab não só a remoção de barracos, mas também a promoção das famílias para aquisição de unidade habitacional mais satisfatória e definitiva; desde que a Companhia obtivesse os recursos necessários.

A reação da Cohab-SP vem nesses termos:

"Entre as atividades inclui-se a remoção de aglomerados de barracos - favelas e núcleos -, a qual foge, e muito, ao escopo da ação tradicional desta Companhia, que atua com recursos que prevêm retornos dos investimentos."

Em 1975, eram 919 aglomerados cadastrados, com um total de 23.926 barracos, e uma população aproximada de 117.237 pessoas. O crescimento de 72/73 a 74/75 foi de 69,55% dos aglomerados e 63,31% do número de barracos. As famílias faveladas tinham renda familiar inferior a 2 salários mínimos.

Em princípio, diante da empreitada, a Cohab-SP sugere 50 m² por unidade habitacional a construir, em alojamentos provisórios de 100 a 300 unidades residenciais.

Já em 4 de março de 1976, uma resolução da prefeitura repassa novamente à Secretaria do Bem Estar Social a incumbência de intervenção nas favelas. (Processo Interno, no. 24/75, Cohab-SP)

continua de relatórios de atividades e de desempenho; e essa política centralizadora tendia a sujeitar estados e municípios; por outro lado, havia fissuras entre os níveis da administração dos poderes, mesmo com prefeitos, à época, nomeados.

A retórica, em São Paulo, não é somente a da eficiência, a da técnica e do planejamento neutros. Quando se trata da administração local, aparece um discurso conservador, que chega a deter um cunho explicitamente moral.

Administrava, neste momento, a Cohab-SF, um engenheiro municipal, que desde 1947 participava das administrações municipais, tendo sido assistente de 9 prefeitos. Conhecedor, como ele mesmo define, da máquina administrativa local, e herdeiro de uma tradicional família paulistana, no seu discurso a ação da Cohab em São Paulo não é apenas reflexo das políticas centralizadoras do BNH, do Banco Mundial redefine-as a partir de um entendimento conservador, de caráter moral e localizado. O compromisso é com a cidade de São Paulo e seu desenvolvimento, de um ponto de vista até patrimonial. Se os ricos tinham um lugar garantido na cidade, era preciso dar aos pobres o espaço digno, de que necessitavam, mas na medida estrita de sua condição de pobres. Vejamos alguns trechos de seu depoimento:

"Isso precisa ficar bem claro, que é uma política com P maiúsculo da administração municipal o desenvolvimento da Zona Leste era um dos objetivos da administração do prefeito Olavo Setúbal. Ele entendia, depois de pesquisa feita, que das regiões de menor desenvolvimento em São Paulo, vamos dizer no mapa de São Paulo, era a Zona Leste, e ele, então, concentrou uma

série de melhoramentos visando, justamente, o desenvolvimento daquela região. Eu não sei se a senhora conhece bem o mapa de São Paulo. Da capital, um limite na Zona Oeste é muito próximo ao centro, é praticamente o limite ali da Lapa, Vila Brasilândia e logo depois chegam os municípios vizinhos. Já a Zona Norte é limitada pela Serra da Cantareira, há uma série de obstáculos naturais, além do Rio Tietê, também, um obstáculo. E há uma série de restrições, sob o aspecto de mananciais, essa coisa toda, que limita, também, o desenvolvimento da Zona Sul. Resta a Zona Leste, que vai praticamente até Mogi das Cruzes, Suzano, Santo Angelo, no caminho da Central do Brasil. Aquilo é uma região muito pobre e pouco desenvolvida. Então, fez parte do escopo da administração Olavo Setúbal, o desenvolvimento dessa região. Uma das componentes para fixação desse desenvolvimento seria justamente a parte de implantação de soluções habitacionais. E um dos instrumentos, justamente, de desenvolvimento seria essa implantação de unidades habitacionais. E com relação a parte habitacional propriamente é necessário que se esclareça que a Cohab de São Paulo era considerada a pior Cohab do Brasil. Era uma coisa pavorosa, e há várias causas determinantes desse fenômeno ... primeiro, São Paulo era a unidade mais desenvolvida, então, a população tinha meios para resolver o seu problema habitacional, bem ou mal, esse processo de afavelamento é um processo relativamente recente. Nos tempos, por exemplo, de Prestes Maia, de quem tive a honra de ser engenheiro assistente, praticamente não havia o fenômeno de afavelamento, a cidade era muito mais equilibrada. A partir de uma certa altura, com o próprio desenvolvimento, como consequência de sua influência em

centros mais pobres do país, houve uma atração com conseqüências danosas; então, até certa altura a cidade era equilibrada, havia núcleos, vamos dizer, de favelas, que toda cidade, por mais opulenta que seja, pode apresentar, mas de uma forma absolutamente excepcional ... A partir de uma certa altura que isso começou a ocorrer, e então, essa talvez tenha sido uma das razões, que não tenha provocado um interesse muito grande para soluções habitacionais, obedecendo um planejamento. E a Cohab de São Paulo chegou a perfeição de não só construir, como demolir unidades que ela havia construído, com muitos erros que ela foi acumulando, especialmente, por falta de exercício da própria construção. A coisa foi criada praticamente no governo de Faria Lima, que aliás foi um grande prefeito, só que São Paulo tinha tradição, não tinha prática na execução de unidades, então, foram cometidos inúmeros erros ... Outras regiões, como no interior do Nordeste, por servirem a populações tradicionalmente pobres, eles já tinham experiência muito maior. A única solução para eles era apelar para o poder público ...

Bom, de qualquer forma, quando começamos essa Cohab aqui, e eu quero reiterar que a nossa gestão não fez nada de milagre, ela apenas teve a sorte de contar com prefeitos, que apoiaram efetivamente, porque ninguém vai fazer nada, vai fazer milagre, se não tiver um apoio, se não tiver recursos ... Bom, de qualquer forma, nós tivemos muita sorte, no nosso tempo, do BNH ter recursos, e ter dado um apoio muito grande a São Paulo; houve um celeberrimo diretor da área de interesse social que deu um grande apoio a São Paulo. Nós tivemos recursos vultuosos ...

Eu me lembro que uma vez tive um encontro com um dos diretores da Sabesp, e o BNH tinha me dado força para coagi-lo a atender os núcleos habitacionais, para dar água para núcleo, sob pena do BNH não dar recursos para ele fazer as soluções normais do estado. E eu procurei este cavalheiro, que tinha fama de ser muito malcriado e muito imperativo, e não contei a ele que eu trazia este trunfo, aqui no bolsinho do colete e pedi a ele ... e eu sou obrigado a dizer que ele foi corretíssimo e disse: se eu dou água para a população toda, com muito maior razão para as populações mais necessitadas da Cohab " "

Sobre o decreto nº 14.025 e a legislação que lhe era anterior:

exigia um lote mínimo de 250 m², ora o pobre, pobre, o sujeito da camada de até 3 salários não adianta a gente querer dar um lote de 250 metros, isso é uma coisa idealística, e isso eu discuto em qualquer ponto, não adianta o sujeito querer dar um filé mignon pro negô que quer comer arroz com feijão, no mínimo, porque ele não tem dinheiro para mais; então, a gente tinha que diminuir as condições. Eu prefiro dar um negócio precário, mas passível de ser melhorado, e aí se abre um leque de 500 soluções, umas coisas que eles hoje apresentam como sendo inovações formidáveis, a questão do mutirão, a questão lotes urbanizados, isso tudo nós executamos ... nós conseguimos lotes, uma legislação que permitia lotes a parte de fratura de um lote mínimo de 100 m², e quando integrasse um conjunto podia ter até 80 m² mas implantar aquilo em regiões com todos os melhoramentos, quer dizer, então, o canalha tomava conta daquilo, uma casinha pequena, por exemplo de 36 m, 40 m, mas passível de

ser aumentada ... Hoje falam muito em cidadania, noção de cidadania, e como é importante para o sujeito, que ele assumisse uma unidade dessas, ele poder dizer que ele chamava fulano de tal, morando na rua tal, número tal, isso aí dá a ele uma segurança, uma noção de cidadão nós vimos a ascensão dessa gente toda, podendo morar num lugar decente ..."

Em outro momento, fala sobre os limites necessários dessa ascensão:

Pois é, aí é que está, isso tudo, em primeiro lugar, quanto mais a senhora possa dar a uma comunidade, mais ela exige, às vezes, um sujeito não tem coisa nenhuma, ele se contenta; quando a senhora começa a dar coisas, quanto mais ele tem, então, ele já quer fazer, ele quer morar num negócio idealístico, nem tanto ao mar, nem tanto à terra, porque a gente dá o que é possível. Então, nós reservamos nesses conjuntos grandes, reservamos área para supermercado, para comércio, para grupo escolar, para todas essas unidades, que completavam; e, hoje, se a pessoa quiser fazer uma análise justa, teria que encarar que houve um progresso enorme, quase todos esses conjuntos são muito bem dotados. Agora, quanto mais um negô queira, mais ele começa a exigir, fazer pressão sobre o poder público, essa coisa; agora, em relação ao nada que se tinha, o progresso foi realmente vertical há núcleos realmente com todos os melhoramentos, eu diria que são micro cidades, com todas as vantagens ... "(grifos meus ao verbo dar)

Sobre a eficiência do Decreto nº 14.025, dentro dos conjuntos:

•

"E vinte e cinco, exatamente, isso tudo melhorou sensivelmente a condição justamente do conjunto habitacional, que o conjunto para pobre, que eu também gostaria de dar uma casa no mínimo de 60 metros, mas eu pergunto, quem vai pagar isso?"

Sobre ele junto ao BNH:

" eu fui lá sempre muito independente, eu estava ligado a governo nenhum, a agradar A ou B, eu fazia, a hora que eu não estivesse satisfeito, eu dava o fora, graças a Deus, sou um homem independente ... "

Sobre os termos de crescimento de São Paulo:

"Esse é outro problema ... eu concordo plenamente, aliás, fui assessor também do Figueiredo Ferraz: São Paulo precisa parar e tal. Mas a questão precisa parar, mas o pessoal que está por aqui, ao mesmo tempo que tome providências para deter o ímpeto de crescimento, a gente tem que dar uma solução para quem mora aqui, porque o que está acontecendo é o contrário, eles não deram solução nenhuma, e a canalha tá cada vez caindo mais, vai se abastardando. A condição de vida, o sujeito vai ficando embaixo do viaduto, e uma série de outras complacências da administração".

Sobre a relação com o restante da administração municipal e estadual, na produção do conjunto habitacional:

" aí é que está, normalmente nós não podíamos começar sem o comprometimento do poder público, mas em geral ele se comprometia e depois dava uma banana. Daí é que tem essa porção, essa corte de conjuntos fantasmas, ou com dificuldades, isso no país inteiro ... nós antes de comprarmos um terreno nós fazemos

essa consulta da possibilidade de implantação, mas a questão é que às vezes o sujeito prometia e não havia seqüência."

Sobre os programas de desenvolvimento comunitário:

"E esses programas de desenvolvimento comunitário tiveram muita importância. Eu quando falo canalha, não é no sentido depreciativo, eu digo a turma que ocupa isso, em grande parte, é despreparada, todo mundo conhece aquela piada que dizem que o sujeito, quando viu seu banheirinho, aquela coisa toda, resolvia lavar o rosto na privada ... isso pode ser brincadeira ou não, mas muitas dessas populações, evidentemente, são despreparadas, então, o trabalho dessa gente, o resgate perante a civilização é fundamental, e ir apurando. Nós tínhamos umas equipes de assistentes sociais, justamente, que cuidavam disso, com o melhor resultado possível ... as senhoras são abnegadas, sacerdotisas, porque quase que a pessoa precisa ter uma inclinação dessa natureza, para desempenhar um programa, porque a coisa não é brincadeira, os nossos conjuntos, em geral, são um inferno, e o fato de ter que ir todo dia de manhã, e voltar, exige um sacrifício, quer dizer, precisa ter uma constituição especial."

Sobre a relação com os mutuários:

"...o que a gente objetivava é a felicidade do sujeito e tal, claro que há de todos os tipos, há aqueles que poderiam pagar, mas é muito mais cômodo não pagar, que há aquela idéia generalizada, que é do governo, se for do governo, então, não vamos pagar. Comigo não era assim, se a senhora não pagar a senhora perde a casa, porque a senhora fez um contrato, e a senhora tem que entender que a senhora está sendo uma

privilegiada, porque enquanto eu posso atender 10, tem 1.000 na fila, então, se a senhora assumir isso vai pagar, porque o que a senhora paga é uma enésima parte do que pagaria se tivesse que pagar aluguel..."

Sobre a frequência com que visitava os conjuntos:

"Ah! eu ia todos os fins de semana ..."

Enfim, o discurso tem elementos pré-modernos, que diferem dos regulamentos de cunho impessoal e tecnocrático, que configuram a retórica do BNH.

Finalizando, no Estado do Mal Estar a retórica não coincide com os limites dos financiamentos, seus atrasos sucessivos, a dificuldade de recursos materiais e humanos à disposição, a burocracia extrema em conseguí-los.

Essa interferência estatal, institucional na vida civil, absolutamente, não se esgota nos conjuntos habitacionais, nem se impõe impunemente. Aqui se está, ainda, desvendando o nível das estratégias políticas do Estado. Acentuando o caráter político, e não só econômico, da produção desses espaços. Insistindo que essa produção tem data. A da tentativa de manutenção dos interesses envolvidos no Estado ditatorial, através de espaços que tendem a ser o reverso do espaço autogestionário.

É preciso enfrentar, com um pensamento que não seja impessoal e neutro, a violência do deslocamento de massas inteiras de população, para "outra cidade", a deterioração da sociabilidade espontânea que isso pode significar, afirmando as intenções políticas, que alimentaram a produção desses espaços.

CAPITULO 2 -
A FORMA URBANA DE CONJUNTOS HABITACIONAIS:
O GRANDE CONJUNTO ITAQUERA I

A área original do que viria a se constituir no projeto habitacional Itaquera I equivalia a 2.691.383,50 m². A compra dessa área foi autorizada pelo BNH, mediante a apresentação de projeto habitacional concernente.

Após diversos projetos apresentados pela Cohab-SP ao BNH, um deles foi aprovado. Era dezembro de 1975, e se tratava do aproveitamento parcial da área, que veio a denominar-se projeto Itaquera I-A. A especificação das construtoras envolvidas, da área total equivalente, bem como da denominação respectiva, da tipologia habitacional, da população referente, e da data de construção e comercialização das unidades habitacionais constam da tabela 4. Da mesma forma, são discriminados os outros setores de projetos. Itaquera I-B, segundo setor de projeto foi aprovado em junho de 1977. Em setembro de 1978, foi apresentado ao BNH o pedido de empréstimo para o projeto Itaquera I-C. O projeto de Itaquera I-E, de menor porte, como adensamento, foi anexado a I-B. Houve, inclusive, com aprovação pelo BNH, um anteprojeto do setor Itaquera I-D, comprometendo 205.756 m², que acabou não se realizando, tendo sido cancelado o empréstimo, que lhe era referente. O motivo do cancelamento foi justificado através de estudo feito pela Diretoria Técnica e Imobiliária da Cohab-SP, demonstrando que os valores de financiamento das unidades habitacionais ultrapassariam os limites financiados pela Carteira de Operações Sociais do BNH.

O aproveitamento da área inicial foi parcial, equivalendo a 1.512.676,70 m². Cada setor de projeto teve a pré-aprovação da Prefeitura Municipal de São Paulo, que interviu nos projetos originais, caso de Itaquera I-B que teve a área total do projeto

ampliada de 662.112 m² a 693.193,74 m², variando também o número de unidades produzidas de 6.952 a 6.980. Da mesma forma, Itaquera I-C teve sua área total de projeto ampliada de 298.652 m² a 354.970 m². São acomodações às exigências do decreto municipal nº 14.025, já mencionado no capítulo anterior.

Outras destinações impostas pelo poder municipal, enquanto áreas com finalidades institucionais de interesse social, reduziram a área original do projeto, ou melhor, dos projetos:

à Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô foram alienadas em escritura de desapropriação amigável, de 22 de setembro de 1978, duas áreas. A primeira, mais próxima dos trilhos da Rede Ferroviária Federal, com superfície de 227.080 m²; a segunda, mais próxima da avenida Itaquera, com 485.842 m². O total desapropriado pelo Metrô equivale a 712.922 m².

- a Petrobrás atravessou a gleba, no sentido avenida Itaquera em direção aos trilhos da Rede Ferroviária Federal, com um oleoduto que ocupou 22.821,45 m², em áreas correspondentes à futura destinação de logradouros públicos, de esportes e de lazer (além de outra porção, que atingiu a área adquirida pelo Metrô).

dado o prolongamento da avenida Radial Leste, paralela aos trilhos da RFF, reservou-se à Prefeitura Municipal de São Paulo, área de 132.933,62 m².

completando, outra área, reservada à PMSF, equivalendo a 197.095,14 m², com finalidades esportivas. Em princípio, cedida ao Corinthians Paulista, para construção de um estádio na Zona Leste (ainda não realizado).

O total das áreas desapropriadas somam 1.065.772,21 m², tendo restado 1.625.611,29 m² para fins habitacionais, dos quais

por volta de 93% já foram, em princípio, aproveitados, envolvendo os setores de projetos apontados na tabela 4 (todos os dados apresentados constam do Processo Interno, nº 322/79, Cohab-SF).

Na realidade, a área disponível para novos projetos não só diz respeito aos 7% restantes, mas às chamadas "áreas reservadas para a Cohab" ou "áreas de propriedade da Cohab", que fazem parte da distribuição das áreas no interior dos projetos existentes, e que equivalem a mais de um uso possível. Entre eles, os denominados adensamentos, passíveis de ocorrerem em projetos já consolidados.

O Relatório Anual da Cohab-SF, de novembro de 1991, guarda uma contradição em seu interior, face a posição da companhia sobre os grandes conjuntos habitacionais. A atual política da companhia manifesta-se contrária aos grandes conjuntos habitacionais, ao mesmo tempo, prevê certos adensamentos para os mesmos:

"A produção de conjuntos habitacionais, tal como feita até 1989, implicou na geração de segmentos do espaço urbano problemáticos tanto do ponto de vista físico (enquanto inadequação ao meio físico e produção de unidades padronizadas tipo 'carimbo') como social (enquanto guetos estigmatizados no interior da malha urbana). A atual administração tem como pressupostos básicos, no que tange à produção de intervenções habitacionais, conceber intervenções de pequeno e médio porte, inseridas na malha urbana em áreas previamente dotadas de infraestrutura e com feição de bairros da cidade."

No item posterior, o relatório enfrenta o afrontamento dos próprios objetivos, marcando a necessidade de ações de

recuperação e plano diretor, tendo em vista os adensamentos já em fase de finalização cerca de 20.000 unidades e aqueles encaminhados à Caixa Econômica Federal CEF para financiamentos de 7.310 novas unidades habitacionais. "Estes projetos fazem parte do 'Programa 3', que está dividido em três fases. Na primeira, estão previstas 4.050 unidades, a serem construídas nos conjuntos habitacionais Santa Etelvina, Itaquera I, II e III, Teotônio Vilela, Jardim São Paulo, Inácio Monteiro e Barro Branco II. Na segunda, o objetivo é a reconstrução das 360 unidades de Carapicuíba (ex-COAN), com provável aproveitamento das fundações e melhoria nos apartamentos. A terceira fase prevê a construção de 2.900 unidades, no Conjunto Habitacional Santa Etelvina VII-B".

O mesmo relatório, quanto à política fundiária relata a difícil situação econômica e financeira da empresa, entregue em 1989 à atual administração, e o agravamento do quadro político e econômico nacional, desembocando numa carência de recursos, impeditiva de aquisição de novas áreas. E reitera a esse propósito:

impossível pensar em adquirir áreas, obrigatoriamente muito grandes, nas quais se implante conjuntos habitacionais que altere sensivelmente o funcionamento do tecido urbano circunvizinho, sem analisar adequadamente este impacto."

A justificativa, que aparece em entrevista, é a falta de terrenos a preços compatíveis com os projetos habitacionais

TABELA 4 - COHAB-SP

ITAQUERA I POR SETOR DE PROJETO

SETOR	DENOMINAÇÃO DO CONJUNTO	AREA TOTAL (M2)	CONSTRUTORA	TIPOLOGIA HABITACIONAL			CONSTRUÇÃO			TOTAIS DE UNIDADES	POPULAÇÃO (ESTIMADA)	
				CASAS	APARTAMENTOS			INICIO	TERMINO			COMERCIALIZAÇÃO
					1 BORN.	2 DORN.	3 BORN.					
I-A	PADRE JOSÉ DE ANCHIETA		ERG	650	-	-	-	06/77	09/78	09/78		
			BETTER	-	420	-	1.200	06/77	12/78	01 A 03/79		
SUB-TOTAL		394.513,00		650	420	-	1.200				2.270	11.350
I-B	PADRE		ERG	-	-	-	1.020	04/78	11/79	10/79 A		
	MANDEL		BALBO	-	-	1.300	-	04/78	08/79	10/79 A		
	DA		JAO/BETTER	-	-	2.060	1.480	04/78	04/80	03 A 07/80		
	MOBREGA		ENGERAL / ELAGE	-	-	680	440	04/78	05/81	04 A 10/81		
SUB-TOTAL		693.193,74		-	-	4.040	2.940				6.980	34.900
I-E **			OPUS	-	-	160	130			09 A 10/81		
SUB-TOTAL		70.000,00		-	-	160	130				290	1.450
I-C	PADRE MANDEL DE PAIVA		BETTER	-	-	1.580	1.140	05/80	08/82	07 A 09/82		
SUB-TOTAL		354.970,00		-	-	1.580	1.140				2.720	13.600
TOTAL		1.512.676,70		650	420	5.780	5.410				12.260	61.300

Fonte: Processo Interno n° 322/79 Cohab-SP

(*) Jáú - 1.910 apartamentos - construção 04/78 a 12/79; Better - 1.630 apartamentos - construção 10/78 a 04/80.

(**) I-E foi anexado, como adensamento, a I-B, perfazendo juntos 7.270 unidades habitacionais, com uma população estimada em 36.350 pessoas.

(***) Na verdade, trata-se de apartamentos de 2 quartos, com área útil total maior. Uma sala mais comprida que, eventualmente, pode ser dividida, gerando o 3º quarto.

populares. Os preços da terra em São Paulo são exorbitantes, comparados com os limites de custos desejáveis, isto é, os custos do terreno e da terraplenagem não devem ultrapassar em muito 15% do financiamento total do projeto.

A época de execução dos grandes projetos habitacionais em São Paulo coincidiu com uma política de terras, que vinha direcionada a um esforço em agregar às terras da Cohab-SP outras nas proximidades; é o que revela o Processo Interno nº 688/82, sobre "*pesquisa de valores de áreas próximas às glebas da Cohab-SP*". A Zona Leste foi alvo das diligências realizadas. Após pesquisa prévia em anúncios de jornais, as visitas a imobiliárias nas redondezas, a observação de placas de anúncios locais foram outros procedimentos adotados. Os critérios privilegiavam áreas de maiores dimensões, com menor preço; com declividades compatíveis aos gastos possíveis de terraplenagem preferência por baixa declividade e fundo de vale -; sujeita a melhoramentos públicos asfalto, água, esgoto e luz e, acessível ao restante da cidade. Condições ideais que as terras adquiridas necessariamente não preencheram.

Num outro Processo Interno, de nº 12/75, da Cohab-SP, anterior ao acima mencionado, aparece uma pesquisa de áreas em geral, dando conta dos terrenos da prefeitura municipal disponíveis: eram poucos e sujeitos a litígios ocupações irregulares -. Afirma, também, a orientação em direção a Itaquera e a busca de grandes áreas. A partir dessa pesquisa foi adquirida a Gleba do Pêssego. Como já concluído no primeiro capítulo, a Cohab-SP acaba por constituir um estoque de terras nos limites da cidade.

Sobre a Gleba de Itaquera-Estrada do Pêssego, de 114.118 m², o relatório técnico avalia: relevo suave, com declividade de até 10%, facilidade de obtenção de melhoramentos públicos; contudo, área sujeita ao INCRA (área rural). *"A utilização como área urbana depende de sua liberação por parte do INCRA e a incorporação às áreas suburbanas da Prefeitura."*

com esse tipo de acervo que a Cohab-SP hoje trabalha. Os adensamentos mantêm-se como programas habitacionais viáveis, apesar da mudança de intenções manifesta. A alteração da trajetória proposta esbarra no possível-impossível da apropriação da terra urbana, numa cidade que cresce à base da auferição de rendas fundiárias elevadas. Abstraindo-se, além disso, os limites dos financiamentos federais.

Ainda, o conjunto, nesses espaços limítrofes, reforça a possibilidade de seu tratamento com base na idéia de terra arrasada, *"desértica"*.

Ele se instaura destruindo as poucas referências que essas grandes glebas guardavam.

Por vezes, numa versão mágica, os novos moradores perseguem a história anterior do local. Boa parte das ruas do Conjunto Habitacional Itaquera I tem sua denominação inspirada em padres beneditinos. Inspiração que o ex-presidente da Cohab-SP, José Celestino Bourroul, buscou em sua educação religiosa no Colégio São Bento. Para um dos moradores entrevistados, a razão aparecia outra: eram os padres os antigos donos do lugar.

As vezes, essa tênue referência explode em conflito, como é o caso da área denominada Parque e Fazenda do Carmo, e que, após 1987, passa a ser conhecida como Mata do Carmo. As terras da

Cohab-SP aí situadas e reservadas a soluções habitacionais contradizem a luta contra a devastação da Mata do Carmo, considerada uma das poucas áreas verdes da Zona Leste. O Movimento S.O.S. Mata do Carmo encaminha as propostas sobre a área, sujeita, inclusive, a constantes invasões, junto aos organismos da prefeitura e do Estado⁽¹⁾. (Veja sobre a localização da área, mapa 1). Da mesma maneira, no Conjunto Habitacional Santa Etelvina, na Zona Leste, em 1991, surgiu um movimento pela preservação da casa da fazenda.

Apesar desses exemplos, o passado, a história são mais facilmente descartados nessas grandes glebas e a racionalidade do projeto habitacional mais facilmente imposta. Ela se instaura quase sem empecilhos. Não são destruídos bairros, gerações de moradores, nos mesmos termos de muitas renovações urbanas em outros cantos do mundo, ou mesmo de São Paulo.

Marshall Berman, em "Tudo que é sólido desmancha no ar"⁽²⁾, ao se referir ao modernismo em Nova Iorque, acentua a imagem da ruína e da devastação modernas, quanto ao significado da Via Expressa rodovia interestadual - que atravessou o Bronx, destruindo-o.

Reforça-se a possibilidade da realização da forma pura das "cidades verticalizadas", premidas por inúmeros prédios: mais de 400 em Itaquera I, à volta de entorno de bairros de residências baixas, consolidados a mais de 4 décadas (as fotos, em anexo, tentam identificar o entorno).

(1). Boletim S.O.S. Mata do Carmo, setembro de 1991.

(2). Berman, Marshall, Tudo que é sólido desmancha no ar, São Paulo, Companhia das Letras, 1986.

Há mais de 40 anos, eu vivia com o "calipeiro", dizia-me um antigo morador do Parque Arthur Alvim, nas redondezas do conjunto. Os eucaliptos foram substituídos pelo projeto Itaquera I.

Dona Alice, também moradora do Parque Arthur Alvim, contou-me sobre o impacto negativo que, de início, significou o conjunto: *"mal, mal, senti mal, não aceitei essa Cohab de jeito nenhum, porque depois que fizeram essa Cohab inundava aqui, nunca teve isso, qualquer chuva inundava. Minha casa inundava, já sofri muito com inundações. Então, detestei essa Cohab, detestei mesmo, porque aqui era eucalipto, uma maravilha, que saúde para tudo, depois ficou uma selva de pedra."*

Essa questão da localização das áreas disponíveis e que incorporam projetos habitacionais remete ao drama da regularização dos conjuntos. As grandes glebas, prática e originalmente, em zona rural, são de difícil acomodação aos critérios de legalização urbana dos terrenos envolvidos. O que dificulta a obtenção da escritura definitiva do imóvel. Há reivindicações dos mutuários neste sentido, em mais de um conjunto.

Agravam-se as distâncias entre local de moradia e de trabalho, especialmente, tendo em vista a concentração de conjuntos na Zona Leste, que oferece relativamente menor quantidade de empregos, particularmente os industriais. O tempo forçado aquele tempo cotidiano, que também inclui as horas passadas nos transportes tende a aumentar. No Anexo I, a amostragem realizada sobre Itaquera I, indica, entre outros dados, o local de residência anterior do mutuário; em boa parte,

em bairros mais próximos ao centro⁽³⁾. O Metrô, chegado a Zona Leste, no final dos anos 80, logo sobrecarregou-se pelo volume de passageiros e sozinho não garante o transporte coletivo dos centenas de milhares de moradores da região, que se deslocam diariamente. Um militante metroviário entrevistado alertava que as estações aí já nascem sub-dimensionadas, face ao volume de passageiros. Apinhados também nos ônibus que aí circulam, os passageiros levam de duas a mais horas no percurso trabalho-residência. A situação é ainda mais dramática para os moradores dos conjuntos de Guaianazes, mais distantes. Trabalhando muito, vivendo horas no trânsito, sobram poucas horas para o trabalhador se juntar à família e se recuperar com um sono prolongado. Esse não é somente o drama de mutuários, mas configura esses grandes conjuntos como espaço, especialmente, da mulher. O conjunto é feminino. Por muitas horas é uma cidade de mulheres. As assistentes sociais, falando da experiência das mulheres nos conjuntos habitacionais, avaliam: *"o que a gente comprova pela experiência é o pessoal sofrer dos nervos. Toda mulher sofre dos nervos, ou o homem sofre dos nervos"*. O significado dessa declaração exige aprofundamento sobre a forma urbana dos conjuntos.

O conjunto não é produzido de uma vez para sempre. Não só se constitui de setores de projetos, que, como atesta a tabela 4, incorpora a cada setor concluído milhares de pessoas ao conjunto

(3). *"Os empregos do tempo, analisados de forma comparativa, deixam também aparecer fenômenos novos. Se se classificam as horas (do dia da semana, do mês, do ano) em três categorias, o tempo obrigado (o do trabalho profissional), o tempo livre (o do ócio), o tempo forçado (o das exigências diversas fora do trabalho: transportes, gestões, formalidades, etc.) observamos que o tempo forçado aumenta ... O tempo forçado se inscreve na cotidianidade e tende a definir o cotidiano pela soma das obrigações (por seu conjunto)." (Lefebvre, Henri, La vida cotidiana en el mundo moderno, Madrid, Alianza, 1984, p.71)*

inicial, como os adensamentos são uma ameaça possível, como demonstra ainda a atual programação da Cohab-SP. Quando integrantes dos movimentos sociais de Itaquera I definem o conjunto como "depósito de gente", "cidade dormitório", não estão reportando somente a um fato dado, acabado, consumado; mas a um sentido, sempre reafirmado desse lugar, sempre sujeito a perda de novos usos urbanos, previstos em projetos ou não, a propósito dos adensamentos. Daí imaginou-se que o conjunto como cidade dormitório vai se constituindo. Reafirma-se continuamente nessa condição. Há sempre embate renovado entre trazer vida para o lugar, ocupando os espaços vazios com usos urbanos, e o adensamento dos prédios. Aqui a questão política fica complexa, inclusive, em termos do diálogo dos movimentos urbanos, pois a questão dos sem-terra e sem-teto é fundamental. Assim dizem: "não somos contra a moradia, mas a moradia não é só casa, transporte, creche, lazer", que são ameaçados com os adensamentos. Além disso, "até parece que somos bichos, para se amontoar".

As afirmações constam do jornal O BLOCO, da Cohab I, de março de 1988, cuja manchete é: "A Cohab I pede espaço para viver! Espaço para lazer!", a propósito do projeto de adensamento da administração municipal de Jânio Quadros. O adensamento projetado visava a população de renda média inferior, na época, em torno de 7 a 10 salários mínimos, com prédios de 4 e não 5 andares, como os demais de Itaquera I, e previa melhoramentos nos prédios, inexistentes quando da entrega dos prédios dos demais setores de projeto: zelador, salão de festas, interfone, play ground, antena coletiva de televisão, uma vaga de garagem para

cada apartamento, dentro de um condomínio murado. Eram por volta de 6 prédios. Iniciadas, as construções não tiveram prosseguimento, já que a Caixa Econômica Federal não liberou as verbas necessárias. Os prédios inacabados fazem parte da paisagem de Itaquera I; estão sujeitos a constantes ocupações. (Foram registrados em fotos, inclusive, com ocupações, veja em anexo).

Na matéria de O BLOCO, em meio a uma mobilização contra as construções afirmou-se:

"Além do mais, existem outros locais para se construir, fácil escolher a Cohab I, pois aqui já tem asfalto, Centros Comerciais, água e luz. É muito mais cômodo e barato para a Cohab-SP, além disso, pobre não precisa de espaço - é assim que eles pensam e fazem com que tenhamos o mesmo pensamento."

O argumento para a mobilização era a planta da Cohab I. Para o trecho referido, registrada em 1979, e que era considerada juridicamente válida e impeditiva de adensamentos, já que essas áreas estavam destinadas, em princípio, à creche, escola infantil, etc.

O ESPAÇO CONCEBIDO DE ITAQUERA I

Avancemos na concepção arquitetônica e urbanística do conjunto.

Se o Conjunto Habitacional Itaquera I não está contíguo ao centro; não pode se dizer dele que é inacessível. Frente aos demais conjuntos da Zona Leste apresenta condições excepcionais de acessibilidade. Circundado pela avenida Itaquera, que foi duplicada à época e à propósito da entrega do conjunto, pela avenida Aricanduva e pela Radial Leste respectivamente, realizada e estendida, logo após a entrega da parte inicial do conjunto -; próximo aos trilhos da RFF e da Estação Arthur Alvim do Metrô, na Linha Leste - Oeste. A obtenção das linhas de ônibus, que o servem, dependeu dos movimentos de transportes do Conjunto.

Há entre seus moradores os que o consideram próximo à cidade, cuja referência reiterada é a Praça da Sé; mas muitos o qualificam como distante. São, porém, raros os entrevistados que, da mesma forma que os moradores de Tiradentes, tratam-no como "*o fim do mundo*".

José Celestino Bourroul o define como uma concepção muito feliz. O arquiteto responsável, Jacob Aron Corch, trata-o como trabalho pioneiro e heróico, dado o pequeno corpo técnico e a quantidade de projetos a desenvolver simultaneamente.

Jacob Aron Corch ao descrevê-lo demonstra o empenho em corrigir os enganos de outras experiências da Cohab-SP.

As 650 casas, nele existentes, baseadas em projeto anterior de aproveitamento parcial da gleba, do arquiteto Mauricio Kogan, e não utilizado, acomodavam uma sala, dois quartos, banheiro e cozinha, em um embrião de 35 m², passíveis de expansão. A Cohab-SP já tinha prevista a orientação para uma expansão de até 50 m², compreendendo mais um quarto e se estendendo a sala.

O lote compreendia 130 m², com recuo de 8m de frente e 5m de fundo, que acabam sendo aproveitados para diferentes formas de extensão e reconfiguração das casas pelos moradores. A foto com uma vista geral sobre o corpo das casas indica as diferenças das casas reconstruídas, num pedaço do conjunto que se confunde com o entorno. Variam as cores, as fachadas, os tamanhos; umas são, até, assobradadas. (Veja em anexo)

A escolha de casas geminadas duas a duas veio, também, em contraposição a lotes anteriores de 50 a 70 m², aproveitados em sobrados, como os dos conjuntos Bororé e Guaianazes, qualificados como precários.

Em número sensivelmente maior, perfazendo quase 95% das unidades habitacionais, os apartamentos têm seu parâmetro naqueles do Conjunto Carapicuíba - os primeiros produzidos também, em direção à correção da experiência. Compreendendo três tamanhos padrões: o pequeno, de 39 m²; o médio, de 49 m²; e o grande de 57 m²; todos valores aproximados. O Anexo I, sobre a qualificação do morador e de sua moradia, exemplifica as variações internas aos tamanhos mencionados.

Os sete prédios, com 420 apartamentos menores, reúnem 60 famílias cada um. Os demais prédios, com apartamentos maiores divididos entre médios e grandes - somam cada um 30 ou 40

famílias. Todos em prédios de cinco andares, com escadarias que separam em duas ou três lâminas cada um deles. Uma escadaria descoberta, praticamente como a original que foi entregue; outra coberta e transformada pela iniciativa dos moradores situação mais comum em Itaquera I - aparecem nas fotos em anexo.

Frente a Carapicuíba o espaço entre as lâminas aumentou de 5m para 7m, já que lá formavam poços mal iluminados e mal ventilados. As salas e dormitórios passavam a dar para visuais externos, o que era alternativo em Carapicuíba. Nem as casas, nem os apartamentos obedecem a soluções lineares, compridas, ligadas por corredores.

A distância entre os prédios é de 15m, cada um deles tem 13m de altura; a relação, portanto, é praticamente de 1:1. A legislação permitia uma distância de 6m. Essa distância mais flexível aparece, especialmente, em Itaquera I-A. Diz Jacob Aron Corch ao IPT (1984):

"Mas, nós deixamos para melhorar as condições de privacidade, para um saindo na janela, não devassar a janela do outro. Privacidade visual, privacidade acústica, para melhores condições de insolação, de iluminação, problemas de sombra de um prédio para outro, inclusive possibilitar que essas áreas, esses espaços externos entre os prédios fossem utilizados como áreas de lazer, principalmente de lazer das crianças. Como são famílias jovens, têm uma quantidade de crianças muito grande; as crianças tinham que ter onde ficar, então eles teriam opção."

É muito comum as mulheres dos conjuntos Tiradentes, Itaquera I, II e III, entrevistadas mencionarem os conflitos nos prédios - quando os há mas os distinguem de sua casa, de

seu apartamento, de dentro de seu pedacinho. Lá, apesar dos limites, pode reinar a apropriação do espaço, do tempo, do corpo. O lugar da morada, da casa. Fora, o espaço, mais frio, impessoal, conflituoso, menos apropriado. Dentro da casa pode reinar o aconchego, o apego, a apropriação.

Mas mesmo esse dentro é invadido. A acústica, a sonoridade do lá fora invade o dentro, invade a personalidade, rouba tempo e espaço de dentro da casa. Eis o significado de um dado aparentemente técnico, que é o da acústica do prédio, e que interfere tão definitivamente na intimidade dos moradores. O material, a técnica de construção outinord, segundo o IPT, está mais sujeita a interferências sonoras externas; e a maioria dos prédios foi construída a partir dessa técnica, em Itaquera I.

As entrevistas registraram que viver no térreo é mais difícil, inclusive por outros motivos. Em Tiradentes, seja qual for o andar, foi comum a menção dramática à invasão da intimidade: fazer amor com o marido, ir ao banheiro, lavar louças, discutir em família se tornam do conhecimento geral. Muitos moradores queixam-se, de fato, de não possuírem a própria casa. A distância entre os prédios, neste caso, manifesta-se fundamental; e, nem sempre eficiente. Contudo, as preocupações, neste sentido, em Itaquera I-A são excepcionais em relação a outros projetos.

Por outro lado, considerando-se que o método outinord apresenta péssimas condições de conforto térmico e acústico, tentou-se evitá-lo, exatamente em Santa Etelvina, utilizando-se alvenaria estrutural, comparativamente menos problemática. Na época, de 15 empreiteiras trabalhando em Santa Etelvina ou

Tiradentes, apenas 2 usavam o método outinord. De qualquer forma, a contradição entre a intimidade do lar e a violência em devassá-la apareceu, embora a diferença entre a casa e o espaço fora dela tenha sido apontada.

Em Itaquera I, os prédios foram organizados em condomínios multiprediais, de dois a cinco prédios.

"A gente pensava que um condomínio de 2 a 5 prédios representantes de 80 a 200 famílias ... seria um número razoável e o condomínio predial, quer dizer, teria síndico por condomínio e esses multiprédios teriam um conselho de síndicos, que seriam responsáveis pela manutenção e a conservação dessas áreas externas comuns, inclusive, melhorias, para plantio de árvores, jardins, fazer quadras, fazer play grounds, enfim tudo aquilo que a ohab não conseguia dar neste custo que era muito reduzido; é claro que tinha a preocupação com paisagismo, a gente sentia se tivesse tido nessa época, junto com a gente, algum arquiteto paisagista e um projeto de paisagismo, com tratamento de todas essas áreas externas e com verba para fazer ajardinamento, arborização, quadras, play ground, enfim, equipamentos de lazer, se isso fosse possível nessa época, claro que a coisa, inclusive, em termos de aspecto, teria um aspecto muitíssimo melhor."(Jacob A. Corch ao IPT)

Os moradores desconsideraram os condomínios multiprediais; com ou sem autorização da Cohab-SF cercam cada prédio. São inúmeros os conflitos sobre os limites exatos pertencentes a cada prédio, com interveniência da Cohab-SF, em muitos casos, para solucioná-los, a partir de vistorias técnicas e exame das plantas originais dos setores de projeto. Foram previstos, em projeto,

bolsões de estacionamento com uma vaga para cada 2 ou 3 famílias; são integrantes, portanto, do sistema viário. Os processos internos examinados dão conta de inúmeros pedidos para cercar o estacionamento contíguo aos condomínios, inclusive, com a interferência de políticos para consegui-lo. Sistemáticamente, a resposta da Cohab-SP aos pedidos formula-se nesses termos:

"Os estacionamentos existentes no referido Conjunto Habitacional são parte integrante do sistema viário local e, por conseguinte, toda e qualquer deliberação referente ao uso privatizado dos mesmos é de competência da Prefeitura Municipal de São Paulo.

Convém ressaltar que, por força da aprovação pelo Poder Municipal do projeto de loteamento e arruamento do Conjunto Habitacional, os estacionamentos e as vias propriamente ditas passam a integrar a malha urbana, sendo que sua execução, ou seja, a colocação de guias, sarjetas, drenagem de águas pluviais e pavimentação são de competência da Municipalidade.

Por outro lado, no croquis que anexamos ao presente, está demarcado, em amarelo, o perímetro do lote condominial considerado para cálculo das quotas partes ideais do Condomínio Multipredial Santa Clara". (caso do Processo Interno nº 680/82, Cohab-SP, cujo assunto é: "Solicitação de autorização para cercar o estacionamento do Condomínio Santa Clara no Conjunto Habitacional de Itaquera I, formulada pelos deputados Jorge Paulo e Nodeci Nogueira")

Na prática, muitos desses estacionamentos foram anexados à área condominial, independente da decisão da Cohab-SP ou da Prefeitura Municipal.

Ao definir os padrões adotados quanto a Itaquera I o arquiteto responsável avalia: *"espaço mínimo indispensável, que a gente necessariamente tem que pensar no mínimo, mas para acomodar uma família típica da Cohab, que seria uma família de 5 pessoas."* (entrevista dada ao IPT, 1984)

Quanto ao projeto de urbanização, o sistema viário criado dá as premissas da distribuição das quadras; em suas grandes linhas, baseia-se em plano diretor feito pela Cohab-SP, anterior ao desenvolvimento dos setores de projeto, por sua vez, também, nesse plano, previstos.

A avenida principal, de início chamada avenida 2, recebeu depois o nome de um grande calculista de concreto, Waldemar Tietz. Ela dá acesso à avenida Itaquera, e como uma avenida em espigão propicia, segundo o arquiteto, visuais da cidade mais ricos. As vias secundárias contrariam as curvas de nível, enquanto as habitações estão a seu favor. Um entrevistador do IPT qualifica a solução das ruas como bastante lineares, porque não acompanham, sequer um pouquinho, as curvas de nível (mencionava aqui um trecho do projeto). A resposta do arquiteto demonstrou a orientação que marcou a realização do projeto: aumentar as densidades, dando um aproveitamento máximo para as áreas. Essa passa a ser a diretriz primeira da Diretoria. Sobre as ruas assim justifica:

"Olha, se pensou nisso, mas o que foi verificado é que em determinados trechos, por exemplo: nessa área aqui, setor 4 (área das casas), a curva já é bastante irregular, se você partisse para um estudo no sentido mais orgânico, um urbanismo, um desenho urbano, mais lembrando coisas da 'CITY', a companhia 'CITY' do

Pacaembú, etc., aí você diminuiria aproveitamento. Foi inclusive feito um estudo nesse sentido, mas o aproveitamento caía assim, violentamente."

Em outro trecho da entrevista, de forma mais geral, argumenta:

"Você tem uma gleba, se você pode por 1.000 unidades, você não vai por de jeito nenhum 900, porque a Cohab está deixando de atender 100 moradores, são 100 moradores que estão perdendo nessa estória. Então, a preocupação é justamente na quantidade. Nesse caso, como com habitações multifamiliares você consegue densidades 3 vezes maiores, que a unifamiliar, então, não tem nenhuma dúvida."

Em resumo, *"maior número possível, num menor tempo possível."*

Quanto a Itaquera I-A, pensou-se as casas no miolo e os prédios junto à avenida principal:

"A idéia era essa adensar justamente ao longo da avenida 2, jogar todos os prédios de apartamentos ao longo da avenida 2.

Então a vantagem essa - de facilidade de acesso, e adensamento justamente nas vias principais, onde também toda a infra-estrutura seria implantada.

Seria, inclusive, uma direção mais econômica, além de tudo. E outra coisa seria uma implantação privilegiada para os prédios. Esse espigão que tem praticamente mais de 1 Km, os prédios ao longo do espigão, do ponto de vista de domínio visual, e mesmo do ponto de vista de uma implantação acompanhando esse espigão, marcando esse espigão; nos próprios prédios e de certa forma a gente readquire o desenho do espigão, com a implantação que

caracteriza esse desenho, do espigão." (entrevista de Jacob A. Corch ao IPT, 1984)

A topografia foi uma preocupação constante; extremamente acidentada, com declividades, às vezes, superior a 30%, a idéia era reduzir ao mínimo a terraplenagem. Para o arquiteto, tratava-se, inclusive, de uma melhor solução em nível paisagístico, não destruindo a gleba.

José Celestino Bourroul preocupado com soluções de massa desconsidera a argumentação do arquiteto, relativa ao que qualifica como "prazer estético". O crucial, quanto ao mutuário, era "dar-lhe um teto, o resto é estupidez." Lembrando o decreto 14.025, refere-se ao maior aproveitamento do terreno acidentado: "houve uma época em que se o terreno fosse mais ou menos acidentado, a tradição e de que nao servia para solução habitacional; já nós propusemos e transformamos em lei, uma solução, um ovo de colombo, verdadeiramente redentor. Por exemplo, a gente adotando a parte média de um talude, a entrada na parte média, nós poderíamos fazer um certo número de andares para baixo, e outros para cima; então, a legislação permitia no máximo 4 andares, nós aumentamos para 5, e essa solução do aproveitamento da entrada na parte média do talude nos permitia até 5 para baixo, 5 para cima, então, praticamente nós dobrávamos a solução. Quer dizer, é a criatividade, na hora em que a gente começa a exercitar a coisa, vão aparecendo as soluções." (entrevista por mim realizada, em 04/12/91)

São os prédios com desníveis de meio piso, que facilitam a implantação em terrenos acidentados, característica dos terrenos da Cohab-SP, segundo o arquiteto Jacob A. Corch.

No projeto, a quadra tradicional, o pequeno lote, que aparecia nos conjuntos mais antigos, foram desprezados; a inspiração foi o conceito de superquadra de Lúcio Costa, com Brasília. As ruas tradicionais dão lugar a caminhos de pedestres, que dividem as quadras. Em entrevista a mim concedida, Jacob A. Corch define a concepção de urbanismo que norteou a produção de Itaquera I:

"Bom, olha, na realidade são várias coisas. Isso, o conjunto é a linguagem da arquitetura moderna, os precursores Le Corbusier, que influenciou isso em todo o mundo; representantes no Brasil, Lúcio Costa, Oscar Niemeyer. No conjunto de Itaquera está inserida muito a idéia de Lúcio Costa, em Brasília, que é a idéia da superquadra habitacional. Superquadra é uma concepção básica aí no conjunto de Itaquera, porque não existe mais o pequeno lote, e ao invés do pequeno lote é a quadra com grandes espaços livres, com espaço de recreação, espaço para estacionamento, com eixos de circulação de áreas mais generosas, com uma preocupação com trânsito de veículos, com uma preocupação em evitar o conflito de pedestres ou das pessoas com os veículos, com a preocupação das áreas verdes entreando as edificações habitacionais, com a preocupação de vazios; só com a construção propriamente dita, com os edifícios, mas os espaços entre edifícios, que pudessem ser espaços de lazer, espaços de utilização das pessoas, das crianças, dos velhos, dos adolescentes, etc."

A questão sobre a existência de uma ligação entre o conjunto habitacional e Brasília responde:

"Existe, acho que a principal ligação, se bem que Brasília é uma escala, que nem se pode comparar, mas eu acho que em termos de linguagem de arquitetura o que é resgatado é a idéia de superquadra habitacional, que, na realidade, se você observar Itaquera, principalmente, não só, o Itaquera I-A, como os outros setores, não existe o lotinho, o pequeno lote, com edifício isolado do lado; pelo contrário, existe com se fosse um agrupamento maior, um espaço maior que já vem a ser a quadra, e na quadra não tem só a habitação, na quadra, às vezes, tem o posto policial, tem o centro comunitário, tem o supermercado, tem o posto de saúde, tem a escola, tem as árvores, tem o espaço para veículos, tem o espaço para as pessoas, o lazer, parte esportiva".

Sobre o caminho de pedestre na concepção da quadra, responde:

"Tem muito a ver, tem muito a ver, quando você tem uma grande quadra, normalmente, para o usuário, para as pessoas não terem que fazer grandes percursos, em determinados lugares, determinados espaços, você tem que seccionar estas áreas, mas não seccionar com vias de veículos, que haveria uma separação física, mas seccionando com vias de pedestres; então, tem muito a ver, sim, isto faz parte da concepção de superquadra, inclusive, valorizar mais as pessoas, do que os carros, do que os veículos."

A respeito da rigidez do desenho, que, francamente, caracteriza os grandes conjuntos, o arquiteto Jacob aponta à equipe do IPT, que o entrevista: a primeira impressão de Itaquera I pode ser de uma grande massa compacta edificada, que pode se diluir. Ao argumento de que faltam marcos no conjunto, contrapõe

ser o espigão um marco, guardando uma forte identidade, e ainda:

"Já que a gente estava tão limitado, quanto a tipologia habitacional, a gente tinha limitações, a gente tinha praticamente um tipo de prédio, um tipo de casa, então, no desenho urbano a gente, de certa forma, procurava compensar isto.

Procurando criar situações variadas ... então, vocês vêem agrupamentos de prédios? ... não tem nenhum agrupamento, que é igual ao outro: aqui tem 4 prédios, aqui tem 4, mas numa posição diferente. Aqui, tem esse agrupamento de 2, aqui tem 5, aqui tem 7 prédios.

Vocês vêem, se a gente configurar os prédios através dessas divisões nos caminhos dos equipamentos, a nível de agrupamento de prédios, o desenho nunca se repete. Justamente, com esse objetivo de criar um desenho mais variado ... Então, a nível de desenho de quadras houve uma preocupação constante, e uma variação. Uma melhor solução, uma identificação melhor dos moradores com relação às quadras." (arquiteto Jacob A. Corch, ao IPT, 1984)

Diversa é a lembrança das mulheres do Grupo de Mulheres de Itaquera I, entrevistadas, mulheres que fazem parte da organização ORMALI - Organização das Mulheres Autônomas e Libertas -, envolvendo outros grupos da Zona Leste. Para elas, tudo se parecia na Cohab I. Era comum o constrangimento de entrar em casa alheia, pensando ser a sua: "cansei de entrar em prédio errado"; "muita gente, aconteceu de abrir a porta de outro apartamento"; "entra gente até na cozinha, aí, desculpe, não é aqui"; "e entra gente dentro de casa e fala: ah! eu errei, não é minha casa, aconteceu muito disso". "Porque, quando a gente pega o conjunto, é só os prédios, não tem grade, não tem portão, não

tem nada, tudo igual; depois, com o tempo, que a gente vai construindo, fazendo muro, grade, interfone, revestindo e tudo."

O que se conclui até aqui é que a produção desse espaço - o dos conjuntos habitacionais - convive com um sentido íntimo de racionalidade. Não é o irracional, mas a vulgarização de um conhecimento, o limite da racionalidade capitalista, coincidindo com uma concepção geométrica, abstrata, "moderna". A fila de espera da Cohab-SP ia aumentando, a racionalidade se aprimorando: uma nova forma de atuação, uma nova forma de projeto, de obra, e de racionalização da construção. A ideologia da quantidade se impondo a da qualidade. A lógica da quantidade, do déficit habitacional como pretexto ao aproveitamento máximo dos terrenos.

Há, no entanto, uma variação mais ou menos elástica na leitura dos profissionais - arquitetos, engenheiros - cujas representações do espaço se impõem na prática, quanto ao que pode ter o sujeito de suas representações. Aquele que será o usuário do espaço projetado e construído. Ao arquiteto cabe, no limite, evitar, inclusive, a monotonia de unidades habitacionais massificadas e massificantes, criando cortes alternativos, que visualmente confrontem-se à repetição das unidades. Para o engenheiro, o limite se reduz: o direito à casa saneada, embora repetida. Em ambos os casos, pensar a casa, a vida urbana a partir de limites mínimos é um direito conquistado, ou uma doação conseguida. Pode-se falar de uma ética e uma estética na violência da pobreza reproduzida, no interior dessa racionalidade quantificada.

Baseado nas características da população cohabense do município, principalmente da periferia, e em alguns elementos

matemáticos independentes no espaço e no tempo, tais como, raio de influência, capacidade do equipamento, etc., projetam-se no espaço os equipamentos urbanos necessários ao conjunto habitacional:

- em áreas reservadas para a Cohab-SP, são projetados os centros comerciais e de serviços, os centros comunitários, e outras áreas permanecem disponíveis. São áreas administradas pela Cohab-SP. Cedidas a título precário e gratuito - no caso dos centros comunitários e a título precário, sob pagamento e objeto de licitação pública - no caso dos centros comerciais e de serviços

A Cohab-SP estabelece previamente a destinação de cada loja e sala, dispostas da seguinte forma: no térreo, as lojas comerciais, como padarias, farmácias, açougues, etc.; no andar superior, as salas de serviços, como médicos, dentistas, cabeleireiros, e outros. O critério obedecido é o de diversificação do atendimento de cada núcleo. Muitas das áreas reservadas, sem destinação precisa, a partir do estímulo de interesses manifestos, de usos compatíveis, podem ser postas em licitação para a venda. *"São as solicitações de terceiros interessados em adquirir áreas remanescentes nos conjuntos habitacionais da Cohab-SP."* Os exemplos em Itaquera I são, entre outros, os supermercados D'Avó - com 2.520 m², situado na avenida Waldemar Tietz - e o Pão de Açúcar - com 5.000 m², vinculado à venda de eletrodomésticos, na avenida Silvio Torres, próximo às 650 casas - ; a Igreja São Francisco dos Pequeninos - também na avenida Waldemar Tietz, veja foto em anexo - e alguns casos, dentro das áreas com uso previamente estabelecido, nos próprios centros comerciais, etc..

- as áreas institucionais, dedicadas a creches, parques infantis, escolas municipais de educação infantil - EMEI -, demais escolas de 1ª e 2ª graus, postos de saúde, postos policiais, etc.; projetados, também, a partir de padrões de atendimento das secretarias a que são afetos tais equipamentos, segundo relatórios fornecidos pelos órgãos públicos, quanto ao dimensionamento das áreas necessárias e requisitos para implantação dos equipamentos, em função de seus programas de atendimento e projetos padrões.

A nível de localização, a existência de equipamentos urbanos básicos, deve ser compatível, em princípio, com percursos cotidianos, a pé, em torno de 500 m. Novamente, nos termos do arquiteto responsável por Itaquera I:

"É claro que o conceito básico do conjunto habitacional é a unidade de vizinhança, que é um conceito, vamos dizer, muito antigo. A unidade de vizinhança é uma área geralmente para 1.000/1.500 famílias, essa área deve ter, além das habitações todos os equipamentos necessários a essas 1.500 famílias: escola, creche, parque infantil, posto de saúde, centro comunitário, área de lazer, comércio; enfim, deve ter todos os equipamentos e deve ter também toda a infra-estrutura urbana necessária para atender a essa população." (entrevista ao IPT)

Confessa que não havia experiência a respeito, prevalecendo o bom senso e pesquisas sobre dimensionamento de equipamentos comunitários, feitos por outros arquitetos da equipe:

"A coisa era uma coisa muito pragmática, o projeto tinha que sair, tinha prazo, a Cohab precisava produzir, não dava nem muito

para parar para pensar o que estava sendo feito, tinha que fazer, tinha que tocar, senão não saia a coisa.” (entrevista ao IFT)

Em Itaquera como exemplo, alguns dos índices, em princípio, definidos foram:

- com relação às áreas livres: 10 m²/habitante; área mínima para play ground de 500 m². As áreas de recreação predominantemente infantil deveriam localizar-se junto às habitações. As demais, de uso diversificado, poderiam se localizar em áreas mais centrais, de fácil acesso por vias locais; eventualmente, agregadas a outros equipamentos: comércio, equipamento social, escolas.

- quanto a centro comunitário, o atendimento projetado seria para 2.500 habitações, com área de terreno necessária de 1.000 m²; área construída de 250 m²; e raio de atendimento de 1 Km, no máximo.

quanto a equipamento religioso: aproximadamente, um equipamento para cada 2.000 habitações; área de terreno necessária de 750 a 1.000 m².

quanto a comércio: área construída necessária por volta de 1.000 m² para cada 1.000 moradias; equivalente a área de terreno necessária de 2.000 m². Raio de atendimento de 150 a 200 m. No que se refere ao comércio especializado e serviços, subiria para 2.000 m² a área construída, para 5.000 habitações; equivalendo a área de terreno de 4.000 m².

Mas, na realidade, durante um bom tempo, Itaquera I-B careceu de qualquer tipo de comércio, pois o BNH não liberou à Cohab-SF os recursos necessários à construção projetada. Até 2 quilômetros a população percorria, para chegar aos 2 centros comerciais de Itaquera I-A.

Em 1982, o Departamento de Planejamento da Cohab-SP, baseado no plano geral de ocupação do Conjunto Habitacional Itaquera II e III consolida uma proposta de modelos genéricos para utilização na definição, dimensionamento e localização dos equipamentos, para qualquer conjunto habitacional da Cohab-SP, reiterando a consideração dos dados fornecidos pelas secretarias responsáveis. Projetam-se diferentes raios de influência, áreas ideais de construção dos diferentes equipamentos, e população a ser atendida; prevalecendo, sempre, fácil acesso, permitindo percursos breves e seguros, quanto aos equipamentos básicos. Os critérios de localização dos centros de comércio e serviços privilegiavam a localização na periferia, e não no interior de uma unidade de vizinhança, *"isto ajudará a evitar a contingência de ser essa área percorrida pelos caminhões de abastecimento."* (Processo Interno nº 455/82, Cohab-SP)

Os critérios não se manifestam absolutamente seguros. O arquiteto Ubirajara Barone Garcia, responsável pelo projeto de Itaquera II e III relata, em entrevista ao IPT, o subdimensionamento dos centros de comércio e serviços do conjunto:

"A gente pensou em definir o tamanho do centro comercial em função da renda da família. Então, nós pegamos uma renda média, sei lá, de 3 salários mínimos, a partir disso verificou-se o que ele tinha de acesso, de gastos com o comércio. Tanto de gêneros comércio diversificado. A partir disso, fixou-se uma produtividade, por estabelecimento comercial, e definiu-se a área. Isso deu infinitamente pequeno. E de maneira que o resultado não foi razoável."

As entrevistas realizadas em Itaquera I, III e em Tiradentes, embora não tenham caráter amostral, entram em sintonia sobre este ponto: o conjunto é entregue à população sem equipamentos e serviços urbanos. "Recebemos da Cohab-SP um esqueleto semi-acabado", é uma das formas frequentes de expressão na descrição de conjuntos. Peruas que vendem produtos básicos, ônibus gratuitos, de supermercados das redondezas, que transportam consumidores, são expedientes encontrados nesses conjuntos. A própria existência dos serviços dentro dos conjuntos não garante sua utilização exclusiva. É comum a majoração dos preços nesse comércio local, levando os moradores a buscarem supermercados fora dos conjuntos. Os moradores de Tiradentes procuram supermercados em São Miguel Paulista, o Barateiro, em São Matheus, o Carrefour, da avenida Aricanduva, etc. Por outro lado, o supermercado D'Avó, em Itaquera I, não só serve ao conjunto, atraindo consumidores ao redor.

De qualquer forma, o desenho urbano dos conjuntos habitacionais comporta a previsão de equipamentos e serviços urbanos mínimos, e envolve um leque de negociações com secretarias de estado e da municipalidade, para sua efetiva implantação; o que, segundo pesquisa realizada, remete a urbanização dos conjuntos às previsões orçamentárias das secretarias responsáveis. Diferentes processos internos dão conta do encaminhamento de pedidos às diversas secretarias, pelo coordenador de projetos, antes da comercialização das unidades habitacionais. No entanto, sua real implantação leva anos a fio, e exige o esforço da organização da população para acelerá-la.

Jacob A. Corch descreve para mim o processo nesses termos:

"Tem dois tipos de equipamentos: um tipo comércio, e centro comunitário. Centro comunitário, nesta época, a própria empreiteira que fazia, sem cobrar nada, ficava por conta do preço total da obra. As empreiteiras que fazem mais de 500 unidades habitacionais estavam obrigadas a construir um centro comunitário - desde a administração Jânio, não é mais necessário -. Era coisa de 300 m, era pequeno, mas servia como lugar de encontro da comunidade. Servia para fazer reuniões, às vezes, filmes, missas, palestras, bailes, etc. Existiam os comércios, tinha uma linha de financiamento do BNH a juros baixos, para as Cohabs construírem os comércios, tipo, lojas e escritórios. Então, a Cohab construía e alugava para interessados, através de uma licitação, isto ela fez muito, ela tem algumas centenas de unidades comerciais, que inclusive entram como recurso que ela recebe dos comerciantes. E existe um outro tipo de unidade, que é o poder público que constrói. É escola, creche, posto de saúde São áreas institucionais. Como é que funciona isso: a Cohab, quando faz o projeto, já dimensiona, já vê quanto e qual a área para a escola, creche, posto de saúde, etc. Já localiza também. Depois, a Cohab entra em contato com os órgãos públicos e pede para construírem estes equipamentos, às custas deles, que a Cohab não tem dinheiro para isso, e nem é função dela. Então, começam as negociações. A Cohab procura acelerar o máximo possível; inclusive, que o equipamento chegue antes que o conjunto esteja construído, mas geralmente, chega depois. Neste caso, o terreno é doado ao órgão público ..."

Sobre a complexidade do processo de produção de equipamentos urbanos nos conjuntos habitacionais, e a alteração dos usos originalmente determinados, é possível exemplificar com o seguinte caso:

O processo interno da Cohab-SP, de nº 111/76 que, tendo em vista a construção, na oportunidade, de 1.824 unidades habitacionais, equivalentes ao Conjunto Habitacional Padre José de Anchieta, expõe a proposta exatamente de 10.214,00 m² para escolas de 1º grau, e 2.000 m² para centro de saúde. Daí, a primeira providência foi a solicitação à presidência da Cia., por parte dos técnicos envolvidos no projeto, de encaminhamento de ofícios à Companhia de Construções Escolares do Estado de São Paulo e à Secretaria de Saúde, para possibilitar a implantação dos equipamentos propostos. Tal foi feito no ano de 1976. O Secretário da Saúde avisa em ofício, que a Coordenadoria de Saúde da Comunidade aceitou o terreno oferecido pela Cohab-SP, para a construção do posto de saúde. Com trâmites complicados, envolvendo outros órgãos, a doação é confirmada. Com o tempo, observou-se que no pacote de equipamentos comunitários, encaminhado pela PMSF ao BNH, estava previsto a construção do tal posto de saúde. Assim, pede-se a transferência do terreno doado à Secretaria de Saúde do Estado, à Prefeitura, o que imediatamente aceito. Mas era fevereiro de 1980, e o pedido de transferência do encargo ainda estava em tramitação. Com a falta de posto de saúde um movimento do Conjunto, o Grupo de Mães "Rosas de Prata", reivindica-o. A reivindicação é feita ao Secretário da Saúde do Estado, que repassa a questão à Secretaria de Higiene e Saúde do Município. Eram 25.000 moradores em

Itaquera I, à época. Um abaixo-assinado com 1.800 assinaturas, encaminha o pedido da população. Além da doação do terreno para a construção definitiva do tal posto, o Secretário da Saúde propõe um atendimento provisório num centro comunitário, cuja área construída equivalia a 140 m². As reivindicações se aceleram: o posto de saúde provisório é insatisfatório, e essa insatisfação gera depredações e roubos, agressões aos médicos e funcionários. Contudo, um incidente parece adiar ainda mais a construção definitiva. O Secretário da Saúde e Higiene do Município, em visita ao conjunto, indigna-se com a faixa de reivindicação: "Exigimos um Posto de Saúde", ele preferia pedimos. O incidente data de novembro de 1979 e, em 1981, ainda estava em tramitação essa questão. O local acordado estava sem destino, e havia projetos para reformas e adequação do centro provisório em definitivo. Tinham transcorridos 5 anos. Este é o drama que se repete indefinidamente para realização, muitas vezes, do próprio projeto original. Mas, em termos formais, o financiamento de um conjunto só é liberado, mediante o compromisso dos diversos órgãos de produção dos equipamentos. E as unidades só são comercializadas com a entrega de um Termo de Conclusão e Habitabilidade do Conjunto, que expressa a conclusão de todas as obras previstas. O BNH, como garantia do empréstimo, exigia o compromisso formal da Sabesp e da Light de implantação das redes de água, esgoto e energia elétrica; da Prefeitura do Município de São Paulo de execução das obras de drenagem de águas pluviais, antes do término das habitações; e comprometimento dos órgãos responsáveis pela implantação dos equipamentos comunitários propostos em projeto, de que estariam em condições de

funcionamento até o término das obras habitacionais. (Processo Interno, nº 052/77, Cohab-SP)

Quanto ao atraso na entrega de núcleos comerciais, a questão é a liberação de recursos do BNH, sujeitando as obras novamente a um percurso burocrático e centralizador.

O Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT - concluiu, em outubro de 1985, um trabalho sobre os equipamentos coletivos em conjuntos habitacionais, baseado no caso de Itaquera I, II e III, evidenciando o descompasso entre a produção desses equipamentos e a ocupação dos conjuntos, bem como a tutela rígida da Cohab-SP sobre determinados espaços, como os centros comerciais e comunitários. (4)

Além disso, ressalta problemas de localização de certos núcleos projetados, segundo depoimentos de comerciantes e moradores, em áreas consideradas "o fim do conjunto", portanto, de localização inadequada, como ruas de pouco movimento, de acentuada declividade, etc. E mais, a inflexibilidade da Cohab-SP ao pré-determinar o ramo de atividade a ser instalado em cada loja ou sala. Se o processo de ocupação obedece a leis de mercado nas demais regiões da Cidade, no conjunto "é controlado rigidamente pela Cohab-SP, que procura desta forma garantir a instalação daquilo que considera essencial para a população, ao mesmo tempo em que busca impedir a concorrência mesmo

(4). Essa pesquisa fazia parte de uma proposta abrangente, datada de 1982, que não se concretizou, sobre a avaliação do impacto gerado pelos conjuntos habitacionais em Itaquera, denominada "Conjuntos Habitacionais de Grande Porte: Análise de Resultados e Critérios para Projeto", envolvendo a Cohab-SP, o IPT e o BNH. Estimava-se em 33.000 unidades habitacionais, pouco mais de 60%, concentrada na região de Itaquera, e previa-se que, nos próximos 10 anos, a Cohab-SP produziria 500.000 unidades habitacionais. Propunha-se, então, uma pesquisa operacional, da qual resultaria diretrizes concretas, para orientar a prática da empresa, quanto aos grandes conjuntos. No interior da proposta, aparecia a preocupação com a solicitação do Banco Mundial, a respeito do desempenho de grandes conjuntos habitacionais. (Processo Interno nº 782/82, Cohab-SP)

núcleo. Esta postura tem se revelado pouco flexível, impedindo que os próprios comerciantes, em interação com a população demandatória de seus produtos e serviços, reorganizem suas atividades à medida do necessário." (p.26)

"O controle exercido pela Instituição sobre o comércio nos conjuntos ultrapassa, de fato, em muito o que habitualmente cabe a proprietários de áreas comerciais. Por vários anos, a venda de bebida alcoólica no balcão, isto é, para consumo no próprio estabelecimento comercial, foi proibida pela Cohab-SP. A quebra desta regra poderia acarretar a devolução do imóvel por parte do comerciante responsável à entidade. Esta proibição caiu por terra quando o universo controlado pela Cohab-SP - uma verdadeira "ilha" no meio de outros bairros - enfrentou suas próprias contradições. Nas áreas vendidas a terceiros, em que o comerciante era proprietário do imóvel, a Cohab-SP não possuía instrumentos que viabilizassem o controle sobre a utilização dos imóveis. As panificadoras destes centros comerciais "privados" passaram a vender bebida alcoólica "aberta", o que levou os demais comerciantes, pela primeira vez, a se mobilizarem contra o regulamento estabelecido pela Cohab-SP, o que acabou por derrubá-lo." (p.28)

O Termo de Permissão de Uso à Título Precário e Oneroso aparecia como um instrumento que submetia o permissionário a certas regras: a permissão não podia ser cedida; qualquer modificação deveria ser, previamente, submetida à Cohab-SP; a permissão poderia ser cassada a qualquer tempo, mediante comunicação por escrito, com antecedência mínima de 30 dias caso da infração do regulamento de uso das lojas e escritórios da

Cohab-SP -- a permissão vigoraria por um ano, podendo ser renovada com 30 dias de antecedência, depois de determinada a condução do permissionário, sujeita a avaliações anuais. A equipe social alocada no conjunto daria o parecer sobre o desempenho. Estavam proibidos aos permissionários: o funcionamento de aparelhos radiofônicos, que fossem ouvidos fora das lojas; a ocupação das fachadas externas com mercadorias, propaganda, etc.; a publicidade sob a forma de distribuição de panfletos; o exercício do comércio ambulante; atividades promocionais, como rifas e sorteios; a venda de bebidas alcoólicas e de bilhetes de loterias, etc. (Processo Interno nº 183/79, Cohab-SP)

São muitas as "irregularidades" de uso existentes nos conjuntos habitacionais, face aos projetos originais, produtos da própria atuação de governos diferentes, e das atividades dos moradores. Além de adensamentos não previstos, dos equipamentos urbanos deslocados de sua localização originalmente determinada, os moradores criam novos usos desconformes com o controle dos usos e funções dos lugares da Cohab-SP.

O Mapa nº 2 expõe os setores de projeto de Itaquera I, diferenciando os usos projetados, a cidade das necessidades elementares. As fotos completam a informação, indicando a existência de comércio e serviços informais, indiferentes aos projetos de Itaquera I e Tiradentes. Antes de avaliar essa interferência dos moradores na forma dos conjuntos, é preciso insistir sobre a determinação dos espaços e dos usos, segundo os projetos.

Uma "*concepção feliz*", "*a existência de espaços generosos*" traduzem Itaquera I. É possível, dentro desse projeto, examinando

os setores de projeto, assinalar, segundo o próprio arquiteto responsável, que a experiência de Itaquera I-A não se repete. Impera a lei do maior aproveitamento, em detrimento do desenho urbano. De Itaquera I-A a I-B os espaços têm distribuição menos generosa. Os números relativos a Itaquera I-B são os que mais se generalizam, reaparecendo em outros conjuntos; Itaquera I-A tende a ser excepcional. O que se considera um bom aproveitamento gira em torno de uma concentração em uso habitacional de 50 a 65% da área total. Sabemos já que o decreto municipal no 14.025 cria o solo institucional para tal aproveitamento.

O Processo Interno nº 179/77, da Cohab-SP, informa-nos sobre a distribuição relativa das áreas nos setores de projeto Itaquera I-A e I-B, possibilitando a comparação. Contudo, examinados mais de um processo interno a respeito, conclui-se que os valores relativos não são definitivos: por exemplo, já foi esclarecido que as áreas reservadas a Cohab-SP traduzem-se em possibilidade de adensamentos. Nos termos em que aparece no processo interno, tem-se a seguinte distribuição:

ITAQUERA I-A

Area do terreno _____	394.513,00 m2	100,00%
Area dos lotes _____	159.638,00 m2	40,46%
Area do sistema viário _____	95.825,50 m2	24,29%
ruas _____	80.089,50 m2	20,30%
caminho de pedestres	15.736,00 m2	3,99%
Area dos equipamentos comunitários*	19.725,70 m2	5,00%
Areas Verdes _____	59.191,20 m2	15,00%
Area reservada - Cohab-SP _____	60.132,60 m2	15,25%

ITAQUERA I-B

Area do terreno _____	693.194,00 m2	100,00%
Areas habitacionais	419.954,84 m2	60,59%
Sistema viário e caminho de pedestres	109.784,88 m2	15,84%
Area dos equipamentos comunitários*	47.903,01 m2	6,91%
Areas Verdes _____	50.777,12 m2	7,32%
Area reservada - Cohab-SF _____	64.774,15 m2	9,34%

(*) A área dos equipamentos comunitários equivale às institucionais.

A densidade populacional bruta em Itaquera I como um todo é de cerca de 420 hab/ha. Em Itaquera I-A, especificamente, reduz-se a 316 hab/ha; mais baixa, não só por causa da existência de casas, como também, devido a maior generosidade na distribuição das áreas.

O arquiteto Ubirajara Barone Garcia, refletindo sobre os modernos conjuntos habitacionais russos - de cuja experiência o BNH teve conhecimento, e chegou a repassá-la considera-os deslumbrantes, do ponto de vista do tratamento paisagístico e quanto ao trato das áreas comuns. Comparando-os com os daqui, diz:

" Para nós, é ... a habitação. É, tem o resto do terreno; o resto do terreno, onde, na melhor das hipóteses, você grama tudo e cria uns caminhos de pedestres." (entrevista ao IPT, 1984)

Manuel Castells descreve a imagem de Paris suburbana, desde os anos 60, dominada por grandes conjuntos. Analisa dois deles: o primeiro, Sarcelles, construído entre 1957 e 1974, e Val d'Yerres, o último, construído entre 1966 e 1974. De um para o outro, a tentativa de aperfeiçoar a experiência, sujeita a toda sorte de críticas. Inclusive, "sarcellitis" é a denominação da enfermidade psicológica associada à alienação urbana, produzida em grandes conjuntos. Insiste sobre a densidade prevista nos projetos, como sendo muito elevada, "com o fim de reduzir a incidência da renda da terra no custo total das habitações, e a qualidade da construção se estabeleceu ao mais baixo nível, reduzindo-se ao mínimo os custos, aumentando-se ao máximo o número de unidades, e recordando-se a todos o caráter benéfico da construção". Define o projeto, desde o princípio, como um insulto aos pressupostos habitantes, "o que ficava acentuado pela 'estética' dos Grandes Conjuntos, e em particular os da primeira geração (1955-1963)."(5)

Valendo-se de uma linguagem metafórica e dramática, Charles A. Jencks associa a morte da arquitetura moderna à implosão de um conjunto habitacional, o Pruitt-Igoe, construído segundo os mais progressistas ideais dessa arquitetura; e premiado, enquanto projeto, em 1951, como representante da arquitetura de Le Corbusier:

"Foram efetuadas uma separação entre pedestres e tráfego de veículos, a provisão do espaço lúdico e amenidades locais como lavanderias, creches e centros de reuniões tudo como

(5). op.cit., nota 19, Introdução, p.121.

substitutos racionais aos padrões tradicionais. Além disso, seu estilo Purista, sua limpeza, metáfora hospitalar de salubridade, destinava-se a instilar, através do bom exemplo, virtudes correspondentes em seus moradores. Uma boa forma para moldar um bom conteúdo, ou ao menos uma boa conduta. O inteligente planejamento do espaço abstrato promoveria comportamentos salutareos."

Como metáfora da falência de seus princípios racionais, conclui:

"A Arquitetura Moderna morreu em St. Louis, Missouri, em 15 de junho de 1972, às 15 horas e 32 minutos, aproximadamente, quando o infame Conjunto Pruitt-Igoe, ou melhor, quando vários de seus blocos, receberam um golpe de misericórdia ao serem dinamitados. Tendo sido previamente vandalizado, mutilado e desfigurado por seus moradores negros e apesar dos milhões de dólares nele investidos, numa tentativa de mantê-lo vivo (conserto de elevadores quebrados, reparo e retoque de janelas danificadas), o Pruitt-Igoe teve finalmente extinta sua miséria."(6)

(6). Jencks, Charles A., The language of post-modern architecture, Londres, Academy, 1977, p.9.

OS CONTEÚDOS QUE ADEREM A FORMA-CONJUNTO

Simulacros de experiências mundiais, nossos conjuntos representam a pálida lembrança de uma racionalidade condenada, como os próprios arquitetos envolvidos sugerem.

Simão Pedro Chiovetti, morador de Itaquera I, e militante dos movimentos urbanos do conjunto, escreve em "Como e por que viemos parar na Cohab":

"Tem mais a ser dito em relação a esses conjuntos onde nós moramos.

Sendo planejados em plena ditadura militar, a construção dos conjuntos não obedeceu a nenhum estudo, nenhuma preocupação com o planejamento social. Não se levou em conta que esse tipo de habitação poderia trazer sérias conseqüências futuramente, principalmente para as crianças e jovens. Não houve nenhuma preocupação com o ser humano.

Não se levou em conta que esse tipo de conjunto habitacional já foi rejeitado e abandonado em outros países, como por exemplo, nos Estados Unidos e Inglaterra, justamente por sua estrutura ser desumana. A idéia era concentrar o máximo de famílias num mínimo de espaço possível.

Os conjuntos foram e ainda são entregues sem nenhuma infraestrutura: escolas, creches, ônibus, espaço para religião e lazer, postos de saúde. A distância do centro da cidade é longa. O povo é que tem que se virar!

Poderia dizer que a última coisa que o governo pensou foi em você e sua família.

Espera aí! Ele pensou sim. Por trás da construção desses conjuntos há uma grande jogada política para ganhar votos nas eleições: fica a vida inteira dependendo de 'favores' da Cohab.

Outra idéia da ditadura era concentrar as pessoas num único lugar, para poder dominar e controlar o povo com mais facilidade."(7)

De carona no significado de suas últimas palavras, merece continuar sendo ressaltado o controle possível, que adere a essa forma.

O Processo Interno nº 27/79, da Cohab-SP, destaca a existência de um manual para o novo morador de Itaquera I-A, esclarecendo a diferença entre morar em casa e em apartamento, que envolve a orientação dada, pelas assistentes sociais, à administração de condomínio.

A primeira parte do manual tenta tornar ao morador cõnscio dos recursos existentes e previstos no conjunto. A segunda parte esclarece alguns pontos sobre o condomínio.

Dentre os recursos existentes, ressalta-se o centro comunitário:

"O centro comunitário é um equipamento que se destina ao uso de todos os moradores do conjunto habitacional, para o desenvolvimento de atividades sócio-culturais e recreativas, visando atender aos interesses de toda a comunidade indistintamente, sem particularização.

(7). Chiovetti, São Pedro, Como e por que viemos parar na Cohab, São Paulo, Paulinas, 1986, pp.44/45.

Relacionamos aqui alguns tipos de atividades, mais comuns, desenvolvidas nos Centros Comunitários dos outros conjuntos da Cohab-SP:

- a) atividades educacionais. Ex.: cursos de corte e costura, crochê, pintura, datilografia, Mobral, arte-culinária e outros;*
- b) atividades religiosas: cultos de diversas religiões, catequese e catecismo, cursos de noivos, encontros de casais e outros;*
- c) atividades culturais e recreativas: festas cívicas e comunitárias, palestras, exposições, peças de teatro, shows e outros; e,*
- d) atividades associativas: reuniões de condomínios, entidades e outras."*

Um outro Processo Interno, nº 407/78, da Cohab-SP, arquivava as normas para utilização do manual de uso do centro comunitário dos conjuntos habitacionais da Cohab-SP, elaborado pela Divisão de Desenvolvimento Comunitário, com a finalidade de disciplinar as atividades realizadas nesse tipo de equipamento. Dado conhecimento ao BNH, o trabalho foi festejado como "de inegável utilidade para o funcionamento adequado dos referidos centros e promoção da ascensão social dos moradores. O manual aparece como uma necessidade, face a administração dos inúmeros pedidos de utilização dos centros comunitários:

"Para possibilitar a utilização do Centro Comunitário para suas atividades, há necessidade das Entidades e Grupos elaborarem uma programação, que após aprovada pela Cohab, será colocada no Calendário da Entidade ou Grupo, do qual resultará, após ajustes, o Calendário Geral do Centro Comunitário.

O preenchimento do Calendário da Entidade ou Grupo poderá ser mensal, bimestral, trimestral, etc., dependendo da orientação da Equipe Social do Conjunto Habitacional.

Além do preenchimento do Calendário e sua aprovação pela Equipe Social do Conjunto, há necessidade também que as Entidades e Grupos preencham um requerimento ... solicitando o uso do Centro Comunitário, para cada uma das atividades constantes do Calendário aprovado.

Em caso de alguma Entidade ou Grupo solicitar dia e horário que não estejam vagos, a cessão só se dará mediante acordo entre as partes.

Em caso de vagas no calendário do Centro Comunitário, estas poderão ser utilizadas pelas Entidades ou Grupos do Conjunto, que as solicitarem através de requerimento.

A autorização para qualquer atividade no Centro Comunitário ficará a critério da Equipe Social do Conjunto Habitacional ou da Diretoria da Cohab-SP."

É oportuna, sem ainda problematizá-la, a indagação que Henri Lefebvre se faz em "Notas sobre a Cidade Nova":

"As pessoas irão docilmente, como quer o plano, comprar no centro comercial, pedir conselho no centro social, brincar no centro de lazeres, realizar pontualmente os atos do cidadão no centro administrativo? (sem omitir o fato que esses centros não existem ainda, senão sobre o papel, e que eles serão já um progresso!)" (8)

(8). Lefebvre, Henri, Introduction à la modernité, Paris, Minuit, 1962, p.123.

Protelando a resposta mais definitiva de até que ponto são decisivas, mas julgando os elementos que essa forma urbana contém, é possível concluir que ela libera *"tutelas instituídas e proteções tirânicas"*.

Sobre o que se acaba de relatar: a determinação do que constitui um centro comunitário; era-lhe inerente, em princípio, como no caso dos centros comerciais, a interferência das assistentes sociais. Sua utilização estava sujeita a avaliações constantes e regulares da equipe social do conjunto, feitas, também, embora não só, a partir de relatórios de atividades desenvolvidas e previstas, exigidos das entidades ocupantes.

Em setembro de 1991, reuni-me com um grupo de assistentes sociais da Cohab-SP, algumas com uma experiência de mais de 10 anos em conjuntos habitacionais, juntas avaliamos sua inserção real nos conjuntos.

Sobre seu trabalho, as assistentes sociais afirmam: ele não pode ser definido uma vez para sempre. Segundo elas, conjunturas diferentes influenciam-no: *"a própria concepção dos mutuários, do momento em que estão vivendo é diferente, o que significa que lidar com eles se torna diferente, apesar da linha de trabalho ter sido sempre a mesma ... O que a gente vai aplicar, vai passar, são as mesmas coisas; antes o trabalho era totalmente voltado para as associações, a formação de entidades. Hoje não tem sido isto."*

Outra assistente social adianta uma emergência, que simplificava seu papel: a assinatura de contratos, a formação de condomínios. *"Entregar as unidades requereu tanto trabalho, que*

houve possibilidade de preparar a comunidade Entregar Itaquera não foi fácil."

O principal trabalho era, então, a assinatura de contratos, durante um tempo, e a assistente social descreve-o:

"Eu tinha que por 500 e poucas pessoas para pegar a chave tal, na hora em que o futuro candidato a governador ia te dar a chave para a pessoa, e eles recebiam uma foto em casa desse tamanho." Lembra de Reynaldo de Barros e Paulo Salim Maluf nessa situação.

Relembra, inclusive, dos futuros mutuários se insurgirem contra a prática, ensaiando uma vaia. Continua descrevendo que José Celestino Bourroul, ex-presidente da Cohab-SP, lotava ônibus em mais de um conjunto, *"para o povo fazer aquele auê"*. A entrega das chaves era uma atividade política, um acontecimento de reconhecimento de determinado político, nem sempre pactuado pela população. Ela se sujeitava para conseguir a chave.

No primeiro capítulo foram abordados os Programas de Desenvolvimento Comunitário, cuja eficiência parecia definida e definitiva. As assistentes sociais entrevistadas, a recordação sobre cursos preparatórios, programas de formação de técnicos, quaisquer cursos ou congressos promovidos pelo BNH ou ABC, era tênue. Uma ou outra participava dos eventos, enquanto sua prática lhes era independente. A atividade da assistente social não tinha a precisão dos modelos que a autoridade requeria. Por outro lado, qualificam a ascendência de Bourroul como grande; sua gestão, como um momento em que não se podia questionar.

José Celestino Bourroul, à época de sua presidência, costumava ir ao conjunto todo o fim de semana. Ia ver se estava

limpo o centro comunitário. Passava na padaria para verificar se o pessoal estava vendendo somente pão, leite e derivados, pois não se permitia vender bebida alcoólica. O processo de controle, segundo as assistentes sociais, esgotou-se devido ao próprio tamanho dos conjuntos, que, maiores, tornavam-se incontroláveis.

A independência do trabalho das assistentes sociais afrontava essa interferência: "todas tem que trabalhar por fora." "A idéia de que nós éramos dominadas por ele neste sentido de trabalho, ele poderia até ter a receita, mas a gente ia lá, mudava os ingredientes." No entanto, o presidente depositava-lhes confiança, defendia-as e as chamava de prefeitas do conjunto. "A assistente social sempre ficou entre a acumulação e a instituição. A assistente social sempre conseguia uma forma de burlar aquilo que era imposto. O que aparece do serviço social é aquele que tem que agir de acordo com as regras, que lhe são determinadas. Pouca visibilidade tem os espaços e momentos que conseguiu o assistente social, no cotidiano, implementar uma outra dinâmica." Concebiam, por exemplo, dois relatórios, um para a autoridade, outro sobre o resultado real de seu trabalho. O compromisso com sua própria atividade esboroava o modelo exigido pela autoridade. Há uma duplicidade de material, porque há uma duplicidade de postura: uma frente à autoridade, outra ao se misturar com o morador. A atividade da assistente social pode ter algo de residual. E é vulnerável às características do morador, aos seus pedidos, às suas formas de organização.

Márcia, que trabalhou em Itaquera I, informa: "ou me aproximava desses grupos ou não tinha o que fazer. Ou eu entrava nessa onda que estava modificando tudo. Eu me lembro, eu percebi

que eu tinha que começar a trabalhar com a comunidade católica, e eu estava muito distante por causa do trabalho de contrato, de condomínio, não dava atenção para o que estava acontecendo. Ou eu trabalhava, fazia um trabalho de movimento com eles, ou ficava na sede. Não tinha o que fazer ... tudo surgia deles mesmo. Começavam a ganhar esse espaço." Para ela: "muito mais fácil e mais gostoso, assim."

Diferente do que havia de início, quando "a liderança já era pré-determinada, os equipamentos iam para tal ou qual associação." Com o prefeito, Mário Covas, essa distribuição foi se alterando, sob a pressão do PT e da Comunidade Católica em Itaquera I. Enfim, "conseguimos mudar essa distribuição dos equipamentos, com a ajuda das entidades. A assembleia das entidades definia o uso. Tudo foi definido junto com eles. Tinha lugar de bebida, jogo de bicho, tiveram que entregar tudo." (9)

O jornal Voz da Comunidade, de abril de 1984, contém uma matéria sobre a redistribuição dos centros comunitários:

"Estão sendo realizadas, já há algum tempo, reuniões entre representantes das entidades e grupos daqui do conjunto. Estas reuniões coordenadas pelas assistentes sociais da Cohab, tem o objetivo de avaliar e redistribuir os Centros Comunitários ...

De concreto, foram elaborados os critérios de uso dos centros; formada uma equipe de fiscalização, composta por um representante de cada entidade, e a forma de fiscalização e

(9). A Biblioteca Infanto-Juvenil de Itaquera I, inaugurada em 1982, de início, dividia o espaço do centro comunitário com o "bar-sociedade de amigos do Conjunto Habitacional Padre Manoel de Nobrega", segundo a diretora Tomiko, que se valeu de abaixo-assinado, coletado numa feira de sábado, para retirá-los. O Processo Interno nº 384/82, da Cohab-SP, informa sobre denúncia nos mesmos termos, considerando a associação lugar não só de um bar, mas espaço de "jogo de azar".

avaliação que será feita através de relatórios remetidos anualmente pelos grupos e entidades à equipe fiscal."(p.6)

O senhor Hamilton R.Ribeiro de Siqueira, da Sociedade de Amigos do Conjunto Habitacional Padre José de Anchieta, a primeira associação do conjunto, também entrevistado, sobre a formação de sua entidade, argumenta que ela surgiu da iniciativa de um grupo de moradores de Itaquera I, juntamente com as assistentes sociais. Sorrindo, ironicamente, as assistentes sociais não confirmam sua versão: *"ele foi colocado pelo PDS, é o homem do João Aparecido, político da Região. O desenvolvimento político da região o expulsou."*(10)

João Aparecido de Paula aparece em vários processos internos da Cohab-SP, intermediando a relação entre os moradores de Itaquera I e a Cohab -SP. Contrariando os discursos oficiais que sugeriam critérios racionais e impessoais na escolha dos mutuários, as assistentes sociais informam que, exatamente, esse político conseguiu casas para inúmeros protegidos. E lembram a fúria do político, à época de uma eleição:

"Eu que dei as casas para vocês, e vocês não me elegeram."

(10). O Processo Interno nº 89/79, da Cohab-SP, tratando da formação e organização da Sociedade de Amigos do Conjunto Habitacional Padre José de Anchieta, Itaquera I-A, informa um encaminhamento da parte do deputado Januário Mantelli Neto, junto a Cohab-SP, de um interessado em fundar essa sociedade. Ele teria apresentado o senhor Carlos Alberto Berelli Jokubatis, morador de Itaquera I. Em reunião com moradores e os interessados, a equipe social interferiu esclarecendo os presentes qual a finalidade de uma sociedade de amigos, mostrando que uma entidade tem todo um aspecto jurídico e administrativo para ser oficialmente representativa. Em dezembro de 1978, após várias reuniões, formou-se uma Comissão de Moradores com o objetivo de fundar uma sociedade de amigos. Esta manteve contatos com a equipe social para servir-se de sua orientação.

"A equipe social orienta sua formação, apresentando material elaborado pela FMSF, o 'Manual para formação de uma entidade'."

Essa comissão de moradores foi ratificada, depois, como diretoria definitiva da entidade. O novo presidente era, exatamente, o senhor Hamilton R.Ribeiro Siqueira, que, por sua vez, em entrevista, confirma sua ligação com o vereador João Aparecido de Paula, do qual se tornou chefe de gabinete.

"Se não tivesse ligação com um político não teria sido escolhido como líder, presidente de associação." (fevereiro de 1991)

Comprova-se a ingerência da assistente social, bem como do político.

Muitos se apresentam como presidentes de associações e reclamam não conseguir o equipamento; mas, na verdade, segundo elas, o povo não os reconhecia. "São associações fantasmas." De qualquer forma, em Itaquera I, II e III existiam e existem associações que não funcionam necessariamente em centros comunitários. Por tempo determinado ou não, têm como sede os apartamentos de seus presidentes.

Sobre os movimentos, enfim, a assistente social conclui: "eu tive que me aproximar." E assegurou, o que as entrevistas em Itaquera I confirmam: muitos vinham do movimento sindical, num momento importante dos sindicatos. E criaram alternativas novas para os movimentos populares.

Outra assistente social fala de experiência similar no Conjunto Mascarenhas de Moraes, cujos padres italianos "ajudaram a criar uma nova conotação para o Conjunto;... na época, não tinha centro comunitário, e o trabalho era feito na rua, ou nas casas das pessoas. Hoje, Mascarenhas está integrado no bairro, é um dos melhores conjuntos; eram aquelas casinhas antigas - 2 quartos, sala, quintal -, cada uma tem agora sua feição."

Uma assistente social do Conjunto Adventista, entregue em 1988, adverte: "eles não constroem mais centro comunitário. Na última leva de unidades pararam de construí-los." Não há mais financiamento para tanto. O pessoal em mutirão - politizado e organizado - conseguiu o equipamento, onde antes funcionava o escritório da Cohab. Era comum, em todos os conjuntos, transformar o antigo escritório de fiscalização em centro comunitário; inclusive, eles já eram projetados segundo essa última finalidade.

A Comunidade Católica, inserida num processo político complexo e vivo, no Conjunto Habitacional Itaquera I, do qual a assistente social responsável tinha conhecimento, aparece ascética e burocraticamente descrita, numa avaliação oficial, feita por ela mesma. Essa avaliação exemplifica tantas outras elaboradas nos mesmos moldes, e exigidas pela administração:

"1. Os diversos grupos componentes da Comunidade Católica de Itaquera I, estão atuando junto à população de acordo com a programação relatada.

2. Cada grupo da Comunidade Católica tem uma estruturação própria, ou seja, é um grupo organizado com representantes próprios e possui objetivos específicos além dos objetivos gerais da Comunidade Católica. Tais objetivos podem ser classificados como : assistenciais, recreativos, educacionais, reivindicatórios e religiosos. Todos esses grupos têm como objetivo comum a prática da religião católica, desenvolvimento da vida comunitária e de uma programação que possibilite angariar fundos para a construção da Igreja no C.H.. Esses grupos são os mais representativos do Conjunto e os que mais atendem as necessidades da comunidade, sendo que suas atividades correspondem adequadamente aos objetivos propostos.

3. A Comunidade Católica possui como sede duas salas de um escritório de fiscalização localizado à Av. Waldemar Tietz 828, com permissão de uso da Cohab/SP, sendo que o estado de conservação do equipamento é satisfatório. A referida Comunidade utiliza também, o Centro Comunitário I para realização de missas, embora consiga para tal, todos os horários de que necessidade, uma vez que o Centro Comunitário é utilizado também,

pelos demais grupos do C.H.. A Comunidade através de seus representantes nos solicitou também a reserva de horários em um dos Centros Comunitários de Itaquera I-C para realização de missas.

4. Tendo em vista o grande número de atividades desenvolvidas pela Comunidade Católica, a sede ocupada pela mesma não está sendo suficiente, razão pela qual o Grupo de Apoio aos Desempregados pertencente a referida Comunidade está solicitando um outro local para o desenvolvimento de seu trabalho, sendo que nosso parecer a respeito é favorável " (Processo Interno no 354/83, Cohab-SP, pp.152/153)

As assistentes sociais falam sobre o que pesa na vida cotidiana dos conjuntos habitacionais. Avaliam a fragilidade do morador:

"A Cohab construiu, deu um modo de vida diferente para eles; é uma responsabilidade, porque muda a vida da pessoa, tem que ter uma orientação porque mudou." "E num certo sentido, o nosso trabalho tendia a evitar que se perdessem; como as pessoas vêm cada um de um lugar distante da cidade e não se conhecem, favorecer esse conhecimento, e de uma certa forma possibilitar uma convivência." "Mas as pessoas não estabelecem relações de vizinhança, com laços fortes nos conjuntos."

Por outro lado, admitem casos de ajuda mútua nos prédios. Ressaltam que nas casas é diferente: "o pessoal das casinhas do Raposo Tavares, eles dançam praticamente todas as noites."

O que prevalece é que os traços culturais desse morador "impedem que ele entenda como é morar num conjunto, mas depois ele tem que mudar. Existem várias épocas de entrega: época do

empobrecimento da classe média ... aí teve uma série de atritos. Ia morar o professor, o advogado, aquela pessoa que veio da roça, que tem uma porção de filhos, que estava ajudando na renda, que estava ajudando o marido, o metalúrgico, o policial; vão morar naquele prédio. Tudo isto você encontra no conjunto." (diferente dos primeiros conjuntos, como Bororé e Guaianazes, onde havia homogeneidade nas condições de vida dos seus moradores)

Os problemas de convivência aparecem, especialmente, quando a vizinhança se reforça como necessidade, diante da falta de outros espaços e tempos urbanos.

A diferenciação interna dos moradores, por vezes, de um mesmo prédio, implicava na diferença de percepção: para uns, colocam-se as "questões das melhorias"; "queriam fazer do conjunto um lugar bonito, e os outros não estavam interessados em melhorias." Para estes, "já era uma melhoria o conjunto." A partir desses conflitos, concluem: "isto criava um atrito, valores da classe média, choque cultural terrível."

Les Pavillonnaires, analisando os grandes conjuntos habitacionais na França, caracteriza-os como espaço saturado, em princípio, por um projeto ou por um conjunto de funções pré-determinadas. Opõe-se, neste sentido, a idéia de que apresenta uma vida rica em relações sociais a partir da multiplicação das relações sociais pelas presenças recíprocas, baseadas na multiplicidade dos vizinhos e sua inevitável proximidade: a aproximação de outro é cultural, e ela se deve efetuar num espaço dotado de significações bem determinadas, borradas num projeto

que tende a previsão integral, cerceando sua própria elaboração pelo habitante⁽¹¹⁾.

As assistentes sociais posicionam-se a respeito:

"Todas nós somos contra conjuntos habitacionais grandes, porque a gente põe um monte de gente lá, que não tem nada a ver e obriga aquelas pessoas se relacionarem. Elas são obrigadas ... Você não pode fazer isto com as pessoas. Primeiro, elas não escolhem qual o lugar onde morar, não escolhem o apartamento, o andar. E ainda, a Cohab exige tanta coisa da pessoa ... Tem que ficar ali no apartamento, não pode sair ... para deixar parente morar lá precisa de autorização da Cohab ... Compra e vira prisioneiro. Até para parente precisa de autorização." Anotam: "são comuns as irregularidades."

E aí, contraditoriamente, preocupadas com as irregularidades, consideram corrigi-las um trabalho educativo:

"Ele está adquirindo um bem, ele tem que dar valor, ele trata esse bem, tem gente que vende a chave, passa a chave. Não existe o imóvel: é o lugar que ele passa para o outro."

Sabemos, como num resquício de uma versão muito nordestina das feiras - onde acontecem verdadeiros encontros, verdadeiras festas, onde muitos se expressam, onde se vende de tudo - as chaves dos apartamentos, em conjuntos de Guaianazes, são vendidas.

Para as assistentes sociais os grandes conjuntos não se

(11). Raymond (Henri) (Marie-Geneviève), Haumont (Nicole) (Antoine), L'habitat pavillonnaire, La politique pavillonnaire, Les pavillonnaires, Paris, Centre de Recherche d'Urbanisme, 1966.

integram nos bairros e há dificuldade de integração dos moradores entre si:

"É uma agressão, hoje até gostaria de saber se as pessoas estão integradas. Acho que estão, foram obrigadas, mas no começo ..."

O jornal Voz da Comunidade, órgão de comunicação da Comunidade Católica, de Itaquera I, em outubro de 1981, publica uma matéria sobre a questão da integração no conjunto:

"Neste mês fizemos uma pequena entrevista com uma de nossas Assistentes Sociais, Ana Lúcia, e através de seu ponto de vista, pudemos verificar que : - 'este Conjunto, dado as suas características, deve procurar uma forma que proporcione maior integração entre os moradores, tornando a vida aqui mais saudável. Em geral, as pessoas vieram dos mais diversos lugares, com perspectivas de vidas diferentes, é possível que nos primeiros tempos não seja fácil se ter uma integração, mas acredita-se que se os interesses e esforços forem se unindo o Conjunto alcançará uma integração satisfatória, melhorando ainda mais o nível de vida de cada morador'.

Diante disso, gostaríamos que você refletisse sobre a importância da integração, só nós moradores é que podemos concretizá-la.

Se cada um participar, visando o bem comum e começar a lutar pelos reais interesses dessa Comunidade, não mais veremos tantas ...órdias e tantos problemas ainda por resolver."

As assistentes sociais insistem:

"Acho muito difícil um jovem num conjunto habitacional, essa faixa dos 13 aos 16. É uma monstruosidade ... Eles querem ter as

coisas, não podem ter. Ficam aí sentados na porta do prédio." A nível de prédio, o problema é o do térreo; tudo acontece ao redor do térreo. "Se morar uma pessoa idosa, nervosa, ou que trabalha de noite, isto é muito frequente, isto é um problema, que a assistente social tinha que trabalhar. Trabalhar até a nível de orientar como fechar esse condomínio. Isto fizemos muito em Itapevi, com uma planta que a arquiteta nos deu, tem que ter uma área de preservação que não pode adentrar."

Por outro lado, reconhecem como outro problema "que acontece, as pessoas pegam e cercam e não permitem que ninguém adentre àquela área, e o que vai acontecer, uma briga com os demais, que também são donos daquela área ... e tudo em função do que, do barulho, eles se protegem, fechando. Vira um ponto de conflito."

Um dos problemas que anotam nos conjuntos é a falta de lazer:

"Daí uma grande problemática do conjunto que é a falta de lazer, em que o serviço social trabalhou durante muito tempo, essa problemática, que é a falta de lazer, fazendo reuniões nos condomínios para que eles fizessem as ruas de lazer e tudo mais, que eram projetos que até tinham sucesso."

As ruas de lazer também acabam por gerar conflitos até se consolidarem como tais. O Processo Interno nº 351/82 trata do encaminhamento de reclamação por parte de moradores, à diretoria da Cohab-SP, por causa de uma quadra de voleibol no fim de uma das ruas de Itaquera I:

"Nós já fomos à polícia, mas não podem fazer nada. Dizem que

há lei contra isso. No Centro Comunitário também podem fazer nada.

Então, que vamos fazer? Uma quadra de Volei no meio da rua, com rede, apitos, taças, gritarias, prejuízos com danos materiais ...

Porque nós já estamos a ponto de tomar providência por nossa conta, o que talvez seja muito drástica, aí temos que usar violência.

Existem aqui os que trabalham durante à noite e não têm condições de descansar de dia.

Estamos fazendo este apelo a esta conceituada diretoria, que comporta grandes advogados e engenheiros, que por favor tomem providências para acabar com isto."

Uma assistente social é convocada a resolver o impasse, reunindo jogadores e reclamantes, sendo que estes últimos acabam por admitir os jogos.

Desse incidente, que demonstra a intermediação da Cohab-SF em conflitos diários, noto, de passagem, a tentativa de capturação burocrática do que existe de espontâneo nas relações. Os jogadores de volei reunidos formaram uma associação denominada "Atlética Gaviões", imediatamente, a assistente social ciente de sua existência, completa o relato da reunião, com o seguinte informe:

"Informamos ainda, que estamos aguardando a documentação dessa nova Associação Atlética a fim de encaminharmos a esse Departamento para que seja enquadrada no 'rol' de grupos e entidades deste Conjunto."

Sobre a cidade como lugar de encontros, as assistentes sociais argumentam que eles ocorrem nos conjuntos, mas não tão espontaneamente:

"Agora, o que nós assistentes sociais gostaríamos de promover com nossa atuação dos condomínios, era esse tipo de coisa, tanto que a gente usava até a técnica, esse tipo de técnica em que eles trocassem serviços, que eles se ajudassem ... tudo neste sentido de transformar cada prédio numa comunidade ... porque fatalmente essas crianças crescerão juntas, muitas se transformam da mesma família, porque vão se casar futuramente, e quantas que não aconteceram isso. Então, é muito interessante o nosso trabalho também neste sentido, favorecer o relacionamento e as relações mais íntimas."

Elas acabam por falar também de solidão:

"As pessoas vêm procurar a gente não em busca de uma solução, para ter um ouvido."

O Processo Interno nº 263/82 resume um relatório das atividades sociais desenvolvidas nos conjuntos habitacionais da Cohab-SP, de 1979 a 1982:

"Além dos cursos realizados nos conjuntos habitacionais, envolvendo os seguintes tipos: arte culinária, crochê, pintura em tecido, Mobrai, ballet, ginástica, pintura em gesso, tapeçaria, flores, artesanato em couro, eletricista (SENAI), corte costura, etc. Lista-se o percentual de atendimento e orientação aos moradores: orientação à assinatura de contratos, à formação de condomínios, à assessoria a condôminos (reunião de condôminos com Assistente Social, reunião de síndicos com Departamento Jurídico, atendimento à síndicos e conselheiros, etc.) e atendimento

individual a moradores. Até cursos de orientação de mães sobre educação de filhos." Os valores relativos de atendimento em Itaquera I foram: a sindicatos e comissões - 50%; a moradores (atendimento individual) - 30 %; e a outros - 20%.

A proposta da atual administração da Cohab-SP é de autogestão nos conjuntos habitacionais, deslocando as assistentes sociais para a sede. Insatisfeitas, julgam sua experiência menosprezada, embora não sejam, necessariamente, favoráveis à sua presença nos conjuntos. Alguns moradores entrevistados sentem-se abandonados com sua ausência. Outros sempre lhes foram indiferentes. Aos movimentos sociais de Itaquera I contactados, sua interferência não aparece como forma de controle.

Contudo, os mecanismos administrados e controlados de permissões de uso, renováveis mediante avaliações da Cohab-SP, são uma evidência. (12)

A intervenção de políticos como mediadores na relação entre a Cohab-SP, outros organismos públicos e os moradores é bastante comum. Aparece, com freqüência, de forma clientelística, visando favorecimentos particulares e insistindo, às vezes, em regularizar situações consideradas irregulares pela Cohab-SP, como o cercamento de estacionamentos, instalados no sistema viário público e sua anexação aos condomínios. Vários são os

(12). A Sociedade Amigos do Conjunto Residencial de Guaianazes, do Conjunto Prestes Maia, em junho de 1989, encaminha um pedido de cessão de um terreno, a título de compra, para a Cohab-SP, destacando como justificativa:

"Salientamos ainda que ocupamos um equipamento da Cohab (Centro Comunitário) a 14 anos, e como pode se constatar através da Equipe Social sempre cumprimos com a finalidade as quais nos propomos fazer sempre no cumprimento dos regulamentos impostos pela Cohab e como os mesmos são restritos alguns eventos não podem ser realizados, pois os documentos, alvarás que só podem ser fornecidos à Cohab que é a dona do prédio em questão." (Processo Interno nº 304/86, Cohab-SP)

processos internos da Cohab-SP que a mencionam⁽¹³⁾.

Hamilton R. Ribeiro Siqueira, ex-presidente da Sociedade Amigos do C.H.P. José de Anchieta explica que a administração pública não atendia ao dirigente da entidade diretamente; era preciso uma ponte. Daí procurar-se um vereador para encaminhamento das reivindicações:

"Abaixo-assinado é jogada política, para sustentar a posição que o vereador vai levar. Sempre é assim."

O Processo Interno nº 323/82, da Cohab-SP, informa sobre um abaixo-assinado de moradores do C.H.P. Manoel da Nóbrega, encaminhado pelo senador Amaral Furlan ao presidente da Cohab-SP, nesses termos:

"Cumprimentando-o cordialmente, venho encaminhar o abaixo-assinado em anexo, o qual solicita a doação de uma área de aproximadamente 800 m², na Cohab Padre Manuel da Nóbrega, Conjunto Habitacional Itaquera I, para a construção de uma Igreja Evangélica, pois a mesma tem realizado seus trabalhos em salões alugados.

Esclareço tratar-se de um pedido especial, no qual solicito de Vossa Senhoria o máximo empenho no atendimento."

Um outro exemplo casual, além das inúmeras intermediações para fechamento dos estacionamentos, feitas em nome de prédios e moradores particulares, é a solicitação para sanar o problema de erosão no prédio no 184, da rua Pde. Miguel de Campos, em

(13). Entre os políticos citados, que intercederam em Itaquera I, estão: o senador Amaral Furlan (Processos Internos nºs 775/81, 924/81, 267/82, 323/82, 348/82, Cohab-SP); o deputado estadual Archimedes Lammoglia (Processo Interno nº 679/82); os deputados Jorge Paulo e Nodeci Moqueira (Processos Internos nºs 5/82, 680/82); os vereadores Euripedes Sales (Processos Internos nºs 271/82, 417/82, 418/82); o vereador João Aparecido de Paula (Processos Internos nºs 596/80, 16/82, 215/82, 357/82, 562/82, 563/82, 564/82, 567/82, 667/82, 899/82, 913/82) e outros processos e políticos não enumerados.

Itaquera I, formulada pelo vereador João Aparecido de Paula (Processo Interno nº 899/82, Cohab-SP). Essa forma de mediação se repete insistentemente.

O representado não se afirma, não cria identidade, mas se perde no representante. A relação se mantém no nível infra-político. O representante reproduzido desse modo não corrobora com a organização da população, mas participa de um processo de atomização, isolamento, tentativa de constituição de privilégios, que é próprio dos conjuntos, onde a transparência desses políticos é maior.

Além disso, torna-se característica, também, a correspondência entre moradores e a Cohab-SP, parte dela contendo queixas pessoais e denúncias mútuas entre moradores. São síndicos ou outros moradores denunciando irregularidades: de seus vizinhos, como o aluguel dos apartamentos, reformas não autorizadas; reclamações pelo não pagamento de condomínio e de reformas realizadas, ou não observação das normas de condomínio; divergências entre síndicos e comissões de prédios com os respectivos moradores, etc.

Existe, também, um tipo de correspondência, cujo teor é de aconselhamento e de pedido de ajuda como: pedidos de permuta de apartamento por casa; vistorias técnicas a propósito de vazamentos, divisas de condomínio, etc.; abaixo-assinados reivindicando melhorias como a sinalização e pavimentação de ruas, a construção de play ground, muros de arrimo, acabamento e grades de proteção nos prédios, solicitação para cercar os estacionamentos e outros. Há, evidentemente, reivindicações promovidas pelas entidades e grupos dos conjuntos, desde a

solicitação de sedes até a instalação de serviços e equipamentos urbanos nos conjuntos, denúncias quanto às prestações, etc..

O Processo Interno nº 304/86, sobre a solicitação de áreas para fins religiosos nos conjuntos habitacionais da Cohab-SP, aberto em 22 de outubro de 1986, enumera 72 pedidos de doação ou, especialmente, cessão para venda, prevalecendo, de forma maciça, os encaminhamentos de seitas evangélicas pentecostais. Desse total, datado de fins de 1986 a início de 1991, 27,78% foram dirigidos à Cidade Tiradentes, e apenas 2,78% a Itaquera I. Algumas das solicitações foram encaminhadas por políticos, como a mencionada anteriormente.

Trata-se de áreas remanescentes ou disponíveis, com usos previstos ou não em projetos, que atraem tantos pedidos. A Cohab-SP na maioria dos casos, sugere que as cessões a título precário e gratuito sejam sempre precedidas de autorização da diretoria, e a venda de terrenos antecedida de licitação pública específica. São poucos os pedidos bem sucedidos.

A existência de maior número de solicitações de cessão de terrenos em Cidade Tiradentes, do que em Itaquera I, a meu ver, não só reflete maior quantidade de áreas disponíveis, no primeiro caso, mas o sofrimento de condições urbanas mais precárias, a violência incontrolada de um espaço urbano empobrecido e distante, que abriga milhares de pessoas. Não há cotidiano plenamente configurado em Tiradentes. Há sobrevivência "sem os recursos que permite viver". A alternativa de não pagar o aluguel afastou seus moradores da cidade. É uma vida miserável, no "fim do mundo", num "lugar esquecido por Deus", cuja única esperança é com o tempo melhorar, como chegam a dizer.

Exemplifico com os termos da carta de um dos religiosos:

"... Somente declaramos a companhia que este terreno, que estamos lutando para adquirir é para uma Igreja que a quatro anos, Deus vem me Revelando. Deus tem me exortado e falado que precisa de mim na Cohab para a libertação de almas carentes submergidas no pecado, crimes e roubos e latrocínio, sem esperança de Salvação, almas enganadas por satanaz, este espírito imundo que vem causando destruição nos lares, manifestó no meio da Sociedade, para envergonhar o homem de bem, destruindo e confundindo o homem de pouca fé, que por suas lutas e tribulações não sabe mais que rumo tomar ou até mesmo para onde vão.

Dr. Ricardo eu sou Jovem Missionário Pentecostal, que infelizmente ainda tenho que trabalhar fora para manter a mim e as coisas de Deus ganho muito pouco, pois trabalho como Vigilante Bancário, e o meu ordenado bruto é 2.750,00 cruzados, moro em um apto da cohab médio, cuja a prestação ainda não sei quanto vou pagar e por esta razão de ganhar pouco, que o terreno por mim solicitado terá que ser pequeno cuja a prestação pelo meu ordenado eu possa pagar, creio também que a cohab pôde me indicar, um outro terreno em locais e pontos diferentes, calso este esteja comprometido, o importante para mim, é poder adquirir o mesmo aqui na cidade tiradentes, para que eu possa fazer a vontade de Deus, em prosseguimento ao amor de Jesus Cristo."

(Processo Interno nº 304/86, Cohab-SF)

Esse processo de solicitação de áreas disponíveis expõe que as mesmas são vazios, com usos previstos não realizados, como aquele referente a áreas verdes, ou, particularmente, guardam a intenção de futuros adensamentos.

A previsão dos espaços e seus usos nos conjuntos habitacionais, a prescrição dos lugares, embora determinada, com precisão geométrica, não se constitui integralmente. A existência de prédios inacabados, casas e apartamentos prontos e não comercializados, especialmente, de meados dos anos 80 para cá, implicam no drama dos casos de invasão e de reintegração de posse, nos conjuntos habitacionais da Cohab-SP. Já foram mencionadas as fotos dos prédios inacabados, em Itaquera I, sujeitos a ocupações sucessivas⁽¹⁴⁾.

As solicitações são encaminhadas de forma burocrática, distribuídas aos departamentos competentes, sujeitas a procedimentos e respostas padronizadas e a intermediação de assistentes sociais. Normalmente o solicitador recebe ofício informando o encaminhamento dado a seu pedido. Nos casos de denúncias de irregularidades nos apartamentos existe um Termo de Sindicância em Imóvel. O funcionário da administração convocado vistoria o imóvel e o preenche, constatando se o imóvel está fechado, abandonado com ou sem móveis -, alugado, cedido ou invadido, e definindo o tempo da irregularidade. A partir daí, indicam-se os procedimentos jurídicos compatíveis.

Quando mencionei, ao Grupo de Mulheres da Cohab I, o tratamento determinado pela Cohab-SP aos pedidos da população, uma delas, indignada com o tratamento impessoal dado pelo presidente da Cohab-SP, diz:

(14). Exemplos de Processos Internos da Cohab-SP a respeito: ngs 3/85, 21/85, 22/85, 29/85, 11/89, 36/89, 57/90, 94/90, 177/90, 206/90 e outros.

" é como ela falou, o presidente, o que é que ele faz quando as coisas vão contra ele, só assina."

O tempo, o ritmo da burocracia e o dos problemas reais: o teatro, o ritual, os organismos e seções montando respostas técnicas, intervenções; e a vida, conflituosa, real, apressada, vivida fora dos órgãos.

Conto isso em função das correspondências da Cohab-SP com os mutuários, marcadas pela linguagem burocrática, pelo distanciamento, pelo aparente racionalismo, que envolve os mutuários numa teia de papéis e personagens, dramatizando cenas, mas não eficientes.

"O grande jogo tira da ambigüidade efeitos de proximidade-distância, cujo conflito jamais expresso se resolve na identificação, aquela que aliena (exterioriza, coloca fora de si) completamente o membro da sociedade civil, o cidadão."(15)

O desfile não é só de organismos, departamentos, mas de pessoas, de políticos, assistentes sociais, que interferem mais individualmente no processo. E ainda, em determinado período, a personalidade carismática do presidente da Cohab-SP.

As mediações políticas se burocratizam, institucionalizam. Não há vida nesses papéis, a não ser fora deles. Eles mistificam a ausência de respostas reais. Observo, na análise dessa correspondência, que há pouco de conclusivo, preservam-se as pendências, apesar da reviravolta formal.

Um dos casos de solicitação de permuta de apartamento por casa pode servir como exemplo:

(15). op. cit. nota 15, Introdução, p. 284.

"Ao presidente José Celestino Bourroul

Comprimntando-o mui cordialmente tem esta finalidade de solicitar a troca de um apartamento, tendo em vista eu ter dois filhos tornando pequeno demais o apartamento que me foi entregue.

Fiz o pedido da troca o ano passado, sendo aprovado de imediato, e durante este tempo todo estou aguardando sem nenhuma solução.

Espero que Vsa. entenda meu problema pois esta se tornando impossível a convivencia de duas crianças em um pequeno quarto junto com adultos, pois ao mesmo tempo afeta problemas de saúde nas mesmas devido a falta de espaço.

Espero sua valiosa e especial atenção no sentido de possibilitar a troca de meu apartamento, pois quem lhe esta pedindo é um pai que ama sua família e quer dar algo melhor para eles ..."(setembro, 1982)

Da parte do expediente do gabinete da presidência, pede-se urgência em descobrir o processo. Insiste-se em encaminhá-lo ao departamento de Comercialização, que, por sua vez, remeteria às assistentes sociais. Finalmente, foi dirigido ao departamento de Comercialização e ao departamento Jurídico.

Concluindo, o Gabinete da Presidência informa:

"Em devolução informando que o Sr. Aurindo ... requereu a permuta por uma casa em 11.08.81 cujo pedido foi analisado pelo Depto. Jurídico e equipe social com pareceres favoráveis para aguardar na fila de espera, sendo atualmente o 67º da fila.

Assim encaminhamos o impresso de orientação para o mutuário procurar permuta com algum morador do conjunto que disponha de uma casa."

O presidente da Cohab assina resposta ao senhor Aurindo, de Itaquera II, nesses termos:

" Entretanto, a Cohab-SP não dispõe de unidades vagas para atender à solicitação feita, porquanto é muito reduzido o nº de imóveis reintegrados ao patrimônio da Cohab-SP, sendo múltiplos os pedidos de transferência.

Face ao exposto, a Cohab-SP, com o intuito de viabilizar tais atendimentos, autoriza a permuta de imóveis entre adquirentes, quando os motivos invocados, como no caso presente, são ponderáveis.

Nessa conformidade, Vossa Senhoria deverá procurar outro adquirente, que esteja igualmente interessado na troca de sua unidade habitacional e que possa interessar-se pelo seu imóvel.

Esperando que Vossa Senhoria tenha êxito na identificação de outro promitente comprador ... "(Processo Interno nº 676/82, Cohab-SP)

Há expedientes para transferir o problema, e não aparece, neste momento, qualquer reflexão sobre o significado dessa habitação para os moradores, no caso, sobre a necessidade manifesta de transferência de apartamento por casa.

A atual administração da Cohab-SP admite a existência possível de clientelismo e sugere repasse da administração de certas áreas dos conjuntos habitacionais a demais órgãos da prefeitura, para evitar a projeção da responsabilidade e do controle somente à Cohab-SP.

O fato é que morar nos conjuntos habitacionais amplia o corpo de mediações de toda ordem, subordinando o vivido.

De certo modo, refaz-se a possibilidade de relações de dependência pessoal, de dominação pessoal, contrariando o caminho da emancipação da pessoa do trabalhador.(16)

(16). Sobre a emancipação da pessoa do trabalhador, tratando do trabalhador migrante temporário, José de Souza Martins escreve que equivale à entrada "num circuito de relações sociais mediadas pelo dinheiro, que rompem, ou, ao menos, comprometem a dependência pessoal", anteriormente vivenciada. IN: Travessia - Revista do Migrante, São Paulo, Centro de Estudos Migratórios - CEM - maio-agosto de 1988, ano 1, nº 1.

O MORADOR: O PERFIL, AS SATISFAÇÕES E AS OPINIÕES

O Anexo I e a tabela 5, que resumem os dados parciais de cada setor de projeto de Itaquera I, reúnem as informações referentes à qualificação dos mutuários e de sua moradia anterior e atual. Constam do arquivo da Cohab-SP, sobre cada unidade habitacional. A pesquisa desse arquivo se deu segundo uma amostra sistemática, com intervalo igual a 100. De um universo de 12.260 unidades, foram pesquisados os fichários relativos a 118 delas. A coleta exigiu um esforço adicional, já que os dados estão dispersos em mais de um documento, constantes do referido fichário. As informações apresentam-se irregulares, especialmente, quanto à residência anterior, o que aumenta a imprecisão, contida já na amostra por si mesma.

Qual a importância de condensar o tratamento desse tema, neste momento do trabalho?

São dados básicos, que fazem parte do acervo da Cohab-SP. Resumem a história oficial de cada uma das unidades habitacionais, necessariamente, não coincidente com a história real, já que os casos de transferências não oficializadas, cessões, aluguéis são muito comuns. Mas, com todos os limites, definem um perfil do morador, fornecendo alguns elementos de seu percurso até chegar a Itaquera I: seu local de nascimento, seu tempo de residência em São Paulo, seu local de moradia anterior, sua idade e condição familiar.

Através desse percurso sabemos que foi deslocado de outros bairros já consolidados, embora muitos periféricos. Vindos, a maioria, de cidades do interior do Nordeste, São Paulo e Minas Gerais, levaram mais de 10 anos, em São Paulo, para se tornarem, finalmente, proprietários. Proprietários de habitações, que sugerem uma realidade nova, antes não vivenciada. Frente ao que aparece, morarão em apartamentos ao invés de casas, nas quais moraram anteriormente, quer em São Paulo, quer, muito provavelmente, nessas pequenas cidades, de onde, grande parte, se originou.

Já vimos que é expressivo o número de pedidos de permuta de apartamento por casa. Podemos prever que não têm uma imagem apenas funcional, e exatamente moderna, de sua casa. Com família já constituída, buscam a seguridade da casa própria. Jovens, tenderão a ampliar suas famílias e necessitarão adaptar-se a um espaço, por consenso, reduzido. A diferenciação da experiência profissional, da vivência citadina, contrapor-se-à a necessidade de adequar-se a normas comuns, a convenções de condomínios, a administração conjunta de recursos e espaços reduzidos, a proteções instituídas, etc. Até onde isto significa um processo de homogeneização, ainda, precisamos desvendar. Mas, o anexo e a tabela já expressam a existência da questão da adaptação.

Proprietários originais ou novos (transferidos) são trabalhadores pobres. Se as transferências, não oficiais, num conjunto consolidado como Itaquera I, mais próximo do centro, trazem moradores mais enriquecidos, os dados não revelam. As transferências, e as revendas - quando o imóvel é repassado à Cohab-SP (distratos e rescisões) - são baseadas na fila de espera

da Cohab-SP, que mantém um perfil social de corte mais popular. Mais de uma entrevista, com autoridades, sugerem que a renda familiar não está, claramente, expressa nos dados declarados. Poucos apresentam outro membro da família para compor a renda exigida, como demonstram os dados. Por outro lado, as entrevistas realizadas, com moradores, não confirmam essa versão; a de esconderem a renda obtida.

Resumindo, os dados oficiais sinalizam para a vulnerabilidade da acomodação, dos moradores de Itaquera I, a uma forma nova de vida.

Como um parêntese, segue um roteiro analítico e pontual dos dados do Anexo I e da Tabela 5.

A renda familiar, com raras exceções, excede a 5 salários mínimos ou está aquém de 3 salários mínimos. A média é de 4.14 s.m., não variando muito entre os setores de projeto.

Com relação às transferências oficializadas pela Cohab-SP, há casos mais irregulares, de menos de 3 s.m., bem como até mais de 7 s.m.. Os valores maiores equivalendo, especialmente, aos contratos mais recentes.

As datas de contratos para o primeiro mutuário vão de 1978 a 1982. Para os transferidos, as datas variam entre 1983 e 1990, concentrando-se a partir de 1985.

- As prestações, ou melhor, a primeira prestação, incide sobre a renda apresentada pelos mutuários em média 18,68%, sendo maior em Itaquera I-A (20,80%), diminuindo em Itaquera I-B (15,75%), e voltando a aumentar em Itaquera I-C (19,50%), tendência que a deterioração dos salários, no período de sua comercialização, e o aumento do valor do imóvel já indicavam. Na verdade, o peso da

prestação na renda familiar não confirma expectativas formuladas para o período. Daí concluir-se que outros conjuntos, comercializados depois, poderiam apontá-las. (17)

A inadimplência, hoje, atinge níveis elevados. Em 1990, 23.598 moradores de conjuntos habitacionais da Cohab-SP, ou 24,2% da população de mutuários, compreendiam os que tinham 7 ou mais meses de atraso nas prestações. Somam-se a eles 18.186 mutuários, ou 18,7% do total, com 4 a 6 prestações atrasadas.

- A maioria dos mutuários adquire sua moradia à base de uma única fonte de renda. O que equivale a dizer que, se outros membros da família trabalham, seus ganhos não estão sendo computados.

(17). Eis os dados referentes a revenda de apartamentos, em dezembro de 1991. Segundo informações oficiais, a maioria dos apartamentos não tem seus preços reavaliados, e tendem a ser reavaliados, como no caso de Itaquera II/III. A renda exigida é maior, especialmente, em apartamentos com os valores corrigidos. E, em todos os casos, inclusive no do embrião, a incidência da prestação na renda exigida aumentou, face à situação dos mutuários originais de Itaquera I. São dados coletados na Gerência de Inscrição e Seleção, da Cohab-SP.

CONJUNTO	TIPO	VALOR DO IMÓVEL (UPF's)	RENDA FAMILIAR EXIGIDA (em s.m.)	INCIDÊNCIA DA PRESTAÇÃO NA RENDA (%)
CARAPICUIBA	Ap. pequeno	850	3,48	24,17
	Ap. médio	1.014	4,20	25,64
	Ap. grande	1.221	5,18	26,75
ITAQUERA I	Ap. grande	1.321	5,66	27,36
	Ap. médio	1.151	4,83	26,38
ITAQUERA II/III	Ap. pequeno	1.239,98	5,27	26,89
	Ap. grande	1.233	5,02	26,87
ELISIO T. LEITE FERREIRO DIAS JD. SAPOEMBA	Ap. grande	1.233	5,02	26,87
	Ap. médio	1.069	4,45	25,92
ITAPEVI	Ap. médio	992	4,07	25,53
	Ap. grande	1.155	4,84	26,42
	Embrião	628	2,60	20,47
JD. SÃO PAULO	Embrião	654	2,69	20,95
	Ap. grande	1.170	4,92	26,53

prestação na renda familiar não confirma expectativas formuladas para o período. Daí concluir-se que outros conjuntos, comercializados depois, poderiam apontá-las. (17)

A inadimplência, hoje, atinge níveis elevados. Em 1990, 23.598 moradores de conjuntos habitacionais da Cohab-SP, ou 24,2% da população de mutuários, compreendiam os que tinham 7 ou mais meses de atraso nas prestações. Somam-se a eles 18.186 mutuários, ou 18,7% do total, com 4 a 6 prestações atrasadas.

- A maioria dos mutuários adquire sua moradia à base de uma única fonte de renda. O que equivale a dizer que, se outros membros da família trabalham, seus ganhos não estão sendo computados.

(17). Eis os dados referentes a revenda de apartamentos, em dezembro de 1991. Segundo informações oficiais, a maioria dos apartamentos não tem seus preços reavaliados, e tendem a ser reavaliados, como no caso de Itaquera II/III. A renda exigida é maior, especialmente, em apartamentos com os valores corrigidos. E, em todos os casos, inclusive no do embriço, a incidência da prestação na renda exigida aumentou, face à situação dos mutuários originais de Itaquera I. São dados coletados na Gerência de Inscrição e Seleção, da Cohab-SP.

CONJUNTO	TIPO	VALOR DO IMÓVEL (UPF's)	RENDA FAMILIAR EXIGIDA (em s.m.)	INCIDENCIA DA PRESTAÇÃO NA RENDA (%)
CARAPICUIBA	Ap. pequeno	850	3,48	24,17
	Ap. médio	1.014	4,20	25,64
	Ap. grande	1.221	5,18	26,75
ITAQUERA I	Ap. grande	1.321	5,66	27,36
	Ap. médio	1.151	4,83	26,38
ITAQUERA II/III	Ap. pequeno	1.239,98	5,27	26,89
	Ap. grande	1.233	5,02	26,87
ELISIO T. LEITE ; FERNÃO DIAS JD. SAPOEMBA	Ap. grande	1.233	5,02	26,87
	Ap. médio	1.069	4,45	25,92
ITÁPEVI	Ap. médio	992	4,07	25,53
	Ap. grande	1.155	4,84	26,42
	Embriço	628	2,60	20,47
JD. SÃO PAULO	Embriço	654	2,69	20,95
	Ap. grande	1.170	4,92	26,53

A data de comercialização determina o aumento do valor do imóvel, como se observa de Itaquera I-A, comercializado basicamente em 1979, a I-C, datado de fins de 1982. Sabemos que esse valor vem progressivamente aumentando nos anos 80. O valor médio dos imóveis em Itaquera I é de 576 UFCs. As diferenças de comercialização em Itaquera I não refletiram, marcadamente, diferenças na incidência da primeira prestação sobre a renda declarada.

Sobre as profissões dos mutuários, elas variam enormemente, embora tenda a prevalecer o trabalhador de indústrias, o

.continua ...

CID.TIRADENTES	Ap.grande	1.165	4,91	26,49
	Ap.médio	1.002	4,13	25,54
	Ap.pequeno	817	3,38	23,58
	Casa	840	3,47	23,99
	Embrião	729	2,97	22,13
PRES.JUSCELINO	Embrião	659	2,70	20,99
	Ap.médio	1.001	4,11	25,59
	Ap.grande	1.170	4,92	26,53
CASTRO ALVES	Embrião	675	2,78	21,25
	Ap.médio	1.160	4,90	26,45
	Ap.pequeno	970	3,98	25,44
TEOTONIO VILELA	Embrião	843,25	3,47	24,07
ADVENTISTA I/II	Ap.médio	1.560	7,12	29,34
JD.EDUCANDARIO	Ap.médio	1.430,35	6,30	27,94
INACIO MONTEIRO	Ap.médio	1.279	5,45	27,10
CINTRA GORDINHO	Ap.médio	1.466	6,51	28,14
PARQUE FERNANDA	Ap.médio	1.436	6,32	27,98

TABELA 5 - COHAB SÃO PAULO
 QUALIFICAÇÃO DOS MUTUARIOS E DAS UNIDADES HABITACIONAIS EM ITAQUERA I
 Amostra sistemática com intervalo igual a 100
 Itaquera I por setor de projeto

	NÚMERO DE MUT.	RENDA FAMILIAR		PROFISSÃO	LOCAL DE NASCIMENTO	TEMPO DE RESID. EM SP (anos)	IDADE	ESTADO CIVIL
		CR\$ OU CZ\$						
		MUT.1	MUT.2					
IT1A	21	7.211	2.664,00	4,46		19	41	41% cas.
IT1B	71	16.333	8.415,85	4,15		19	38	89% cas.
IT1C	26	59.423	25.199,50	3,81		17	36	69% cas.
MEDIA TOTAL	118			4,14		18	38	

	FAMILIA		RESID. ANTERIOR	INSCRIÇÃO		SITUAÇÃO DA HABITAÇÃO ANTERIOR				SITUAÇÃO JURÍDICA	MAT. DE CONSTR.	
	MUN. DE PESSOAS	MUN. DE FILHOS		DATA	ENCAM. POR	TIPO DE OCUPAÇÃO	SANIT. INTERNO	ÁGUA	ESGOTO			LUZ
IT1A	4	2		48%1977		100%casa	76%sim	86%sim	86%sim	86%sim	76%alug.	81%alven.
IT1B	4	2		74%1978		81%casa	69%sim	97%sim	93%sim	100%sim	87%alug.	100%alven.
IT1C	4	2		65%1980		s/dados	s/dados	s/dados	s/dados	s/dados	s/dados	s/dados
MEDIA	4	2										

DADOS DA HABITAÇÃO ATUAL

	VALOR DO IMÓVEL		DATA DO CONTRATO	1ª PRESTAÇÃO		2ª PREST. RENDA MUT.	TIPO DA UNIDADE	ÁREA TOTAL	ÁREA ÚTIL	SITUAÇÃO DA UNIDADE		
	CR\$	UPCs		CR\$	DATA					SIT.	DATA	MOTIVO
IT1A	159.498	465	67% 1979	1.533	67%1979	20,80				57%quit.	vários	vários
IT1B	380.396	536	55% 1980	2.878	55%1980	15,75				28%quit.	vários	vários
IT1C	1.437.200	721	100% 1982	12.079	96%1982	19,50				34%trans.	vários	vários
MEDIA		574				18,68						

DADOS SOCIAIS DO NOVO PROPRIETÁRIO

	LOCAL DE NASCIMENTO	RESID. ANTERIOR	SIT. HAB. ANTERIOR		PROFISS.	REND. FAM. CR\$/CZ\$	DATA INFORM.	SITUAÇÃO DA UNIDADE		
			TIPO	SIT. JUR.				SIT.	DATA	MOTIVO
IT1A	São 3 em 21 casos, e são dados muito variados									
IT1B	São 9 em 71 casos, e são dados muito variados									
IT1C	São 10 em 26 casos, e são dados muito variados									

operário. dentre as indústrias, aparece, especialmente, a metalúrgia. O mercado informal de trabalho é pouco representado.

No que se refere ao local de nascimento, a maioria é de municípios do interior do Nordeste (37,28%). O interior de São Paulo é expressivamente representado (27,97%). Destacam-se, também, os mineiros, com 11,02% do total.

- Prevalecem tempos de residência em São Paulo, capital ou Região Metropolitana, acima de 10 anos; exatamente, 18 anos em média. A variação entre os setores de projeto é pequena.

A grande maioria dos mutuários é casada, e boa parte tem mais de um filho. Sua idade varia em torno da média de 38 anos.

- Quanto à residência anterior, a maioria vem dos mais diferentes bairros da capital, normalmente, de bairros periféricos, inclusive muitos da própria Zona Leste (30,5%); mas inúmeros dentre os bairros arrolados estão mais próximos, que o conjunto, do centro da cidade. Seguem-se representados aqueles da Zona Sudeste (13,6%) e da Zona Norte (12,7%).

A amostra, no entanto, fica prejudicada, pois 22% não foram identificados.

A data da inscrição varia, mas não excede os anos 70 e início de 80, equivalendo em média a 2 anos de espera (54,3% dos contratos são assinados até 2 anos da data de inscrição). Há casos de espera mais prolongada (44%), como também de até um ano (8,5%). Normalmente, são os amigos os informantes, sobre a necessidade de inscrição.

A maioria vêm de casas alugadas, de alvenaria, com saneamento básico à disposição. Embora pudessem ser modestas, não sobressaem nem o cortiço, nem a favela. Apesar disso, o dado é profundamente

impreciso. A ficha de indicadores sociais do mutuário foi irregularmente ou sequer preenchida. Há casos de casas cedidas, particularmente, por familiares. Os endereços sugerem que ínfimos são os moradores de apartamentos. Sei, baseada em entrevistas, da existência de favelados e encortiçados em Itaquera I. Insinuando-se, inclusive, preconceito face a essa presença.

- O tamanho dos imóveis e seu tipo em Itaquera I apresentam-se da seguinte forma: a casa é sempre, originalmente, de 35 m² de área útil, com 130 m² de área total; o tamanho dos apartamentos varia do menor que é de 34,68 m² de área útil e 39,77 m² de área total, àquele, maior, com, respectivamente, 51,59 m² e 58,29 m². Na verdade, existem três tipos de apartamentos - grande, médio, pequeno -, cujas áreas, no interior desses tipos, sofrem pequenas variações. A tabela 4 oferece dados precisos a respeito das quantidades correspondentes.

- Existem muitos casos de quitação da dívida, especialmente, datados de abril de 1991 em diante, quando se liberou o fundo de garantia e os cruzeiros bloqueados pelo Banco Central, para saldar a dívida.

- Sobre as ^{TRANSFERÊNCIAS} transparências, o perfil do novo mutuário, ao contrário, das expectativas, é de um mutuário com menores ou iguais recursos que o primeiro mutuário. Digo, à revelia das expectativas, pois se costuma, no caso de Itaquera I, um conjunto já consolidado, que o Metrô e grandes avenidas aproximam do centro da cidade, falar da classe média chegando no conjunto, inclusive, dado seu empobrecimento. No entanto, trata-se de informações sobre transferências oficializadas, de acordo com os regulamentos da Cohab-SP.

O perfil das profissões e da renda dos que conseguiram a moradia por transferência, não diverge, substancialmente, do primeiro mutuário.

Poucos, infelizmente, definem o motivo da transferência. Quando o fazem, aparecem, particularmente, justificativas como inadaptação ao conjunto e mudança de cidade.

Contudo, são poucos os casos de transferências oficializadas pela Cohab-SP, o que significa, excetuando-se as irregularidades, que a maioria dos mutuários originais permanece no conjunto.

Pesquisas de atitudes e opinião de mutuários, bem como sobre níveis de satisfação nos conjuntos habitacionais, já apontadas no primeiro capítulo como previstas no interior de programas de desenvolvimento comunitário, indicaram dificuldades de convivência e adaptação em grandes conjuntos habitacionais, num momento em que eles apenas se esboçavam. Seus resultados jamais inibiram a continuidade, ou reconfiguraram, decisivamente, os projetos.

Caio Fábio Attadia Motta, no trabalho "Nível de satisfação em conjuntos habitacionais da Grande São Paulo", a partir da análise de 4 conjuntos habitacionais, de diferentes tamanhos, o maior deles, o de Carapicuíba, baseia-se num rol de questões formuladas aos seus moradores, em amostragem significativa, segundo métodos de análise similares aos existentes em outros países. Dizem respeito à exigência de habitabilidade fisiológicas, psicológicas, sociológicas - e à exigência de durabilidade e de custos - econômicas -.

Quanto a exigências de habitabilidade psicossociológica, o autor remete, entre outros elementos, a números ideais de pessoas

por m², concluindo a respeito de Carapicuíba, que 75% das famílias, à época, viviam condições de conforto crítico quando o equilíbrio individual e familiar não está assegurado - : 34,1% dos moradores viviam em menos de 8 m² por pessoa, e 40,9% em 8 a 12 m² por pessoa. O aumento da família, com a maioria de jovens casais, tendia a ampliar o problema.

Sobre a privacidade, os que se queixaram de ruídos desagradáveis, perturbadores, referentes aos vizinhos e ao prédio, somaram 84,1%. Em Carapicuíba, avaliou-se que as relativamente tumultuadas relações de vizinhança influíam no grau de insatisfação e podiam estar associadas à própria composição arquitetônica do conjunto. São revelados, também, problemas relativos à qualidade do apartamento e, dentre os pesquisados de Carapicuíba, 54,5% preferiam casas a apartamentos.

Concluiu, enfim, que em todos os conjuntos pelo menos 50% dos moradores pretendiam mudar, a depender da evolução da situação econômica. Todos os conjuntos pareciam mais ser apêndices da cidade, não se constatando uma verdadeira integração à cidade. Após insistir na necessidade de instalação, nos mesmos, de infra-estrutura e equipamentos coletivos em geral, finalizava afirmando que devem ser evitadas experiências como a de Carapicuíba.(18)

A Pesquisa social sobre atitudes e opiniões dos moradores dos conjuntos habitacionais da Cohab-SP, realizada pelo Departamento Comunitário da Companhia, com coleta de campo datada de fins de 1977, procurou conhecer as atitudes e opiniões,

(18). Motta, Caio Fábio Attadia, Nível de satisfação em conjuntos habitacionais da Grande São Paulo, São Paulo, IPT, publicação nº 1.061, 1975.

referentes à satisfação com a unidade habitacional (aspecto físico), com os equipamentos comunitários, com os cursos profissionalizantes, e à respeito das atitudes associativas. Reproduziram-se as insatisfações manifestas no trabalho anterior, quanto a dimensões da casa, qualidade do material e acabamento, localização dos conjuntos, ausência de equipamentos comunitários, etc. Em Carapicuíba, voltou a ser significativo, como um dos aspectos que mais desagradava aos moradores, o ambiente barulhento e a dificuldade de relacionamento.

A resolução apresentada para os problemas apontados chega a ter cunho normativo, interferindo nas formas de apropriação da casa pelo seu morador:

"A nível corretivo, ou seja, para os casos de alta densidade de domicílios ocupados, acreditamos que uma campanha de esclarecimento do mutuário para a conservação do imóvel, sugestão de decoração, como por exemplo beliches, armários funcionais, etc., possam minimizar os efeitos do uso deficitário do ambiente. Além disso, se puder oferecer a alternativa apartamentos apenas para famílias mais idosas, eliminar-se-ia o problema de barulho de crianças, ausência de locais de lazer para brincar, etc., nos condomínios, e unidades unifamiliares tipo casas térreas ou sobrados, que oferecem melhores condições para essa população, que de origem provinciana, geralmente aspira essa alternativa, desejosa de quintal, horta, etc."(p.64/65)

Mas aparecem, entre as conclusões, sugestões de outro caráter:

" Não esquecendo-se que conforto, valores e significados quanto à habitação, são conceitos carregados de subjetividade e que por isso, devem ser conhecidos como se expressam para os usuários das moradias e não para os planejadores apenas."(p.66)

E, também, definem-se pela implantação de conjuntos de médio e pequeno porte, mais próximos das regiões melhor equipadas. (Processo Interno nº 794/82, Cohab-SP)

Em pesquisa com orientação similar, baseada em questões pontuais e de caráter analítico, isto é, satisfazendo-se com "a análise mortal efetuada pela prática contemporânea sobre o urbano", Raymond Ledrut, debruçando-se sobre os conjuntos habitacionais de Toulouse, na França, não evita ao final do estudo, segundo suas palavras, extrair conclusões práticas. Renega as críticas apaixonadas aos grandes conjuntos, que os definem como prejudiciais, tanto para o indivíduo como para o grupo.

Os conjuntos de Toulouse não confirmaram essa nocividade. Não é, portanto, a esse tipo de habitação que deve se imputar o erro, mas ao fato do grande conjunto ser mal edificado. A falta deve ser atribuída às normas de construção impostas:

"As insuficiências arquitetônicas desempenham um papel desdenhável na insatisfação e nas dificuldades da vida social. A falta de equipamento dos grandes conjuntos já foi denunciada muitas vezes, e essa carência - por demais conhecida não se ignora na atualidade ...

É absurdo atacar a esta 'máquina de habitar' (Le Corbusier), como outrora era absurdo combater a outras máquinas. A maioria das insuficiências que podemos comprovar se deve a defeitos de

ordenamento dos núcleos habitacionais modernos, e não à concentração nos grandes conjuntos."

Já que rompem com as antigas formas de equilíbrio da vida moderna, Raymond Ledrut considera, então, a necessidade de uma política de ordenamento urbano, como indispensável para integrar o grande conjunto à cidade⁽¹⁹⁾.

A análise por mim realizada até aqui nega essa interpretação e insiste, especialmente, no exercício de um "controle moral, social e político dos lugares de encontro", sobre o que pode significar essa produção do espaço, num país como o nosso, no momento em que se teimou em construção de grandes conjuntos. E, insiste, ainda, na redução do urbano a uma projeção aritmética das necessidades básicas de sobrevivência.

Os projetos analisados basearam-se em um entendimento, como dizem, da família cohabense, de suas características, contudo, no que respeita a seus indícios mais elementares e passíveis de tradução em fórmulas quantitativas: a quantidade de filhos, a idade do casal, etc. Preterindo-se outros elementos que sugeririam a diferença na vida privada, que pode significar esse tipo de habitat.

É absurdo imaginar essa consideração, quando um conhecimento permeado pela racionalidade técnica e tecnocrática, que exalta e introduz formas de produção estandardizadas, massificadas, padronizadas, aparece como um fato, como uma solução natural, num determinado período. Especialmente quando as cidades crescem, a

(19). Ledrut, Raymond, El espacio social de la ciudad, Buenos Aires, Amorrortu, 1974, pp.116-117.

lógica do déficit habitacional acomoda-se, perfeitamente, a essa forma de conhecimento.

A generalização prática desse conhecimento, como urbanismo institucionalizado, o crescimento das cidades, a centralização do poder aparecem como dados compatíveis, eternos e naturalizados, não como elementos de um momento do movimento da história, que coloca contradições novas, portanto, sua própria superação, nesse seu atrelamento recíproco.

Manuel Castells, considera que a experiência dos grandes conjuntos, na França, dos anos 50 aos anos 70, do primeiro ao último dos grandes conjuntos, sofreu um processo de aperfeiçoamento⁽²⁰⁾, embora as grandes operações de urbanismo entrem em falência em seguida, cedendo lugar à construção difusa de moradias individuais, em periferias distantes.⁽²¹⁾

Aqui, tendo a concluir que se deu o inverso do exemplo francês. Sem considerar que, quando a experiência francesa entrava em falência, no Brasil era retomada, os adensamentos propostos, os programas mais elementares para a população de 1 a 3 salários mínimos, que ressurgem nos anos 80, denotam o caminho da decadência dos grandes conjuntos, em sua versão urbana melhor acabada, evidentemente, nos limites do sentido urbano da proposta dos grandes conjuntos e, especialmente, com a interferência decisiva dos seus moradores.

As contradições se ampliam quando os custos em relação aos salários ficam cada vez mais defasados, exigindo mutuários com

(20). Op. cit. nota 19, Introdução, p.123.

(21). Op. cit. nota 34, Capítulo 1, p.14.

rendas cada vez maiores, para versões mais deterioradas de grandes conjuntos, onde os usos urbanos possíveis perdem espaço para os usos estritamente habitacionais, como sugerem os adensamentos.

Aos moradores de Itaquera I, que conviveram com inúmeras dificuldades, Tiradentes é hoje o que já foi Itaquera I: apenas o esboço do que virá a ser, com a luta dos moradores. Mas, também, avaliam como um retrocesso seu adensamento recente.

Além disso, a necessidade de sustentação política, a partir de grandes conjuntos, redefine-se nessa conjuntura municipal específica. E surgem outras alternativas, baseadas na interferência dos futuros moradores nos projetos habitacionais. Como o Conjunto Habitacional São Francisco, em São Mateus, na Zona Leste, abrigando 4.000 famílias em casas construídas, também, por mutirão e autogestão.

A solução não é definitiva, mas caminha na direção de diluir mecanismos de controle possíveis.

De maneira mais ampla, a forma urbana dos grandes conjuntos habitacionais, com seus inconvenientes, próprios, inclusive, das bases de como se desenvolveram no Brasil, não foi definitivamente superada. E mais, sequer plenamente vivenciada. Conservamo-nos vulneráveis a ela.

Aos moradores das favelas, que rodeiam Itaquera I, o Conjunto pode aparecer como uma aspiração. Tanto assim se dá que os serviços e equipamentos urbanos do Conjunto são por eles utilizados. Muitos são catadores de papelão do Conjunto. Suas crianças vivem a proteção de entidades com a AFEI - Ação Fraternal entre Irmãos da Comunidade Católica do Conjunto Itaquera I.

Para os moradores do Conjunto, mesmo àqueles que apontaram seus problemas, sua destruição jamais foi sugerida, sendo a rigidez funcional de sua estrutura tenuemente indicada.

A FORMA URBANA DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS

A forma não só é expressão de um conteúdo, no qual adere ou seu reflexo, como, mais que isso, sintetiza mais de um conteúdo em movimento, reunidos, reduzidos, reinterpretados pela forma, como se ela fosse um filtro.

Pois a forma é, ao contrário dos conteúdos, que se dão na dimensão do tempo, do movimento, a codificação, a formulação lógica, no limite último, num sentido mais abstrato, a liberação aparente dos tempos do conteúdo ou dos conteúdos redefinidos e reorientados. A forma, por isso, pode dissimular conteúdos, "agir seletivamente", tentar autonomizar-se frente a eles, purificada. Ela é da lógica do espaço, enquanto os conteúdos da lógica do tempo.

Segundo Milton Santos, em "Por uma geografia nova", "*através do espaço, a história se torna, ela própria, estrutura, estruturada em formas*".(22)

É expressão, redução, esconderijo, mas, também, síntese, explosão reguladoras do que não pára, não se detém.

Absolutamente não é a aparência. É inerente; os conteúdos, em movimento e relação, consolidam-se historicamente em formas, que os organizam racionalmente.

(22). Santos, Milton, Por uma geografia nova: da crítica da Geografia a uma Geografia crítica, São Paulo, Hucitec/ed. da Universidade de São Paulo, 1978, p.152.

Há um desnível possível entre forma e conteúdos, no sentido dela se diluir num outro ritmo. Retardados, rastros de formas em degenerescência persistem. Já é um tratamento adquirido na Geografia a observação das permanências do espaço. As ditas rugosidades do espaço, para Milton Santos.(23)

As formas podem, também e contrariamente, antecipar e potencializar o que é do âmbito dos conteúdos. Antecipar tendências, possibilidades contidas neles. Portanto, ela não só tem um pé no passado, como também no futuro.

As formas definem tempos históricos, mazelas e conquistas humanas.

O que é possível é a existência de formas redutoras, mistificadoras, também porque aderem a um conteúdo ou conteúdos, que escondem o poder, a vontade de poder.

A rigor, a forma urbana é a forma da simultaneidade dos encontros,"*da reunião de todos os objetos e sujeitos existentes e possíveis*", da vida urbana, mas me reservo o direito de falar em forma urbana de conjuntos habitacionais, que é diferente da primeira noção, geradora de um objeto virtual, a sociedade urbana, nos termos como Henri Lefebvre a constrói, isto é, como possibilidade de superação dos constrangimentos da produção industrial.(24)

A forma urbana de conjuntos habitacionais seria a mistificação dessa forma urbana, que antevê a sociedade urbana. Ao contrário, é o urbano reduzido à lógica da sociedade

(23). Op. cit. pp.210 a 212. Mas também a propósito do tema: pp.148 a 152.

(24). Op. cit. nota 22, Introdução, pp. 7 a 34, e 155 a 179.

industrial, à racionalidade da empresa, à divisão técnica do trabalho. Nela imersos, conviver-se-ia com contradições acrescentadas ao acesso à humanidade do homem: é o homem reduzido em suas diferenças, sujeito a poderes e vontades de poder que lhe escapam, administrado em seus tempos e necessidades, redefinido ao nível da estratificação social. diferenças de classe sobrepõem-se estratificações e preceitos, baseados no local de moradia; relativos ao pobre urbano.

A esse propósito, mais de um entrevistado insistiu numa preocupação singular, que, num primeiro momento, parecia-me dispensável. Mas, na realidade, como tantos outros sinais, revelava um drama cotidiano, que se debatia com a homogeneização propiciada por certo tipo de espaço habitado.

Em Cidade Tiradentes, numa entrevista, em novembro de 1989, Dona Dilma, seu marido e duas vizinhas, moradoras do mesmo prédio, ao tentarem mostrar as diferenças entre Tiradentes e um bairro tradicional, falaram-me:

"Não, é completamente diferente. Bom, foi que nem a Silmara citou, aqui se você vai na feira, você pega um carrinho, se vai na feira, se traz sua comprinha. Cada um traz o que pode, o que tem condições, se passa com o carrinho, todo mundo fica olhando pro carrinho, pra ver o que que tem. Eu acho isso super-errado, quer dizer, tem pessoas que passa o carrinho cheio, tem pessoas que passa com dois, três pacotinho, tem pessoa que passa com meio carrinho, por que? Compra o que tem condições. Aqui se passa com o carrinho, aqui, todo mundo fica olhando. Fulano passou com o carrinho cheio, sicrano só passou com a sacolinha,

por que? Mas esse por que, eles fala por que num sabe o que a pessoa talvez está passando dentro de casa ..."

E uma das vizinhas, apressadamente, emenda:

"É motivo de deboche."

Esse exemplo volta aparecer em outras entrevistas, o que me provocou, inclusive, estranhamento. Consegui compreendê-lo com a ajuda de Henri Lefebvre, em "Notas sobre a cidade nova", que, assustado com suas sensações a respeito da cidade nova, escreve:

"O que te assusta, aqui, é que tudo se separa, e que portanto uma estrita hierarquia reina entre essas pessoas separadas. Desde que elas se reencontrem, a hierarquia constitui-se, fortemente, ferozmente, pela vaidade. Em cada imóvel e bloco, as pessoas são as mesmas e se parecem; então eles fazem não importa o que para não se assemelharem. As menores satisfações de vaidade, o menor ganho de prestígio, tomam uma enorme importância. A vaidade envenena a vida."(25)

Isto não seria possível se, ao invés da maior produtividade na produção desse espaço, fossem parâmetros a vida urbana sempre acrescentada e a complexidade do homem humanizado.

Se o trabalho abstrato cria como possibilidade relações mais distantes, não clientelísticas, superiores socialmente, a forma urbana dos conjuntos habitacionais favorece o reaparecimento do seviciamento, do atrelamento à autoridade, do coletivo perdido em individualismos.

Em resumo, o cotidiano é um conteúdo primordial, que compõe

(25). Op. cit. nota 8, p.127.

a forma urbana dos conjuntos habitacionais; quando plenamente constituída.

Assim como uma forma escultural criada não só depende do material, do qual não é indiferente, mas da mão que a esculpe, do seu calor, toque, expressão, a forma urbana dos conjuntos habitacionais é invadida, violentada na sua pureza e tentativa de se autonomizar, a partir da prática urbana, que, por sua vez, recupera atividades, ações, tempos, culturas, memórias, que subvertem, como possibilidade, a forma fixada. É o possível, o resíduo, o preenchimento do vazio de vida urbana, com a presença do homem como humanidade. Exatamente o esvaziamento da vida urbana cria um vácuo, que pode ser preenchido por conteúdos adversos, subversivos, contrastantes. (26)

O limite do que desse possível aparece em Itaquera I, ou em outros conjuntos de São Paulo, novamente nos remete à necessidade premente de ter um cotidiano assegurado, que a forma urbana dos conjuntos, quando constituída, contém; e esse pode ser baliza do sonho do homem empobrecido.

E a atividade do arquiteto, do urbanista, que projeta esses conjuntos, pactua com essa forma reduzida?

Na verdade, além de lutar com limites graves de financiamentos, imposições de toda ordem, eles fazem parte de uma geração que sonhou com essa arquitetura sem referências, pois ela aparecia, também, como sem preconceitos, preceitos, livre da

(26). Sobre as idéias de Menocchio, o moleiro:

"É melhor imputá-las, por enquanto, a um substrato de crenças camponesas, velho de muitos séculos, mas nunca totalmente extinto. A Reforma, rompendo a crosta da unidade religiosa, tinha feito vir à tona, de forma indireta, tal substrato; a Contra-Reforma, na tentativa de recompor a unidade, trouxera-o à luz, para expulsá-lo." (Ginzburg, Carlo, O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela Inquisição, São Paulo, Companhia das Letras, 1987, p.70).

ostentação, da hierarquia. A forma que adere a função, era a forma não monumental. Era, para essa geração, a tentativa de chegar ao homem comum e suas necessidades. Com um pensamento analítico, que é próprio do que se consolidou neste século, em mais de um ramo do conhecimento, como eficaz e progressista.

O sonho dos arquitetos que realizaram esses projetos, tinha, de um lado, os limites apontados, e, de outro, a fé na técnica. A fé na técnica, na padronização, na racionalização industrial moveram o movimento moderno, mais ou menos orgânico, (Frank Lloyd Wright ou Le Corbusier, respectivamente). Atinge, também, prioritariamente, a Alemanha, com o movimento Bauhaus, em especial, Gropius, e a União Soviética, com o construtivismo.

O desenho valorizado pela técnica rompe com o passado. Juergen Habermas define a arquitetura moderna como o "*primeiro e único estilo, desde os dias do classicismo, capaz de se impor deveras e até impregnar o cotidiano.*" (grifo meu) (27)

Para Lewis Mumford, a arquitetura moderna e o monumento são incompatíveis. Ela prima pela ausência de símbolos visíveis. A arquitetura do espectador, a arquitetura ostensiva cede caminho a um sentido mais penetrante da forma, capaz de dar estímulo intelectual e emocional, a cada passo de sua revelação.

"*A superfície limpa, a revelação franca das funções, as inscrições claras e simples* " (28)

No Brasil, ela, também, vem carregada de franqueza e livre de preconceitos.

(27). Habermas, Juergen, *Arquitetura moderna e pos-moderna*. In: *Novos Estudos*, São Paulo, Cebrap, no 18, setembro de 1987, p.118.

(28). Mumford, Lewis, *A cultura das cidades*, Belo Horizonte, Itatiaia, 1961, p.436.

No artigo, "Exposição duma casa modernista (considerações)", Mário de Andrade, em 1930, inspirado na casa projetada por Gregori Warchavchik, e negando o neo-colonial, o neo-florentino, como falsos, termina a argumentação, assim:

"Ora a Arquitetura também possui um destino que não consiste nela ser bonita, mas agasalhar suficientemente não um corpo mas um ser humano, com corpo e também alma. As almas florentinas se agasalharam bem na Renascença. E as gregas e as chinesas. E ainda os mamelucos e emboabas da Ouro Preto setecentista, que jamais não cogitara de construir uma São Francisco em estilo gótico ou manuelino. Pois nós também, se almas atuais, temos que agasalhar nossas almas nas casas atuais a que chamam de 'modernistas'. Tudo mais desagalho, é desrespeito de si mesmo e só serve pra enganar. É o 'falso' "(29)

Oswald de Andrade, ainda nesse ano, coloca a casa modernista de Warchavchik e a obra de Le Corbusier na esteira da Semana de Arte Moderna, de 1922, mas as distingue da proliferação das construções modernas:

"A casa modernista de Warchavchik não se poderá nunca perder, como não se perderá Le Corbusier, na massa de construção de estilo geométrico, que inundará sem dúvida São Paulo, a América, Sidney, Jaboticabal e Rouen, dentro de alguns anos."(30)

Noutro texto, *Brazil Builds*, de 1943, Mário de Andrade, exalta a funcionalidade e se abre à compreensão da "máquina de morar":

(29). Vários autores, *Arquitetura nova*. In: *Arte e Revista*, São Paulo, Kairós, ano 2, no 4, agosto, p.8.

(30). *Op. cit.* p.10.

"'Funcionalidade', sim senhor! funcionalidade humana, não tem que querê nem pipoca, digo e repito: funcionalidade humana! José Hernandez absolutamente não tem razão. (José Hernandez é um ótimo arquiteto, que eu inventei, nascido em 1898). Aqui eu insisto na definição modernista da casa ser 'máquina de morar'. Hoje em dia já vão abandonando essa definição, porque distraidamente deram maior valor à palavra 'máquina' que está na moda (e que no caso é um meio) e se esqueceram do valor humano de 'morar' que é o princípio e a finalidade. Começaram a se assustar com a desumanidade inflexível da máquina, e se esquivaram à definição perfeita. Não senhor, José Hernandez, a casa continua e há de ser sempre uma máquina de morar. E se abandonarmos esta definição artesanal, cairemos de novo em teatros-municipais."(31)

As virtudes da arquitetura moderna, que se afirmava, correspondiam a uma sintonia com seu tempo, contrapondo-se a experiências que acordavam para estilos passados, a "pastichação atrasada, pueril, sentimental"; e a solução moderna como verdadeiramente internacional e humana. Mário de Andrade, em *Arquitetura Colonial*, assim, sintetiza:

"Sob esse ponto de vista, considerando a tendência pro universalismo em que está a sociedade humana, pode-se falar que a arquitetura é a mais socialmente avançada e a mais satisfatoriamente humana de todas as artes."(32)

Rompem-se as esperanças.

(31). Op. cit. p.25.

(32). Op.cit. p.12.

Sérgio Ferro, em *Arquitetura nova*, localiza o descompasso entre a formação e expectativas dos arquitetos novos e a estreiteza de suas tarefas profissionais, quando diminuíram as oportunidades de realização, desde os anos 60. Marcados pela frustração e pelo desmoronamento do "desenvolvimentismo", mais agressivos, tornaram sua ação simulacro de suas propostas: "um abuso de petrificação e esquematização rígida que denuncia o aprofundamento da decomposição estrutural do País." Uma espécie cabocla de brutalismo, cujas características são a "didatização forçada de todos os procedimentos; a excessiva racionalização construtiva; o economismo gerador de espaços ultradensos, raramente justificados por imposições objetivas, etc."(33)

Neste sentido, a intimidade entre a arte e a arquitetura modernas dilui-se.

Sempre identificando a arquitetura moderna como aquela a serviço do poder e do Estado, embora saudada, de início, como uma revolução, Henri Lefebvre distingue a efervescência criativa do período que imediatamente antecedia e seguiu a primeira guerra mundial, da esterilidade do segundo após guerra(34).

Jean-Louis Cohen, em "Le Corbusier: a tentação do universal", reflete sobre a vulgarização do pensamento de Le Corbusier; num mundo do após segunda guerra, que ele não reconhece mais, embora numerosas de suas idéias aí estejam integradas, sob a forma alterada e caricatural. Numa de suas

(33). Op. cit. p.91.

(34). Lefebvre, Henri, *La production de l'espace*, Paris, Anthropos, 1981, p.351.

últimas entrevistas, Le Corbusier teria declarado melancolicamente: "*piIharam-me*". (35)

Não é pertinente uma crítica à arquitetura e urbanismo modernos com os elementos que possui, a diversidade das obras realizadas, e o limite do exemplo em análise. Mas cabe uma crítica à forma urbana dos conjuntos habitacionais, que revela até onde podem ir os resquícios dessa esperança na "*máquina de morar*".

Os arquitetos envolvidos suaram a camisa, lutaram contra os limites dos financiamentos, as imposições, imersos no sonho de sua geração de arquitetos e no vislumbrar de Brasília. A crítica, portanto, não é arquitetônica ou urbanística, propriamente, mas social, no amplo sentido que luto por perseguir com esse termo. O social tem outro tempo, outra abrangência, outros compromissos.

com a humanidade do homem, com situar histórica e estrategicamente essa experiência, e com o rebatimento dessa forma na vida vivida, com sofrimentos e possibilidades, do homem da vida, não da sobrevivência.

As concepções urbanísticas que se mundializaram, evidentemente, não obedecem apenas a uma rede de informações e concepções atinentes à arquitetura e ao urbanismo, mas a uma rede, ao mesmo tempo, político-econômica. Tecem-se relações entre conhecimento e prática. Há a captura do conhecimento, que é um processo redutor.

(35). Cohen, Jean-Louis, Le Corbusier: la tentation de l'universel. In: Critique, Paris, Minuit, jan-fev/1987, tomo XLIII, no 476-477, pp. 43-57.

Por exemplo, a intromissão do Banco Mundial no desenvolvimento de planos urbanísticos no Terceiro Mundo, em seu desenho. Portanto, os organismos financeiros têm um poder de ingerência e expansão de técnicas e concepções homogêneas, lógicas, mundializando-as, reduzindo as utopias que lhe deram origem.

É que antevejo, com Jane Jacobs⁽³⁶⁾, e que essas concepções não se sustentam sequer na cidade real, como imagem e alento, mas na sua aversão como forma. É que equivale a se basear em formas abstratas, lógicas, ordenadas, e politicamente em soluções paternalistas e, ao mesmo tempo, autoritárias.

Essas soluções lógicas no nível do plano urbanístico, na realidade, são versões políticas importantes e impositivas de um modo de vida.

Falar que a arquitetura moderna move, de alguma forma, tais projetos não significa encontrá-la de forma pura e abundante, preservada em todos os seus princípios, *"mas melhor em uma certa maneira de abordar e resolver os problemas gerais urbanísticos, legislação sobre habitações e financiamento das mesmas."*

Em outras palavras, não somente a existência das superquadras como modelo e dos caminhos de pedestres advogam a existência de princípios modernos nos conjuntos; mas uma concepção segregada e segmentada, melhor dizendo, estratificada de política urbana é uma concepção possível a partir de bases modernas.

(36). Op. cit., nota 23, Introdução.

O BNH e o atendimento a faixas de renda diferentes, com projetos alternativos e diversificados, é possível porque a concepção lógica de cidade, com usos estáticos e funcionalmente propostos, cria essa possibilidade. Não se trata do burburinho e da complexidade da vida urbana, considerados como desordem, mas de sua deterioração em forma de uma cidade segmentada e segregada, em segmentos espaciais e sociais diferentes. Esta segmentação já existia como possibilidade. Contudo, a arquitetura moderna, no mínimo, não a perturbou; no limite, legitima e alimenta essa racionalidade.

é o reino redutor da cidade, como uma mensagem limitada que chega a confundir, o que foi apontado quanto à homogeneidade dos prédios, pois legibilidade, como diz Kelvin Lynch, é inversa a um contorno desorganizado e monótono.⁽³⁷⁾

Também, Carlo Aymonino lembra-nos de um aspecto crucial dessa redução, que anoto quanto à Itaquera I como projeto, dentre outros. Ele citava o movimento moderno europeu, do entre as duas guerras, definindo que grande parte da cultura arquitetônica do período estava condicionada por uma redução residencial dos problemas urbanos e uma organização dos serviços públicos coletivos reduzida ao mínimo indispensável⁽³⁸⁾. A cidade das necessidades elementares estava posta como virtual conhecimento a disposição.

(37). Lynch, Kelvin, *La imagen de la ciudad*, Buenos Aires, Infinito, 1974, p.14.

(38). Aymonino, Carlo, *El significado de las ciudades*, Madri, Herman Blume, 1983, p.61.

CAPITULO 3 -
A PRATICA URBANA DE CONJUNTOS HABITACIONAIS:
COHAB ITAQUERA I

*Luzes e glória. É a cidade ... É a emaranhada forma
Humana corrupta da vida que muge e se aplaude.
E se aclama e se falsifica e se esconde. E deslumbra.*

"A Meditação Sobre o Tietê"

Mário de Andrade

Vindo do centro, pela Radial Leste, chega-se à Cohab Itaquera I ou Cohab I.

Avista-se uma massa, que parece acinzentada, de prédios, rodeada por uma paisagem de baixas casas. Compacta edificação que inaugura uma imagem nova.

O que espero? Algo similar à primeira impressão da Cohab II, vista da Praça Brasil, terminal de algumas linhas de ônibus, no interior do conjunto: perspectiva de desolação e aridez, no jogo geométrico da disposição dos inúmeros prédios crus, avessos e violentos ao que os rodeia. Ou o "continuum" de prédios na paisagem acidentada de Tiradentes, cujas primeiras sensações foram ainda suaves face às últimas, dois anos depois, que, com o adensamento, aparecia mais desértica e decadente.

Há muitas similaridades entre os conjuntos: na arquitetura pobre dos prédios construídos, indiferentes ao que poderia ser a história desses lugares. O horror a essas cidades habitacionais lembra a rejeição à rápida expansão e transformação das cidades na Inglaterra dos séculos XVIII e XIX: a identidade comprometida no espaço da multidão⁽¹⁾.

(1). Williams, Raymond, O campo e a cidade: na história e na literatura, São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

Mas, seja como for, a vida se vinga, o espaço concebido, mesmo rudimentar, humaniza-se. Jamais terei a dimensão humana dos últimos conjuntos citados, nos termos como a ganhei na Cohab I, pois a intimidade dos contatos aí foi potencializada. O que parece igual ou similar, diferencia-se, com a configuração própria que lhe conferem seus moradores. Mesmo se o sentido primordial da ação for, até mesmo, a realização do espaço concebido.

Na Cohab I, conversar com seus moradores, numa paisagem estrangeira aos bairros tradicionais, ameaça e mantém o distanciamento. É confortável reconhecer as ruas, os prédios, observar-lhes os detalhes; assim, as pessoas mais naturalmente se aproximam. Aceitar onde moram é, também, ser aceita. Por que? Vocês sabem?

Certamente, porque elas também produziram esse lugar. É sua obra, sua história, que a materialidade das ruas, dos prédios revela.

Como é morar num conjunto habitacional? Com algumas variações, repeti essa pergunta precipitadamente a muitos moradores. Hoje, não sei se a respondiam ou se se defendiam. De alguma forma, eu os acusava, e os acuava, destacando uma diferença que podia incomodá-los.

A pesquisa revelou que muitos lhes discriminam, através de seu lugar de moradia.

Os jovens, as mulheres, principalmente os primeiros, avisam, Fombal é o cognome do conjunto habitacional; enquanto eles querem torná-lo sua casa.

Mesmo antes de conhecê-los melhor, descrever a Cohab I, ir e vir por suas ruas, avenidas e ruelas insinuam cores, curvas, relacionamentos despercebidos no espaço definido como cruel e rígido do conjunto habitacional. Plasticidade talvez seja a noção mais exata. Plástico é o espaço que se pretende rigoroso. O arquiteto, as autoridades são personagens, mas não os únicos, da vida dos conjuntos habitacionais.

Ser objeto ou sujeito desse espaço, que, como vimos, não é só palco inerte, perspectiva, de uma cena independente, cria um verdadeiro embate. A história, a ação dos moradores da Cohab I têm na forma urbana do conjunto habitacional uma determinação a considerar.

Os prédios da Cohab I jamais se diluem na paisagem. Abrem-se para todas as perspectivas. Enfileirados, às vezes, um tanto desnivelados, aos montes, mais de 300, perfilam-se nas ruas e avenidas. Cercados, murados, muitos com cobertura azulejada e interfone à entrada, alguns de aspecto circunspecto não nos convidam a entrar.

Não são inéditas outras cores recobrando os prédios, além da cinza. Prédios amarelos, azuis, verdes, do marrom ao bege, de tons variados de cinza, um, inclusive, com uma de suas faces preenchida por ramificações. As tonalidades são sempre suaves.

Muitos têm um ar degradado, muitos mais até o cheiro da reforma fresca. Os jovens chegam a reclamar das reformas que nunca acabam. De muros a grades, de tijolos ao ferro. Até pintado de verde. Um pintor ocasional, oferecendo um bom preço, pode ser um bom motivo para uma nova fachada. É o depoimento orgulhoso de

um morador, satisfeito com tantas mudanças concluídas no seu prédio.

Dentro e fora dos espaços privativos dos prédios, em muitas ruas, prevalece o verde. Houve uma campanha de arborização do conjunto na época do prefeito Mário Covas (1983-86). Afora as doações de mudas oficiais, moradoras preocupadas com o ajardinamento cultivam orgulhosas os jardins internos dos prédios. Dona Judith guarda a lembrança dos parentes e amigos que lhe cederam as mudas, e consegue associá-las imediatamente a eles.

Num dos inúmeros grafites existentes no conjunto, do Grupo de Artistas da Cohab I, inscreve-se: *"Torne a Cohab melhor: respeite - não suje; plante; - não polua - crie; - não destrua ..."*

Em janeiro de 1984, o jornal popular "Voz da Comunidade" lança a campanha "Adote uma árvore": *"Todos podem participar, conservando (adotando) uma das árvores que a prefeitura já está plantando por toda a Cohab."*

Há crianças que reclamam, como se fosse uma felicidade forjada; os espaços dos jardins e dos estacionamentos e garagens internos roubam-lhes o lugar para brincar, excluem-nas.

Há quem se queixe de que as garagens avançam sobre o espaço dos jardins.

No "Voz da Comunidade" no "Cantinho da criança", em outubro de 1985, uma delas denunciava:

"Muitas vezes os adultos dizem que a criança não pensa, mas nós pensamos e sabemos que isso não é verdade. Talvez sejam eles que não pensam, ou melhor, pensam em fazer estacionamentos,

cuidar do jardim, por placas escritas 'não pise'. Mas a grama também é criança, não foi feita para só olhar e sim para as crianças sentirem ela."

No mesmo jornal, Silvana escreve, em junho de 1986:

"Na Cohab, nos prédios, as crianças e os jovens não tem o seu espaço, seu local para se divertir e conversar. Para qualquer canto que vamos não temos vez. Até para organizar coisas da igreja, somos expulsos. Estas pessoas adultas só pensam em si, nos seus carros ..."

Mas é possível ver crianças brincando nas ruas, e os jovens descrevem jogos, conversas, encontros contínuos nas ruas da Cohab I. Jovens de mais de um prédio viram a noite juntos, nos cantos de ruas, próximos aonde moram. Os vizinhos reclamam. Há casos de atropelamento, que implicam na luta por lombadas. Contudo, sua presença na rua persiste.

Uma rua cheia de alegria, música, volibol dos jovens vira rua de má fama:

"A 29 em peso está entrando em drogas." Deve haver outras com essa mistura contraditória.

Certo é, quando numa área relativamente pequena, há uma população enorme, o que diferencia, inclusive, o conjunto face a um bairro tradicional, tem muito campo de ação em pouco espaço. É assim que Sergio Cavalcante descreve no "Voz da Comunidade" a Cohab I (abril de 1984).

Nada se assemelha a Tiradentes acuada, onde as crianças não ficam tranqüilamente sozinhas nas ruas, nem fazem compras desacompanhadas. Temerosas, mais de uma mãe, revelam a

necessidade da vigília constante. E sobre os jovens a sentença: "*infelizmente, a maior distração do jovem aqui é droga.*"

Entre as inúmeras janelas de madeira de cada prédio, de mais de uma cor, sempre se encontram muitas janelas de alumínio. É possível deparar com modelos de janelas metálicas, expostos nas ruas da Cohab I.

Uma moradora empobrecida resolve a dificuldade da compra de uma dessas janelas, simulando o alumínio na cor prata de sua janela.

O apeio a essa compra é sugerida em mais de um local do conjunto; a de porta sanfonada, divisórias e vitraux. Boxe dentro da área de um dos prédios com uma tabuleta: "*fechamento de áreas, grades de proteção, portas sanfonadas - Metal Wan*". Noutra placa, próxima a outro prédio: "*Lefcar Box - fechamento de áreas, grades de proteção ... etc.*", e assim por diante. É o sonho de muitos condôminos e um grande negócio a explorar no conjunto.

As áreas privativas de cada prédio são motivos de confrontos e fogem, muitas vezes, às teórica e originalmente projetadas. Teóricas, pois a rigor o projeto previa condomínios multiprediais. Exigem, para conferência dos limites, vistorias oficiais.

É comum a área privativa do prédio avançar sobre a rua; muitos estacionamentos públicos foram incorporados a ela. Improvisam-se demarcações, roubando, propositalmente ou não, terrenos vizinhos. Chegou a haver atrito entre o que seria espaço da biblioteca e o do prédio vizinho.

De qualquer forma, existe inquietude quanto à variação das áreas relativas a cada prédio: *"uma má distribuição de espaço terrível"*.

Na frente dos prédios, próximas à entrada, ficam as lixeiras que recebem seu lixo. Os catadores de papelão do conjunto, moradores das favelas ao redor, vêem aí sua sobrevivência e a de sua família. Irrados, muitos moradores rejeitam a sujeira do lixo revoltado. Por outro lado, já houve ocasião de prédios selecionarem seu lixo, para garantir sua utilização pela garotada, sem revolvê-lo inconvenientemente. Ainda sobre isso, à volta do conjunto sobram depósitos que enriquecem com o trabalho dos meninos favelados.

Um "Boletim Informativo", de dezembro de 1987, escreve sobre os menores abandonados dos arredores da Cohab I: *"as crianças continuam aguentando certos moradores que não suportam a presença delas no portão, nas portas pedindo. Quando as crianças não são colocadas porta a fora, aos gritos, as lixeiras lhes são fechadas impedindo que elas catem o papelão, o ferro e alumínio que vendem para se sustentarem e suas famílias."*

Das escadarias, já falei, foram cobertas, protegidas por janelas, diferentes das originais, descobertas, expostas, abertas até a incidentes, como vasos de enfeite, que caíam e outros. As fotos anotam as diferenças.

As ruas, nem todas retas; cheguei a percorrer uma em forma de ferradura, a partir da rua Padre José Vieira dos Matos. As árvores nem todas alinhadas. E, especialmente, as 650 casas perderam sua simetria estrita.

No final da avenida Waldemar Tietz, a partir da rua José Miguel Barbosa, onde ficam as casas do conjunto, aparece uma ilha de bairro tradicional, no interior do conjunto. Avista-se um aglomerado de casas. Na esquina um mercadinho e um bazar.

As casas têm aspectos diferentes, umas amplas, reformadas, e até sofisticadas, outras modestas. Umas assobradadas, outras conservando-se térreas.

As entradas não são estreitas. Com ou sem o recuo previsto, as fachadas variam bastante.

As casas são distribuídas em pequenas ruas cortadas pela avenida Silvio Torres. São exatamente 15 ruas; numa espécie de ziguezague, curvas ligam internamente algumas delas.

Há igualmente foto mostrando o agrupamento das casas, em perspectiva.

Uma dessas casas parece bem grande. De esquina, na frente, exhibe uma sacada acima de uma garagem coberta. Tendo usado, sem reservas, integralmente o terreno, trata-se de um sobrado cinza azulado, com portas de madeira escura envernizada e passeios floridos em toda sua volta.

Numa feira, um feirante, na avenida Silvio Torres, tenta chamar a atenção das donas de casa: *"as pessoas dessa pequena vila*

As casas são, muitas vezes, apelidadas de casinhas. Mas há quem se ofenda com isso.

No conjunto, especialmente em alguns cruzamentos, ficam os centros de comércio e serviços.

Na antiga avenida 4, ou avenida Estanislau de Campos, numa esquina, um deles: em baixo, uma padaria, uma droguaria, uma perfumaria, um açougue, uma avícola e um laticínio, além de um pequeno mercado; em cima, salas de médico, dentista, datilografia, etc.

Na avenida Waldemar Tietz, outro centro de serviços e comércio. Novamente, padaria, açougue, mercadinho, laticínios, droguaria, no piso de baixo; salas de advocacia, cabeleireiros, datilografia, no de cima.

Noutro centro, também: vendas de calçados, perfumaria, assistência técnica de imagem e som, reproduções fotográficas, vídeo e outros serviços.

Alguns mantêm as portas fechadas, demonstrando que esse comércio não é só bom comércio no conjunto.

No entanto, a avenida Waldemar Tietz abriga um grande supermercado, o D'Avó, de portugueses, que, no conjunto, começaram como proprietários de padaria. Os moradores das redondezas o frequentam, concebendo-o barateiro; os moradores do conjunto já sabem: nem tanto, afora algumas ofertas, os preços são exorbitantes, frente aos grandes mercados da cidade.

Na avenida Silvio Torres, um grande magazine, Jumbo Eletro. Se hoje lucra com o conjunto, de início, quem lucrou foi o Mappim, que se preparou, com rigor, para receber os recém moradores do conjunto. Conheciam as dimensões dos apartamentos e sabiam lidar com a capacidade de pagamento dos moradores.

Mas o conjunto não só exhibe centros de comércio e serviços programados, controlados, feitos sob previsão. Existem vendedores ambulantes aqui e ali, vendendo sorvetes, ovos, frutas, pastéis,

e, singularmente, pequenas barraquinhas, algumas internas à área dos prédios, vendendo sempre doces. Chegamos a fotografar uma delas.

Uma antiga perua, estabelecida num canto de rua, revive a presença constante das peruas, antes da existência dos centros de serviços e comércio regulares.

São pequenos negócios, que empregam, muitas vezes, os próprios moradores do conjunto.

Não faltam placas nas janelas de apartamentos, nas grades dos prédios, oferecendo serviços, como consertos em geral e pondo à venda de objetos aos próprios apartamentos.

O "Voz da Comunidade", de março de 1986, alerta: "*voce sabia que os 'barraqueiros' e banqueiros da Cohab I tiveram suas mercadorias presas e proibidos de trabalhar e a Associação dos Mutuários conseguiu suspender essa medida da prefeitura?*"

Agenor, à época, presidente da associação, menciona em entrevista o incidente:

"Eu tive alguns enfrentamentos aqui muitos sérios, na instalação do governo Jânio Quadros. Ele andou recolhendo todas as bancas que tinha aqui na rua, com aquela argumentação de que essas bancas clandestinas eram ponto de tóxico. Aí recolheu todas as barracas e aí o pessoal começou a me procurar, pedir uma ajuda, uma intervenção. Eu juntei um grupo de barraqueiros e fui à Administração Regional ... Eu disse, tudo bem, até concordo que a lei não permite, só que, em 1980, 81 e 82, vocês construíram esses apartamentos, aqui, nos convocaram para morar aqui, só que vocês não trouxeram as padarias, não trouxeram os supermercados, e, naquele momento, esses cidadãos, eles, eram importantes para

vocês, porque atendiam à vocês nessa questão, que era obrigação de vocês, e nos atendiam. Agora, hoje, como o capital está se instalando, graças às custas deles, eles mais importantes? ... e graças a Deus, a gente conseguiu sensibilizar eles, eles devolveram a barraca do pessoal."

Nem ruas calmas e até aconchegantes, quando distantes dos centros de comércio e serviços, excluem a reclamação de algumas moradoras, incomodadas com trajetos cotidianos prolongados para compras diárias.

Nada parecido com a falta de pães nas padarias, com o acúmulo relativo dos compradores, logo às primeiras horas da manhã, para muitos moradores de Tiradentes. O pãozinho diminui de tamanho, não de preço, e exige o esforço de acordar bem cedo. Imaginem com os adensamentos, dizem eles.

Na Cohab I, quem vive em avenidas mais barulhentas, alheio ao barulho, encanta-se com a facilidade da condução, aí, tão perto, a ponto de avistar-se todo tempo os ônibus em circulação. O ponto é bom: exatamente porque começa o trânsito da cidade. Tudo parece próximo e à mão, quanto às necessidades do dia a dia. É a ausência da cidade que lhes maltrata, não o insinuar de sua presença.

O barulho dos vizinhos incomoda, o da rua jamais apareceu como problema. Esses trechos do conjunto são decisivamente valorizados.

Há muitos que dizem, no entanto: para qualquer coisa de qualidade, estamos sujeitos a sair do conjunto.

Também em intervalos entre os prédios aparecem as escolas, postos de saúde, escolas de educação infantil, creches e até um centro de esportes e lazer. Pela Waldemar Tietz, chega-se ao Centro de Esportes e Lazer Pde. José de Anchieta, de endereço exato à rua José Balangio. Nessa avenida fica o maior colégio, o Profo Octacílio de Carvalho Lopes.

Na avenida Silvio Torres, junto às casas, lado a lado, uma creche e uma escola de educação infantil. Composição que se repete em outras partes do conjunto.

Dois postos de saúde, um nessa avenida; outro, na avenida Estanislau de Campos, visível à entrada do conjunto pela Radial Leste. A Delegacia "65g DF", também, está disposta no primeiro quarteirão da mesma avenida.

Os centros de saúde estão longe do ideal. Segundo a antiga Comissão de Saúde, a relação deveria ser de 10.000 habitantes para cada posto. O movimento de saúde ainda existe, e agora participa de conselhos de saúde, que acompanham a atuação de cada posto de saúde.

Houve época de creches prontas, inteiramente construídas e equipadas, e, no entanto, desativadas, sujeitas a depredações, assaltos. Eram 4, as creches abandonadas. As lutas pelas creches e a fiscalização acirrada das moradoras as puseram em funcionamento.

A escola estadual Amador Arruda Mendes, na avenida Silvio Torres, a mais antiga escola do conjunto, abrigou reuniões da Comunidade Católica e até celebração de missas. Guarda a memória das primeiras movimentações.

Já é sabido que esses equipamentos têm uma clientela que transcende o conjunto. Como uma "cidade" plantada na periferia pobre é usada pelos arredores.

Na avenida Francisco de Toledo fica a Biblioteca Municipal Plínio Ayrosa. Iniciada em 1981, no Centro Comunitário I, próximo às casas, onde usava uma pequena saleta, por volta de 1985, fixou-se nesse espaço. Divide-se em duas edificações. Uma para a biblioteca de adultos, outra para a infanto-juvenil. Mesmo assim, garantem suas diretoras, o local é insuficiente, diante do acervo que continua crescendo.

Recebem moradores, adultos e crianças, do Parque Savoy, Jardim Brasília, Arthur Alvim, Nhocuné, Jardim Eliane, Vila Matilde, Jardim Marília, Cidade Líder e A. E. Carvalho; todos, bairros dos arredores.

Entremeiam os prédios e as casas os centros comunitários, que reúnem entidades consolidadas do Conjunto e atividades que, inclusive, fazem lembrar os programas de desenvolvimento comunitário: cursos, atividades culturais, cultos, etc.. Jamais deixei de notar como pesa a recordação desses modelos. A Cohab já saiu do Conjunto, dizem. O BNH foi extinto. E o eco da reprodução da sociabilidade prevista pode até ser fotografada, como o fizemos, nas fachadas de mais de um centro comunitário.

Cursos de cabeleireiro, corte e costura, karatê, capoeira e tantos outros são, segundo o senhor Toninho, da Associação dos Mutuários e Moradores da Cohab I, um motivo para trazer gente, um pretexto de aproximação, para atrair pessoas, diante do novo momento. Claro que o trabalho deles, de muito transcende-os. Mas, há associações totalmente imersas.

Na avenida Waldemar Tietz nº 1.154, um centro comunitário abriga a Assindic - Associação dos Síndicos, Conselhos de Prédios e Moradores da Cohab I, fundada em 23 de maio de 1982, como a inscrição à porta revela. Partilham esse espaço a União dos Escoteiros do Brasil: 71ª Grupo Escoteiro Minuano (fundado em 31 de maio de 1981), o culto Seicho-no-iê, um grupo de capoeira, etc. Expõem-se cartazes de cursos de judô, crochê e tricô. Do lado, funciona um posto da polícia militar.

No centro comunitário II, logo a seguir a Assindic, fica a Afei Ação Fraterna entre Irmãos - fundada em 17 de outubro de 1982, trabalhando com o menor, como menciona a placa. De fachada grafitada pelo Projeto "Arte na Rua", junto a ela estão o Grupo As Bandeirantes e a Igreja União da Fé. Dia de semana, mulheres enchem a sala dessa igreja. Não falta o cartaz de escola profissionalizante: cabeleireiro, pintura, horticultura, etc. Esse centro comunitário, na verdade, é um espaço consagrado pelo trabalho da Comunidade Católica: as missas, a comissão de saúde, o grupo dos desempregados, os jornais populares, a construção em mutirão da igreja católica, existente ao lado, fazem parte da história desse lugar. O movimento de saúde, o grupo de jovens, com novos integrantes, ainda, aí, fazem seus encontros. Esta fachada é exibida através de uma das fotos.

A igreja, entre a Assindic, o centro de esportes e a Afei, é aquela construída por anos, tantos que recebeu o cognome de "Construção", oficializada, em início de 1986, como Paróquia de São Francisco dos Pequenininos.

Numa diagonal, na mesma avenida, próximo ao colégio, uma escola infantil e uma creche, fica o Centro de Convivência da Cohab I, que abrigava as assistentes sociais, e hoje, como tal, está sob o controle da Secretaria da Saúde.

Outro centro comunitário significativo é aquele da avenida 4 ou Estanislau de Campos, onde está instalada a Associação dos Mutuários e Moradores da Cohab Itaquera I, fundada em 2 de novembro de 1983. Todo grafitado, o centro se alegra com a pintura do sol, das cores vivas, de triângulos, que podem sugerir casas convencionais, diferentes da maior parte da Cohab I. A inscrição "espaço cultural" divide espaço com faixas ocasionais: "Curso para cabelo - inscrição aberta", "matrículas abertas para pintura em tecidos". No que seria o espaço cultural, um dia, garotos tocam violão. Noutra sala, um quadro indica: "Academia de Capoeira Guerreiros da Regional". Para alguns moradores é o espaço do PT, como o da Assindic é do PDT. Definem a filiação partidária mais com desconfiança ou indiferença, ou até com admiração.

No centro comunitário 6, escondido numa ruela, em frente a essa associação, está um grupo de mulheres da Cohab I. Na fachada, novamente, a indicação de outras atividades: dos Desbravadores Castores, da Igreja Pentecostal Globo Celeste, da Associação de Desenvolvimento e Assistência ao Excepcional - ADAE -. O grupo de mulheres, que anima algumas tardes da semana desse centro, não aparece inscrito em nenhuma placa.

No centro comunitário I, o mais antigo, fica o Grupo de Ruas da Cohab I, que hoje é, também, escola de excepcionais. Com luzes e ornamentos está preparado para os bailes de fins de semana, que

trazem os jovens para o centro e lhe garante uma pequena renda adicional.

Numa pequena rua, chamada Domenico Melli, no trecho da Cohab I que alguns convencionam como o "outro lado do conjunto", o conjunto Padre Manoel de Paiva, mais novo, menos permeável à identidade que o restante da Cohab I acabou ganhando, e um espaço a conquistar, está instalada, no centro comunitário 7, a Sociedade Amigos de Itaquera I, fundada em 15 de junho de 1987. Na verdade, fruto de uma cisão da Associação dos Mutuários. Na fachada, numa placa abaixo de seu nome, constam: "corte e costura; ginástica; defesa pessoal; karatê; judô; capoeira; futebol; ballet-jazz; festejos; debates, reivindicações; trabalho; luta para transportes, saúde, lazer, educação Em defesa da Comunidade " Uma carta de intenções exposta, que até descaracteriza o caráter reivindicativo que pode ter, bem ao gosto da química estatal. Ao lado, uma escola de educação infantil.

Prevalece na Cohab I uma desconcentração-centralização dos serviços e equipamentos; reunidos e dispersos ao mesmo tempo, como o projeto sugeria. O grande exemplo de concentração é a Waldemar Tietz.

Já é o conjunto Padre Manoel de Paiva, na altura da avenida Cezar Dias, continuação da avenida Waldemar Tietz. Próximo ao que seria um dos limites da Cohab I, sua última travessa faz face com uma pedreira, que atormenta o dia a dia de seus moradores. Parece um pedaço de tal forma mais abandonado, que chega a lembrar

Tiradentes, inclusive, pela forma como alguns moradores o descrevem.

"O Manoel de Paiva virou zona", indignada relata uma moradora, já que tem problemas de convivência com vizinhos, que qualifica de favelados e maloqueiros; até um presidiário albergado tolhe-a de abrir a janela, temendo parecer bisbilhotice. Nas proximidades, os prédios semi-acabados são motivo de preocupação e as lâmpadas e orelhões continuamente quebrados, definem a composição do ambiente para marginais. Em Tiradentes, ouvi mais de um relato desse tipo.

For toda parte da Cohab I, apontam pequenos e grandes campos de futebol, um deles, cimentado, dentro da área privativa de um prédio. Mas, certamente, eles, ainda são poucos.

"Na Cohab I, há diversas equipes de esportes e times de futebol (Grêmio, Negritude, Gema, Unidos Anchieta, etc.)." O último fundado em 1979:

"Antes o time jogava num terreno perto da favela 'Barroca', isso porque não havia campos aqui na Cohab. Depois o time conseguiu um espaço aos domingos num dos campos construídos na av.4." ("O Bloco", novembro de 1987)

E os bares, pequenos quiosques próximos aos prédios, completam o lazer do fim de semana.

Algumas mulheres contam sobre o material de construção de um prédio inacabado, usado para erguer as paredes de um bar:

"Ele pegava aquela criançada, aquela criançada que não tinha o que fazer e juntava a criançada. A criançada pegava tijolo, pegava até as telhas, tudo. Ele montou. Se você vê, agora, tem noites que você não consegue dormir de tanta batucada; olha, tem

gente que dobra no bar." O bar "tem luz, tudo, primeiro começou a usar a luz do nosso prédio que um vizinho deu, depois ele pediu a Light ligou."

Considerados clandestinos, os bares não foram incluídos na concepção da vida no conjunto.

As mágoas, as alegrias, as agressões, como todo bar muito se divide. Muita estória contada e a contar dos pequenos bares.

Há até quem diga que as "barraquinhas de né podem ser até disfarce pra droga, a gente não sabe."

Tranqüilamente, os bares da Cohab I, com ou sem má fama, são frequentados por seus moradores.

Na Cidade Tiradentes, o campinho de futebol, para um morador, "nem compensa ir lá, porque geralmente é difícil ir lá e num ter uma discussão, uma briga." E os bares não funcionam, pergunto-lhe. Responde: "funcionar, funciona, mas o ambiente é que não é bom. Quer dizer, você pára com um colega, num fim de semana, pra tomar uma cerveja e conversar, você começa a conversar, daqui a pouco entra um, vem outro, começa a já mudar de assunto, e num tem acordo de conversar, e geralmente essa turma, que fica fim de semana assim nessas barraquinha, é tudo pessoa que num tem o que fazer."

Temos fotos de um bar na Cohab I, e outro na Cidade Tiradentes; datadas do mesmo dia, com algumas horas de diferença. As considerações acima talvez justifiquem que o primeiro esteja cheio de homens, e o outro quase vazio. Talvez ...

Na Cohab I, certas ruas e grupos de prédios entreabrem para algumas praças. Poucas. Pequenas. Até degradadas. Mas uma, única, na confluência das ruas Pde. Manuel Barreto, Pde. Estevão de

Oliveira e Pde. Tomás de Vilanova, ampla, transformou-se numa grande área de lazer. Rompe a ostensiva presença dos prédios. Um palco, com cobertura assemelhada ao dorso de um morcego, envolvido por grafites, convida para grandes festejos. Crianças acompanhadas brincam e correm todos os dias nessa praça. Em 1989, ela foi inaugurada, depois de 5 anos de luta da Comissão de Praça, que reunia mais de uma entidade, encabeçadas pela Associação dos Mutuários. Luta férrea, que, inclusive, envolveu contratempos com jogadores dos campos de futebol, que ocupavam a área.

Praça Dilva Gomes Martins: finalmente, um nome que faz sentido junto aos grupos populares, envolvidos nas tantas lutas da Cohab I. Uma militante ardorosa, já falecida.

A praça corta a monotonia de mais ou menos 40 prédios, que dela se beneficiam diretamente. Mas muitos são os que não a conhecem ou não a frequentam. Essa experiência, dizem os militantes, deve ser repetida em outros espaços disponíveis.

Simão, militante dos grupos populares da Cohab I, destaca a Comissão de Praça:

"A Cohab I, ela é essa cidade bonita que é hoje, diferente, bonita e tal, mas foi fruto de muita luta. Mas por que? Porque, o pessoal daqui ... que participa do nosso movimento existia esse pessoal motivado: olha, vou morar aqui, eu vou viver aqui, então, aqui, eu tenho que procurar criar um espaço legal de convivência. O próprio Roberto, que coordena a Comissão de Artesanato, e é participante da Comissão de Praça, ele casou aqui. Então, ele comprou um apartamento, de uma outra pessoa, ali na beira da praça, então, ele se motivou a lutar, a entrar na

Comissão de Praça. Por que ? Porque, ele falou, a praça vai ser onde meus filhos vão brincar."

No "O Bloco", em agosto de 1988, falava-se, a propósito da praça, do "desejo de ver esta 'Selva de Pedra' um pouco mais humanizada." E que "é muito importante quando as pessoas se lembram que são gente e que não vieram para São Paulo apenas para 'tentar a vida', mas 'para viver'".

Embora na avenida Waldemar Tietz a Zito Imobiliária, que compra, vende, aluga casas, apartamentos e terrenos, enriqueça vendendo apartamentos da Cohab I, e boa parte dos negócios sejam indiferentes às normas da Cohab-SF, o certo é que a Cohab I não é uma "cidade arrivista de gente que não pretende ficar", como definia o poeta Ascânio Lopes a propósito de algumas cidades mineiras (2).

Simão, comparando a Cohab I à Cidade Tiradentes, diz:

"O pessoal que veio aqui pra Cohab I, quando ele mudou, aqui, foi assim: 'agora eu estou no meu apartamento'. Ai, aqui, mesmo com dificuldades, ele conseguiu reunir forças pra lutar. Cidade Tiradentes tem uma característica interessante, o pessoal foi pra lá, chegou lá, quer sair. Ele não quer se enraizar." Emenda, Cidade Tiradentes é mais violenta, mais isolada, e seus moradores, hoje, são mais pobres: "a população tá muito mais miserável do que há dez anos atrás, tá muito mais pobre, muito mais empobrecida." E A Cohab I "tinha ainda o bairro de Itaquera

(2). Do poema "Cataguazes", de 1928. In: Brito, Mário da Silva, Poesia do Modernismo, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1968, p.106.

e Guaianazes pra lá; Cidade Tiradentes não tem mais nada, eles estão isolados, no limite."

As entrevistas em Tiradentes confirmam essa vontade emergente de mudar. Como diz o padre Chico: *"ninguém quer envelhecer na Cidade Tiradentes."* Um alerta, a amostra não é significativa. Diria, então, aos que assim se sentem, a necessidade de sobrevivência torna Cidade Tiradentes a sua sina.

As pinturas dos artistas de Itaquera I revelam o sonho de um espaço qualificado, qualitativo. A "Arte na Rua" assim indica, em espaços comunitários, em paredes de prédios, em espaços institucionais, como o da biblioteca municipal, com nova placa indicativa e toda grafitada.

No muro grafitado de um dos prédios, a inscrição dura contra o piche: *"Não piche ... Faça Arte ... Use o talento e a imaginação !!"*

Próximo ao Centro de Convivência, numa creche, outro grafite transcreve: *"Esta é a natureza"*, envolta por montanha, sol, árvores, cobras, pássaros, peixe, água e barco. Outra transcrição: *"Ame a natureza e então proteja o que ela põs à sua volta"*. ao lado, a figura de um cata-vento. A motivação é o que está ausente.

"Tentativas por voltar atrás ou por viver como se não é como é".

Nos grafites, aparecem cores, motivos, que não repetem a imagem do conjunto, mas seu inverso. São sonhos, memórias, imaginação que reprovam o que se vê ao redor, de alguma forma, e essa revolta, poeticamente, fixa-se em algumas fachadas.

lornando, também e de certo modo, aquele espaço acinzentado, outra "coisa".

Não, a Cohab I não é a Cataguazes, sem geometria, nem estilo europeu, nem invasão americana, do poeta Ascânio Lopes:

"Vale a pena viver em ti.

Nem inquietude,

nem peso inútil de recordações

Mas a confiança que nasce das coisas que não mudam bruscas,

nem ficam eternas."(3)

Mas quantos lugares podem, assim serenamente, definir sua modernidade.

O nível da prática urbana não é só reflexo da forma urbana dos conjuntos habitacionais, mas também não é o reino da liberdade. É o nível dos conteúdos, por vezes, adversos. Seja como for, nos termos de Henri Lefebvre, no prefácio do livro de Philippe Boudon, sobre Pessac de Le Corbusier, é o nível dos efeitos de uma maneira de viver, de um estilo (ou ausência de estilo). Mais ou menos fortemente marcada por um grupo, a obra social, coletiva e individual, descobre-se como obra. Neste nível se manifesta um sentido, uma racionalidade concreta mais elevada e mais complexa, que a racionalidade abstrata (a do plano)⁽⁴⁾.

É quando se criam identidades, quando, ao menos, são procuradas, ou, ainda, quando se sente dramaticamente sua ausência.

(3). Op. cit. p.109.

(4). Boudon, Philippe, Pessac de Le Corbusier / Pessac II, Le Corbusier, Paris, Dunod, 1985.

Há uma certa rebeldia na prática urbana, porque trata do espaço vivido: o susto e o alarme, as apreensões, os sofrimentos, o silêncio, a adaptação e a apiação, a felicidade comedida, a segurança como conquista, a recusa escandalizada, a luta e o compromisso coletivo, a alegria de qualquer forma de encontro, que esse modo de vida atrai. É o nível de quem vive, não de quem concebe.

Como enfrentaram o rigor do espaço onde moram: através de uma ação individual, com reformas nos apartamentos e nas casas, ou mesmo nos prédios; e numa atuação essencialmente coletiva, através dos grupos populares, que lutaram e lutam em benefício do conjunto como um todo. Mesmo ao morador mais imerso no anonimato, que esse espaço reforça, essa atitude coletiva pode tê-lo alcançado. Por meio dos abaixo-assinados, que numa dada época, os anos 80 em especial, circularam por demais no conjunto. É próprio de Itaquera I afirmar lideranças populares, que se valem, por vezes, de mediações de políticos, até das assistentes sociais, mas não submergem a elas, ou se descaracterizam através delas. Se esses grupos populares não são conhecidos por grande parte dos moradores, inclusive porque, como cidade dormitório, como dizem, recebem muitos desses moradores somente por algumas horas ou dias, o eco político da ação coletiva tem certa intensidade. E há, mais que nunca, o embate entre a identidade do morador, que se consolida, e a identidade abstrata da autoridade, que tenta se firmar, com a produção e reprodução de um espaço "planejado". Aquele imediatamente afeto a instâncias mais amplas e distantes, que, como já vimos, atingem cotidianamente o morador.

Enquanto esse embate é pressentido, ressentido, consciente e politicamente enfrentado, ou, ao contrário e ao mesmo tempo, sequer imaginado, os moradores da Cohab I configuraram e configuram o espaço onde vivem, afirmando ou contrariando o projeto original. Passaram de um momento, quando viviam de imediato "a falta e a necessidade", isto é, o nível do infra-cotidiano, a uma vida cotidiana estabelecida, ou o nível do cotidiano.

Embora admitindo a possibilidade de interferência, no mínimo na seleção, agrupamento, entrosamento do material, produto das entrevistas não diretivas realizadas e dos jornais populares recolhidos, não é mais minha voz ou fala, nem minha escrita, ou sequer minha observação, que norteiam o discurso que segue, mas as vozes múltiplas, que ouvi. Elas é que servirão de instrumento. Concertadas, distinguidas, quando se tornar necessário, para traçar os temas que os entrevistados revelaram. Nas diferenças dos diversos moradores há identidades, há pontos de vista e experiências comuns, mesmo que não necessariamente partilhadas. Agora, abre-se uma grande aspa. Eles falam⁽⁵⁾ (6)

(5). A forma de condução de tantas vozes, em tantas direções, foi-me intuída pelo contato com a obra de Diderot, muitos anos atrás, quando estudante da Aliança Francesa. Numa busca, inclusive aleatória, confirmada em : Lefebvre, Henri, Diderot - ou les affirmations fondamentales du matérialisme, Paris, L'Arche éditeur, 1983, pp.204 a 219. Claro está que só consigo torná-la motivo de estímulo.

(6). Quem fala são os moradores da Cidade Tiradentes, de Itaquera II, do Jardim São Paulo, em encontros fortuitos. E, especialmente, os moradores de Itaquera I, que na rua ou em casa, estiveram comigo; os movimentos populares de Itaquera I - Associação dos Mutuários, Grupo de Ruas, Grupo de Jovens, Grupo de Mulheres, Assindic -, através de muitos de seus integrantes, em mais de uma entrevista individual ou encontro coletivo. Além de conversas com funcionário de creche, professores e diretor de escola do conjunto. E de uma redação sobre o tema "Como é viver na Cohab", aplicada a 22 adolescentes, de 8ª série, do colégio Octacílio Carvalho Lopes.

As entrevistas foram feitas entre 1989 e 1991.

Soma-se a elas o acervo dos jornais "Voz da Comunidade" e "O Bloco", de 1981 a 1991, com alguns intervalos, frutos de hiatos na produção desses jornais populares.

FILA DE INSCRIÇÃO

"Foi duro. Foi um sacrifício para pegar. Anos de inscrição. Na época de pegar, aquelas filas de dormir. A gente ia no domingo, dormia lá. Ia de manhã, no domingo, para pegar as vagas na segunda-feira.

Saiu na televisão, no jornal. Teve tumulto, teve o entretantos, teve porque era aquela politicagem: pessoal que conhecia político para passar na fila.

O pessoal conta que fez a inscrição e ficou tantos anos na fila. E outros não ficaram nem um mês.

João Aparecido de Paula era um safado, ele fazia parte do negócio da habitação, ele tinha acesso lá na câmara, a pessoa paga, mas passa na frente de qualquer um. As casas, qualquer casa dessas, que tem lá, você pode contar a casa que não foi por vereador. Ele era o dono. Numa reunião da comunidade nós pusemos ele na parede. De uns 5 anos pra cá, acabou essa coisa dele. Agora ele está mais nesta região de Vila Dalila, Vila Matilde.

Aqui, no começo, ficou assim: era carta de vereador, de deputado, eles tinham acesso a tudo. Quando nós conseguimos esse prédio aqui, você pode contar quem não foi por indicação de governador, de alguma coisa assim".

O NOVO SISTEMA DE VIDA

"Foi muita misturada, ninguém escolheu quem é daqui, quem tem essa certa condição, quem é assado, quem vai morar aqui, quem vai morar ali. Aqui veio gente de todo lado.

Naquela época, nós tivemos sorte, ainda, de ser as pessoas que podiam escolher o apartamento. Depois, eles começaram a sortear. O desespero de vir morar era grande.

Mudou um monte de uma vez, era tanta mudança que não dava nem para o pessoal passar.

A gente teve um choque. Você estava acostumado com um sistema de vida. Vivia, assim, em casa separada. Não tinha problema, era uma vida sozinha. Você vê a cara dum vizinho de vez em quando, não tá sempre em contato. Aqui foi diferente. A vida da gente não se torna assim tão privativa. É tudo porta com porta. No começo a gente achava que não ia acostumar. Um outro modo de vida, e isso é traumático nos primeiros anos.

Cada um de um lugar, de um jeito, as pessoas aqui se encontraram num prédio. Num prédio que a gente fala pombal, que isso aqui é uma favela disfarçada. Somos pessoas vindas de todos os lados, de costumes diferentes, bairros, cidades, estados. É uma mistura que precisa ter um equilíbrio para viver no prédio. Cada um tem um temperamento, tem um sistema de vida, então, no começo, a gente teve muito atrito. Esse negócio de barulho, de água, a maior briga. É preciso passar por um processo de readaptação para conviver nesse espaço fechado, sufocado.

A gente que mora embaixo, no térreo, é um pouco prejudicado. O térreo é o lugar onde todo mundo passa e limpa os pés.

Eu já costumo dizer: eu sonhei com uma casa e moro suspensa no ar.

Uma casinha qualquer aí, você está sufocado, você sai lá no quintal, sai no muro, lá na frente, você conversa com o vizinho. É diferente. Aqui você perde a cultura, e tem que criar uma nova cultura. Para criar uma nova cultura vai levar bastante anos. Você vai se ambientando. Mudando de temperamento.

Uma das maiores dificuldades, que se encontra em trabalhar conjuntamente, é a origem de cada um que vem para cá. Nós temos uma composição de camadas diferenciadas, muito diferenciadas. Nós temos gente que adquiriu apartamento com 4 rendas familiares juntas, e tem gente que esconde a renda para vir morar aqui. Dá dificuldade para que você una as pessoas. Você encontra uma divergência muito grande no prédio, porque um passa quase fome, com a renda que ganha, e outro tem 2, 3 carros. Tem gente que mora na Cohab e não se sabe como conseguiu. Tem pessoas de todos os níveis aqui, não vamos falar só nível baixo.

Tem muita gente boa, muita gente ruim, que não era para morar aqui.

Pelo motivo de viver tudo amontoado, temos condições de estar passando, participando, mas não acontece isso. As pessoas se isolam muito. O pessoal se trancava nos prédios, nos apartamentos. Tem um pouco a característica de ser cidade dormitório: o cara chega à noite e tal.

O pessoal falava: o governo fez um monte de casa e jogou o pessoal lá dentro. Comentava-se na época, não houve preocupação infra-estrutura. Um monte de concreto desse, que não atinge 60 m² de construção. A Cohab constroi as casas apertadíssimas. A cidade é dormitório, não tem a participação do dia a dia. Não tem nada. Toda a Zona Leste, só Mogi das Cruzes e Suzano tem alguma coisa.

A construção desse conjunto foi uma decisão política. Um grupo de pessoas iluminadas projetaram e disseram: para calar a boca desse pessoal que está gritando muito, por causa da moradia, vamos dar caixa de fósforo para eles. Uma questão de um projeto econômico: você vai construir para umas pessoas bem humildes, então a casa pode ser de qualquer jeito.

Uma cidade dessas é como se fosse uma cidade no deserto, quer dizer, só prédios e asfalto.

A maioria desses conjuntos foram feitos para os trabalhadores dormir, recuperar as energias, para, no outro dia, ficar pronto para produzir novamente.

Foi na época da repressão militar: juntou-se o maior número de pessoas no menor espaço possível, porque era muito mais fácil de controlar.

Não sei se vocês repararam, quando é época de eleição, onde que é feito os maiores comícios: nos conjuntos habitacionais. Eles fazem comício numa rua, quantas milhares de pessoas moram numa rua, porque numa rua de casa é bem pouco o número de pessoas. O pessoal fica em cima, no prédio, na janela, nem precisa descer.

Eu acho que é uma forma de dividir, porque como é uma discrepância muito grande, o pessoal tem medo de se envolver. Quando a gente chegou aqui, a gente tinha medo. Era um medo muito grande. Você não sabia quem ia ser o seu vizinho, quem ia morar embaixo, quem ia morar em cima.

Na época do Bourroul, ele começou a entregar aqui. Ele impôs esse sistema, tinha um livro com o regulamento. Eu acho que se põe uma pessoa assim, a gente vai ser manipulado, vai tirar a voz da gente. A gente tinha que obedecer aquele regulamento: não podia pendurar a roupa para fora de jeito nenhum, se a gente não mudasse dentro de 3 dias, ele tomava o apartamento. Ficou aquele negócio de reformar correndo. O pessoal tinha aquele medo, o medo de perder o apartamento, porque não foi fácil a gente enfrentar as filas.

Depois, alguém foi tomando consciência, foi mudando a cabeça. A gente foi se organizando, e agora é tudo cheio de varal, de muro

Aqui foi montado, planejado um sistema de vida. Quase que melhor que uma moradia comum. Vamos dizer que eu compro um terreno pros lados de Mogi e qualquer coisa, eu não tenho nada de infra-estrutura, nem água sequer. Então, eu vou ter que lutar contra o ambiente, que eu não conheço. Aqui não, foi planejado.

E se criou esse conjunto com a seguinte concepção: toda a infra-estrutura está aí instalada. Aí à disposição da comunidade. Mas fundamentada em que? Analisava-se muito a questão do loteamento clandestino, da favela. Quer dizer, realmente, comparando-se o loteamento clandestino e a favela, a gente tinha toda a infra-estrutura. Nós chegamos aqui e encontramos luz,

encontramos asfalto e alguns equipamentos, precariamente, comparando com o loteamento".

TUDO RÚSTICO E IGUAL

"Não tinha paisagem, não tinha nada, só eram os prédios puros, sem grades. Tudo pelado. Prédios armados, mal-acabados. Em volta dos prédios, nada.

Não tinha portão, nada. Dentro do prédio, o chão era, assim, mais grosso, mais rustico, aquele cimentado rústico. As paredes, a gente via os blocos.

Eu peguei com encanamento entupido. Térreo sempre problema. Eu tive que separar o esgoto.

Eu também separei o meu.

Os prédios construídos com material de terceira qualidade. As empreiteiras entregam de qualquer jeito. Os moradores recompõem as instalações.

Tudo sem referência para você se basear. A gente não saber aonde é nossa casa. Vê se pode !

Tinha janelas azuis, outras amarelas. A gente contava os prédios para guardar como referência.

Para você se identificar bem, você tem que falar o número do prédio. É 662, 700, 450. Assim você identifica, vai direto. Se for o número do apartamento, têm milhares 11b, 13b ...

Antigamente era tudo aberto, não tinha as grades, que tem

agora, então, você entrava numa rua, olhava os prédios e falava: onde eu estou? Dava uma volta e se perdia, se confundia.

As casas eram rústicas. A terra era tanta, o barro, perdia o chinelo. Um quartinho que era desse tamanho, apertado. A gente, se passava do lado, batia no outro. Por que não fazem uma coisa melhor? Porque é pobre? Porque é operário? O país só vive por causa do operário. Então, coitados, sem uma casinha boa.

Isso aí parecia o cemitério da Vila Formosa, quando entregaram pra gente.

Não tinha luz. Deus me livre se a gente continuasse daquele jeito."

O SISTEMA DE PRÉDIOS: A CONVIVENCIA NOS PRÉDIOS

"Num prédio onde tem 60 famílias, o máximo que você tem amizade é 5 famílias. O resto você quase não vê. No máximo, uma reunião de condomínio, rapidinho.

Você tem concentrado num pequeno espaço mais de 60 mil pessoas. A relação de vizinhança é diferente.

As vezes, eu achava que essa dificuldade de relacionamento era mais próprio do conjunto.

O problema nosso aqui é o espaço, nós não temos espaço. A Cohab fez uma coisa errada, não deixa espaço para nada, nem para fazer um salãozinho. Se quer fazer um aniversário, a gente faz mais de teimoso.

Dentro dos prédios, o pessoal quer guardar os carros. As crianças correm, brincam nas escadas, pessoal assistindo televisão, briga com as crianças. É muita pressão. Elas não podem brincar. Faz um pouco de barulho, de noite, aqui fora, o pessoal já fica bravo, porque vai ter que levantar de madrugada. E elas, vão onde espaiar? Para pessoas com filhos não é fácil. Segurar as crianças dentro de casa, parece presídio.

As pessoas vivem enclausuradas. Ficam fechadas dentro de casa. A cidade é dormitório. Dentro da casa da gente uma maravilha. Por fora, sempre tem problema.

Sou mais pra dentro de minha casa.

Sobre as brigas de moradores, o negócio é sério. A adaptação difícil. A convivência com os vizinhos é difícil. É um barril de pólvora. Estranho isso no conjunto, não é uma coisa que tenha aquela convivência: um quer fazer uma coisa, outro quer outra. Tem pessoas que com o passar dos anos vão se adaptando. Agora as pessoas se ambientaram mais. Outras não conseguiram. A maioria não se habitua. Não é como morar em casa térrea.

que respeitar as pessoas, certas coisas se pode fazer, tem que aprender a viver em comunidade.

No Jardim São Paulo, as coisas são muito separadas. Portas fechadas. Em 30 famílias num prédio, o pessoal tem coragem de separar até as escadas: A, B, C. Ninguém quer saber de se misturar com o outro, cada um na sua.

Em Tiradentes, o pessoal não tem aquela união, um não conversa com o outro. As pessoas são um pouco agressivas. É uma

brigalhada, causa do condomínio. Não pagam. Estão até pra cortar a nossa água.

Já saiu briga agora, aqui, por causa de água, porque nós fomos lavar um tapete aí fora, e uma senhora do 5o andar veio falar pra gente poupar água do marido dela.

Janela com janela. Um em cima do outro. Um se mete muito na vida do outro.

A mulher amando e eu tava escutando. Se faz xixi, escuta; se colocar um copo em cima da mesa dá pra escutar. É baixinho daí faz barulho. Só quem mora aqui sabe as conseqüências.

Já aconteceu até mortes, tudo isso é o condicionamento que o indivíduo está sofrendo por morar aqui, em Itaquera I. Isso influencia na questão psicológica, na questão emocional.

Você vira encontra um prédio, vira encontra outro prédio. De noite ouve briga. Você fica tenso.

Lá no meu prédio também é no baixo, e tem outro prédio que o piso dele dá no nosso 3o andar. Vira e mexe tem pessoal lá fazendo batuque. É a noite inteira. Você não dorme. No outro dia, eu estou levantando igual ao lixo. Isso é uma desgraça.

A gente tenta fazer com que as pessoas saiam, extravasem um pouco esse condicionamento. Mas é difícil, porque a massa que se coloca é tão grande, que ele se condiciona às quatro paredes de seu apartamento. Por causa do sistema, às vezes, você se acomoda dentro de seu canto, isso aqui é muito forte.

Aqui não tem meio de diversão, seja pra criança, pro jovem, ou pro proprio idoso. Então, é sair, andar, e ficar na porta de seu apartamento.

Eu sei que meu marido está doido pra mudar daqui. A gente não consegue se adaptar é com os vizinhos mesmo. A maior parte tem que ser bom dia, boa tarde, boa noite.

Sai do centro, vim pela questão financeira. O que captei nesses prediozinhos, que são mais bonitos que os arranha-céus do centro da cidade, é o senso de comunidade, o senso de união. É um pessoal muito unido, dentro dessas gradinhas, que você vai vendo; desses jardins que se formam. Você sente uma grande unidade, por mais que existe as suas diferenças. Um pessoal que batalha por alguma coisa, por uma pintura diferente no prédio, por uma grade diferente na frente. É nesse lugar que a gente cresce. Na 9 de Julho, no centro, entrava no elevador, e ninguém cumprimentava. Aqui não, aqui a gente sente o outro."

A FALTA DE SERVIÇOS NO COMEÇO

"Esse conjunto todo vazio, fechado, escuro, não tinha luz na rua. Tinha rua esburacada. A gente tinha problema com comércio, transporte. Como a batalha da mulher foi dura pra comprar pão e leite, logo de manhã. Aí, depois, as peruas descobriram a gente. Eram as peruas na porta.

Os perueiros vieram aqui salvar a nossa pátria, para a gente sobreviver. Mas o preço era o que bem entendiam.

Tinha ônibus de graça pra levar o pessoal ao Jardim Marília e Vila Dalila, em supermercados. Pegavam o pessoal, e não se pagava nada. Tem gente que só ia pra passear.

O lugar era menos progressista, de onde a gente veio.

Não tinha transportes, era tudo longe. A gente saía do serviço 5 horas, chegava às 8, porque era uma linha de ônibus só. Era longe, era difícil. A gente tinha que brigar para entrar dentro do ônibus. Muitas pessoas aqui perderam o emprego, principalmente em 1982, 83, início da crise, porque não conseguiam entrar no ônibus. O ônibus já partia do ponto inicial superlotado.

Eles fizeram o conjunto, mas esqueceram do transporte, das escolas. Padarias, farmácias, escolas, tudo fora do conjunto, em Arthur Alvim e nas redondezas. A gente aqui não tinha nada. Mas a gente ia sabia dos espaços reservados. A Cohab já deixava áreas para isso e para aquilo. Mas para isso, você tinha que conquistar. A gente não sabia direito como é que eram as áreas. Depois, nós ficamos mais organizados para coisas assim práticas. Foi a partir daí que nós começamos a brigar.

São as necessidades básicas do dia a dia, quer dizer, transporte, comércio, serviços de saúde, segurança, tudo isso a gente tinha carência.

A mulherada foi pra rua com faixa, a maior confusão nós fizemos aí.

Aqui melhorou 100%. Teve bastante melhora do começo.

Aqui tem tudo: pronto-socorro, farmácia, padaria,

supermercado, feira, vareição. Depois de alguns anos, que a gente estava começou a ter tudo.

Como pobre não vou falar que nós estamos no céu, mas também não estamos no inferno.

Aqui a coisa é um pouquinho organizada, você tem todos os benefícios perto. Hoje o conjunto está bem amparado. Antes não era assim.

Há uma preocupação. Politicamente tem que explorar o conjunto, porque tem muitas pessoas. É uma concentração maior de pessoas. Com uma cobrança pequena, eles vêm, não é como em bairro.

Em Tiradentes o meio de vida ainda é muito difícil, a gente não encontra nada pra comprar. Se você quer uma coisa melhor, você tem que sair daqui pra ir pro centro da cidade.

Não tem segurança. A condução é péssima. Pronto-socorro só no nome, pois não tem médico.

Antigamente, também, logo que nós mudamos pra cá, era uma perua que passava. Passava de manhã, ditava a lista - pão, leite - e eles traziam à tarde. Mas depois, a gente conseguiu o comércio. Tudo caro. Além da gente estar no fim do mundo, não tem nada pra gente encontrar."

RELAÇÃO DE TUTELA COM A COHAB

"A Cohab, ela tinha mesmo, no começo, essa relação meio de tutela, de tutela com os mutuários. Tinha mil problemas iniciais.

O pessoal nunca morou em prédio. Os síndicos corriam muito na Cohab; o cara não quer pagar o condomínio, o que eu faço ?

A Cohab fez muito um papel de tutela, inclusive, ela tinha um posto com assistentes sociais dentro dos conjuntos. No começo, uma relação política muito ruim; dar espaço para tua entidade, para a sociedade de amigos, mas com a preocupação de estar influenciando ali, depois cobrar dividendos políticos.

Itaquera I era uma ilha sob o jugo da Cohab. Com o tempo, a Cohab perde o controle.

A gente tinha assistentes sociais aqui, a gente fazia reclamação. Quando tinha muitos atritos nos prédios, o síndico ia lá e elas convocavam reuniões nos prédios. Elas davam uma orientação, davam muita dica pra gente. Mas tinham que esperar a gente reagir. Quem tem que assumir é a gente.

O centro comunitário era mais para reunião de prédio. Elas usavam mais para reunião para orientar os moradores, que estavam morando em condomínio. Orientavam sobre os carnês. E existia muito conflito logo que o conjunto foi entregue. O pessoal veio pra cá sem base nenhuma, nem sabia como conviver em condomínio. Era uma briga danada nas reuniões.

As vezes, elas ficavam limitadas, por causa de ser funcionário. Mas elas queriam mostrar que o conjunto era nosso, e que a gente tinha que estar assumindo. Mas a comunidade não estava preparada para entender que o departamento, onde trabalhava a assistente social, era um pronto-socorro. Levavam toda a reclamação para as assistentes sociais programadas para dar a resposta de conveniência com a Cohab.

Mas nós, aqui, conseguimos transformar até as pessoas, o comportamento das pessoas, das próprias assistentes sociais. Elas foram amadurecendo também. De tal maneira que elas traziam a informação que nos interessava. Elas foram se identificando com as respostas da gente.

Porque o papel da assistente social é ajudar a comunidade cega a enxergar e fazer o caminho. Se ela conhece o caminho, ela deve estar ajudando a comunidade a construir o seu próprio caminho, ficar trazendo recado e ficar passando recado. E geralmente os recados, quando vêm de lá, são autoritários, são arbitrários.

Para mim, não adianta recorrer à Cohab, que você vai ser enrolado. Ela sempre quis tirar dos ombros esse ônus. Ela entregou o conjunto: agora vocês se viram, se organizem. Acho que a Cohab não está nem aí, não quer nem é saber de nada.

A Cohab não dá muito apoio: entregou e a turma que se vira. Quer dizer que estas partes, se a pessoa não procurar resolver entre os moradores, procurar a Cohab pouco adianta.

Toda vez que a Cohab fazia convocação para reuniões lotava o centro comunitário. Era diferente de quando a entidade convocava. Tem essa questão aí, que é de fundamental importância. Então nós conversando com a assistente social, ela se identificando com as propostas da gente, então, todas as reuniões, que a gente marcava, era convocado com a participação dessa assistente social. Ela representando a Cohab. Então, ficou fácil da gente trabalhar.

Ela foi aprendendo com a comunidade. Ela foi sensível e a comunidade até converteu ela. Por baixo dos panos ajudava a gente."

A ADMINISTRAÇÃO DO CONDOMÍNIO

" Meu marido foi síndico. Minha Nossa Senhora, tinha dia que o homem não dormia. Chegava a conta de água, aquele preço, aí tinha que dividir, tanto para tanto. Você vai conversar e o fulano não aceita. Fulano bate a porta, só falta mandar o prédio na tua cara.

Ninguém quer ser síndico. Aquela responsabilidade. Aquela visão: síndico é ladrão. É muito difícil, quarenta naturezas completamente diferentes. Quando um quer uma coisa, o outro não quer.

Só uma coisa, aqui, a única coisa que você sabe que você gastou é somente a conta de luz. Você sabe, fui eu que gastei. O resto não. Porque, se você, na tua casa, só são dois filhos, tem outra casa que tem cinco, seis, sete, e paga a mesma coisa que você. Por isso, eu acho que o condomínio é uma coisa muito errada.

Agora tem a Associação dos Síndicos, a Assindic. Antes de ter a Assindic o que acontecia: quando tinha muito problema num prédio, o que o síndico fazia, colocava em cartório, despachante.

A gente é sócio da Assindic. Se a pessoa está atrasada com o

condomínio, passou de um mês, dois meses, leva lá na Assindic. Ai eles mandam cartinha de cobrança, é uma espécie de pressão.

Um pessoal sem muita formação, mais charlatão mesmo. Eles são assim curiosos, não têm formação nenhuma adequada para aquilo.

Juridicamente a lei federal é para todos os edifícios, é pobre e rico, mas na prática o pessoal do conjunto habitacional da Cohab I, da Zona Leste, não estava preparado pra conviver em edifício, em condomínio. É um pouco diferente. Eles não têm consciência do que é morar em condomínio. A gente da Assindic está tentando explicar para eles como se deve proceder num edifício, a boa harmonia entre os condôminos, a vizinhança, o problema da lei do silêncio, que é a partir das 22 horas. O condômino se ressentem um pouco restrito em questão de festa, de aniversário no seu apartamento, e a gente orienta como proceder: faz requerimento pro síndico, pede autorização. Eles acham tudo isso uma depravação, uma coisa cortando a liberdade deles.

Não administramos condomínio, nós damos orientação jurídica. Temos mais ou menos 350 prédios filiados. E sócios também em Tiradentes: 20 prédios; Fernão Dias: 5 prédios; Cohab II: 30 a 40 prédios, etc.

Nosso forte é o departamento jurídico.

O maior número de ações é de cobrança de encargo de condomínio, só alguns casos é prestação de contas da antiga comissão.

A administradora particular é mais cara, a mensalidade no caso da entidade é irrisória. E quando entra com processo, pede apenas os custos do processo.

Poucos são os prédios em administradoras e os autogestionários: 30 mais ou menos, em cada caso.

A Cohab entregou os edifícios para os moradores, deu a chave: está aqui, a partir de agora vocês se organizem para administrar seu edifício. Nos fomos jogados à revelia. Ninguém foi instruído de como morar num apartamento.

Nesta época as assistentes sociais que vinham pra cá, na entrega das chaves de cada edifício, já no mesmo dia, já conseguia formar a comissão do prédio - presidente, síndico, secretário, tesoureiro -. Pessoas assumiam o cargo, apareceram outros problemas, problemas de despesas do edifício e outros. Aí foi onde nasceu a entidade, para tentar sanar esses problemas. Dar respaldo para a comissão.

E está dando certo, pelo menos na Cohab I. Nos últimos 9 anos, a entidade cresceu 17% ao ano.

O maior problema é a questão de área. Cada prédio pega um pedacinho da área do outro. E começa a briga. A entidade chega para arbitrar, quando não dá no diálogo, no processo.

Então, após a fundação desta entidade, vai o síndico ou o condômino na Cohab, ela encaminha para nós.

Pouco a pouco, o pessoal foi pegando confiança na entidade e se filiando.

Agora tem prédio lá na Tiradentes, na Cohab Tiradentes, está acontecendo o que aconteceu aqui na Cohab I: o síndico não tem confiança na entidade, os condôminos não acreditam que vão ser cobrados.

Somos uma associação de síndicos e moradores. Um ou outro vem aqui. A filiação é por prédio, e para se filiar um dos requisitos é este: o síndico fazer uma assembléia no edifício e pedir a aprovação dos condôminos. Tem que ter a anuência dos condôminos, tanto para se filiar, como para se retirar da entidade.

Eles se filiam aqui, eles querem fazer: eu sou responsável pela escadaria A, o outro pela B, o outro pela C. Não pode. O condomínio tem que ser uma administração única.

Aquele prédio está filiado a nós e os moradores e a comissão do prédio têm tanto a assistência jurídica, têm assistência social, têm um convênio da Ótica Internacional, a consulta é gratuita, têm o leite a granel, que é vendido, e nós temos o salão, lá no fundo, que eles podem usar para fazer assembléia de condomínio."

A CASA CONQUISTADA

"Eu gosto daqui ... Eu adoro aqui ... Eu não gosto daqui ...
As vezes aborrece, a convivência.

_ É que eu vivi sempre de aluguel. Aqui pelo menos é meu. A gente está pagando coisa que vai ser da gente. Pagar aluguel pros outros não era interessante. A casa é da gente.

_ Eu cheguei a morar em quintal que eu ficava o dia inteiro com aqueles baldes de fralda de xixi. Era um tanque pra três, quatro famílias. Então, eu gosto daqui, porque é meu pedacinho.

— Eu dou Graças a Deus de estar morando aqui, eu vim de cortiço. Nós viemos de cortiço. A gente tem o banheiro da gente, tem cômodo a mais, a casa é maior um pouco. Mas mora junto.

— Devo agradecer a Deus por tudo. Acho que aqui pra cada pessoa que não tinha uma casa pra morar, que não tinha um lugar pra inclinar a cabeça, e, de repente, surgiu isto aqui. Eu acho que foi uma dádiva, eu estou contente com meu pedacinho. Aqui pra mim está muito ótimo.

— Eu comecei foi em água de poço, com minha mãe. Negócio de bacia, agora tenho uma casa com azulejo. A gente pode ter uma geladeira, pode ter isso, aquilo. De primeiro, móveis de cozinha era mesa, fogão. Aqui, a gente pode ter alguma coisinha mais.

— Paga pouco, vive-se bem. Pagar barato arruma a vida da gente. Logo de começo não queria ficar aqui. Depois não penso em vender. Gostei porque vim morar no que é meu. A vantagem é não morar de aluguel. Prestação pode atrasar e aluguel de jeito nenhum.

Para a classe média baixa é um excelente lugar para se morar.

'D. Angélico na Comunidade ... Vocês estão vivendo no 'reinado' da Cohab, mas tem gente vivendo em cortiços, favelas, etc.' (Voz da Comunidade, novembro/dezembro de 1985)

— Pago bem mais em conta, senão saia e não olhava nem pra trás. Nós estamos num Brasil, que quem precisa aguenta. A dificuldade financeira nossa é um absurdo. Você tendo onde morar já é alguma coisa.

— Foi esse que deu pra gente. A gente tem que ficar com esse e se conformar, quem sabe dias melhores virão. Eu sou ambiciosa.

Eu gosto daqui, mas se eu tivesse uma casa, lugar melhor, claro. Eu não estou parada, eu vou lutar para um dia eu ter uma coisa assim com mais espaço.

Se eu disser que eu gosto daqui, eu não gosto, eu nunca gostei. A gente tem a condução na porta, tudo, mas esse negócio de amanhecer o dia você dar de cara com a vizinha. O meu prédio é ótimo, eu não tenho inimizade com ninguém, mas sabe aquele negocinho, quem que é acostumado a morar numa casa e ter aquele espaço, e hoje ficar naquele pedacinho ali.

Eu morava numa casa pequena, um cômodo e cozinha. Hoje, eu tenho o quarto dos meus filhos, tenho sala, tenho tudo. De dentro de casa eu gosto. Se eu pudesse pegar aquelas quatro paredes e ir montar lá no lugar, que tivesse, assim, mais espaço, que eu abrisse as janelas e não visse aquelas paredes pra cima, eu acho que seria bem melhor."

NUS OUTROS CONJUNTOS ...

"Os outros conjuntos, a turma fala muito mal: Tiradentes, Prestes Maia. Aqui na Cohab II já é melhor. Itaquera I é melhor ainda.

Aqui na Cohab II é diferente da Cohab I. Lá é tudo cercado, arrumaram a frente. Tudo pintado, azulejo nas paredes. Aqui eles não arrumaram nada. É aberto, entra e sai quem quiser. O nível das pessoas é melhor na Cohab I.

Jardim São Paulo é longe de tudo. Tirando padaria, farmácia, açougue, as outras coisas que você quer fazer tem que ir na cidade. Em Itaquera ou o Parque D. Pedro, ou a Praça da Sé.

Em Tiradentes, a vida aqui não é boa. É ruim de tudo. grande a distância e a falta de coisas que nós temos. O posto de saúde esta quase pra fechar.

Lá, onde eu morava, a gente saia pra trabalhar. Eu mesmo trabalhava, fazia limpeza nas casas das mulheres. Tinha meu dinheiro pra comprar minhas coisas, que eu precisava. Agora, aqui, so espero por um marido, só. É um sozinho pra trabalhar, pra dar comer pra 7 filhos, que eu tenho em casa. Sete. Eu não posso trabalhar, porque aqui tem muito assalto. A gente sai pra trabalhar, deixa a casa da gente, chega e não acha nada. Aqui uma cidade bem violenta.

Aqui é difícil até pra você fazer amizade, porque você tem que pensar duas vezes pra você conversar com as pessoas. O nível de vida aqui é muito baixo. As pessoas que saem, que moram e outros locais, que vêm pra cá, não sabem definir: aqui é a Cidade Tiradentes, aqui não é centro, aqui não é Carrão, aqui não é Tatuapé.

Eu tenho que fazer minha vida aqui, agora as pessoas não colaboram. Aqui ninguém confia em ninguém.

Eu moro aqui há cinco anos. Eu fui a primeira moradora desse prédio. Eu não queria ficar aqui, até como hoje eu não quero. Porque parece que aqui o lugar não ajuda a gente. Aqui parece que a gente não se desenvolve, a gente fica parada no tempo. Passa ano, entra ano e você tá sempre na mesma. Você não se desenvolve. Não consigo explicar como.

O meu marido, quando a gente morava lá pro lado do Tatuapé, ele tinha três carros e um caminhão, depois que nós mudamos pra cá acabou tudo. Nem carro, nem caminhão, ele tem. Em serviço, quando nós mudamos pra cá, ele trabalhava num serviço ótimo, já fazia quase 6 anos, que ele trabalhava, tinha carro, tudo. Depois que a gente mudou pra cá, acabou tudo. Não sei como. Agora a sorte deixou a gente aqui. O tempo fica parado. Fica esquisito.

Nossa, aqui, é tudo mais caro. No Tatuapé, meu marido traz carne de lá, ele paga onze cruzados, num quilo de bife, aqui, a gente paga quinze, vinte.

O local, aqui, é muito discriminado.

Quando eu fui assinar uma ficha nessa firma, que eu trabalhava, quando leram Cidade Tiradentes: - Não tem vaga! Não tem vaga! Tive muito boa sorte, quando eu ia descendo as escadinhas, o rapaz me chamou: - Eu vou admitir a senhora, mas pelo patrão ...

A condução, a gente quer pegar um ônibus de tarde, a gente fica na fila, tem cinco na frente da gente, quando a gente vai subir no ônibus já tem trinta, quarenta. Os outros invadem.

Hinha mãe mora em favela. Lá, eu acho uma delícia. Não saio de lá. Lá não tem fofoca, não tem briga, não tem nada de um falar do outro. Muito diferente do que aqui. Lá a gente vive mais solta, porque aqui a gente não pode sair pra viajar, quando a gente volta é capaz de não ter nada além da casa da gente.

As crianças vivem que nem um animalzinho. O menino estuda como daqui a cem metros, mais ou menos. Não tenho confiança de

deixar o menino ir sozinho pra escola. Em pleno meio dia, tem tiroteio.

A gente vive que nem uns animais, preso. Porque se bate alguém na sua porta, você tem medo. Você vive tensa, aqui, no lugar. Qualquer pessoa que passe, aqui, no prédio, você julga. Esse é o mal da gente, que a gente julga todo mundo.

Eu não tenho esperança de melhorar, principalmente, agora, com esse mutirão de casas que eles tão fazendo aí. Vai ficar pior. Em vez de evoluir, vai cada vez regredindo mais. Como quando inaugurou o Castro Alves, que foi depois daqui da Tiradentes.

Jogaram ao léu o pessoal. Pra desbravar aquele local.

O pobre, em si, nós somos considerados classe B. Nós comemos mal, vestimos mal, vivemos mal, ganhamos mal. É uma realidade. Todos os itens taxados como subnutridos.

Não tá valendo a pena a morada da gente. É um sofrimento.

Vila Guilherme, onde morava, era diferente. Morava no centro, saía, ponto de ônibus na porta, todo aquele luxo, mas prefiro aqui. Aqui pude trabalhar e fazer o que gosto: servir a comunidade. Lá, só tem pessoas de poder aquisitivo ótimo. Lá, só querem a gente pra escravizar, pra passar, trabalhar de empregada doméstica, e tudo. E aqui, na Cidade Tiradentes, tive a oportunidade de crescer, conhecer pessoas. Fiz um bom relacionamento com o prefeito da época (Mário Covas), com o governo na época (Quércia) e com várias pessoas. Apesar de morar longe, numa periferia, pude ser eu mesma. No meio do mato, mas eu pude crescer e minha batalha com as pessoas é isto."

OS CONJUNTOS HABITACIONAIS

"Nossa associação não é contra o conjunto habitacional. O que a gente é contra, é cidades habitacionais. Tipo Cohab I, Cidade Tiradentes, onde, se houve planejamento, foi muito irresponsável. Ou, houve um planejamento de não se preocupar com a população, com o bem estar da população, com a cabeça das pessoas. Houve a preocupação de dar uma resposta imediata para um problema, que era milhares de famílias vindo para os grandes centros e não tendo onde morar, e um sistema habitacional muito questionável. Aí tinham que dar uma resposta, pegaram esse modelo de conjunto exportado por outros países, e que foram já negados em outros lugares, viram que era inviável para o convívio social, para as pessoas, pelo menos, que crescem nesse tipo de conjunto. Então, a gente acha que tem que ter planejamento para fazer um conjunto habitacional. Tem que pensar no encontro das pessoas, no lazer para criança brincar, nas atividades sociais. Pensar também na garagem. Eu sei que isso pode ser um sonho, mas eu acho que a população merece isso. Pode ser que a gente esteja muito longe, país de Terceiro Mundo, atrasado, periferia de grande metrópole. Mas eu acho muito mais violento você pôr as pessoas neste tipo de conjunto.

Esse espaço eu sentia, algumas pessoas também, com quem a gente encontrava, sentiam que era um espaço muito frio, muito ruim. Espaço que não permitia convivência, espaço que isolava as pessoas. Você não tinha como viver aqui dentro. Não dava espaço para a vida. Principalmente, porque nós viemos do

interior, a maior parte é migrante, teve uma vida diferente em outro lugar, teve outra experiência de vida, antes daqui, que talvez tivesse mais sentido.

Por exemplo, os conjuntos têm poucas saídas. Aqui tem três. A gente sentia que era uma preocupação de juntar o pessoal. E se um dia cai uma repressão violenta em cima da gente aqui, como que a gente sai do conjunto? Eles fecham as saídas, a gente fica sufocado. Esquisito isso. Não é uma coisa que eu tenho clara, se é proposital isso.

Eu moro aqui, eu vivo aqui, eu participo aqui. E daí a gente partiu, a gente não tinha outra saída, eu não tinha como sair daqui. Enquanto morador, eu estou aqui dentro, o que eu vou fazer? Vamos tentar transformar esse espaço mais agradável. Vamos tornar esse espaço um pouco mais vida, um pouco mais sentido. Vamos tentar resistir a esse tipo de violência que eles colocar. Então, eu acho que nossa preocupação enquanto morador, enquanto associação, enquanto grupos que se organizaram é nesse sentido: se organizar para tentar resistir a esse tipo de violência.

Quando a gente mudou aqui, nossa, não tinha nada. Agora, é lógico que a gente, em muitos momentos, procurou lutar pelas nossas necessidades imediatas, que era uma questão de sobrevivência: ter um posto de saúde, colocar meu filho na escola ... Vamos batalhar para conquistar melhorias aqui para gente. Porque é aqui que a gente vai morar, que a gente vai viver agora.

A Cohab I, como foi o primeiro conjunto, a primeira grande experiência no Brasil de ser um conjunto deste tamanho, ele ainda tem algumas salvasões. Por exemplo, em 1979, ele era super-isolado do resto da cidade. Ele era isolado. Não tinha infraestrutura. Era como é mais ou menos a Cidade Tiradentes, só que ainda, aqui, foi deixado alguns espaços, que, hoje, a gente está procurando ocupar. Teve ainda um pouco mais de espaço esta Cohab, ainda bem que nós abrimos os olhos. Por exemplo, lá em cima a gente está querendo construir a praça; ali, um centro de cultura; aqui, um campo de futebol. Agora, eu acho grave a Cidade Tiradentes. Ali, na Cidade Tiradentes, é tudo morro, não dá para você fazer uma praça, fazer um campo de futebol. Aqui, ainda dá. Os prédios são mais apertados. O conjunto muito maior, também. Você perde um pouco a identidade. Cidade Tiradentes é mais difícil você recuperar aquilo como uma cidade, dar uma característica de cidade para ele. É uma população mais sofrida.

Analisando o conjunto Santa Etelvina, hoje, eu paro a discussão com relação aos arquitetos. Porque não é do passado, não é da ditadura militar a construção daquele conjunto. Aquilo ali é um absurdo. Levaram 18 mil famílias para aquele conjunto. No total me parece que tem 2 ou 3 campos de futebol. Aí você tem a coragem de pedir segurança. Você quer o que, que não tenha marginal num lugar desses?

Nós tivemos privilégio aqui, porque você vai nas outras Cohabs não tem tanto terreno assim. Aqui tinha muitos terrenos vazios, reservados para área de lazer, para banco, para comércio.

No governo do Jânio era aquela questão de mais moradia, daí ele não respeitou nada: lugar que era para creche, para escola,

para isso, para aquilo. Puseram aquele monte de alicerces que iam construir prédio.

'Cohab constrói mais 600 apartamentos dentro de nosso conjunto. A Associação dos Mutuários faz uma denúncia: 'A Cohab está fazendo prédios em terrenos que na planta original era destinado para creches, escolas infantis e comércio. A Associação pensa em entrar com ação judicial para embargar as obras.' (O Bloco, novembro de 1987)

O pessoal se organizou, acampou lá no terreno. Tivemos uma luta para eles respeitarem os lugares, tinham que respeitar os lugares. Porque ali não, você faz prédios lá em outro lugar, mas aqui não vai fazer. Tem alguns lugares que eles começaram e que esqueceram, aí, depois, mudou a administração e como sempre nunca tem verba para continuar, ficou só servindo um monte de bandido. Tem famílias que estão morando lá, assim mesmo sem acabar.

E o problema que a gente está encontrando é assim: vocês já têm casa para morar, e não estão pensando nos outros.

Quando a gente tinha reunião com eles, discutindo para eles não construírem mais prédios, porque a infra-estrutura que a gente tinha aqui não era nem suficiente pra gente, porque, às vezes, falta ônibus, falta creche, a gente sempre está brigando pra ter mais. Daí, eles iam colocar mais sei quantos habitantes aqui. Daí a gente estava brigando, porque a gente não queria isso. Tinha até um engenheiro que falava isso pra gente: 'mas vai vir um pessoal de classe média, vocês têm que dar Graças a Deus, porque vai elevar o padrão do conjunto', como se a gente não fosse nada.

O problema do adensamento traz um problema social para a comunidade já aqui instalada. É o problema da escola, quer dizer, vai ter os moradores um brigando contra o outro por uma vaga na escola, vai ter os trabalhadores brigando um contra o outro para entrar no ônibus. Vai trazer problema para quem já tinha problema, vai aumentar o problema. Agora nós não somos contra a ocupação. Adensar aqui não, quem manda aqui somos nós.

Vem com aquela mentalidade, começam a construir, nem consultam a gente.

Teve uma época aqui que houve a morte de um menino, aí a comunidade começou a reivindicar mais segurança, um posto policial. Aí eles despejaram as entidades de um centro comunitário, para instalar uma delegacia de polícia civil. A gente quer delegacia, num lugar da delegacia, mas não no centro comunitário. Centro comunitário é lugar das entidades, da organização da comunidade, construído para isso. É um espaço comunitário. E é necessário isso, porque o apartamento é tão pequeno, se for fazer uma reunião, cabe 10 pessoas numa salinha.

'A forma da Cohab decidir foi autoritária. Foi um desrespeito não convocar a população, organizada através de suas entidades para discutir a questão; desrespeito à forma democrática de participação do povo daqui; e desrespeito às entidades que mantinham atividades naquele local ... Se assim se proceder, outros centros comunitários poderão ser tomados.' (Voz da Comunidade, fevereiro de 1986)

Tem uma escola no centro comunitário, até hoje nós não conseguimos tirar aquela EMEI - Escola Municipal de Educação Infantil -, porque na idéia da Cohab estes conjuntos são por

determinado tempo, futuramente ia só ficar velho aqui. Ia crescer, mas depois o pessoal não ia ficar, ia embora. Então, eles não queriam nem construir muitas escolas e EMEIs. E aqui tinha muita criança, muita. Então, eles precisaram usar o centro comunitário. Nós brigamos até hoje, porque eu acho que aqui tem que construir mais uma escola; estão faltando duas EMEIs. Aqui tem áreas reservadas, que eles não construíram. Usaram o centro comunitário. Na Cohab, eles acham, na idéia de quem construiu, que futuramente isso aqui ia ficar uma cidade abandonada. Só que eles também não imaginaram que o entorno, também, ia usar a escola, ia usar a creche. Sabe, eles não tiveram esta percepção.

A gente não queria este negócio isolado. A gente quer daqui para fora, de fora para dentro. Tem que ser integrado. Não está mais separado, mas separava. A gente sentia, porque a tendência, se a gente não tomar cuidado, se fecha. A gente tem que estar sempre atenta, porque senão se fecha mesmo, se isola; o pessoal do conjunto se isola.

'A gente sabe da difícil tarefa que é ser comunidade dentro dessa estrutura dura que é o conjunto habitacional, onde a tendência cada vez mais crescente é as pessoas se fecharem dentro de si, de seus apartamentos e dos prédios, se isolando dos outros e se isolando do mundo.' (Voz da Comunidade, setembro de 1986)

A evolução, as coisas foram crescendo. A Cohab, você chegou e já está tudo pronto. O pessoal vem com aquela impressão de que a Cohab entregou arrumado. É verdade, aqui já tinha asfalto, água e luz, mas tem estas coisas que são muito mais importantes, que nós construímos. Tudo, tudo, nós que construímos. Tem coisa, você não tem tudo pronto. Agora nós estamos preocupados é com a

area verde, porque só tem prédio, não tem mais nada aqui; então, precisa ter lugar para você, por exemplo, respirar um pouco, sentar fora um pouco, sair. Ainda está faltando área verde, a gente não tem, nós precisamos brigar por isso.

‘Quem viu ou está vendo a construção e as reformas de praças esportivas aqui na Cohab (Av. 4 e setor acima das casas) deve estar até contente e orgulhoso de ver nosso conjunto ficando mais bonito, com mais área para o lazer e o esporte.

Mas não pense que isso foi um presente do prefeito que saiu ou do outro que entrou. Já faz tempo que as entidades aqui do conjunto, principalmente as mais combativas, vêm reivindicando da extinta Emurb e da Cohab. Se não fosse o pessoal fazer pressão, existiria ... É somente organizados que iremos fazer deste conjunto a mais bela vila operária da cidade’. (Voz da Comunidade, fevereiro de 1986)

Esse projeto é o seguinte: aquela concepção de pobreza, que parece que a gente vai ficar estático. Daqui você não vai passar. E aí Itaquera I quebra hoje todos esses conceitos. É um dos conjuntos habitacionais que tem o maior índice de automóvel. Aí eu espero que os projetistas do futuro analisem esse lado. Hoje a gente está tendo o maior problema social, que é a questão da gente ter espaço para colocar os automóveis dos trabalhadores, que tiveram condição de progredir. A gente espera projeto sem aquele conceito de pobreza. Aqui foi feito para pobre, um absurdo, isso é se perpetuar na pobreza. Nós não podemos assumir isso. Hoje as pessoas estão brigando, estão marginalizando as crianças, porque no espaço que ficou reservado para as crianças estão guardando os carros. Quer dizer, as

crianças estão na rua. Hoje a gente está brigando para construir lombadas, porque nossas crianças estão na rua. Então, estamos fazendo uma nova briga para as nossas crianças terem acesso à rua também. Então existe essa dinâmica.

Eu vejo muito falar da participação popular, mas eu não te chamo para o meu projeto, entendeu.

Eu acho que a gente está fazendo uma cidade. Nós estamos fazendo uma reformulação geral nessa cidade. Eu acredito que quando o técnico parar e fazer a seguinte análise, que ele vai se formar para servir a sociedade, talvez não seja necessário a gente ficar eternamente lutando para fazer essa transformação, porque ele vai ser sensível.

O arquiteto vindo participar, discutir como faria esta transformação, num projeto futuro, ele já vai estar embutindo todas essas mudanças, essas necessidades, que a gente sente.

Na União Soviética, eles são capazes de construir um conjunto que tem cinema, que tem biblioteca. Na minha idéia é o seguinte: é aquela beleza grega, romana, com aqueles pilares.

O arquiteto jamais ia fazer um conjunto como estão fazendo na Cidade Tiradentes, quando eles pensarem pelo lado humano, começarem a ter uma visão que todo mundo luta para ter um padrão de vida melhor.

O conjunto tem que ser mais estruturado, com mais condição para a pessoa vir para o conjunto, se estabilizar e não ter que alugar e vender para procurar outro lugar melhor.

si, no geral, a idéia não ruim, ter conjuntos habitacionais.

— Mas esse problema da gente ter um setor de casas, setor de prédios, setor de comércio, é maravilhoso. Melhor que aquilo misturado. Quanto a isso é bom. Cidade Tiradentes é igual a Brasília, cada um tem seu setor. Inclusive, acho bonito e gosto.

— Essa diferença, a gente não chega a sentir. Não sei se é porque a gente trabalha muito. Mas pode sentir as crianças. Porque a gente está impondo a qualidade de vida para elas. E elas estão aceitando. A gente está impondo o que a gente pode oferecer para elas.

— É muito grande. Vai se transformar numa cidade, futuramente unificados: Jardim São Paulo, Juscelino, Inácio Monteiro, Cidade Tiradentes, Castro Alves, Sítio Conceição, Prestes Maia.

— Você colocou a questão do histórico dos conjuntos. As vezes, a gente tem a impressão de que é uma coisa nova, que a gente caiu de para-quedas aqui, como muitos caíram mesmo, mas uma coisa que tem histórico, uma coisa que tem sido estudada, pesquisada, e a gente viu como ela colocou, seria até interessante a gente estar pesquisando para saber, que aí passa a ser uma história nossa também.

— Nós estávamos fazendo um movimento, tentando participar a nível de arquidiocese, de igreja, tentar verificar uma fórmula da gente impedir a construção desse tipo de conjunto, por exemplo, Cidade Tiradentes. Nós tínhamos vontade de ter participado do governo da Cohab, enquanto associação (Associação dos Mutuários), porque a gente tinha esse tipo de experiência, e não deu, porque o grupo político que entrou na Cohab, era de um movimento, que ainda não tinha essa percepção. Eles tinham a percepção de

construir casas para a população, que está sem casa, mas eles não tinham essa sensibilidade, que eu acho que é uma questão de sensibilidade "

AS REFORMAS NAO PARAM

O apartamento

"São três tipos de tamanho. Tem os pequenos, que parecem kitchenette. Ele é assim: tem a sala comprida. Você entra, aqui, no corredorzinho, tem o banheiro e o quarto, daí é a área de serviço, só isso. É bem pequenininho. O nosso prédio só tem dois: o médio e o grande. É tudo com dois quartos, mas só que a sala é maior. Aí tem pessoas que por causa disso ela dividiu, fez três quartos. Alternativo, você pode fazer três. E o médio é a mesma coisa, só que a sala é a metade.

A arquitetura padrão é a mesma. Quando o morador entra, modifica a seu gosto. Vai depender do nível de organização dos moradores dos prédios.

A gente reformou dentro de casa.

Eu estou começando. Nós aqui no prédio temos só três apartamentos que estão reformados. Agora que o pessoal está começando a reformar. Agora tem pessoas que é igualzinho ao que a Cohab entregou, que não teve condições, até hoje, de mudar. Então, é assim uma desproporção muito grande. Enquanto tem gente com todas as condições, tem gente lá em baixo. Tem apartamento lindo, luxuoso. Se você entrar fica boba.

O apartamento também é valorizado pela estrutura, pela reforma que é feita.

Quem conhece, chega e pergunta: nossa, como vocês conseguiram esse apartamento bonito; a Cohab entrega assim? Ninguém vem com aquela impressão que era rústico.

Eu vendi o apartamento lá na Cohab II, pra comprar aqui uma casa. Eu gostava do apartamento. Mas a família é grande, muita gente. E quando minhas filhas casadas iam lá com as crianças, os netos não ficavam parados no apartamento. Já ficavam na escada, eu não gostava. Na casa tem quintal, é gostoso.

Pra quem mora em apartamento e faz parte de uma família grande, deve concordar que é difícil viver em um ambiente tão pequeno, com uma família numerosa. Mas o jeito é dar um jeito. E assim, quando se acha que os apartamentos se tornam verdadeiros apartamentos, usa-se o jeitinho: ou você sai e se distrai, ou se distrai em casa mesmo, com os vizinhos e amigos.

As pessoas lutaram para ter a sua casa bonita, mesmo que na parte interna. Como você é individualista, você está preocupado só com o teu meio ambiente, não está preocupado com o geralzão."

O prédio

" Aqui, eu acho, que só tem duas famílias que eram de um nível um pouco maior, mas como a gente era do mesmo nível, nós não conseguimos ainda arrumar o prédio, porque o pessoal veio bem baixo.

— Nas escadas, o nosso prédio é todo revestido. Por fora tem granito. Tem corrimão. Fizemos pintura diferente, é ajardinado. Muda-se a feição original. Muda-se as janelas, as escadarias.

Todos os prédios preocupados em fazer uma benfeitoria. Cada um se preocupa com o visual do prédio. Melhorar o aspecto visual da coisa. Tem um lugar pobre, mas digno de você morar.

Tem grade aqui, tem ali, você tem um portão atrás, é um pouco o reflexo do clima de insegurança. Você tem grade em tudo quanto é lugar aqui.

Era aberto, tinha gente que roubava botijão de gás, roubava roupa, essas coisas. Por causa de segurança e aquelas coisas, você é obrigado a fechar. Cercam para evitar confusão de criança. Não veio ordem nenhuma para fechar, fecharam o condomínio sem pedir ordem.

— Já faz uns 6, 7 anos, mais ou menos, teve uma briga lá no condomínio. Nós fomos conversar com o engenheiro da Cohab, porque o 740, ele pôs uma cerca de arame farpado e pegou até uma parte do nosso prédio. Aí o engenheiro falou pra gente: 'não pode construir; esse condomínio pode ser fechado só dos lados, nas laterais.' Mas como todo mundo foi fechando, foi colocando grade, ficou desse jeito.

Quando a gente recebeu os apartamentos, elas, as assistentes sociais, explicaram que ninguém tem direito de estacionamento assim reservado. O estacionamento é na rua. Depois foi que o pessoal foi fazendo garagem, aí a moda pegou, muita gente fez garagem, sem a terra ser do prédio. Depois de uns 2, 3 anos que a gente estava aqui.

Não tem controle. As reformas são meio clandestinas. Tudo construção malfeita, mal organizada. As vezes, tinha briga por causa de espaço. Pegam área que não é do prédio. Cercam sem planta. Um acusa o outro de pegar sua área.

Eles vindo aqui, na Assindic a gente fala, quando tem que fazer algum melhoramento, tem que fazer o melhoramento no edifício, para favorecer a todos, nunca uma escadaria, a outra, e a outra, porque senão uma escadaria faz uma coisa, a outra faz de lajota, a outra faz de granito. A orientação dada, infelizmente, muitas coisas escapam. O pessoal sai daqui, chega lá, faz um negócio totalmente diferente.

Separam prédios por escada - A,B,C 40, 60 famílias. Separam a comissão de prédio por escada, separam por questões de melhoria.

Tem muitos prédios que estão tão organizados. Lá, no meu prédio, eles não param de mexer nele, eles ficam direto quebrando os muros, e fazendo outros por cima.

Quando fizeram o conjunto, fizeram com tanta pressa, que não pensaram, que um dia a população daqui pudesse ter carro. Os estacionamentos são na rua. Ai começou a ter roubo de carro. Ai o pessoal, vamos dizer, antes de pensar na criança, pensaram no carro. Mentalidade capitalista. Antes de pensar na tua cabeça, vamos pensar na segurança das minhas coisas, da minha casa. Então, por isso a preocupação de fechar com a grade e fazer garagem nos prédios, para os carros; então, tiraram todos os espaços, que, nos prédios, tinha para criança, pelo menos a maioria. Poucos prédios tiveram essa preocupação. E tinha alguns dos prédios, que além de fazer o estacionamento, tinha um

regulamento: 'criança não pode brincar, é proibido a criança brincar no estacionamento.' Foi um problema, porque os prédios foram projetados com um mínimo de espaço.

No nosso prédio nós fizemos um jardim atrás, e ficou uma área bem gostosa lá. Agora dá para as crianças aproveitarem. Antes não, elas estavam bem debaixo da minha janela e não era possível.

Aqui, enche de garagem. Criança fica só atrás. As crianças não têm onde ficar: corredor do prédio, estacionamento. Não tem onde brincar.

Então, algumas delas participaram da reivindicação da Praça Dilva Gomes.

'As crianças do grupo Alicerce e Chocolate (cerca de 15 crianças) ... recolheram quase 600 assinaturas para um abaixo-assinado para a construção da praça começar logo.' (O Bloco, novembro de 1987)

'As reuniões consecutivas e as intermináveis promessas da Cohab/SP não conseguiram cansar a população. Muito menos as crianças que subiram e desceram escadas buscando assinaturas para o abaixo-assinado que foi entregue ao engo da Cohab/SP para que apressassem o início da obra. Estas crianças fazem parte do Grupo Alicerce e elas têm uma preocupação que entendem melhor que ninguém: a falta de espaços para brincarem. Por isso elas lutam, apesar da pouca idade.

O Grupo Alicerce tem 06 e 12 anos, e hoje é com orgulho que passam em frente ao terreno e dizem: 'esta é a praça que nós conquistamos.' (O Bloco, agosto de 1988)

'O slide 'Apertamento', produzido pelo Centro de Comunicação da Cohab I ... retrata a falta de lazer nos conjuntos habitacionais.' (O Bloco, março de 1988)"

A COHAB ARRUMADA

"Não era um bairro bom. Não tínhamos postos de saúde, padaria, comércio, transportes. Coisas básicas, não tínhamos. Agora tem, mas ainda está defasado, não supre a necessidade do bairro.

A Cohab evoluiu bastante de uns tempos pra cá. Tem supermercado, mercados, padarias, farmácias, médicos, video locadoras, bibliotecas, escolas, creches, quadras esportivas, etc. Há uma igreja que está em reformas. Há uma delegacia.

Eu moro aqui há 12 anos, sei muito bem o que passamos para chegar até o bairro ficar desenvolvido, bem arrumado.

Eles fizeram esses conjuntos proibindo vender pinga, proibindo ter outros tipos de atividades que gerassem discussão. Não pode ter botequim. Eu sou o maior defensor do botequim, que para mim é o seguinte: o único espaço cultural do trabalhador é o botequim. Por incrível que pareça, é o único. É no botequim que se discute tudo. Lá se discute religião, se discute se a mulher do vizinho é bonita ou se não é, se discute se o Corinthians ganhou ou empatou, se discute a questão do aposentado lá no Congresso. Então, vamos fazer um projeto que não crie isso, que não crie essa discussão, que essa discussão não interessa.

Vocês devem ter visto aí que tem quitanda, hoje, dentro dos conjuntos habitacionais, quer dizer, a própria comunidade atendeu às suas necessidades. Ela mesma buscando criar instrumentos para atender às suas necessidades, contrariando os projetos, e até contrariando, também, a legislação que está aí.

Não é um bairro violento. É bem movimentado.

Aqui, na Cohab, é um lugar movimentado. Temos muitas linhas de ônibus, que ligam o bairro à cidade, e temos o transporte mais importante de São Paulo, é o metrô, a estação Arthur Alvim, e ainda tem o trem.

O ruim da Cohab é não ter diversões por perto, exemplos: lanchonetes, cinemas, danceterias, etc. Bom, isso não importa, pois as praças substituem isso. Nos domingos há shows na praça, que agora tem um palco coberto.

Não faz muito tempo que fizeram a praça. Já fui lá andar de bicicleta. E lá vai bastante gente jogar bola, ficar conversando e andando de bicicleta. Só que deu uma briga. Nossa Senhora! Porque a Cohab contratou uma empreiteira sem vergonha, fazia de uma qualidade péssima. Para periferia dá qualquer coisa, que eles se contentam, calam a boca. Essa administração teve que recuperar a praça. Aquele palco, por exemplo, foi tão malfeito, caiu. O movimento reivindicou a praça, mas ele não estava preocupado para acompanhar os detalhes técnicos.

Não tem muita escolha, diversão tem que ir longe. Tem metrô, tudo, mas é longe, tinha que ser mais por aqui.

São diversos os locais de diversão, quando não estão dentro da Cohab I, geralmente estão próximos dela.

Em Arthur Alvim, nós temos postos de gasolina, lojas, mercados e três bancos, e fica a uns 15 minutos.

O que o pessoal queria era montar um bairro: posto de saúde, praça, centro esportivo.

A gente precisa construir aqui, espero daqui uns 5 ou 10 anos, restaurante, que a gente tenha lanchonete. Estamos brigando para ter uma casa de cultura. Tem que ter teatro, cinema. Ter, não aquele centro esportivo, temos que trabalhar para que tenha piscina, que as pessoas tenham tudo o que tem do outro lado, lá nos Jardins. Essa juventude ia começar a se interessar pela parte cultural. A gente está preocupada mais com a convivência, porque os filhos estão crescendo.

Eu acho que isso é possível. Não é fácil, mas é possível. A medida que você vai preenchendo a barriga, vêm outras fome.

Os pais da Cohab não vão falar para o filho: vamos ver Itatiaia, vamos ver Ipanema; então, o mundo dele vai ser aqui. Então, isso aqui tem que ser bonito. Eu tenho um orgulho, até porque participamos disso, ainda na época do governo Mário Covas: ter o conjunto mais bem arborizado. A gente vê muita gente cuidando das árvores, plantando árvores.

Foi uma briga o problema do velório. A gente ia fazer ali, do lado da igreja. A proposta era fazer ali do lado, e também uma pracinha. Quer dizer que não tem espaço para velar. O Jânio fez um velório muito bom, aqui, na Vila Formosa. Vamos dar a mão à palmatoria, muito bom mesmo. Então, lá tem, eu não sei, acho que agora não precisa, porque aqui precisava mais. O caixão não entra no apartamento, então, ficam brigando para pôr em centro

comunitário, aí não querem deixar pôr em centro comunitário. É uma briga.

— E uma briga sem luta, porque não sabem lutar aquilo que têm direito.

‘Na Cohab, os apartamentos são pequenos; velar nos locais públicos (igreja, centro comunitário, etc.) não é permitido, e é anti-higiênico; os cemitérios estão longe (e são caros). Então, nada mais justo haver um local próprio para isso, dentro do conjunto (que é uma verdadeira cidade).’ (O Bloco, março de 1988). Aqui, morre muita gente, que é lógico, mora muita gente. Então, estava-se usando os centros comunitários para velório; que é proibido.

Muita gente acha que foi planejado. Muita gente acha que foi obra do governo. O ônibus que nós temos, o governo que quis dar; posto de saúde, o governo que quis dar. Não sabe que tudo foi resultado de luta. a maioria não sabe mesmo. Não foi de mão beijada, mas dá a entender. O pessoal pensa que foi assim fácil. Você vê, nós perdemos uma vez esse Belém-Líder, e foi uma luta nossa de conseguir de novo, para o Belém-Cidade Líder voltar, para passar por aqui dentro de novo. Aí eles falam: ‘a CHTC voltou. A CHTC já voltou de novo.’ Pensa que é assim, e não é.

Quando a gente pegou o conjunto não era assim; então, foi mais as lutas dos movimentos.

O pessoal se identifica com o assistencialismo, nega o lado político. Luta de estrutura, não assistencialista, mais política, mais concreta. O pessoal não entende isso, que traria resultados futuros. Meia dúzia de pessoas lutam.

Eles vendo que eles construíram, eles acharam que tinha que ter comércio. E o pessoal, também, reclamando ajudou."

U MOVIMENTO POPULAR

"Quando colocaram a gente aqui no conjunto, a Cohab tutelava as pessoas, tutelava as entidades. Eles falavam: pode até surgir associações. Mas eles não esperavam que algumas pessoas escapassem daquele tipo de pessoas que eles queriam aqui.

Porque você percebia, assim, que o técnico, ele tem um limite. Ele pode ir até certo ponto, depois ele não pode ir mais. Mas nós não, a gente extrapolava isso. Foi uma coisa que nasceu fora dos limites da Cohab, que o BNH impunha. Então, foi um negócio que surgiu na margem. Desde 1980, movimentos mais intensos, na medida que não se tinha nada.

"Aqui na Zona Leste e também na Cohab I o povo está se organizando e ficando cada vez mais forte (Voz da Comunidade, agosto/setembro de 1984)

Com esse caráter de luta, de conscientização, de brigar, inclusive, com o BNH, não se esperava tanto. Foi um negócio que surgiu espontaneamente de algumas pessoas que percebiam essa tutela, essa relação ruim. Tinha associações que não tinham visão, por exemplo, associações, que eram formadas por um político, que depois queria sair candidato, usava a associação para fazer politicagem. Tipo aquelas sociedades amigos tradicionais, com um cacique político ali e tal. E surgiu associações diferentes.

A gente está engajado em torno de um monte de lutas. Na democratização do país, a gente participou ativamente. A luta partidária. A luta para ter condições de vida melhores para a população, para os filhos.

Na década de 70 você não tinha sindicato, não tinha liberdade de organização. O pessoal se manifestava dentro da Igreja. A Igreja fazia um papel, às vezes, de associação.

No dia 01 de setembro foi realizada uma assembléia com a participação de alguns membros de nossa Comunidade Católica, com a finalidade de se discutir, questionar e avaliar o desenvolvimento e os caminhos de nossa Igreja em nível de setor e região ...

Em nível de setor

1. Formação de vários núcleos pelo conjunto;
2. Incentivo e participação da comunidade nos movimentos populares;
3. Dar mais vida a celebração de nossas lutas diárias;
4. Reconhecimento e valorização da mulher na comunidade.

Em nível de região (São Miguel)

1. Formação evangélica e sócio-política, assumida pela região;
2. Apoio da região de maneira organizada nas lutas populares e particulares. (Voz da Comunidade, setembro de 1983)

Inclusive, diversos grupos, que tem aqui, nasceram dentro da Igreja. Teve uma característica, que foi própria desse conjunto, que era a Igreja aqui. A comunidade católica foi que começou com todos os movimentos. D. Angélico, bispo da região de São Miguel,

teve mais importância que a Cohab. O padre Joe, a Dilva, conseguiram aglutinar as pessoas para diversos tipos de tarefas.

A maior parte dos grupos surgiu a partir da liderança do Joe. Ele foi tão forte aqui. Ele deu uma força aqui no movimento. Tudo aqui tem a mão dele, não adianta. Se for escrever qualquer coisa sobre a Cohab e não falar sobre o Joe, a história está sendo falsa. Lutou e serviu de orientador. Não se centrava apenas na Igreja, mas nas portas, favelas, prédios. A linha da congregação dele era mais aberta.

Já estava começando acho que aquela crise de desemprego. Ai também já se formou o Grupo dos Desempregados e o Movimento dos Desempregados. Ai começamos a nos organizar, até quando nos acampamos no Ibirapuera. O acampamento lá no Ibirapuera, ao todo parece que eram 16 grupos. 'O número de desempregados em nossa Cohab aumenta assustadoramente. Muita gente nossa não consegue pagar prestação' (Voz da Comunidade, dezembro de 1983)

Os movimentos de creches, transportes, saúde, os carreteiros se formaram. Porque era assim: uma comunidade tem que ser voltada para fora, não pode ser voltada para dentro; então, a proposta sempre foi esta. Tinha o movimento da igreja, que era a primeira coisa que o pessoal queria, era construir a igreja, ter um lugar para ter o espaço da Igreja.

A AFEI - Ação Fraternal entre Irmãos - é uma entidade de assessoria à educação infantil, criada com o padre Joe. Trabalha com crianças de 7 a 14 anos. Tudo começou com os carreteiros.

É assim, menino que está largado, tem família, mas é largado, mora aqui pro lado da Barroca, aqui da Esperantinópolis, ali na Cidade Líder, favelas que não tinham nada de organização,

alguns aqui também do conjunto. Então, as crianças vinham pedir nos prédios, catavam na feira. A gente estava preocupada com isso. Então, a gente começou a fazer amizade com as crianças. Primeiro era na casa do Joe, depois nós arrumamos este terreno, nos pegamos, é uma invasão. Nós fizemos o barracão. Nós começamos a brincar com as crianças. A gente fazia a sopa de sábado. Fazia passeio. O mestre dava aula de karatê. Nós começamos a fazer ligação com os Sofredores da Rua, lá da Sé. A preocupação do Joe era fazer a criançada ser respeitada, e o povo da Cohab perceber que existe esta criançada pobre. A gente tinha contato com o pessoal de Pirituba, Brás, Zona Leste, Zona Sul, era tudo um trabalho integrado dos meninos e meninas. Tinha a Pastoral do Menor, a gente se envolvia muito com a Pastoral do Menor.

A gente já estava muito com as crianças, a gente queria também envolver a família. Então, a gente fazia visita para a família. A gente começou a trabalhar com as mães também das crianças.

A gente foi percebendo que só de sábado já não era suficiente, descobrimos que existia uma verba, que podia pegar e liberar algumas pessoas para trabalhar com as crianças. Ai até formamos uma entidade, a AFEI, porque juridicamente você precisa ter uma entidade, para poder trabalhar. Receber verbas da Prefeitura, dinheiro da LBA.

E sobre, assim, as lutas, a gente, eu não sei, parece que veio um pessoal pra cá, a própria Cohab diz que aqui é um conjunto que as pessoas batalham.

Então, tinha muita iniciativa, coisa que os outros não tiveram, acho que não tiveram a sorte de ter o Joe, o Agenor, que

fundou a Associação dos Mutuários, a Dilva. Que dava mais motivação para o pessoal ficar aqui.

A Dilva era catequista. Fazia esse trabalho dos 'círculos bíblicos' tinha a Pastoral de Saúde, depois ela fundou o movimento de saúde.

A Pastoral de Saúde tinha um trabalho de visitar os doentes. Saiu uma preocupação com a criança excepcional, que aqui no conjunto tinha muitas. Depois, também, fundou um movimento que era para sair de dentro das paredes da Igreja, e sair para lutar por hospital. Mas é depois de muita reflexão. Você começava a fazer uma reflexão primeiro no doente. Tinha um doente, você tinha que fazer visita. De forma devagar, lenta, você começava a colocar a necessidade de ter postos de saúde, de ter hospitais. Calhou da própria Dilva ser atropelada e morrer, porque não tinha hospital aqui. Não deu para socorrer na hora. Ela estava andando no conjunto, dando aviso de que ia ter reunião. Ai isso motivou o pessoal e a luta engrossou. A partir disso, você tem, além da preocupação com os direitos, quando tem uma preocupação religiosa, uma motivação emocional, afetiva, acho que fica mais forte. Ai o movimento engrossou. Ela virou um símbolo, brigamos para ter o nome dela na praça. Estamos prestando uma homenagem a uma companheira de movimento, de luta.

Depois da morte dela, motivou, o pessoal conquistou o posto de saúde. Tinha o posto, mas só que depois da morte dela teve a reivindicação pelo hospital. Como o Mário Covas veio aqui no conjunto, numa assembléia enorme, o pessoal encurralou ele na parede, ele teve que assumir colocar um Pronto Atendimento - PA -, com ambulância, atendimento 24 horas, um mini pronto-socorro.

O Grupo de Saúde existe até hoje. Hoje é Conselho de Saúde, legalizado pela Secretária da Saúde, com eleição feita pelo povo, pelos usuários do posto. Com apoio do Movimento de Saúde da Zona Leste, com base em São Miguel. Começamos com a Comissão de Saúde, desde 81. O Conselho, desde 84. As pessoas da comunidade viram a necessidade de pessoas vigilantes no posto, para ver o bom funcionamento. As condições de higiene, atendimento, no geral. Formou-se a Comissão, trabalhava, reivindicava, mas para ser reconhecida teria que formar o Conselho.

Eu estava com o Claudio no braço e esperando a Daniela, e a companheira Dilva falou assim: 'você que tem um na barriga e outro no braço, você é favorável para a creche, você vai assumir a creche.'

Ela empurrava, praticamente empurrava. Eu me sentia assim uma pessoa muito fraca, eu achava que não ia dar para a coisa. Então, ela falava: 'você tem força sim, todo mundo tem, é só ir buscar que você acha. E você não está sozinha, tem mais gente com você'.

Eu pensei e fui. Eu achava que eu tinha que conquistar o meu espaço, assim, como dona de casa, como mulher, então eu fui. Ai, eu comecei a reunir as mulheradas. As pessoas que convivem com a gente, acha que a gente se tornou diferente. Eu sou faxineira numa tecelagem e participo do sindicato das faxineiras.

A cabeça da gente, da gente participar, a gente vai vendo mais as coisas diferentes. Então, a gente vai entender a cabeça das pessoas que só vivem naquele mundo. Que se todo mundo participasse, se todo mundo procurasse fazer alguma coisa, não tinha tempo para ficar perdendo, ali, naquele espaço tão pequeno.

A gente participando se torna mais fácil as coisas pra gente. Então, existe um diálogo, não é só uma pessoa, sufoca aquilo só consigo. Transmite, fica mais fácil.

Teve uma época que foi mal divulgado o nosso grupo, o Grupo das Mulheres, a turma entendeu isso aqui como uma escolinha de tricô, e como aqui a gente não tem taxa, não tem nada, a turma entendeu que era uma escolinha e era de graça. Mas apareceu gente de tanto lugar. O pessoal não entendia o espírito da coisa. Depois, quem tinha aquela vontade mesmo de participar, ficou.

Quando você tem uma relação com isso aqui, é difícil você largar. Eu não me veria morando em outro lugar, apesar de que, às vezes, você pode ter uma oportunidade. Porque você criou uma relação, você é cúmplice de tudo que aconteceu. É difícil desligar. Toda a luta, a maioria era mulher. O pessoal que ficava ali batalhando, que ia nas reuniões, que ia nas concentrações.

A gente do Grupo de Mulheres tem um ditado, que durante a semana a gente cuida de nós, e só no fim de semana a gente cuida da família, porque a gente precisa ser bem tratada.

Dói na gente, dói muito, as pessoas dando de mão beijada pros outros. Eu morro de dó, porque foi tão difícil conseguir.

Assim, as pessoas que estão vindo agora, muita gente que mora aqui, que é assim muito fechado, eles não sabem que foi o movimento que fez essas coisas. É o caso, colocaram luz ali atrás. Alguém disse: 'nossa, até que enfim a prefeitura colocou luz! ' Não é que colocou luz, assim, de graça, o pessoal brigou pra ter.

A gente precisa lutar muito pra não ficar fechado, porque a tendência do conjunto faz fazer isso mesmo. Então, você tem que

lutar, fazer um esforço para não acontecer. Por isso o pessoal se agrupou mais, foi para quebrar isso. Você consegue fazer coisas incríveis, então, isso é que dá orgulho de morar aqui.

A gente logo em 80, 81 já tinha a proposta de ter um jornalzinho aqui.

O Simão foi praticamente o jornal. Na época do 'Voz da Comunidade' você tinha o jornal da Igreja. 'O Bloco' é mais político e abrangente em termos de Cohab, que o 'Voz da Comunidade'. 'O Bloco' foi lançado em 7 de outubro de 1987.

'Na verdade, o trabalho da divulgação das notícias e acontecimentos do nosso conjunto, já vinha sendo feito no jornal 'Voz da Comunidade', que há 4 anos a Comunidade Católica vinha publicando e também no 'Boletim dos Mutuários', da Associação dos Mutuários. Do casamento dos dois nasceu O Bloco, que continua aquela missão, só que agora como um jornal de bairro ...

Pretendemos divulgar o trabalho dos diversos grupos, movimentos e organizações populares que realmente lutam para defender a população de nosso bairro e almejam um conjunto melhor para todos, não só materialmente, mas principalmente melhor nas relações humanas e sociais. Também terão espaço a história, luta e experiências de outras comunidades aqui da cidade, do Brasil e da América Latina, pois não somos um povo isolado.' (O Bloco, outubro de 1987)

Alcançar a comunidade enquanto Cohab, enquanto bairro é o objetivo do jornal. A tiragem antiga era 600, 700. Hoje são 100 números.

A cada número uma luta do que queríamos aqui na Cohab. Você percebia estes acontecimentos. Ele estava vivo e estava mostrando

o que estava acontecendo ao nosso redor e aqui dentro. O jornal sempre esteve nas lutas.

O Joe precisou sair, casou, foi embora. Ele ficou, acho, que uns três anos. Então, é uma pessoa muito forte, nós também já estávamos assim bem fortes na parte partidária. Você vai evoluindo, então, você vai vendo que não é só ficar na Igreja, você tem que ir para outros lugares, você tem que ir avançando, mudando. E no mesmo tempo, a Igreja ficou sem padre; vem um padre muito fraco, então, não consegue acompanhar, porque isso aqui é um monstro, isso aqui é um monstro. Então, saiu uma pessoa forte e entra outra e você quer jogar tudo para aquela pessoa, não tem estrutura, não aguenta.

Era o próprio povo que levava a luta, aqui foi isso, tanto que essa Cohab já está independente. Acho que está faltando muito pouquinho para ser independente.

Tinha muito abaixo-assinado. Nós já fizemos três mil para não sei o que; quarenta mil para não sei o que. A gente fazia porque, às vezes, não dá para ir todo mundo. Então, ia o grupo e os abaixo respectivos, não é. O que a gente subiu e desceu estas escadas.

Menina que evolução. Até fico boba, como a gente aprende. É uma coisa que antigamente era longe. Até no serviço da gente, tudo, acabou esta história.

Hoje a Igreja tem um papel mais apagado. Porque já tem as associações, já tem organizações populares mais fortes. Antes não tinha. Por exemplo, a nossa Associação dos Mutuários, foi uma fusão do movimento de creche, movimentos de desempregados, movimento de transportes, movimento de saúde. Eram diversos

movimentos, que eram pessoas que tinham um relacionamento, que era na Igreja. Então, vamos fazer uma associação, que aglutine todas essas forças, esses movimentos, que dê direção para todas essas lutas. A primeira diretoria, eram representantes de diversos grupos. Então, nasceu com um caráter bem variado.

Foi em 1983, quando veio o índice de reajuste da prestação maior que o índice de reajuste salarial, que se criou aquele movimento de mutuários nacional. Naquela época a gente já militava, mas militava mais no Partido dos Trabalhadores. O Partido dos Trabalhadores era recente. A gente, através do Partido dos Trabalhadores, começamos a nos conhecer. E aí, naquela época, eu falava da necessidade da gente criar uma associação. E foi difícil para mim convencer os companheiros, que estavam até na luta dos movimentos sindicais a mais tempo: 'é melhor ficar assim solto, movimento aqui, movimento ali.' (7)

Nós começamos a discutir a necessidade da gente fundar uma associação com outros princípios, que essa associação gerasse credibilidade na comunidade. E aí nós tínhamos uma divergência muito grande, porque alguns companheiros achavam que não, que não era por aí. Mais uma associação, era uma questão institucional, era apenas institucionalizar o movimento. Um ano depois, chegamos à conclusão da necessidade de fundar a associação.

(7). Muitos avaliam que o movimento sindical é completamente diferente dos movimentos populares. Mas, também e ao mesmo tempo, consideram sua experiência sindical como elemento para sua militância no movimento popular.

Dona Ierezinha, do Conselho de Saúde da Cohab I, vem de movimentos de bairro em Vila Ema, onde morava. E participa da política sindical, como oposição sindical aos metalúrgicos de São Paulo.

Senhor Antonio, da Assindic, garante que o sindicato é uma escola para ele.

Senhor Toninho, atual presidente da Associação dos Mutuários, desde 1966 em São Paulo, vindo de Salvador, avalia que sua vida começa com o movimento na Mercedes Benz, em São Bernardo, exatamente em 1977, quando se abriu para a vida e para o conhecimento das coisas.

Eles são alguns, entre muitos.

A gente passou a ser uma referência de organização, aqui, na Zona Leste.

Antes de vir morar aqui minha atividade era a seguinte: era jogar futebol e tomar cachaça. Vindo para cá, eu encontrei algumas pessoas, meus companheiros, que estudaram comigo lá no Senai, em Santo André, trabalharam comigo na fábrica. Eu trabalhei também na Ford, não como funcionário da Ford, mas numa empreiteira. Então, a partir daí a gente se juntou. Quem me trouxe, de fato, para militância foi o PT.

A gente não tinha espaço. A sede da Associação dos Mutuários era a minha casa, meu apartamento. No momento de discutir a distribuição desses espaços, que estavam ocupados por outras entidades, a nossa entidade e a Assindic foram as entidades que surgiram como representantes dos interesses dos moradores.

— Havia, parece, associações de corte costura, tinha vários matizes, todas elas de caráter bem conservador. O meu medo é que a gente caísse nessa associação conservadora.

A Federação das Associações de Mutuários, instituída aqui em São Paulo — FAMESP — tinha gente de Campinas, Ribeirão Preto, Bauru, Santos. A Associação dos Mutuários da Cohab I foi a primeira associação instituída no movimento do estado de São Paulo. Participou da fundação da Federação das Associações de Mutuários do Estado de São Paulo.

A Associação dos Mutuários cuida da parte de defesa do mutuário com relação à Cohab, ao BNH, à prestação.

‘A nossa Associação dos Mutuários participou no último dia 5 de uma reunião com o BNH. O tema da reunião, solicitada pela própria Associação, foi sobre a qualidade dos imóveis (casas e

apartamentos), em alguns casos, em péssimas situações. Rachaduras, vazamentos em caixas d'água, instalações elétricas malfeitas, etc." (Voz da Comunidade, março de 1985)

Teve vários grupos dentro da Associação: saúde, desempregados (Grupo de Desempregados 5 de setembro), transportes, Grupo de Ruas, de cultura, Grupos de Negros, creche, Comissão de Praças, luta pelo velório. As lutas são divididas. A gente divide em equipes.

No começo, conseguimos detectar que a prioridade zero era o transporte coletivo, porque essa imensidão de pessoas para morar aqui e tinha apenas uma linha de ônibus, uma empresa de ônibus, com 15 ônibus; quer dizer, muitos trabalhadores perderam o emprego porque não conseguiam entrar nos ônibus. Começamos a discutir a questão do transporte, elaborar propostas e convocamos o secretário de transportes. Nesta época era o Mário Covas o prefeito. O Getúlio Hanashiro assumiu um compromisso de que ele ia implantar uma linha de ônibus, e a gente exigia que a linha de ônibus fosse da CHTC. Nós conseguimos implantar uma linha de ônibus, que é essa 3408, na época com 15 ônibus. E agora qual não foi a surpresa dos técnicos, definido que vamos implantar a linha de ônibus, nós fizemos o requerimento para a Cohab nos dar um a do conjunto. E nós nos reunimos para planejar o itinerário do ônibus. O itinerário do ônibus teria que passar por onde a gente queria e não por onde os técnicos queriam. E, de repente, os técnicos chegaram com o planejamento deles, completamente adverso ao nosso. O Hanashiro ficou puto da vida, porque vai andar tudo lá em cima, vai gastar muito, não sei o que.

A Associação já ajudou a fundar associações em Ribeirão Preto, na Cidade Tiradentes. O Agenor, que era presidente da Associação, é presidente da Federação dos Mutuários do Estado.

Nós temos trezentos associados. Tem uns quinhentos, mas nós não puxamos dados. Saíram, não vêm. O pessoal mais ativo, umas quinze, vinte pessoas, que assumem mesmo.

A gente fala que tinha a Comunidade Católica, era uma proporção de 1%, muito menos, 0,5% que participava do nosso movimento.

Moramos na Cohab e aqui participamos da Igreja Católica e atuamos em diversos grupos e serviços. O povo da comunidade e do conjunto tem 'dificuldades de mobilização', sempre são as mesmas pessoas que participam', 'faltam espaços para se reunir e trabalhar', 'falta comunicação entre a gente', 'cada grupo tem a tendência de caminhar individualmente'. (Voz da Comunidade, abril de 1986)

Tem muita gente boa, mas estão dispersos, aí como a gente chegar a essas pessoas, numa sociedade que a gente está indiferente a tudo.

Hoje, na Cohab tem 450 mil pessoas inscritas, 450 mil famílias, precisando de casa. A Cohab chega e diz: 'o projeto nosso é o embrião', que é aquela coisa absurda, que são aquelas caixinhas de fósforo, e todo mundo quer.

A gente está descobrindo essa identidade nova da Associação. Como a Associação continuar trabalhando, defendendo as pessoas, mas não em cima de reivindicações de infra-estrutura. A gente resgatar outros direitos. Direito à cultura, ter discussões avançadas, mais profundas, que não reivindicação concreta.

Se você tivesse um trabalho legal nos prédios, eu acho, que ainda dá. Se eu tiver condições de ficar, de trabalhar na Associação, eu vou, na medida do possível, vou tentar influenciar nesse ponto. O prédio além do espaço do apartamento, da garagem, pode fazer ali, no próprio prédio, um espaço, algum quintal, um salão de festas, uma sala de reuniões. Se você quer fazer um espaço coletivo. Agora o apartamento é inviável, porque o apartamento é tão pequeno.

São muitos os grupos e pessoas que começam a despontar na arte, mas vêm seus dons barrados pela falta de incentivo e espaço para se desenvolver ...

A idéia do pessoal é a conquista de espaços alternativos dentro do conjunto, aproveitando espaços físicos já existentes e os diversos eventos que de vez em quando acontecem.

As reuniões acontecem ... na sede da Associação dos Mutuários.' (O Bloco, outubro de 1987)

Os grafiteiros da Associação dos Mutuários querem melhorar o visual das ruas, das coisas, ao mesmo tempo que eles se expressam, eles melhoram o visual.

A gente tem aqui no conjunto muita coisa ligada aos Mutuários, algumas coisas na Assindic, tem outros movimentos autônomos, por exemplo, o Grupo de Mulheres, a Sociedade de Amigos da Cohab I, o Grupo de Jovens (continuação de um processo de grupos de jovens: JAE - 1980 -, JAUE, JUPAC, ligados à Igreja), o Grupo de Ruas (essa é antiga, uma das primeiras sociedades).

Naquela época do Hamilton era PDS, que era fogo, que era do

Maluf. Tem o pessoal da Assindic, agora, que é o PDT, tem o pessoal do PT, mas divide, principalmente, em épocas de eleição.

Hoje já está formando um Conselho de Entidades. Reúne 18 entidades, porque teve algumas lutas que só as entidades do conjunto conseguiram. Nossa Associação sozinha era fraca. Então, era necessário a nossa associação se juntar com outra. Por exemplo, encaminhar um problema que era comum de todo mundo. Tinha alguns problemas que eram de interesse comum.

Todas as entidades, todos os grupos, batalhamos juntos. Sai briga, mas é briga construtiva. Até hoje, o pastor da Igreja Batista, ele luta com a gente, para discutir problemas do conjunto, tipo educação, escolas, transportes.

O Conselho de Entidades da Cohab I CECO HAB foi formalizado em 16 de março de 1990."

OS CENTROS COMUNITARIOS

"A administração passada, do Jânio Quadros, mandava sempre um aviso para que as entidades não fizessem reunião política nos centros comunitários.

O primeiro comício, que foi feito aqui na Cohab, foi do Lula, nós fizemos aqui no terreno da Igreja, e eles não tinham como impedir.

A Cohab não permitia que se fizesse reuniões de partido na associação. Nós dissemos: 'isso é um absurdo! Um absurdo e nós vamos desobedecer à Cohab.'

A Associação dos Mutuários não tinha sede. Funcionava num apartamento, o do Agenor. Tudo clandestino, a gente fazia reuniões até no meio da rua, nas esquinas. A gente se reunia no centro comunitário, pedia uma brecha, um local. A primeira coisa foi reivindicar a sede. Pegaram um espaço, que era comunitário, para fazer jogo do bicho, bar, bilhar. A gente tirou essa entidade, e conquistamos esse espaço. O espaço é para ser usado de uma forma que beneficie todo mundo, então, as entidades que têm uma luta, que já têm um propósito. E nós conseguimos influenciar isso. Você recupera para a população, como espaço para você fazer uma reunião, os equipamentos comunitários.

O Agenor falou sobre a TAC - Taxa de Apoio Comunitário - que era descontada tudo no carnê. Era para arrumar centro comunitário e desenvolver os trabalhos no centro comunitário. Porque centro comunitário era para ter reuniões, para ter os espaços, só que a gente não sabia como é que era que usava. A gente ia lá por causa das assistentes sociais, que faziam aquelas reuniões. Foi depois que a gente foi sabendo que a gente podia usar para outras coisas. O centro comunitário era para tudo: era para reunião, era para missa, era para festa, para velório.

Tem muita gente que não está usando o centro comunitário pros fins, que é devido. Então, acabou sendo mais uma propriedade particular.

Você já pensou na possibilidade de os Centros Comunitários ficarem restrito o seu uso a pessoas determinadas, como a Igreja ou outras Entidades, para benefício próprio? Pois é, isto já está quase acontecendo. A Cohab/SP está saindo do conjunto e por isso

entrega por definitivo os Centros Comunitários às entidades que já usavam esses espaços.

Você já ouviu algum comentário a respeito ou está participando dessas discussões? O problema está aí. (O Bloco, fevereiro de 1988)

Por outro lado, existem entidades que querem comprar a sede, mas a Cohab não aceita esta proposta. A Assindic está tentando construir um prédio, se a Cohab der concessão definitiva.

A gente tinha esse trabalho de fazer reuniões também nos prédios. Penetrando nos prédios e apartamentos.

A Dilva, essa pessoa que morreu atropelada, ela era do Grupo de Saúde, fundou o Grupo de Saúde, ajudou a fundar a Associação. Também, ela tinha um trabalho na Igreja, que era interessante, chamava 'círculos bíblicos'. Se juntava no prédio, isso acho no começo do conjunto, para facilitar o intercâmbio, o relacionamento das pessoas. Levar uma amizade de amigo, passar informações sobre a Associação, alguma luta. Reunia um grupo de mulheres, ou um grupo de famílias, às vezes à noite, às vezes à tarde, pegava um trecho da bíblia e discutia em cima daquilo. Refletia sobre os problemas do dia a dia.

'Famílias e pessoas se reunindo nos apartamentos e casas do conjunto, para lerem a Bíblia, refletir a vida do dia-a-dia, os acontecimentos que cercam a vida do povo, numa sociedade, ou melhor, num conjunto onde as pessoas se trançam cada vez mais, se isolando dos vizinhos com grades e muros, parece inacreditável, uma utopia ... Só na Cohab I existem uns 10 desses grupos. São os chamados círculos bíblicos'. (Voz da comunidade, julho de 1984)

A Dilva morava aqui, inclusive, se reflete até hoje na votação que o PT tem nesse colégio. Interessante. A Dilva ia em cada apartamento, não era centro comunitário. Fazia reunião em cada apartamento. Ela tinha umas brincadeiras. Batia na porta, entrava, sentava e puxava a orelha da gente, sabe. Ela tinha o costume de chamar a gente de museu: 'o que é isso, vamos trabalhar'. A gente sentia motivada. Uma força, uma energia, que levava a gente. O Grupo de Saúde fazia reuniões nos prédios e convidava, e aí foi se fortalecendo.

O padre Joe tinha uma coisa muito bonita, ele fazia muitas visitas. Se você estava na rua, ele conversava com as pessoas, ele vinha nas casas. Ele vinha, conversava, e, de repente, ele percebia o que a pessoa tinha vontade e falava: 'não quer me ajudar'. De repente, a gente estava todo mundo envolvido.

A gente fazia reunião em apartamentos, em casinhas, quarta-feira na casa de fulano ...

O Grupo de Ruas se reunia em casas diferentes. Ia na casa de um, de outro. Aí a gente passou a ser o Grupo de Ruas. Era tudo nas ruas, não tinha sede.

No planejamento pastoral está a 'divisão da comunidade em núcleos espalhados em algumas partes do conjunto'. (Voz da Comunidade, novembro de 1983)

Sobre a construção da nova igreja, 'eu tenho uma preocupação: a de que se centralize tudo aqui. Acho que isso não é bom. O ideal é que se criem novos núcleos e se fortaleçam os que já existem. Isto dá mais abertura para participação de mais pessoas.' (Voz da Comunidade, dezembro de 1984)

'D. Angélico na Comunidade: ... esta 'construção' pode se tornar uma 'arapuca' se vocês centralizarem todas as atividades aqui. Aqui não pode ser centralizada a vida que acontece em toda a comunidade.

Temos que ter a presença nova da Igreja em nossos prédios, todos os prédios do conjunto. Essa deve ser a maior preocupação de vocês. (Voz da Comunidade, novembro/dezembro de 1985)"

OS QUE NÃO TEM INTERESSE

"Agora eu acho assim: depois de ter tudo aqui; então, o pessoal se acomodou. Nós estamos em crise.

Eu vejo também a falta de não ter mais liderança. Nós fomos liderança, a Cida foi uma liderança, com os meninos da rua; a Isa com a creche; mutuários, o Agenor; a Dilva, saúde; só que nós não fizemos outro.

A gente não experimentou isso de você fazer a outra pessoa sentir o que a gente sentia.

Tinha a Associação dos Mutuários, era muito forte, a gente brigou por causa dos aumentos das prestações, a gente tinha reunião de informação pra saber como é que era essa questão dos aumentos. Era muito forte, depois foi mudando de diretoria, e foi enfraquecendo também. Teve um momento que muita gente falava: 'não vale mais a pena ser sócio da associação'.

Prestação mais baixa, serviços, criaram afastamento das pessoas da associação. As pessoas não estão muito interessadas.

Essa faixa de muita gente, que está comprando apartamento, não sei se está na faixa de 50% dos moradores, não vai perdendo mais ainda essa força? Quem vem não tem interesse. Eles não querem nem saber.

Teve a luta pelo posto, que tiraram o pronto atendimento. Na primeira assembléia não tinha quase ninguém. Antes o pessoal brigava mesmo. E os movimentos já foram mais fortes.

As lutas eram essenciais na vida de quem morava aqui. Vai ter isto até morrer. Hoje está difícil. Muitas pessoas podem não verificar isto, porque a população é muito grande."

COHAB, OBRA DO MALUF

"Se sabe que o ano passado, quando o Maluf foi candidato, eu não sei o que aconteceu, só sei que aqui estava assim: uns tempos atrás, o pessoal estava mais evoluído. Então, a gente via que estava mudando, mas, de repente, o ano passado, a última eleição, foram usados os conjuntos. Aqui, o Maluf ganhou assim estourado.

Maluf, fecharam três ruas. Nossa, é Maluf, então, fecharam tudo.

Ele usa, ele usou, ainda porque ele que construiu.

Tem até muitos moradores aqui que dizem: 'eu devo a minha casa ao Maluf. Cohab, obra do Maluf.'

Nossa! Brigas, quantas brigas, que nós tivemos, porque na época que o Maluf vinha aqui, tinha mulher que saía: 'eu tenho isso aqui graças ao Maluf.' Nossa! Eu não suportava escutar isso, eu saía até de perto pra não escutar.

Maluf que fez isto aqui. Fulano que fez isto aqui. É muito!
Maluf que fez isto aqui. Aquela briga. Divergências políticas.

A moradia é uma coisa concreta, é concreta, tá ali, o sonho de todo mundo é ter a sua casa, é ter a sua casa: 'minha casa. Quem construiu a minha casa? Maluf.' Entende. 'Maluf quem construiu a minha casa.'

O pessoal até hoje fala: 'o Maluf que deu. Padre José de Anchieta, obra do Maluf.' Ele tirou vantagens em ter construído. (8)

Muitos idolatram muito mais, porque furaram a fila. Furaram a fila. Tanto que agora, nós estamos chamando, na atual administração, o pessoal de 79, quando a gente sabe que em 86 tinha pessoa que adquiriu casa, com 3 meses de inscrição. Faz inscrição, mas só para constar. Vai lá e fala com João Aparecido de Paula. Porque essas moradias eram loteadas para os vereadores.

Mas ele construiu com o dinheiro do povo. O Maluf usou o dinheiro do fundo de garantia para construir tudo isso. Então,

(8). Fizemos uma pesquisa amostral, sobre a eleição presidencial de 1989, primeiro turno, acima referida. Em dois colégios da Cohab I, a votação de Paulo Maluf é expressiva, mas não retém a maioria dos votos, e sim Mário Covas. O que se mantém também fora do conjunto, num bairro próximo. A exceção é o bairro de São Mateus. A amostra é reduzida, mas eis os dados:

COHAB I

- EEPGG Profº Octacílio de Carvalho Lopes: Lula - 17,91%; Maluf - 23,21%; Covas - 31,87%; Collor - 17,03%.
- EEPGG Antonio Silvio da Cunha Bueno: Lula - 22,02%; Maluf - 22,33%; Covas - 34,56%; Collor - 11,41%.

CIDADE LIDER

- ENPG Danilo José Fernandes: Lula - 18,70%; Maluf - 24,16%; Covas - 28,82%; Collor - 17,51%.

SÃO MATEUS

- EEPGG Profº Alcides Roscolo: Lula - 34,46%; Maluf - 16,07%; Covas - 19,04%; Collor - 18,20%.

nós construímos. E não é dizer foi o Maluf. É o povo, é o dinheiro do povo.

O grande papel da Associação dos Mutuários está aí, para mostrar que o governo não fez um favor em construir. Tudo é o governo construiu, mas quem batalhou pelas melhorias não foi o governo, foram as pessoas organizadas, os movimentos organizados da época, que batalharam por isso. E, até hoje, ainda existe movimento. O esclarecimento da Associação procura mostrar que as pessoas não devem estar agradecendo a ele por isso, ele não fez mais que obrigação. O jovem não embarca no discurso que o Maluf é que fez. Os apartamentos vieram inacabados. Mas o brasileiro: 'ah! Tem, tudo bem'.

Se foi a luta popular não tem divulgação, se foi fulano tem. Daí a divulgação parte da gente: carta aberta, inauguração ..."

A CONVIVENCIA

"É o pessoal que vem do interior, então, tem uns que conseguem se adaptar. Pessoas mais novas, eu acho. Tem até alguns mais velhos e tal, mas, por exemplo, o pai do Agenor, que morou em Pernambuco, ficou sozinho, veio morar aqui, ele não sai de dentro do apartamento, porque ele tem medo de sair fora. Porque ele tem medo disso, que é tão diferente, tão esquisito.

Você vê muitas pessoas na rua, aqui, entre 5 e 8 horas da manhã e entre 17 e 20 horas. Nesses dois horários você vê o fluxo. Aí as pessoas nem se cumprimentam, saem preocupados para

não perder o horário de trabalho. E chega cansado, quer descansar, ou assistir a sua novela.

É interessante, porque é bem assim, tem todas as visões. Tem pessoas que moram aqui, que têm uma aversão terrível, eu aqui mesmo, eu gosto do meu apartamento, a gente ajeitou do jeito que pode. Agora eu não consigo morar aqui. Eu queria, se eu pudesse, trocar de apartamento, para mim seria melhor. O pessoal daqui do nosso prédio é muita molecada, eles destroem tudo. Como a gente não fica muito tempo em casa, eu não sei, o pouco tempo que você fica, você se irrita. Parece que a gente não conseguiu conviver com isso ainda. Mas lá no prédio da minha sogra é bem bom mesmo. Eles têm um relacionamento muito bom. Os vizinhos, todo mundo se conhece, é diferente. Então, cada prédio tem uma estrutura também.

Tem muita gente que é muito isolada. A minha mãe é assim. Minha mãe não sai pra coisa nenhuma. Qualquer hora que você chegar, a casa da minha mãe está brilhando. E ela já está ficando com neurose, ela fuma um cigarro atrás do outro. A estrutura que é, você fica muito fechado, você não tem envolvimento. Se ela saísse. De ficar muito presa dentro de casa, ela se sente mal em todo o lugar. Você vê faz muito tempo que a gente tem esse grupo, a gente faz técnica de relaxamento, faz exercícios, vai nos bairros vizinhos fazer os encontros. As assistentes sociais do posto tinham até proposto enviar as mulheres que iam no posto reclamar dessas coisas, porque, às vezes, elas vão sentindo que é uma doença, e não é, é uma ansiedade de ficar muito presa dentro de casa.

Dizem assim: 'é uma comunidade'. Tudo bem, é uma comunidade, só no nome, porque ali é um querendo massacrar os outros. Dizer que aqui é uma comunidade, eu não acho que é, aqui é a lei do mais forte, aqui é que quem for mais vivo que se vire.

Quando eu falava da grade era essa a preocupação, principalmente com os muros. O pessoal fazer muro para dividir, muro assim de dois metros de altura, parece uma penitenciária, uma prisão, eu me preocupava também com a criança que cresce ali naquele espaço fechado, com muro de dois metros de altura. Como eu sou paranaense, eu morei até os 7 anos em sítio, as casas não têm muro, tem a casa e tem a imensidão. Eu acho que isso é que me choca aqui. De ver a criança presa, então, a criança fica muito agressiva, a criança da Cohab. Eu até tentei estimular uma pesquisa. Uma diretora de EMEI - escola de educação infantil -, que eu conheci, que era diretora aqui de uma escola, ela falava: 'a criança da Cohab é muito mais agressiva.' Como ela vive presa, ela sai, ela chega na escola, ela solta, haja professores pra segurar.

Uma vez a diretora do Colégio Octacílio veio aqui na Associação procurar a gente pra tentar propor algum trabalho, pra gente fazer, porque o índice de indisciplina na escola é demais. Ela ficava besta com a Cohab, porque o jovem era muito revoltado, muito agressivo, no sentido de indisciplinado.

Eu morei aqui seis anos. Trabalhei aqui também na escola, e eu tinha filhos. Então: 'não, ali não pode brincar', 'aqui não pode jogar bola', 'aqui não pode, aqui está plantado'. As crianças viviam assim nervosas. Eu percebi depois que eu sai daqui para trabalhar noutro bairro. Apesar de ser um bairro mais

pobre, as crianças, na sala de aula, têm mais disciplina, em termos de aprendizagem. Em termos de disciplina na sala de aula, eu acho mais fácil que a escola do conjunto. Aqui eles vêm descontar mais na escola. Eu acredito nisso. Eles enlouquecem na escola. Eu nunca vi tanto gás. Eu até digo, que a criança que mora em outro bairro, que tem um quintal para brincar, que tem um pouco mais de espaço, então, não há necessidade de gastar energia na escola.

É que normalmente existem muitos problemas, principalmente, com mães que trabalham, e eles ficam sozinhos.

É muito comum aqui eles terem três crianças em casa e um mais velho cuidar dos outros. Ele tem que trazer na escola, tem que vigiar pra ver se a lição foi feita; quer dizer, são adolescentes já com responsabilidades de adulto.

Eles adoram a rua. Ganham a rua, ganham as escolas. As vezes, vai até pro lado negativo mesmo. Vai pro vandalismo puro. Arrebentam tudo, quebram tudo.

Aqui, quando eu aceitei ser diretora do Octacílio, eu não pensei que fosse uma escola tão problemática. Eles são umas pessoas agressivas, violentos. A minha escola, ela tinha organização, a escola é deles, mas existe um limite nesta colocação. Eles entendem que é a casa deles. Eles não entendem os limites. Eles vêm pra cá não pra estudar, mas pra fazer o que eles querem. É um momento de lazer. Aqui os professores não controlam o aluno. O problema deles é um espaço cultural, mais aberto. Isso realmente falta.

Essa agressividade tem a ver com a própria Cohab. Eles são discriminados. A Cohab é discriminada; é da Cohab, não presta.

Eles se ressentem de um certo preconceito. São vistos de forma bem preconceituosa por outras pessoas, que moram em outras regiões, mesmo que seja Zona Leste.

... Muitas pessoas não gostam daqui, mas eu adoro e não tenho vergonha de morar aqui.

Porque as pessoas já tem aquela visão, acho que um tanto preconceituosa: você mora num conjunto. É melhor falar que mora em bairro do que em conjunto habitacional, porque tem toda uma característica de conjunto habitacional, da população que está lá. Muitas pessoas têm vergonha de pré-determinar isso. Isso depois muda com o tempo, não tem nada a ver.

Existe aquela discriminação, preconceito. Aqui é Pombal. O pessoal fala que é cheio de pombas. Que é pessoal pobre.

Nós moramos no penúltimo bairro de São Paulo, só perde para Guaianazes, que é o final; na realidade é um bairro com muitos problemas. É uma vida difícil. Classes médias e de outros lugares é falar que mora em Itaquera: 'Meu Deus, você mora em Itaquera! O bairro tem o apelido: Indiaquera.

Eu gosto da Cohab. Gosto muito daqui. Antes eu tinha muito preconceito de morar aqui, porque Zona Leste, todo mundo falava muito mal da Cohab. Agora eu vejo que ao invés da gente ter vergonha de morar aqui, a gente deve melhorar a nossa comunidade, não tentar se esconder, falando que mora em outro lugar, como eu fazia, mas tem que se orgulhar daqui, é isso que eu estou tentando fazer.

O Simão é jovem que não fala isso. Um jovem que parou para pensar, que ele tinha que conquistar o espaço dele mais cedo,

conseguir se auto-descobrir mais cedo. Ele não vai falar que é discriminado.

A Cohab, hoje, é a melhor vila operária do Brasil. A nossa é uma Cohab de exemplo. Inclusive, na distribuição dos centros comunitários, a gente usa, não são estragados. E nas outras Cohabs eles têm problemas, reformam, entregam arrumadinhos, mas as pessoas não conseguem manter. É muita desunião.

Aqui é bastante gente, gente que a gente conhece. Conheço boa parte da Cohab, quase todo mundo.

Todo prédio que você vê, aqui, é bonito. A maioria faz fogueira, faz festa de São João. O natal é a coisa mais deliciosa, você andar na rua, que cada um enfeitava, um mais bonito que o outro. Agora faz uns 4 anos que parou.

Eu acho a Cohab um bairro assim diferente, porque você vê gente na rua e criança brincando. É jovem conversando. São mulheres indo para o mercado, para a feira. Os homens, meio parados, nas peruinhas, bebendo suas pingas. Mas a gente está vendo gente, e nos bairros a gente não vê isso, é tudo parado quase.

— Apesar de tudo, é até bom morar na Cohab. Moro aqui desde os meus três anos. Há onze anos moro na Cohab. Eu tenho muitos amigos no prédio e na escola, pelas redondezas. A qualquer hora que saio na janela, vejo amigos por toda parte. No geral a convivência na Cohab é boa. Aqui é todo mundo unido. Jogamos bola, dançamos. E tem alguns lugares que eles vivem individualmente. De semana vamos à escola, os únicos lugares que podemos ir aos fins de semana são parques, praças, à igreja, passear nas ruas, ver os gatos, que até que tem bastante.

Apesar das coisas boas e ruins, eu moro na Cohab e todos nós temos que aprender a gostar dela.

Já me sinto entrosada na sociedade, adoro meus amigos, vizinhos, etc.

Apesar de grande e populoso, o bairro não é nunca inimigo. No geral, as pessoas são amigas, mesmo sem se conhecerem. É um lugar recreativo. A nossa Cohab é bem movimentada.

— Nos dias de domingo, quase sempre é chato, porque é tudo muito parado.

— Até que morar na Cohab não é tão ruim, mas também é cheio de maconheiro, ladrão, mas tirando isso é bom, eu gosto da Cohab, nunca vou querer mudar daqui. Não iria me acostumar em outro lugar. Foi aqui que encontrei meus amigos.

— Eu, no futuro, não pretendo ficar aqui, pretendo morar em casa e não em apartamento. Por aqui existem casas, mas não é aqui que eu quero ficar, porque pretendo ter uma vida melhor”.

A COHAB E O ENTORNO

“O pessoal da Cohab se diferencia. O pessoal da Cohab não aceita o pessoal de Arthur Alvim. Não quer que ninguém de fora venha batalhar aqui dentro. A Cohab parece que ela é ela. Ela é Cohab, ninguém pode interferir na Cohab.

As ruas são limpas, não têm esgoto. Se vai no centro de Arthur Alvim tem esgoto. Muitos bairros antigos, aqui, não têm o processo de arborização que nós temos aqui dentro. Na Cohab tem

saneamento. Está ótimo. Aqui é independente de tudo, até CEP é independente de Arthur Alvim.

As Cohabs são tudo independentes dos bairros próximos.

No parque Savoy, aqui embaixo, a creche tem um padrão, assim, mais de favela, mais de humildade, as crianças são mais pobres. Essa creche aqui da Cohab I é uma creche mais rica. Em tudo, até em decorações. As crianças são mais arrumadas, são mais vestidas, são mais empiriquitadas, do que nas outras creches. Nas outras creches, as crianças não têm espaço, vêm descalças, de chinelinho de dedo. Esta época é época de resfriado, gripe, pneumonia. Já, eu fui no Savoy, eu enfrentei outras coisas. Tinha hepatite. Tinha caso de meningite.

Nas creches, a gente do movimento estipulou uma porcentagem do entorno, e está até hoje. Dez por cento de crianças do entorno. Noventa por cento da Cohab.

E também é assim. No começo, eles não deixavam entrar criança de outros lugares nas escolas. Só podia ser gente do conjunto nas escolas. E a gente teve que brigar por isso também. O pessoal da favela daqui, o pessoal que mora aqui, é aqui do lado, e não podia estudar aqui. Os próprios moradores das favelas falam que moram aqui. A gente dá o endereço, dá a conta de luz da gente.

Eles achavam porque a gente tinha uma vida melhor do que a deles, então, eles começaram a brigar, o pessoal da favela contra o pessoal da Cohab.

Os pais do conjunto não aceitam misturar seus filhos com os da favela.

O pessoal da Esperantinópolis conseguiu o Centro da Juventude e agora está na luta pela urbanização. Ali era tudo da Esperantinópolis, depois o Mário Covas comprou este terreno, e aí loteou e o pessoal fez de mutirão. Quer dizer a prefeitura deu o material e o pessoal construiu. Era assim. Mas assim mesmo ainda continua favela.

Ali era área verde, pelo menos era plano, e estava largada. E o pessoal do prédio pegando para fazer estacionamento. Então, nós brigamos. Ai o pessoal se organizou e pegou ali para fazer casa para morar.

No movimento nosso ai da Barroca, a gente se organizou com o pessoal. Nós contamos as famílias, medimos o terreno, fizemos lá um desenho, e o pessoal lá, cada um, fez a sua casinha."

VENDENDO A CASA

"Eu tenho um sentimento assim da Cohab. Eu sinto agora de ver muitos mutuários que lutaram junto com a gente no começo, muita dificuldade, esse povo, por um motivo, porque tem hora que passa a tentação na cabeça da gente: 'eu vendo isso aqui, eu sumo daqui'. E agora a gente está vendo o que valorizou, tem pessoas que compraram de graça. E valorizou o conjunto, está vindo outras faixas de pessoas.

Gente rica vem morar aqui. Nossa, muita gente mudou. Tudo apartamento vendido.

Ah! Esse problema existe mesmo. Não se adapta à norma do prédio e vai para outro ambiente. Poucos coitados que saíam

daqui, às vezes, com problema com vizinho. Ou melhorou de vida e aluga.

Se não tivesse comprado aqui, não tinha condições de vender pra comprar fora.

Quem vende pode se arrepender. Muita gente se arrepende. Largou, perdeu dinheiro. As coisas são mais longe, se torna mais difícil. Aqui, se sai de casa, seus filhos tão guardados, neste prédio onde a gente mora.

Eu vi pessoas que antes mesmo de mudar, já estavam chorando, porque venderam o apartamento barato. Vendem para pagar aluguel, porque queriam morar num lugar que dá destaque. Normalmente, é o fator ganância.

E a gente vê pessoas que não lutaram, não sabem a barra que a gente sofreu aqui. O que a gente tem problema, os mutuários antigos, muitos problemas com muitos novos que vêm pra cá. Já entra, já se sente dono da situação. Já tá tudo bonitinho, sabe quanto foi duro.

Não pode alugar, mas tem muitos que alugam. É especulação, especulação imobiliária.

Quem tem dinheiro compra quitado, porque daí não precisa mais passar pela Cohab. E daí compra um, compra dois, tem gente que tem, às vezes, cinco apartamentos aqui. E daí, eles vivem disso, de especulação mesmo, aluga isso."

AS PRESTAÇÕES

"Uma das mulheres foi lá na Cohab, ela foi se informar. Falou que ia para 30 mil o valor da prestação. E para a gente que

paga uma quantia baixa, tudo bem, a gente sabe que é baixo. Até cresceu o poder aquisitivo, devido não ter pago aluguel. Pagando barato, pode comprar outras coisas. Mas é uma conquista isso daqui. E daí, o marido dela falou assim: 'como é que eu vou pagar 30, se eu ganho 50 e pouco?'

Estenderam até 30 de abril para quitar, porque daí, depois disso, eles vão mudando, reajustando as mensalidades, as prestações. Desrespeitando o contrato, que já foi assinado. Eu sei que é inconstitucional, está forçando. Quem tem condição de pagar a quitação e quem não tem fica com o coração na mão.

Eu vou quitar, porque eu tenho o fundo de garantia, mas hoje de manhã, tava lá no prédio, porque vai ter aquela reunião lá. Eu pensei que tinha bastante gente para quitar e nada, no máximo cinco; quer dizer, o pessoal não tem dinheiro, o fundo de garantia é pouquinho. Ainda é melhor você quitar, porque depois é uma instabilidade muito grande, porque não existe lei neste país. O pessoal falou: 'qualquer pessoa que recorrer, ganha, porque é uma coisa ilegal'. Mas para você recorrer não pode só você. Você tem que arranjar um grupo de pessoas e pagar um advogado. Você tem dinheiro para quitar, você vai ficar pagando um advogado?(9)

Quando teve aquele aumento de 130%, em 1983, aí ficamos um grupão aqui dos inadimplentes. Então, a gente participava até em Santo André, São Bernardo com os mutuários.

(9). O STF - Supremo Tribunal Federal - julgou a ação da inconstitucionalidade movida pela Procuradoria Geral da República, com relação à utilização da taxa Referencial - TR - no reajuste das prestações da casa própria e dos saldos devedores dos empréstimos concedidos pelo SFH - Sistema Financeiro da Habitação -.

No início de 1991, foi criada a TR. Ela foi considerada inconstitucional como indexador por tratar-se de uma taxa de juros e não de um índice de correção monetária. (a partir de notícia da Folha de S.Paulo, de 26 de junho de 1992)

Indica-se, assim, a justiça das preocupações, quanto a maiores reajustes, por parte dos moradores.

Se a gente não tivesse entrado na luta para colocar a nossa posição, esses índices seriam sistemáticos. Tudo tem a ver com a batalha dos mutuários. É uma pena que a sociedade não tenha percebido isso.

Agora está começando, de novo, reativando os mutuários.

Essa Associação, congresso dos mutuários foram conjunturais.

A euforia de termos conseguido a casa própria foi se acabando lá pelo ano de 1983, quando o BNH autorizou abusivos aumentos nas prestações ...

No fim de 83 veio a idéia de formar uma associação de moradores e mutuários (O Bloco, novembro de 1987)

Muita gente hoje se encontra com dificuldade para conseguir um apartamento em Santa Etelvina. Precisa muita renda. Se a gente tivesse associações, federações de mutuários fortes, hoje, a gente estaria participando dessa discussão e contestando essas diferenciações.

É uma pena que a sociedade não perceba, que as organizações de trabalhadores não invistam nessas organizações."

A IGREJA

"Foi com o Joe que nós começamos o movimento. Como nós vamos mobilizar para construir a igreja?

Aí nós fomos, assim, uma imensidão de gente na Cohab. Nós fomos com ele. Mais de 400. Lotou, foi bonito. Foi muito bonito. Aquilo emocionou muita gente. Isso deu muita força.

O Joe dizia assim: quem vai conquistar isso são vocês. A gente está junto.

Eles estavam fazendo concorrência para espaço.

A Comunidade nasceu quando os primeiros habitantes do conjunto, começaram a mudar, em 1977. De lá pra cá, houve toda uma caminhada, devagar e difícil.

O primeiro local a ser utilizado foi o Centro Comunitário I, com as duas missas, das 7:30 e 18:00 horas do domingo, que permanecem até hoje.

O conjunto foi crescendo, muitos moradores vindo de uma só vez, de todas as partes da cidade, de comunidades e realidades diferentes. Com isso a Comunidade cresceu muito.

Começou-se a sentir então, a necessidade de um local próprio, para a realização dos trabalhos e atendimento das necessidades do povo que iam surgindo.

Nessa época começou a surgir os diversos grupos da comunidade: saúde, vicentinos, jovens, desempregados, etc.

O pessoal fez até abaixo-assinado para a Cohab vender um terreno. Esta, abriu 'concorrência pública', ganha pela Comunidade Católica. A Cúria nos comprou o terreno, ficando com a Comunidade a responsabilidade da construção.

O pessoal começou a se mobilizar e promover rifas, quermesses, etc.

Começa nesta época a funcionar o novo núcleo da Comunidade, na escola da antiga rua 40. Logo em seguida, na Av.4 (centro comunitário VI) e depois no Posto de Saúde da Av.3. Novos valores e grupos foram surgindo e se engajando em diferentes atividades.

Em outubro do ano passado, começou a construção, que será um importante instrumento de trabalho para atender o povo da Cohab I. (Voz da Comunidade, julho de 1984)

Esta igreja nós fizemos com muita luta. Ela foi construída assim aos poucos, foi tão bonito. Era de sábado e domingo. Uma turma fazia almoço, a mulherada, todo mundo ajudava. A laje, tudo, fomos nós que fizemos. A massa de concreto mesmo, as mulheres que ajudaram a fazer, a criançada, a juventude dos grupos, todo mundo mesmo, o pessoal que participa da vida da comunidade.

A igreja foi feita com o suor da gente, cada tijolo.

'A Construção já começou

Muita gente está curiosa para saber o que significa aquela cerca e aquele monte de estacas no chão do terreno da 'Waldemar' ao lado do C.Com.II. Tudo aquilo significa que a construção de nossa igreja começou e que precisamos de muitos braços. Portanto, queremos convidar todas as pessoas para participarem do 'Mutirão da Construção', todos os fins de semana, trabalho é que não falta!' (Voz da Comunidade, outubro de 1983)

'Dia 25/11, aconteceu o último mutirão para a construção da laje da nossa igreja ...

Aqui já são celebradas duas missas aos domingos, diversas reuniões e encontros já estão sendo realizados aqui dentro

Um jovem casal que participa da Comunidade desde o início resolveu se casar aqui na 'construção de nossa igreja

E resolvemos nos casar aqui na Cohab I, porque é aqui que a gente vive, o nosso chão, nossa realidade, local que nós

ajudamos a construir e lugar que a gente gosta.' (Voz da Comunidade, dezembro de 1984)

prédios e mesmo na Igreja Católica já começaram as barraquinhas, mas o frio tem atrapalhado um pouco. Mas não tem desanimado o pessoal da CAAC (Comissão Associativa de Arrecadação em prol da Construção da Igreja) que todos os fins de semana desde maio vem promovendo as festividades.

Qual o objetivo da quermesse?

Arrecadar fundos para a construção da Igreja. Unir os grupos de comunidade (O Bloco, junho de 1988)

Com a 3ª FESTA DO PADROEIRO, SÃO FRANCISCO DE ASSIS DOS PEQUENINOS, aconteceu a inauguração da parte de cima da 'Construção'.

A Comunidade Católica há mais de cinco anos vem construindo a sua Igreja, que há dois anos recebeu o nome de 'São Francisco dos Pequeninos'.

O nome sugere uma 'opção preferencial pelos pobres' como toda a Igreja da América Latina a partir de Medellín, em 1968.

As missas na Cohab I são celebradas nos Centros Comunitários e escolas que são cedidas para este fim. E nesses momentos acontecem uma verdadeira celebração de 'Vida'. A Igreja atual foi construída sobre o salão comunitário que também, além das missas, era utilizado para festas, shows e outras atividades, que constroem a vida do povo também nas Cohabs.' (O Bloco, ano II, nº10)

Enchemos a mão de calo para fazer a igreja, levamos quase 10 anos para fazer isso. E agora o padre: 'quem manda aqui sou eu'.

Está tirando as pessoas do seu lugar, dos postos-chaves que tinham. Tomou o lugar.

O Conselho da Comunidade deliberava. Tinha força. Todos tinham a palavra. A tendência centralizar. Muitos, decepcionados, saíram da Igreja. O pessoal está se afastando da comunidade. Sobrou o Grupo de Jovens.

O padre é quem manda. Não era assim. Nós chegamos a formar conselho, o conselho que decidia tudo, agora vai voltar o padre que manda. Então, eu cutuquei o ouvido de uma, que já lutou junto com a gente, eu falei: 'pelo amor de Deus, vai voltar o tradicional?' Ai ela cutucou a outra, cutucou a outra, mas a maioria é tudo novata. Então, vai ser difícil pra gente.

Os jovens se manifestam contra.

Somos uma resistência ao padre. Grupo de resistência dentro da Igreja, para recuperar a época áurea.

A Igreja é para esclarecer as pessoas, mas ele prega diferente: 'para esclarecimento político temos os partidos.

O que a gente encontra hoje é a afirmação de uma linha conservadora, dentro da diocese, com a mudança do bispo, na região de São Miguel, e na Cohab.

A gente sempre imaginava essa proposta da Igreja, quando nós fizemos era uma Igreja que não era só para ficar rezando, tinha que ser uma Igreja voltada para a sociedade, para fora, para tudo. Agora, depois que as coisas já estão mais assim, vem vindo outras pessoas, tá vindo, por exemplo: grupo de oração, mesmo o pessoal mais tradicional.

A Igreja, ela mudou. Então, tá lá a AFEI, tá lá, mas já fizeram uma parede, já dividiram. Aquelas coisas de poder.

O altar vão pôr lá na frente. Ele fica no meio. Vai ter plebiscito. Não sei, acho que nós vamos perder. A maioria que vai é só o pessoal que reza.

Os jovens estão protestando, porque querem a coisa assim, mais simples, mais próxima. A proposta da Igreja foi esta: 'ser aberto para tudo'. Então, a proposta do altar, também, colocado, aqui, de lado, porque assim a gente fica até em volta, num círculo, não o altar lá no fundo como o tradicional.

Você fica vendo uma regressão tão grande, a gente fica assim, meu Deus do céu!

Mas a maioria do povo ainda é assim, você vê, de repente, está voltando tudo as coisas antigas. Agora os jovens não, ainda bem, que está voltando os jovens de novo, porque os jovens tiveram aquela crise, parou, agora está reativando de novo.

Não existe mais a preocupação de trazer as pessoas para a Igreja. Aquela coisa de ajuda, trabalhar com as pessoas. Agora a preocupação é um lugar muito bonito. A igreja bem acabada. Perde o caráter de comunidade, fica o caráter de paróquia.

O padre fala do número de fiéis perdidos por ano, para outras religiões. Coloca que o povo é ingênuo. É preciso coisas que façam as pessoas sonharem."

SOBRE A FALA

A igreja aparece, propositalmente, no último item, como metáfora do próprio conjunto. Inacabado, o conjunto é entregue a seus habitantes, que o obram individual e coletivamente. O

resultado final não é um espaço autogestionário, mas um espaço sujeito às autoridades. Aqueles que controlam a administração de espaços não residenciais e sua propriedade: a Cohab; e, através dela, o Sistema Financeiro da Habitação, o Estado.

Quais seriam a memória e a realidade que prevalecem? As das obras dos moradores; ou as da presença da autoridade? A realidade que brota das lutas de classes, dos embates, promovidos pelos movimentos populares; ou as relações centro-periferia nascidas de dispositivos que parecem racionais e coerentes, e que transcendem a consciência e a vida dos moradores? Vinga o espaço planejado, sempre reproduzido como tal; ou um espaço autogestionário?

Estamos diante de um momento crucial, quando a igreja construída com a luta dos moradores, torna-se propriedade da Igreja, entidade e instituição que jamais dominaram. Da mesma forma, o conjunto preserva-se, potencialmente, sujeito a intervenções. Como o caso dos adensamentos, que tanto interferem na vida dos moradores, segundo o que eles mesmos insistiram. Existem as áreas de propriedade da Cohab ou áreas remanescentes, cujo destino envolve intenções, que transcendem os moradores. Além dos espaços expostos a cessão à título precário gratuito ou sob pagamento - e de propriedade da Cohab.

A resposta evidente é que esse espaço é conjunturalmente dos moradores. A conquista é conjuntural. A estrutura é a de um espaço programado. Mas, é possível que a conjuntura rebente a

estrutura, sobredeterminando-a.⁽¹⁰⁾ Isto é, é possível que prevaleça, apesar da Cohab como "terra do Maluf", a Cohab enquanto presença dos movimentos populares, daqueles que se agrupam "para quebrar isso de ficar fechado no conjunto", daqueles que reconhecem a construção do padre Joe, da Dilva, do Agenor, do Simão, da Cida, da Isa, e de tantos outros. Subverta, com o fogo da contestação, o espaço controlado, rompendo-o como tal.

Muitos acham que uns são indiferentes aos outros. Ou até a presença do outro é motivo de conflito. O vizinho aparece como problema. Mas, para muitos outros, a impressão é de que todos se conhecem, a lembrança é a do aconchego de um lugar conhecido. Entre essas duas interpretações o que se assegura é que estamos diante de um anonimato partilhado, isto é, convive-se, no conjunto, com um sentido aguçado de lugar. Todos sabem, e mesmo os não moradores saberiam-no - aqueles que até o discriminam os limites físicos do conjunto, ou dos conjuntos. Eles se destacam na paisagem. Seus moradores podem ter um sentido de lugar ainda mais claro, que no caso dos bairros em decadência, como forma urbana, nas grandes cidades. Melhor ainda, e contrariamente, nos termos de Jane Jacobs: "sempre que os resultados são positivos se comprova que os bairros não têm princípio nem fim bem delimitados, isto é, não têm contornos

(10). "... é preciso abandonar certas rotinas do pensamento reflexivo. Nós somos habituados a pensar que o bem determinado é fechado, que aquilo que se abre é mal determinado. Ora a praxis é ao mesmo tempo determinada e aberta. Ela é inesgotável, sem para tanto se afastar na indeterminação." (Lefebvre, Henri. *Metaphilosophie*, Paris, Minuit, 1965, p.44). Sobre a importância do conjuntural, destruindo o estrutural, pinçado do pensamento de Marx, ver: Lefebvre, Henri, *Une pensée devenue monde - faut-il abandonner Marx*, Paris, Fayard, 1980, p.229.

precisos que as (as vizinhanças de rua) determinem a parte e distintas."(11)

Ao reforçar a imagem do conjunto habitacional e ao remetê-la à de um espaço planejado, a realidade do homem comum se vê agregada a um nível de realidade mais elevado - o do Estado -, e de uma maneira imediata, na sua vida cotidiana. Essa relação metamorfosea-se na concepção de uma comunidade, fictícia, na qualidade de moradores de conjuntos habitacionais. Comunidade que paira fora de seus conflitos cotidianos, a nível de prédio, da vizinhança, etc.

É comum identificar-se a necessidade do conjunto ser uma comunidade. Da mesma forma, vislumbrar-se, por exemplo, no conflito com os vizinhos, um empecilho para tanto. Não se trata, portanto, de uma comunidade orgânica, construída e livremente escolhida.

O discurso do desenvolvimento comunitário viria preencher o vazio real de comunidade concreta e o esfacelamento da individualidade?

Implacáveis, os blocos se afirmam na paisagem. Mas essa identidade seria só perversa, vivida como discriminação, o lugar das pombas, o símbolo do pobre e da pobreza? Ou haveria a possibilidade de uma apropriação afetiva, na solidariedade da luta, ao se tornar tão familiar o conjunto, que na lembrança dos jovens todos se conhecem, potencializando, portanto, a sociabilidade possível?

(11). Jacobs, Jane, *Muerte y vida de las grandes ciudades*, Madrid, Península, 1973, p.129.

A refutação, como eles admitem, amadureceu. Passou da espontaneidade das reivindicações, com a Igreja, a um pensamento político, com objetivo e estratégia mais claros, com a presença dos partidos oposicionistas, que consolidaram as conquistas anteriores. E mais, hoje, apesar do refluxo dos movimentos, como avaliam, as reivindicações imediatas, mais prementes, já estão em vias de superação. Reivindicações mais abrangentes, mais vastas e preparadas, tornam-se possível. Os elementos estão dados. Alguns têm consciência do teor do projeto urbano, no qual estão inseridos. Apesar da desarticulação atual, as entidades sempre acabam por se reunir, em contestações que aqui e ali se fazem necessárias. Têm a flexibilidade suficiente para romperem a centralidade estatal.

Tudo isso equivale a dizer, o que toda a fala ressaltou, que o universo da prática urbana, é o dos conteúdos variados e resistentes à forma imposta. Sobram elementos que são próprios da vida mesma no lugar das conjunturas e que afrontam a linearidade da dominação, dos constrangimentos. Especialmente a abertura da vida privada sobre a vida pública.

Essas conclusões são demarcadas pela história de Itaquera I. Não são referentes a qualquer conjunto, ou qualquer tempo. Não é alheia a conjuntura em que se formou Itaquera I: o avanço significativo da Igreja progressista à época, o fortalecimento dos sindicatos e movimentos populares, a consolidação dos partidos oposicionistas, no processo de abertura política. Com a conformação de estratégias adversas, criaram-se circunstâncias e momentos mais criativos para o repensar da forma urbana. Não seria o destino de todo e qualquer conjunto. O enfrentamento da

estrutura rígida dos conjuntos depende exatamente da especificidade dos moradores, de seus relacionamentos, de sua organização, dos momentos da história.

A fala dos moradores demonstra o significado dessa rigidez. Mas esse conhecimento, sobre a arquitetura e o urbanismo, tornado prática, é vivido de uma forma particular, dadas as circunstâncias e necessidades dos moradores.

Aparece o agradecimento, o sentido de que se viveria pior fora do conjunto. Ao mesmo tempo, ressalta-se, também, os limites do significado da vida no conjunto.

O exemplo de Tiradentes é o mais explosivo, como experiência de tal forma violenta, que indizível. Qualquer maneira de relatá-la aparece como empobrecedora, diante da *"extrema dificuldade que eles experimentam para reunir suas lembranças, para encontrar um fio condutor para dar uma certa unidade à sua experiência"*. (12)

Mesmo em Itaquera I, um conjunto melhor acabado, a palavra pedacinho, referindo-se à casa, aparece com dois sentidos: como conquista e como redução do lugar de morar.

As mulheres, ansiosas, vão ao posto de saúde, certas de estarem doentes, quando a ansiedade nasce de ficarem muito presas dentro de casa.

Seja como for, essa fala mesmo revelando restrições e liberdades, também indica que a arquitetura moderna, como tal, não se realizou plenamente. Não quanto ao significado analítico, quanto à funcionalidade dos espaços, que pode representar o

(12). Lefebvre, Henri, Critique de la vie quotidienne I, Introduction, Paris, L'Arche Éditeur, 1977, p.255.

desprezo da forma, tendo em vista a função ("*form follows function*").⁽¹³⁾

As condições objetivas de vida no Brasil não criam as possibilidades objetivas de superação da arquitetura moderna, ou de sua crítica. Insinuam-se algumas questões a respeito, que, no entanto, não se colocam como vivência real de suas contradições, implicando, então, a possibilidade de sua superação.

Ler-se essas críticas, de forma absoluta, seria a imposição de um modelo, quando não se referem, de forma plena, ao nosso país.

A arquitetura moderna pode, até, estar em crise, no seio de determinadas camadas sociais em nosso país. Para outras, a maioria pobre da população, essa crise não existe. Essa problemática não aparece como tal. A questão da sobrevivência a assegurar determina o nível de apreensão dos limites, que essa arquitetura pode implicar.

E aqui desembocamos num núcleo central da discussão. E o repito: nós não vivemos a crítica da vida cotidiana. Ela, exatamente ela, poderia dirigir mais claramente essa crítica da arquitetura moderna. Nem uma, nem outra aparecem no horizonte, senão apenas insinuadas. Novamente, em Tiradentes, sequer se vive o cotidiano; em Itaquera I, esse é o estágio conquistado, a instalação no cotidiano.

(13). "O modernismo usou o funcionalismo como alibi e escudo. Como o objetivo declarado era a funcionalidade, a eficiência estrutural, o modernista não assumia a responsabilidade pela escolha da solução formal, estética, já que dizia que esta era uma decorrência inevitável daquela função: *form follows function*." (Coelho, Teixeira, *Moderno pós Moderno*, São Paulo, L&PM, 1990, p.76).

Se como conclui Henri Lefebvre "todo projeto de urbanismo encerra um programa de vida cotidiana"⁽¹⁴⁾, nem um, nem outro, foram suficientemente decifrados. A luta é pela execução do projeto, sem adensamentos incômodos, e redutores dos próprios princípios norteadores do projeto original.

É preciso compreender a forma singular como é vivido esse espaço rigoroso. As experiências e imagens acumuladas podem redefinir esse espaço "esquisito".

Pode-se vê-lo sob lentes próprias não de sua racionalidade intrínseca, mas do desenho da casa que sempre habitaram. E já o sabemos, que ela é diferente.

Misturam-se o espaço concebido, que exige "adaptação", uma "nova cultura", e a vivência de um habitar, que difere dele, e, ao mesmo tempo, impõe-lhe esse conteúdo precedente.

A imagem do conjunto está ainda no meio do caminho: entre uma concepção moderna, sem referências, como foi previsto, e uma concepção tradicional, emprestada das experiências anteriores, de outros espaços e tempos da cidade, e até do campo, que se afirmam como traços culturais e sociais do habitante. Também dessa maneira o habitante configura seu espaço e não é só por ele configurado: transpondo, revivificando experiências passadas. O vazio das referências é preenchido, não só pelas normas impostas, como também pela cultura e imaginação do morador; consolidando mais de uma forma de apropriação desse espaço.

(14). Lefebvre, Henri, Critique de la vie quotidienne II, Fondements d'une sociologie de la quotidienneté, Paris, L'Arche éditeur, 1980, p.83.

Não "se deixa em silêncio a apropriação, isto é, a obra mediocre, ridícula às vezes, porém real - que se realiza contra apesar das coações."⁽¹⁵⁾: "uma Cohab de exemplo, a melhor vila operária do Brasil".

(15). Lefebvre, Henri, Posição: contra os tecnocratas, São Paulo, Documentos, 1969, p.110.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS:
ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS**

Cada um desses capítulos enfrentou o problema escolhido lidando com ele num nível diferente. A questão é a mesma. Os níveis de tratamento se alteram; com isso rompemos, ou pretendemos fazê-lo, o que aparecia como perfeitamente articulado, coerente, contínuo no conjunto abordado. É como se retomasse o que foi dito e se o restituísse num outro sentido. Somando não só temas, mas, especialmente, perspectivas de análise do mesmo tema.

Chegamos ao nível do espaço vivido, e, com ele, a como imediatamente se apresentam as estratégias, as formas de pensamento, arquitetônicas e urbanísticas, tornadas práticas reais, e que compuseram o escopo dos capítulos precedentes.

São níveis de análise do mesmo tema. Um compõe-se com o outro. Mas, ao mesmo tempo, retoma-se o tema de uma nova perspectiva a cada capítulo.

Os diferentes níveis não são exatamente separados, como se fossem uma sucessão de impressões. Em cada um está contido o outro, como falta, como ausência:

"Se cada momento exprime o todo, então, cada momento pode anunciar os seguintes, contendo efetivamente nele todos os que se seguirão. Quando o ouvimos, os seguintes estão já aí, mas estão aí de um modo particular, estão aí apenas como antecipação."(1)

Um movimento atravessa esses diferentes níveis de análise, e os une. Os três capítulos são três aproximações/superações do tema proposto, três níveis de apreensão do mesmo objeto. Em

(1). Ladrière, Jean, Vida social e destinação, São Paulo, Convívio, 1979, p.169.

direção a seu conteúdo, do mais estruturado, racional, ao mais furtivo. Mas, ao mesmo tempo, aquele que vulnerabiliza o conteúdo mais racional, acabado, dado nos capítulos anteriores.

Do pensamento estratégico, global ao mais cotidiano, à casa de cada um. Da ordem distante à ordem próxima, que redefine tudo, sem mesmo compreender todas as suas implicações.(2)

Decifra-se o tema como se camadas diferentes, a ele referentes, e superpostas, fossem separadas. E, ao invés de chegar no miolo do problema, do ponto de vista de sua face mais profunda, chega-se num nível que, ao mesmo tempo, acrescenta algo de diferente dos demais, cria um novo ponto de vista; por outro lado, não prescinde dos outros, sem os quais é só espuma do rio na análise do mesmo, e não suas correntes mais profundas.

O imediato que, por último, resgata-se, a partir do que já foi dito e não antes, ao invés de esconder relações mais profundas, revela o conjunto habitacional como obra de seus moradores, apesar das coações.

O que podemos perceber foi "*a riqueza e as exigências escondidas sob a trivialidade.*"

O caráter histórico, amplo, do que pode parecer apenas do âmbito da vivência pessoal, perdida irreparavelmente nesse nível. A prática urbana recupera a ação e a consciência da ação individuais, como vida social, produzida socialmente.

(2). Lidamos através dos níveis com mais de uma ordem: "... uma ordem próxima, a da vizinhança; por outro lado, a uma ordem mais vasta, reina uma ordem longínqua, a da sociedade inteira (das relações de produção e do Estado). Existe portanto uma diferença entre estes dois níveis, mas não é por isso que elas deixam de constituir, cada qual por sua conta, uma ordem, uma coesão buscada e desejada. Ora não são raros os conflitos entre estas ordens ..." (Lefebvre, Henri, A re-produção das relações de produção, Porto, Escorpião, 1973, p.19).

O tempo todo destaca-se o embate entre o espaço planejado e o espaço autogestionário.

O movimento dos capítulos, e do tema no interior dos capítulos, visava destacar as várias camadas incidentes na vida e no cotidiano das pessoas, no caso, os moradores de Itaquera I, como se destrinchássemos algo, distinguíssemos um processo de sedimentação.

Ao mesmo tempo, exatamente essas camadas, umas desvendadas pelas outras, até certo ponto, cada uma superada pela outra, como a forma urbana, de certa maneira, superada pela prática urbana; na verdade, continua incidindo, como se houvesse, sempre, a possibilidade de realização plena da forma, como foi concebida. Neste sentido, mesmo que potencialmente, há domínio, dominação. Esses seriam níveis de dominação.

Apresentam-se três camadas de entendimento. A primeira, a do ponto de vista das estratégias do Estado, as estratégias políticas, executadas pelos homens políticos da Ditadura Militar e do período imediatamente posterior, visando a integração da massa proletária, pelo acesso à propriedade.

A segunda camada refere-se à perspectiva arquitetônica e urbanística, que corrobora com tais estratégias. Percebemos que a forma urbana dos conjuntos habitacionais, no Brasil, tende a se deteriorar com o tempo, e que tende sempre a selecionar conteúdos de vida.

A terceira camada refere-se às maneiras como os habitantes habitam efetiva e afetivamente o espaço produzido. "Uma certa

apropriação concreta e prática ... de um tempo e de um espaço, em conflito com coações."(3)

Existe uma articulação entre as camadas, bem como diferenças, desnivelamento.

O importante a reconhecer, também, é que, do primeiro ao último capítulo, desenham-se as coações em formação, as estratégias, mas desdenha-se, ao final, uma forma absoluta de reconhecê-las, como se o espaço vivido revivificasse-as e, ao mesmo tempo, afrontasse-as.

O caminho também é um caminho em direção à liberdade, não o de passar um certificado de legitimação às instituições.

"E no entanto o conjunto pesa."(4)

O espaço e a reprodução sociais, que foi a proposta enunciada nas primeiras linhas deste trabalho, envolveu tratar o espaço como parte da estratégia política, no primeiro capítulo, na figura das "cidades ordenadas"; traduzir o espaço em forma, mais propriamente a forma urbana dos conjuntos habitacionais, no segundo capítulo; e desenvolver a apropriação do espaço, no terceiro capítulo. Este último momento é aquele em se foge das prescrições, quando a sociabilidade se funda sobre algo mais que as estratégias escondidas e os conteúdos imediatamente atrelados à forma concebida, embora não se liberte de maneira absoluta. Esse caminho também é o caminho de levar o caráter reprodutor ao limite de sua resistência, ao aleatório das relações.

(3). op. cit. nota 15, Capítulo 3, p.109.

(4). op.cit.nota 15, Capítulo 3, p.147.

Nesse último aspecto o espaço implica imediatamente o uso e o emprego do tempo, do tempo cotidiano. A vida cotidiana faz, então, essa mediação: da tentativa de consolidar e configurar o espaço, dominando-o, gerenciando seus usos, de alguma forma, congelando-o no tempo, à multiplicidade de escolhas, maneiras de viver, situações vividas. A fixidez do espaço se resolve na sua metamorfose constante: em significados, sentidos, consolidados e novos que vão adquirindo as ruas, as casas, os prédios, o conjunto, mesmo o bairro e a cidade. Trata-se de um "lugar temporalizado".

O espaço é, ao mesmo tempo, estratégia, regulação intentada; forma, comportando representações elaboradas; e conteúdos diversos, tempos vividos.

O lugar de habitar não é neutro do ponto de vista do processo reprodutivo da sociedade. Do âmbito das relações que lhe dizem respeito existem estratégias políticas fundamentais na sua produção e reprodução; existem conhecimentos e práticas em sintonia com a produção de um espaço adequado, receptivo às estratégias, práticas de tal forma difundidas, padronizadas, que parecem naturais e únicas; e existe uma maneira de habitar conveniente, que significa adaptar-se a essas cidades-conjuntos. Mesmo sem levar às últimas conseqüências a funcionalidade desse espaço moderno, ela já garante um aspecto reprodutor: até nas placas dos centros comunitários, à vista, é possível avaliar-se o eco das políticas oficiais.

O resíduo é o que desde o início não contava, mas existia: uma sociedade diversificada, ativa, ganhando identidade, que responde pelos moradores originais de Itaquera I. Parcela daquela

sociedade que se afirmava como oposição à democracia restrita, e que não aparecia nos discursos oficiais.

Resta, então, o embate entre o espaço planejado e o espaço autoestionário; em outros termos, entre a reprodução de uma população massificada, que dá transparência ao poder, aos clientelismos, e a reprodução de uma parcela da sociedade com identidade, marcada pelos conflitos sociais, invadida pela consolidação de uma sociedade civil.

**AS FOTOS DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS:
ITAQUERA I E TIRADENTES**

FOTOS: ADRIANA SEABRA

DATA : AGOSTO DE 1992

VISTAS DOS PRÉDIOS EM ITAQUERA I.



VISTA DE TIRADENTES, QUE DEMONSTRA CONDIÇÕES MAIS PRECARIAS QUE
ITAQUERA I.



VISTA DAS CASAS DE ITAQUERA I. OBSERVE AS MODIFICAÇÕES REALIZADAS ATRAVÉS DAS FACHADAS.



DETALHE DAS ESCADARIAS EM ITAQUERA I. DE ESCADARIA MAIS PROXIMA DAS ORIGINARIAS. A ESCADARIA COM COBERTURA, MODIFICADA.



DETALHE DE UMA ESCADARIA EM TIRADENTES, ASSINALANDO A PRECARIIDADE.



OS ESPAÇOS INTERNOS DOS CONDOMÍNIOS, OCUPADOS POR GARAGENS.



AS CRIANÇAS DIVIDINDO OS ESPAÇOS INTERNOS DOS CONDOMÍNIOS COM AS GARAGENS; E, EMBAIXO, OS ESTACIONAMENTOS ORIGINAIS NA RUA.



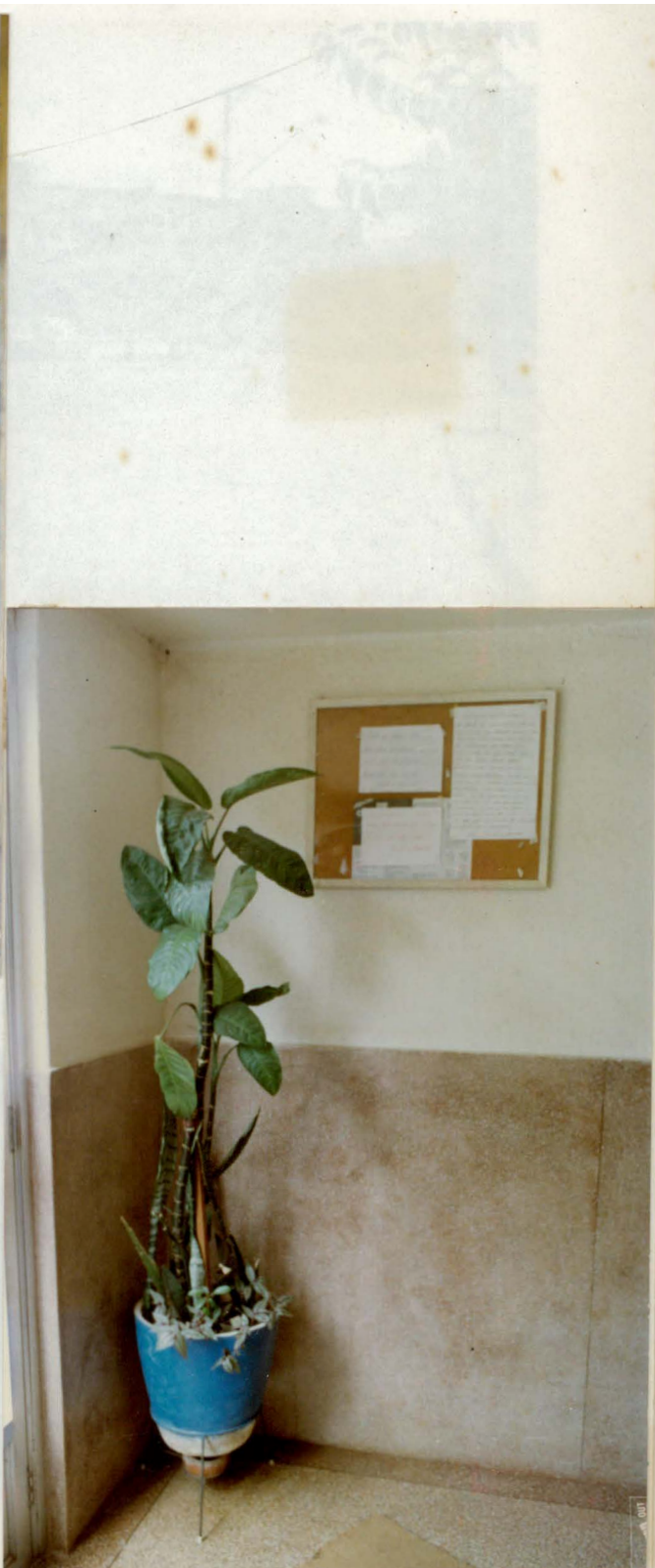
PERSPECTIVA DOS ESPAÇOS CONDOMINIAIS EM TIRADENTES. APARECE COMO DIFERENTE DE ITAQUERA I.



A ESCADARIA RÚSTICA DE UM PRÉDIO INACABADO E OUTRA ALTERADA PELA PRESENÇA DOS MORADORES.



AINDA, A OBRA DOS MORADORES, JUNTO A EDIFICAÇÃO.



UM CENTRO DE COMÉRCIO E SERVIÇOS MOVIMENTADO EM ITAQUERA I, OUTRO DEGRADADO EM TIRADENTES. OBSERVE A CONSTRUÇÃO IRREGULAR DE QUITANDA ANEXA AO ÚLTIMO CENTRO FOTOGRAFADO.



O CENTRO ESPORTIVO E A BIBLIOTECA DE ITAQUERA I. EXAMINE O
DETALHE DA FACHADA GRAFITADA.



OS CENTROS COMUNITARIOS DE ITAQUERA I E SUAS FORMAS DE USO. AS
DUAS FOTOS COMPOEM UM UNICO CENTRO COMUNITARIO.



NESTA FACHADA DE UM CENTRO COMUNITARIO DE ITAQUERA I, OBSERVE OS CURSOS OFERECIDOS COMO FORMAS DE ATRAÇÃO DOS MORADORES; RELACIONE COM OS PROGRAMAS DE DESENVOLVIMENTO COMUNITARIO DO BNH. ABAIXO A PAROQUIA CONSTRUIDA, POR ANOS, PELOS MORADORES DO MESMO CONJUNTO.



A PRAÇA DILVA GOMES E SEU PALCO "MORCEGÃO", REIVINDICADOS PELOS MORADORES DE ITAQUERA I.



OS PEQUENOS SERVIÇOS EM ITAQUERA I, DENTRO E FORA DOS ESPAÇOS CONDOMINIAIS, NÃO PREVISTOS PELO PROJETO DO CONJUNTO HABITACIONAL.



UMA BORRACHARIA E UM BAR NOS ESPAÇOS IRREGULARES DE ITAQUERA I.
OBSERVE O MOVIMENTO.



A OFERTA DE SERVIÇO E UM BAR CLANDESTINOS EM TIRADENTES.
OBSERVE O MOVIMENTO.



PERSPECTIVAS DOS PRÉDIOS INACABADOS DE ITAQUERA I.



NESES PRÉDIOS INACABADOS. ATENTE PARA OS SINAIS DE SUA OCUPAÇÃO:
O DETALHE DAS JANELAS.



O EXEMPLO DAS FREQUENTES OCUPAÇÕES NESSES PRÉDIOS INACABADOS.



UM DOS PRÉDIOS FRONTOS, AINDA NÃO COMERCIALIZADOS, EM TIRADENTES.
EXAMINE OS SINAIS DE DEPREDAÇÃO.



BIBLIOGRAFIA

ARIÈS, Philippe /

A Família e a cidade, in FIGUEIRA, S.A. e VELHO, G. (orgs.)
Família, psicologia e sociedade Rio de Janeiro, Campus, 1981.

ARTIGAS, Vilanova

O homem e a arquitetura São Paulo, Fau, 1968 (mimeo).

AZEVEDO, Sérgio de

A política habitacional para as classes de baixa renda
Dissertação de mestrado Rio de Janeiro, Faculdades Candido
Mendes (s/data).

AZEVEDO, Sérgio de e ANDRADE, Luis A. G. /

Habitação e poder Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

AYMONINO, Carlo /

El significado de las ciudades Madri, Herman Blume, 1983.

BALANDIER, Georges

Essai d'identification du quotidien CAHIERS INTERNATIONAUX
DE SOCIOLOGIE Paris, Presses Universitaires de France, 1983,
volume LXXIV.

BENJAMIN, Walter

Documentos de cultura, documentos de barbárie - escritos
escolhidos São Paulo, Cultrix - Editora da Universidade de
São Paulo, 1986.

BERMAN, Marshall /

Tudo que é sólido desmancha no ar São Paulo, Companhia das
Letras, 1986.

BETTANINI, Tonino

Espaço e ciências humanas Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

BNH /

Planhap - Plano Nacional da Habitação Popular Brasília,
Ministério do Interior, (s/data).

BOLAFFI, Gabriel

A casa das ilusões perdidas - aspectos sócio-econômicos do
Plano Nacional da Habitação CADERNOS CEBRAP São Paulo,
Brasiliense-Cebrap, 1972, nº 27.

BOLAFFI, Gabriel e CHERKEZIAN, Henry

BNH, bode expiatório NOVOS ESTUDOS São Paulo, Cebrap,
outubro de 1985, nº 13.

BOLETIM /

S.O.S Mata do Carmo São Paulo, Movimento S.O.S. Mata do
Carmo, setembro de 1991.

BOUDON, Philippe

Pessac de Le Corbusier / Pessac II, Le Corbusier Paris,
Dunod, 1985.

BRITO, Mário da Silva /

Poesia do Modernismo Rio de Janeiro, Civilização Brasileira,
1968.

CASTELLS, Manuel /

Problemas de investigação em sociologia Lisboa, Presença,
1975.

La ciudad y las masas: sociología de los movimientos
sociales urbanos Madri, Alianza, 1986.

CHIOVETTI, Simão Pedro

Como e por que viemos parar na Cohab São Paulo, Paulinas,
1986.

CHOAY, Françoise

L'urbanisme utopies et réalités, une anthologie Paris,
Seuil, 1965.

Sémiologie et urbanisme, in VARIOS AUTORES Le sens de la
ville Paris, Seuil, 1972.

CLAVEL, Maité

éléments pour une nouvelle réflexion sur l'habiter CAHIERS
INTERNATIONAUX DE SOCIOLOGIE Paris, Presses Universitaires
de France, 1982, volume LXXII.

COELHO, Teixeira

Moderno pós moderno São Paulo, L&PM, 1990.

COHEN, Jean-Louis

Le Corbusier: la tentation de l'universel CRITIQUE Paris,
Minuit, jan-fev/1987, tomo XLIII, nos 476-477.

DEILMANN, H.; BICKENBACH, G.; e PFEIFFER, H.

Conjuntos Residenciales - en zonas centrales, suburbanas y
periféricas Barcelona, Gustavo Gili, 1977.

ENGELS, F.

Para a questão da habitação Lisboa, Avante, 1984.

ESTÉBANEZ, José

Tendencias y problemática actual de la geografía Madri,
Cincel, 1982.

FARAH, Marta Ferreira Santos

Reflexões sobre o discurso de um representante da intervenção do Estado na questão habitacional ESPAÇO E DEBATES, REVISTA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS São Paulo, Cortez, jan/1981, ano I, nº 1.

Estado, previdência social e habitação Dissertação de Mestrado São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - USP, 1983.

FERNANDES, Florestan ✓

Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo" São Paulo, Hucitec, 1979.

Brasil: em compasso de espera São Paulo, Hucitec, 1980.

A ditadura em questão São Paulo, T. A. Queiroz, 1982.

FERRO, Sérgio ✓

O canteiro e o desenho São Paulo, Projeto/Instituto dos Arquitetos do Brasil/SP, (s/data).

FOCILLON, Henri

Vida das formas Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

FOUCAULT, Michel

Surveiller et punir Paris, Gallimard, 1975.

FRÉMONT, Armand

A região, espaço vivido Coimbra, Almedina, 1988.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, Diretoria de Planejamento Social e Urbano
(Belo Horizonte)

Avaliação da política e programas de desenvolvimento
comunitário Rio de Janeiro, BNH/DEPEA, 1982.

GINZBURG, Carlo ✓

O queijo e os vermes - o cotidiano e as idéias de um moleiro
perseguido pela Inquisição São Paulo, Companhia das Letras,
1987.

GRAEFF, Edgar A.

Cidade Utopia Belo Horizonte, Vega, 1979.

GRANOU, Andre ✓

Capitalismo e modo de vida Porto, Afrontamento, 1975.

HABERMAS, Juergen ✓

Arquitetura moderna e pós moderna NOVOS ESTUDOS São Paulo,
Cebrap, setembro de 1987, nº 18.

HELLER, Agnes

Sociologia de la vida cotidiana Barcelona, Península, 1977.

O cotidiano e a história Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1972.

HERMANN, Kai e RIECK, Horst

Eu, Christiane F., 13 anos, drogada, prostituída São
Paulo, Difel, 1982.

IANNI, Octavio

A ditadura do grande capital Rio de Janeiro, Civilização
Brasileira, 1981.

Classe e nação Petrópolis, Vozes, 1986.

INSTITUT DE SOCIOLOGIE URBAINE (Paris) ✓

Propositions de recherches sur la vie urbaine REVUE

FRANÇAISE DE SOCIOLOGIE Paris, Presses Universitaires de France, 1968, volume IX.

IPT (Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo) ✓

Equipamentos coletivos em conjuntos habitacionais: o caso de Itaquera, Relatório no 22.882, (s/data).

Tecnologia de edificações São Paulo, Pini, 1988.

JACOBS, Jane ✓

Muerte y vida de las grandes ciudades Madri, Península, 1973.

JAVEAU, Claude

Le concept de vie quotidienne et sa sociologie CAHIERS INTERNATIONAUX DE SOCIOLOGIE Paris, Presses Universitaires de France, 1980, volume LXVIII.

JENCKS, Charles A. ✓

The language of post-modern architecture Londres, Academy, 1977.

JOHNSTON, R. J.

Geografia e geógrafos São Paulo, Difel, 1986.

KLEIN, Robert

La forme et l'intellegible Paris, Gallimard, 1970.

LADRIERE, Jean

Vida social e destinação São Paulo, Convívio, 1979.

LE CORBUSIER

Como concebir el urbanismo Buenos Aires, Infinito, 1967.

Maneira de pensar o urbanismo Lisboa, Europa-América, 1969.

Os três estabelecimentos humanos São Paulo, Perspectiva,
1976.

LEDRUT, Raymond

Les images de la ville Paris, Anthropos, 1973.

El espacio social de la ciudad Buenos Aires, Amorrortu,
1974.

LEFEBVRE, Henri ✓

Introduction à la modernité Paris, Minuit, 1962.

Les mythes dans la vie quotidienne CAHIERS INTERNATIONAUX
DE SOCIOLOGIE Paris, Presses Universitaires de France, 1962,
volume XXXIII.

Posição: contra os tecnocratas São Paulo, Documentos, 1969.

La révolution urbaine Paris, Gallimard, 1970.

O pensamento marxista e a cidade Fóvoa de Varzim, Ulisseia,
1972.

A re-produção das relações de produção Porto, Escorpião, 1973.

O pensamento de Lenine Lisboa, Moraes, 1975.

Espacio y política Barcelona, Península, 1976.

De L'état - I, L'état dans le monde moderne Paris, Union Générale, 1976.

Critique de la vie quotidienne I, Introduction Paris, Arche, 1977.

Du rural à l'urbain Paris, Anthropos, 1977.

El derecho a la ciudad Barcelona, Península, 1978.

Critique de la vie quotidienne II, Fondements d'une sociologie de la quotidienneté Paris, Arche, 1980.

Une pensée devenue monde faut-il abandonner Marx Paris, Fayard, 1980.

Critique de la vie quotidienne III, De la modernité au modernisme (pour une métaphilosophie du quotidien) Paris, Arche, 1981.

La production de l'espace Paris, Anthropos, 1981.

Diderot - ou les affirmations fondamentales du matérialisme
Paris, Arche, 1983.

La vida cotidiana en el mundo moderno Madri, Alianza, 1984.

éléments de rythmanalyse - Introduction à la connaissance
des rythmes Paris, Syllepse, 1992.

LINCH, Kelvin /

La imagen de la ciudad Buenos Aires, Infinito, 1974.

MAFFESOLI, Michel

L'espace de la socialité in VARIOS AUTORES Espace et
imaginaire Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble,
1979.

MAGRI, Susanna e TOPALOV, Christian

De la cité - jardin à la ville rationalisée - Un tournant du
projet réformateur 1905-1925 REVUE FRANÇAISE DE SOCIOLOGIE
Paris, Presses Universitaires de France, 1987, volume XXVIII.

MARICATO, Ermínia /

Indústria da construção e política habitacional Tese de
Doutorado São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo,
USP, 1984.

MARTINS, José de Souza /

Não há terra para plantar neste verão Petrópolis, Vozes,
1988.

Caminhada no chão da noite, Emancipação política e libertação nos movimentos sociais do campo São Paulo, Hucitec, 1989.

MARX, Karl

El Capital - Critica de la economia política Argentina, Siglo Veintiuno, 1975, tomo I, volume 3.

MOTTA, Caio Fábio Attadia /

Nível de satisfação em conjuntos habitacionais da Grande São Paulo São Paulo, IPT, 1975, publicação nº 1.061.

MUMFORD, Lewis /

Frank Lloyd Wright y otros escritos Buenos Aires, Infinito, 1959.

A cultura das cidades Belo Horizonte, Itatiaia, 1961.

OLIVEIRA, Francisco de

O surgimento do antivalor NOVOS ESTUDOS São Paulo, Cebrap, outubro de 1988, nº 32.

PAQUOT, Elisabeth et Thierry

Les villes nouvelles: une utopie de droite ESPACES ET SOCIÉTÉS Paris, Anthropos, dezembro de 1977, nºs 22-23.

PINÇON, Michel

Habitat et modes de vie - La cohabitation des groupes sociaux dans un ensemble H.L.M. REVUE FRANÇAISE DE SOCIOLOGIE Paris, Presses Universitaires de France, 1981, volume XXII.

- RAYMOND (Henri) (Marie-Geneviève), HAUMONT (Nicole) (Antoine)
L'Habitat pavillonnaire, La politique pavillonnaire, Les pavillonnaires Paris, Centre de Recherche d'Urbanisme, 1966.
- RIZZO, Paulo Licio /
Pedro Maneta Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1942.
- RODRIGUES, A. Jacinto
Urbanismo e revolução Porto, Afrontamento, (s/data).
- SANSOT, Pierre
Ville et poésie REVUE ESPACES ET SOCIÉTÉS Paris, Anthropos, abril de 1975, no 15.
- SANTOS, Milton /
Por uma nova geografia: da crítica da geografia à geografia crítica São Paulo, Hucitec / Editora da Universidade de São Paulo, 1978.
-
- O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1979.
-
- Involução metropolitana e economia segmentada: o caso de São Paulo São Paulo, agosto de 1990 (mimeo).
-
- A involução metropolitana: a região cresce mais que a metrópole São Paulo, setembro de 1990 (mimeo).

SEHAB (São Paulo)

Habitação e urbanismo - A política que a prefeitura de São Paulo está praticando São Paulo, Prefeitura do Município de São Paulo, 1991.

SEHAB, Habi (São Paulo) /

Da utopia à construção - A participação popular na política habitacional em São Paulo HABITAÇÃO E URBANISMO, suplemento da revista PROJETO São Paulo, Projeto, 1992.

SEVCENKO, Nicolau

Perfis urbanos terríveis em Edgar Allan Poe REVISTA BRASILEIRA DE HISTORIA São Paulo, Anpuh, setembro de 1984/ abril de 1985, volume 5, nº 8/9.

O enigma pós-moderno in CARDOSO DE OLIVEIRA, Robert et al. Pós-Modernidade Campinas, Editora da Unicamp, 1988.

SILVA, Armando Corrêa da

A metrópole e as razões da razão técnica São Paulo, 1989 (mimeo).

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da /

Política habitacional brasileira verso e reverso São Paulo, Cortez, 1989.

SINGER, Paulo /

A crise do "milagre" Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1980.

TOPALOV, Christian /

Fazer a história da pesquisa urbana: a experiência francesa desde 1965 ESPAÇO E DEBATES São Paulo, Cortez, 1988,

VALLADARES, Lícia do Prado

Passa-se uma casa - Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

VALLADARES, Lícia do Prado (org.)

Habitação em questão Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

Repensando a habitação no Brasil Rio de Janeiro, Zahar, 1981.

VARIOS AUTORES /

Arquitetura nova ARTE E REVISTA São Paulo, Kairós, agosto, ano 2, nº 4.

VESENTINI, José William

A capital da geopolítica São Paulo, Atica, 1986.

WILLIAMS, Raymond /

O campo e a cidade: na história e na literatura São Paulo, Companhia das Letras, 1989.

ZALUAR, Alba

A máquina e a revolta - As organizações populares e o significado da pobreza São Paulo, Brasiliense, 1985.

INDICE

INTRODUÇÃO _____	05
CAPITULO 1 - ESTADO E HABITAÇÃO _____	35
Os termos de um projeto integrado de habitação _____	46
A integração da população ao Estado _____	74
As cidades ordenadas _____	85
CAPITULO 2 - A FORMA URBANA DE CONJUNTOS HABITACIONAIS:	
O GRANDE CONJUNTO ITAQUERA I _____	105
O espaço concebido de Itaquera I _____	118
Os conteúdos que aderem à forma-conjunto _____	146
O morador: o perfil, as satisfações e as opiniões _____	174
A forma urbana dos conjuntos habitacionais _____	190
CAPITULO 3 - A PRÁTICA URBANA DE CONJUNTOS HABITACIONAIS:	
COHAB ITAQUERA I _____	202
Fila de inscrição _____	227
O novo sistema de vida _____	228
Tudo rústico e igual _____	232
O sistema de prédios: a convivência nos prédios _____	233
A falta de serviços no começo _____	236
Relação de tutela com a Cohab _____	238
A administração do condomínio _____	241
A casa conquistada _____	244
Nos outros conjuntos _____	246

Os conjuntos habitacionais _____	250
As reformas não param _____	259
A Cohab arrumada _____	264
O movimento popular _____	268
Os centros comunitários _____	282
Os que não têm interesse _____	286
✓ Cohab, obra do Maluf _____	287
A convivência _____	289
A Cohab e o entorno _____	295
✕ Vendendo a casa _____	297
As prestações _____	298
A igreja _____	300
Sobre a fala _____	305
CONSIDERAÇÕES FINAIS: ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS _____	314
AS FOTOS DOS CONJUNTOS HABITACIONAIS:	
BITAQUERA I E TIRADENTES _____	321
BIBLIOGRAFIA _____	344